

Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Artes e Comunicação

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano



Cecilia Ribeiro Pereira

**O TURISMO CULTURAL
E AS MISSÕES UNESCO NO BRASIL**

Recife
2012

Cecilia Ribeiro Pereira

**O TURISMO CULTURAL
E AS MISSÕES UNESCO NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de doutora.

Orientadora: Virgínia Pontual
Recife
2012

Imagem da capa: Ouro Preto por Viana de Lima (1970).

Fonte: Arquivo Central do IPHAN- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P06/ Cx.0076/ P.0246.

Catálogo na fonte

Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

P436t Pereira, Cecília Ribeiro
 O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil. / Cecília Ribeiro
 Pereira. - Recife: O Autor, 2012.
 178 p.: il.

 Orientador: Virgínia Pitta Pontual.
 Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC.
 Desenvolvimento Urbano, 2012.
 Inclui bibliografia.

 1. Turismo cultural. 2. UNESCO - Missões - Brasil. 3. Assistência
 técnica. 4. Planejamento urbano. 5. Monumentos - Conservação e
 restauração. I. Pontual, Virgínia Pitta (Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2012-103)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de tese em Desenvolvimento Urbano da doutoranda Cecília Ribeiro Pereira.

Às 14.00 horas do dia 05 de outubro de 2012 reuniu-se no Mini Auditório 1 do Centro de Artes e Comunicação, a Comissão Examinadora de tese, composta pelos seguintes professores: Virgínia Pitta Pontual (orientadora), Natália Miranda Vieira e Maria da Conceição Alves de Guimarães (examinadoras externas), Virgínia Pitta Pontual, Silvio Mendes Zancheti, e Norma Lacerda Gonçalves (examinadores internos), para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "Turismo Cultural e as Missões UNESCO no Brasil (1966-1972)", requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Virgínia Pitta Pontual, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada aprovada. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 05 de outubro de 2012.

▪ Indicação da Banca para publicação ()

Virgínia Pitta Pontual
Orientadora

Natália Miranda Vieira
Examinador Externo/PPG em
Arquitetura e Urbanismo da UFRN

Silvio Mendes Zancheti
Examinador Interno/PPG/MDU

Maria da Conceição Alves de Guimarães
Examinador Externo/PPG em
Arquitetura e Urbanismo da UFRJ

Norma Lacerda Gonçalves
Examinadora Interna/PPG/MDU

Rebeca Júlia de Melo Tavares
Secretaria do PPG/MDU

Cecília Ribeiro Pereira
Candidata

A Marcelo,
com amor.

AGRADECIMENTOS

A Virgínia Pontual, por quem eu tenho uma grande admiração e amizade, pela orientação e contribuição primordial em minha formação como pesquisadora;

Aos meus pais, José Ribamar e Esmelinda, pelo apoio e amor incondicional;

A Marcelo, companheiro em momentos alegres e difíceis e meu maior incentivador;

À Professora Madalena Cunha Matos, da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, que orientou meu estágio de pesquisa nessa cidade;

Aos professores Silvio Zancheti, Sarah Feldman e Norma Lacerda, pelas contribuições dadas na qualificação, e aos funcionários do MDU, Rebeca, Jonas, Catarina, José e Renata;

Aos professores Lúcio Gomes Machado, Nestor Goulart Filho e Paulo Ormino Azevedo, que gentilmente me atenderam e se mostraram sempre solícitos para responder às minhas perguntas e dúvidas por e-mail;

Aos funcionários do IPHAN no Rio de Janeiro Hilário Pereira, Cláudia Leal e Cyro Lyra, pela boa recepção e colaboração que permitiu meu acesso às principais fontes deste trabalho. A Teresa Godinho e Manuel Mendes, do Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto;

A Jean-Claude, pelas ótimas aulas de francês e ajuda na leitura de textos;

Aos queridos colegas de curso Adriana Veras, Nilson Pereira e Barbara Aguiar;

Às amigas, Juliana Moreira, por me receber tão bem e por tanto tempo em sua casa no Rio de Janeiro, e Costanza Pediconi e Tânia Ramos, pelo apoio em Lisboa. Ao meu irmão Márcio, pelo computador na hora certa, e aos amigos Renata Fidelis, Carol Guimarães, Memé Polito, Sérgio Motta e Monacita Moura, por estarem comigo quando mais precisei.

Ao apoio dado pela CAPES, por meio da Bolsa de Doutorado e da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior, e à FACEPE, pela Bolsa de Finalização de Doutorado.

Agradeço, com muito gosto, a todos os que cooperaram e incentivaram a confecção deste trabalho.

RESUMO

Nesta tese, buscou-se compreender o turismo cultural a partir da sua difusão por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em países em desenvolvimento, na década de 1960. Os princípios e os mecanismos de difusão analisados foram a assistência técnica, o consultor em missão e o relatório técnico. Foi destacada a vinda do francês Michel Parent, que definiu diretrizes para a criação de um programa sobre o tema pelo governo brasileiro, elencou o que chamou de cidades de arte para o recebimento de investimentos e guiou as missões seguintes para atender aos projetos prioritários em Salvador, pelo inglês Graeme Shankland; em Parati, pelo belga Frédéric Limburg Stirum, e em Ouro Preto, pelo português Alfredo Viana de Lima. Esses consultores consideraram o planejamento de longo prazo, incluindo o plano diretor, a elaboração de um orçamento e o compromisso entre instituições e governos como garantias e instrumentos para sua execução, o que respaldava um pedido de financiamento internacional para a realização das ações necessárias à implantação do turismo cultural. A cidade de arte, objeto do olhar e das propostas de intervenção, foi vista como um potencial cenário a ser preparado, organizado, transformado, limpo de elementos estranhos a uma ordem desejada, de modo a oferecer espaços de fruição e animação cultural para um visitante, além de usos para um mercado, do comércio e dos serviços, e para atender à nova demanda do turismo internacional.

Palavras-chave: turismo cultural, assistência técnica, conservação de bens culturais, planejamento urbano, missões da UNESCO, DPHAN/IPHAN, Michel Parent, Viana de Lima.

ABSTRACT

This thesis sets out to understand cultural tourism starting with how UNESCO spread it to developing countries in the 60s. The principles or their mechanisms for such spreading which were analyzed were technical assistance, the consultant for a mission and the technical report. The arrival of Michel Parent, a Frenchman, is given special emphasis. He drew up guidelines which the Brazilian government would to create a program on this theme. He compiled a set of what he called art cities that should receive investments and led the missions that followed from this to serve priority projects in Salvador by Graeme Shankland, an Englishman; Parati, by the Belgian Count Frédéric Limburg Stirum; and in Ouro Preto, Alfredo Viana de Lima, who is Portuguese. These consultants considered planning for the long-term, including the master plan, and setting the budget and commitment between governments and institutions as guarantees and instruments that would be implemented, which would support a request for international funding to carry out the actions needed to implement cultural tourism. The art city, the object of what one looks at and the proposed intervention, was seen as a potential *mise-en-scène* to be prepared, organized, transformed and cleansed of elements that are extraneous to the order wished for so as to offer spaces for cultural enjoyment and entertainment to a visitor, besides how such spaces are used: as a market, for trade and services and to meet the new demands of international tourism.

Key-words: cultural tourism, technical assistance, conservation of cultural assets, town planning, UNESCO missions in Brazil, DPHAN/IPHAN, Michel Parent, Viana de Lima.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	
CONFORMAÇÃO DO TURISMO CULTURAL	16
1.1 A UNESCO e a assistência técnica	16
1.2 A assistência técnica e a conservação dos bens culturais	24
1.3 O turismo cultural	29
CAPÍTULO 2	
PLANEJAMENTO, TURISMO E CONSERVAÇÃO COMO ATRIBUIÇÃO DE GOVERNO NO BRASIL.....	41
2.1 O instrumento do planejamento	41
2.2 A atividade do turismo	47
2.3 A conservação dos bens culturais	57
CAPÍTULO 3	
O ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O BRASIL.....	71
3.1 As motivações e os primeiros pedidos de assistência técnica	71
3.2 Michel Parent a preparação de sua missão no Brasil	86
CAPÍTULO 4	
MICHEL PARENT E A MISSÃO DE INFORMAÇÃO.....	93
4.1 Potenciais ou o que valorizar	93
4.2 De potenciais a cenário: diretrizes e instrumentos propostos	104
CAPÍTULO 5	
PROJETOS PRIORITÁRIOS: PARATI, SALVADOR E OURO PRETO.....	116
5.1 Projetos em andamento e consultores	116
5.2 Planejamento urbano, conservação e turismo	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	162

INTRODUÇÃO

Turismo cultural é uma expressão que suscita incômodos pela ambiguidade, redundância e diversos entendimentos que podem gerar sua interpretação no tempo. A consideração de Cousin (2002, p. 42, 220) é exemplar para essa constatação. Em seus estudos, ele afirmou que o turismo é, em si, uma atividade cultural, e que chamar turismo de cultural seria um pleonasmo, o que pode gerar um “impasse intelectual” sobre o que é mais ou menos cultural em práticas, objetos e interações.

Para enfrentar esses incômodos, toma-se por princípio sua desnaturalização e inserção num discurso institucional, assim como fez o autor. O ponto de partida, aqui, é o surgimento e a conformação da discussão sobre o turismo cultural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na década de 1960, quando os bens culturais passaram a ser tratados como um recurso ou ativo econômico de uma nação. Assim, ele passou a ser difundido em países em desenvolvimento por meio de ações denominadas de assistência técnica.

Essa desnaturalização visou entender que a discussão que se iniciou em torno do turismo cultural pela UNESCO quis dizer algo a alguém. Dese modo, as pistas dadas por Cauquelin (2008) foram importantes para a construção desse entendimento. A autora, ao estudar paisagem e patrimônio, afirmou que as “operações retóricas” estavam na origem da constituição desses termos como naturais. Ela destacou, também, a necessidade de investigar os processos que os conduziram a uma “imagem de verdade” (CAUQUELIN, 2008, p.24).

Não interessa, aqui, levantar discussões em torno da relação que o turista estabelece ou pode estabelecer com uma cultura específica em sua viagem, ou mesmo sobre os fluxos turísticos. Também não interessa apreender o quão cultural pode ser o turismo, mas sim, buscou-se compreender o que foi o turismo cultural professado pela UNESCO, a partir do modo como ele foi difundido, dos seus mecanismos, quem foram seus interlocutores e por meio de quais instrumentos ele seria planejado.

Com relação aos estudos sobre o turismo cultural, destacam-se os trabalhos de Boyer (2003) e Cousin (2002, 2006, 2008), que desnaturalizaram o turismo e contextualizaram seu entendimento em momentos diferentes de sua constituição e uso.

Boyer (2003) afirmou que o turismo foi inventado no século XIX e o caracterizou como uma prática de distinção, que acontece em três fases: “invenção de distinção – difusão e apropriação dos modelos por camadas inferiores – em seguida novas invenções de distinção” (BOYER, 2003, p. 13-14, 62-63).

Cousin (2002, 2006, 2008) tratou o turismo cultural tendo como ponto de partida a abordagem da UNESCO, a qual considerou uma doutrina, um modo específico de pensar e de proceder. Ele associou o turismo cultural às ideias de progresso e desenvolvimento, que se apoiavam na busca por fluxos financeiros e vantagens recíprocas para a cultura e a economia. Elas não se opunham, mas o foco ou a prevalência era a busca de vantagens econômicas, mais do que culturais. O autor estendeu sua discussão a outras instituições, pontuando as mudanças e destacando a ascensão e a contribuição dos antropólogos para o debate, num recorte temporal mais amplo do que o abordado nesta tese. No entanto, ele não estudou nenhuma das experiências realizadas pela UNESCO nos países em desenvolvimento.

Para ir além das discussões desse autor, foi preciso demonstrar que o turismo cultural, difundido pela UNESCO no Brasil, não assumiu nem se conformou somente a um caminho unilateral, de adaptação e influência. Ele foi também um meio para referendar ações, práticas e iniciativas pontuais e desarticuladas.

Nesta tese, o turismo cultural será abordado como um conjunto de princípios indissociáveis da assistência técnica. Assim, pôde-se transitar por alguns de seus aspectos e interfaces, destacando o seu viés econômico de superação do subdesenvolvimento, o seu planejamento como uma atribuição de governo e um meio de viabilizar a infraestrutura para as cidades de arte, economicamente estagnadas. Das experiências abordadas não se buscou uma pretensa originalidade, mas, suas especificidades, das quais se destaca a relação da conservação dos bens culturais com o planejamento e o turismo.

Os princípios e os mecanismos de difusão do turismo cultural analisados foram a assistência técnica, o consultor em missão e o relatório técnico. O Programa de Assistência Técnica das Organizações das Nações Unidas (ONU) e da UNESCO foi iniciado em 1950 e incluía o envio de missões técnicas aos países solicitantes, assim como a concessão de bolsas de estudo, dentre outras possibilidades, mas na década seguinte passou a contemplar o turismo. O consultor era o especialista, o *expert*, que, em nome do conhecimento, da técnica e da instituição internacional, conhecia, apreendia e propunha diretrizes para o turismo

cultural, ou melhor, para a sua programação, preparação e planejamento. Vale destacar que, aqui, se convencionou chamá-los de consultores, excetuando-se as situações em que há referência a um texto específico em que é citado o *expert* ou especialista. O relatório técnico era o produto dessas missões.

Tais mecanismos possibilitaram a articulação entre as instituições e as ideias. Eles foram definidos a partir das fontes, das inquirições empíricas e dos recortes feitos durante a pesquisa. Com esses mecanismos, que articulam ideias e instituições, foi possível construir uma trama composta por cruzamentos e superposições de elementos, e assim, compreender o turismo cultural difundido pela UNESCO.

Vale ressaltar que o conhecimento dos bens culturais dos países que até então não tinham atividade turística expressiva também interessava à UNESCO. Em 1972, essa Organização promoveu a Convenção do Patrimônio Mundial e, a partir de 1978, passou a inscrever bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial. A inscrição nessa lista instigava tanto o interesse turístico para os visitantes quanto para os governos e as empresas dos países contemplados. Era uma espécie de selo de qualidade dos bens culturais inscritos, pois era referendado por especialistas em nome da UNESCO.¹

Então, tendo em vista a promoção do conhecimento e a identificação dos bens culturais de relevância artística e histórica, de sua valorização e aproveitamento turístico, o planejamento uniria essa intenção de conciliar a conservação e o turismo, tendo como ressalva, barreira ou aliado, o desbravamento das resistências locais, políticas, técnicas e burocráticas.

O debate empreendido pelos consultores da UNESCO passou a ser uma contribuição importante para o campo da conservação no Brasil, tendo em vista as diretrizes e os investimentos previstos para a identificação e a valorização de potenciais culturais e propostas de infraestrutura. Desse modo, a tentativa de conciliação do planejamento com o turismo e a conservação de bens culturais era uma novidade no país.

A interação dos representantes da UNESCO, incluindo os consultores, com os interlocutores nacionais foi maior do que se supôs inicialmente, já que o estudo das correspondências entre eles revelou articulações, negociações e trocas possibilitadas pela cooperação técnica.

¹ As discussões para a promoção da ideia de um patrimônio comum da humanidade foram iniciadas ainda na década de 1920 (TITCHEN, 2005).

Os interlocutores brasileiros eram os representantes da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).² A relação deles com os representantes da UNESCO foi deslindada por meio da construção de uma trama composta por vários elementos, dentre os quais ações e resistências.

Nesse sentido, tratou-se de “referenciar as posições e os modos de ação de cada um”, evidenciando como surgiu e aconteceram as missões, “com que instrumentos e segundo que racionalidade” (FOUCAULT, 2010, p. 124). Foi apresentada, assim, uma posição para além da ideia de centro e periferia e da certificação do quão bem sucedido ou degradado o modelo poderia ter-se tornado, tal como Gorelik (2005) propôs em seu estudo.

A noção de trama revelou-se, pois, importante por dar conta de que os “fatos não existem isoladamente”. Ela se constrói por meio da narrativa, mas também da explicação, no sentido de “atribuir um fato a seu princípio” (VEYNE, 2008, p.42, 82). É a busca da compreensão de um acontecimento que é delimitado por recortes. Assim, corroborando Foucault (1987), Veyne (2008, p.257) reafirmou que “o que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história”.

O Brasil solicitou e recebeu missões de assistência técnica para o turismo cultural em 1964, de Paul Coremans, que abordou o tema de modo preliminar. Em 1966 e 1967, de Michel Parent, que veio para informar o potencial brasileiro e propor diretrizes para a criação de um programa sobre o tema. Posteriormente, urbanistas vieram para elaborar propostas referentes aos projetos prioritários de turismo cultural no Brasil: Frédéric Limburg Stirum, em 1967; Graeme Shankland, em 1968 e 1969, e Alfredo Viana de Lima, que veio em 1968 e 1970. Também Jean-Bernard Perrin, que veio em 1972 e tratou de questões administrativas relacionadas com a conservação e a DPHAN, além de fazer uma breve referência aos trabalhos que seus colegas consultores elaboraram.

O foco deste trabalho é a missão de Michel Parent e os projetos prioritários acontecidos no período compreendido entre os anos de 1966 e 1972. O ano de 1966 foi marcado pela primeira missão de Parent no Brasil e pelo início oficial da difusão do turismo cultural pela UNESCO. O ano de 1972 foi marcado pela publicação do segundo relatório de

² Em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que, em 1946, teve a sua denominação modificada para Diretoria (DPHAN). Em 1970, houve outra mudança, e a então diretoria passou a ser considerada instituto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa denominação ainda mudou mais três vezes e, desde 1994, a instituição voltou a ser considerado um instituto, o IPHAN. Tendo em vista essas mudanças, adotou-se como critério chamar a instituição pelo nome usado no momento de que se trata.

Viana de Lima sobre Ouro Preto e pela Convenção do Patrimônio Mundial. Vale destacar que, embora o foco esteja circunscrito a um período específico, foi necessário, em alguns momentos, expandi-lo, de modo a contextualizar acontecimentos importantes para a argumentação na narrativa.

O foco do interesse do turismo cultural, ou melhor, o potencial e o recurso principal a ser explorado por ele eram os monumentos, os sítios e os lugares de interesse histórico e artístico, o patrimônio histórico e artístico e cultural, os bens culturais. Tendo em vista esse foco, é necessário esclarecer que, desses termos, convencionou-se adotar bens culturais, que abrange bens móveis e imóveis de interesse histórico, artístico e cultural em geral. Então, quando aqui for usado outro termo é por haver referência a um texto específico.³ Os bens culturais foram abordados por Viñas (2003, p.32-34), que os colocou como objeto de interesse da conservação. O autor reviu as definições constantes da Convenção de Haia, de 1954, e na Carta do Restauro, de 1987, até a atualidade, nas quais separou os bens culturais segundo a acepção de alta cultura e de cultura no sentido antropológico.

A importância de discutir propostas, instrumentos e associações relacionados ao turismo cultural difundido pelas missões da UNESCO revelou-se pertinente como contribuição para o debate sobre a conservação dos bens culturais no Brasil. Na década de 1960, foi ensaiada uma mudança da abordagem dos bens culturais pelos órgãos responsáveis pelas políticas de conservação, o que foi enunciado por Sant'Anna (1995) como sendo a passagem da cidade como monumento para a cidade como documento.

No entanto, na revisão historiográfica sobre o tema, observou-se uma lacuna, ou até uma abordagem panorâmica sobre as missões da UNESCO e o turismo cultural, em trabalhos que trataram dos bens culturais no Brasil. Os trabalhos de Gonçalves (1996), Fonseca (2005) e Chuva (2009) focalizaram as práticas da DPHAN (SPHAN ou IPHAN), porém, não as relacionaram com a UNESCO e outras instituições internacionais.

Freitas (1992) procurou caracterizar uma ruptura no padrão da política federal de conservação, ao identificar os motivos que levaram ao esgotamento desse padrão, destacando a participação das missões UNESCO no debate. As missões foram tratadas em

³ O monumento histórico foi definido na Carta de Veneza como sendo “a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964, p.1-2). Já patrimônio histórico e artístico e cultural se refere ao “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público”, reconhecidos como tal pelo tombamento (BRASIL, Decreto n.25/1937).

tópico de um dos capítulos, no qual o autor levantou hipóteses acerca das motivações para os pedidos de cooperação técnica. Ele também relacionou ideias e propostas de dois consultores, Parent e Perrin, acerca de questões administrativas e de financiamento, ou seja, dos aspectos necessários à modernização da instituição. O autor considerou essas missões como introdutórias de uma “nova sistemática de preservação no país” e que as “mudanças” ocorridas na década de 1970 foram, em parte, por “influência” delas.

Aguiar (2006) tratou da relação entre o turismo e a “preservação”, focando o seu estudo em Ouro Preto e tendo como marco temporal o período entre as décadas de 1960 e 1980. Foram abordadas as missões de Parent e de Viana de Lima e seus respectivos relatórios. Embora esses relatórios tenham sido usados como fonte de informação, eles não foram objeto de estudo, nem relacionados entre si ou com as diretrizes da UNESCO, nem mesmo situados junto a missões que ocorreram em outras cidades brasileiras, as quais tinham o mesmo objetivo.

Além da proteção aos bens culturais brasileiros, Silva (2003) abordou, no estudo oriundo de sua dissertação de mestrado em direito internacional, as práticas e o aparato institucional da UNESCO, a partir da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Ele identificou o funcionamento e a ação protetora dessa Convenção em relação às cidades brasileiras que foram incluídas na Lista do Patrimônio Mundial. O período de que trata, portanto, é posterior ao que vai ser abordado nesta tese, e o seu trabalho obedece a outros critérios de pesquisa.

O turismo cultural, as missões de assistência técnica e a relação entre a DPHAN e a UNESCO foram temas tratados de modo secundário nos trabalhos acadêmicos citados. Com isso, o objetivo desta tese é compreender o turismo cultural difundido pela UNESCO no meio técnico brasileiro entre os anos de 1966 e 1972, bem como a sua contribuição para o debate em torno das práticas de conservação dos bens culturais no Brasil.

Para a elaboração deste trabalho, foram realizadas consultas e pesquisas no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, nas séries Arquivo Técnico Administrativo, Assuntos Internacionais e Personalidades. As pesquisas obedeceram a três etapas: a primeira, de 14 de outubro a 14 de novembro de 2008; a segunda, de 21 de maio a 3 de julho de 2009, e a terceira, de 20 de maio a 5 de junho de 2011.

Nas pesquisas, foram levantados e estudados documentos relativos à colaboração de técnicos e de intelectuais estrangeiros com o IPHAN e à passagem dos consultores da

UNESCO. Esses documentos constavam de planos, relatórios, projetos, correspondências oficiais e pessoais, recortes de artigos de jornais de todo o país, dentre outros.

Merecem destaque, quanto aos pesquisadores e técnicos que foi possível conhecer e com os quais se pôde conversar sobre o tema da pesquisa, Henrique Oswaldo, ex-coordenador do Programa Cidades Históricas, e Cyro Lyra, Márcia Chuva e Cláudia Leal, do IPHAN. Esta última organiza uma série de publicações sobre as missões da UNESCO no Brasil e gentilmente disponibilizou os relatórios traduzidos que serão publicados.

Em Lisboa, foi possível dividir inquietações e ter o estágio de pesquisa orientado por Madalena Cunha Matos. Nesse estágio, tiveram destaque as pesquisas realizadas na Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa e no acervo do escritório de Viana de Lima doado ao Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

A investigação contou também com pesquisas na Biblioteca do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e no Arquivo da UNESCO em Paris. É importante ressaltar que uma parte desse arquivo está disponível no *site* da Organização, no qual constam vários relatórios técnicos e todos os números de seu periódico mensal *El Correo* (em espanhol, ou *Le Courrier*, em francês), que foi pesquisado desde o primeiro número, de fevereiro de 1948 até a edição de dezembro de 1972.

A leitura, organização, separação e reorganização desse material foi uma constante no trabalho e antecedeu o processo de elaboração da narrativa, obedecendo a critérios diversos. No primeiro momento, essa organização obedeceu ao critério de arquivo consultado; depois foi a ordem cronológica, quando a organização foi feita a partir da data de elaboração do documento, de modo a entender a sequência dos acontecimentos, principalmente com relação às correspondências; em seguida, os documentos foram separados por temas, para depois serem reorganizados conforme os objetivos do capítulo a ser elaborado.

A tese está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, *Conformação do turismo cultural*, foi discutido o modo como o turismo cultural emergiu na UNESCO, apresentando o contexto que permitiu sua difusão, por meio da assistência técnica, e a inter-relação proposta entre conservação dos bens culturais, planejamento e turismo, tendo como fim almejado a superação do subdesenvolvimento.

No segundo capítulo, *Planejamento, turismo e conservação como atribuição de governo no Brasil*, foi apresentado um panorama do planejamento, do turismo e da conservação dos bens culturais como práticas governamentais. Essas práticas estavam em momentos distintos e desconectados, quando foram feitas as primeiras solicitações de assistência técnica para o turismo cultural à UNESCO. Mesmo que essas práticas não fossem convergentes, o panorama apresentado se constituiu num ambiente receptivo às missões da UNESCO.

No terceiro capítulo, *O acordo de cooperação com o Brasil*, foram discutidas as primeiras conexões entre os interlocutores brasileiros e os da UNESCO para a constituição de um acordo de cooperação técnica para o turismo cultural. O estabelecimento desse acordo, os pedidos e a vinda dos primeiros consultores ao Brasil, Paul Coremans e Michel Parent, é uma passagem importante para o entendimento das motivações para esses pedidos de cooperação técnica, na qual atuou uma série de outras missões.

No quarto capítulo, *Michel Parent e a missão de informação*, foram abordados os entendimentos e as propostas para o turismo cultural feitas por Michel Parent em sua missão. O trabalho desse consultor visou identificar e informar os potenciais brasileiros para o turismo cultural. A busca do que era digno de ser revelado pressupunha a escolha de objetos e, principalmente, das cidades, chamadas de cidades de arte, para nelas se constituírem os cenários para o turismo. Essa escolha também demandou um modo de operacionalização das sugestões apresentadas, o qual também faz parte da construção do produto a ser cultuado.

No quinto e último capítulo, *Projetos prioritários: Parati, Salvador e Ouro Preto*, a discussão em torno do turismo cultural foi feita por meio das propostas dos consultores urbanistas para Ouro Preto, Parati e Salvador, cidades que configuravam os três primeiros projetos prioritários no Brasil. Para além das diretrizes propostas nessas missões, foram investigados os preparativos, a escolha e a vinda dos consultores, bem como a expectativa dos técnicos brasileiros.

Nas considerações finais, foi feita uma reflexão sobre as discussões em torno do turismo cultural que foram apresentadas ao longo da narrativa e relacionadas a outras, promovidas no meio técnico brasileiro e realizadas posteriormente, que foram consubstanciadas em programas governamentais, abrindo assim, novas perspectivas de debates e de construção de futuros objetos de pesquisa.

CAPÍTULO 1

CONFORMAÇÃO DO TURISMO CULTURAL

Neste capítulo, será discutido o modo como o turismo cultural emergiu na UNESCO, em 1966, situando-o no contexto da difusão da assistência técnica promovida pela ONU desde 1950. Será privilegiada a inter-relação proposta para a conservação dos bens culturais, o planejamento e o turismo, tendo como fim almejado a superação do subdesenvolvimento.

1.1 A UNESCO e a assistência técnica

A UNESCO foi criada durante a Conferência da ONU em Londres, acontecida entre os dias 1º e 16 de novembro de 1945, o mesmo ano em que findava a Segunda Guerra Mundial.⁴

Segundo sua Constituição, que entrou em vigor em 1946, o propósito da UNESCO seria o de contribuir para a paz, promovendo a colaboração entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, resguardando-se as questões restritas à jurisdição interna de seus Estados-membros. Suas atribuições reforçavam o desejo de difusão do conhecimento entre as nações, o que pode ser relacionado com a manutenção e a expansão do acesso ao saber, à técnica e à cultura. Isso seria viabilizado mediante a comunicação de massa e de documentos oficiais - como as convenções e as recomendações internacionais - e do intercâmbio internacional (UNESCO, 2005, p.1-2).

Em seu momento inicial, ou seja, até 1950, o foco das ações da UNESCO estava na promoção de debates intelectuais, na defesa da ideia de progresso e de civilização como algo que poderia ser unificado e alcançado pelo conhecimento neutro e universal. É o que se constata na leitura e análise do primeiro ano da revista mensal da Organização, *El Correo*, editada de fevereiro a novembro de 1948 (v.1, n.1-10).

⁴ A Segunda Guerra Mundial foi iniciada em 1939 e teve seu fim em 1945. Atingiu toda a Europa e envolveu diversos países de outros continentes. O saldo de mortos foi avassalador, cerca de 55 milhões de pessoas. Na França, por exemplo, foram destruídas em torno de 460.000 edificações, e na capital da Polônia, Varsóvia, 75% de suas edificações (JOKILEHTO, 2005, p.409).

Dentre os temas mais abordados, estavam a ajuda e o intercâmbio de ideias que privilegiavam as questões relacionadas à educação dos países atingidos pela Segunda Guerra Mundial. Destaque-se, nesse sentido, a reconstrução de instituições de ensino e bibliotecas e a alfabetização de crianças e adultos. A difusão do conhecimento científico em favor da paz entre os povos, a qual deveria estar acima de nacionalismos, também era ressaltada. Um exemplo, foi a criação das estações de cooperação científica, em 1947, na América Latina, no Oriente Médio, na Ásia Meridional e na Ásia Sudoriental.⁵

O orçamento da UNESCO para o ano de 1948, correspondente a US\$ 7.682.637,00, e a sua respectiva distribuição, também são esclarecedores da situação. Essa cifra equivalia à soma anual destinada à limpeza do metrô nova-iorquino (EL CORREO, 1956, p.15), sendo que, dela, 7.99% seriam destinados à reconstrução de instituições de ensino, 22.31% à difusão das ideias ou à cooperação científica internacional, 11.12% à educação, 6.9% a assuntos culturais, 4.26% a atividades relacionadas às ciências sociais e humanas, e 11.96% a assuntos relacionados às ciências naturais. O restante, o equivalente a 35.46%, seria destinado à administração da Organização (EL CORREO, 1948, p.1).

Esse orçamento vinha da contribuição resultante da divisão de responsabilidades entre seus Estados-membros e outras contribuições voluntárias. O fundo orçamentário era, naquele momento, inferior às ambições da Organização e restringiu as formas de cooperação, dada a impossibilidade de se realizarem empreitadas com grandes custos financeiros.

Assim, as ações da UNESCO com relação à cultura abordavam, de modo pouco operacional, a conservação dos bens culturais. Entretanto, há que ser feita uma ressalva quanto à atuação jurídica na promoção de debates e de acordos, recomendações e convenções resultantes, sobre a proteção de bens culturais⁶ e as discussões em torno de

⁵ Uma delas foi instalada no Brasil, o *Instituto Hiléia Amazônica*, que teve no cientista brasileiro Paulo Carneiro (1901-1982) o seu maior incentivador. Ele atuava na UNESCO desde a sua criação, fazendo parte do seu Conselho Executivo ou como Embaixador brasileiro até o ano de 1965.

⁶ Esses debates, acontecidos desde antes da criação da UNESCO, mas principalmente depois, resultaram em acordos como as Convenções de Haia, de 1899 e de 1907, a Convenção de Genebra, em 1949, e o Pacto de Roerich, de 1935. Nas Convenções de Haia, de 1899 e de 1907, tentou-se disciplinar a proteção dos bens sujeitos a destruição, com a prescrição dos meios bélicos proibidos e a condenação de certas condutas denominadas “ardis de guerra e perfídia”. Na convenção de Genebra, de 1949, ou *Convenção Relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra*, foi proibida a destruição dos bens móveis e imóveis, salvo quando necessária. No Pacto Roerich, ou *Tratado para a Proteção das Instituições Científicas e Artísticas e Monumentos Históricos*, de 1935, foi reconhecido “o status de neutralidade, em casos de guerra, aos monumentos históricos, museus e instituições dedicadas à ciência, à arte, à educação e à conservação dos elementos

técnicas e conceitos de restauro e conservação, tendo em vista a reconstrução de cidades e edificações destruídas ou danificadas pela Segunda Guerra.

A crescente atenção da UNESCO a temas ligados à cultura coincidiu com sua ligação ao desenvolvimento econômico. Mas isso não aconteceu sem um estranhamento, como se constata da afirmação de René Maheu: “A UNESCO era uma organização para a cultura, para a ciência, tudo coisas muito belas e nobres, e para a educação, coisa evidentemente necessária em si. Portanto que tinha a UNESCO a ver com o desenvolvimento econômico?” (MAHEU, 1966, p.78).

O autor dessa citação começou sua carreira na UNESCO no ano em que ela foi criada, em 1945, nela permanecendo até 1974, quando se aposentou como Diretor-Geral. A provocação que fez se refere à mudança que houve na Organização quando ela passou a contar com o Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas aos países subdesenvolvidos em 1950. Tal fato gerou um acréscimo substancial em seu orçamento, o que possibilitou, ao mesmo tempo, ações mais arrojadas, mas também seu compromisso com o desenvolvimento econômico. Essa mudança se referia, principalmente, à orientação das ações da UNESCO para o plano cultural, que ganhou fôlego durante a gestão de Maheu como sexto Diretor-Geral, cargo que exerceu por quinze anos.⁷

Vale ressaltar que, em 1948, foram criados dois organismos regionais para o continente americano, vinculados às Nações Unidas: a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL),⁸ com a sede em Santiago, no Chile, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington, Estados Unidos.

O acordo para a criação do Programa de Assistência teve início em dezembro de 1948, quando, na Assembléia Geral das Nações Unidas, foram destinados US\$ 288.000,00

culturais que constassem de uma lista elaborada pelos governos signatários e comunicada à União Pan-Americana” (SILVA, 2003, p.28-55).

⁷ René Maheu, em seu discurso de posse, afirmou: “Pude ver a Organização crescer”. E isso se devia ao fato de ter sido o diretor-geral da UNESCO que mais tempo ficou no cargo, por dois mandatos no período de 1962 a 1974, sendo que desde 1959 ele já assumia interinamente o posto, portanto, quinze anos. Ele começou a sua carreira na Organização, quando, em agosto de 1946, foi convidado pelo então primeiro Diretor-Geral, Julien Huxley, para trabalhar na comissão que a preparava em Londres. Posteriormente, em 1949, assumiu o cargo de Diretor Executivo, e passou a trabalhar diretamente com o segundo Diretor-Geral, Jaime Torres Bodet. Em 1954 foi nomeado Diretor Geral Assistente e representante da UNESCO na sede central da ONU. Em 1959, na gestão de Vittorino Veronese, Maheu foi nomeado seu Diretor-Geral Adjunto e sucessor interino, mas, ficou no cargo boa parte da gestão por conta de problemas de saúde de Veronese (MAHEU, 1966, p.24).

⁸ Sendo que a Cepal, uma das cinco comissões criadas pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas tinha como objetivo “o estudo e a promoção de políticas para o desenvolvimento de sua região, especialmente estimulando a cooperação entre os seus países e o resto do mundo” (CEPAL. Disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/cepal/> Acesso: 28 mai 2012).

para ajudas técnicas, que consistiam na concessão de bolsas e assessoramento técnico a países subdesenvolvidos. Em março 1949, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas instruiu seu Secretário Geral, Trygve Lie, para realizar um plano progressivo de assistência técnica, que foi apresentado em *Lake Success* em 2 de junho do mesmo ano. Em 15 de agosto de 1949, o Programa foi aprovado pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (EL CORREO, 1949a; 1950).

O auxílio visava promover meios para que os países conseguissem, por seu próprio esforço, um desenvolvimento econômico equilibrado, contando, para tanto, com as conquistas da ciência e da técnica, já impressas na vida econômica dos países desenvolvidos. Tendo em vista tal empreendimento, era destacada a necessidade de elaboração de esquemas inspirados nas experiências dos países desenvolvidos, para que elas fossem aplicadas a outras estruturas econômicas e sociais, segundo foi apresentado no Relatório da ONU, resumido e publicado no *El Correo* (1949b, p. 1-2). Embora não tenha sido feita referência às questões culturais para a adaptação desses esquemas e mesmo citando as estruturas sociais, eram as econômicas e seu caráter quantitativo que prevaleciam, tanto nos diagnósticos, quanto na previsão de ações e de investimentos a serem feitos.

O Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas contou com o suporte do governo americano, que contribuiu para os fundos desse Programa e estimulou sua criação, o que foi celebrado pelo Diretor-Geral da UNESCO Torres Bodet (no período de 1948 a 1952), que foi à Casa Branca para agradecer ao Presidente Harry Truman, que governou o país de 1945 a 1953 (EL CORREO, 1949b; 1949c).⁹

O governo americano apoiava também a recuperação dos países europeus atingidos pela Segunda Guerra por meio do Plano Marshall, lançado em junho de 1947. A iniciativa desse apoio ampliado nessas duas frentes - assistência aos países subdesenvolvidos e reconstrução de países europeus - fazia parte de uma série de ações conhecidas como Doutrina Truman.¹⁰ Dentre outras motivações, essa Doutrina indicava o “sentido [em que] ocorreriam as intervenções norte-americanas nos assuntos políticos internos das outras nações” (IANNI, 1971, p. 104). Com isso, visavam à contenção da expansão do comunismo,

⁹ Na edição de *El Correo* (1949b, p.1), a criação do Programa foi considerada “*la respuesta de las Naciones Unidas al llamamiento del Presidente Truman en favor de un ‘programa nuevo y atrevido’ para poner los beneficios del progreso científico e industrial al servicio del mejoramiento y del desarrollo de los territorios atrasados.*”

¹⁰ A Doutrina Truman foi reforçada em 1949 pelo Ponto IV, que ampliava as condições de assistência e de cooperação com os países subdesenvolvidos.

no período considerado por Hobsbawm (1995, p. 226) como o “mais explosivo” da Guerra Fria.¹¹

O orçamento inicial do Programa, previsto para o biênio 1950-1951, foi de US\$ 85 milhões. Desse montante, a ONU ficaria apenas com 23%, e o restante seria dividido entre organizações a ela ligadas, sendo: 11% destinados à Organização Internacional do Trabalho (OIT), 29% à Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), 14% à UNESCO, 22% à Organização Mundial da Saúde (OMS) e 1% à Organização Internacional da Aviação Civil (EL CORREO, 1950, p.5). Após essa divisão, cada Organização deveria estabelecer um planejamento de acordo com os assuntos de suas competências, e a ONU se responsabilizaria por projetos que não se enquadrassem em nenhuma delas (EL CORREO, 1949b, p.1-2). O plano da UNESCO foi aprovado em Assembléia Geral, em 20 de setembro de 1949, para ser executado no ano seguinte.

Os serviços que a UNESCO podia prestar no primeiro biênio do Programa estavam nas áreas de educação fundamental, técnica e de adultos, de ciências básicas e aplicadas e de informação científica. A assistência poderia ser feita em: **Missões de estudo ou de exploração**, realizadas por equipes de especialistas, num prazo de tempo limitado que não excedesse a seis meses; **Serviços de assessoramento**, auxiliando na elaboração de projetos pelos governos, o que poderia durar de dois a três anos; **Formação de professorado**, em missões de caráter pedagógico e técnico, podendo-se constituir, também, na concessão de bolsas de estudo no exterior e na criação de centros de formação; **Equipes de investigação e serviços de documentação**, grupos que tivessem o intuito de colaborar na investigação dos problemas técnicos e científicos e em serviços de informação para a imprensa e o rádio (EL CORREO, 1950, p.6-7).

A assistência seria posta em prática a partir do pedido do país interessado e teria parte dos custos assumida pelo governo solicitante. Não era permitida a interferência de seus consultores em assuntos internos, nem seriam feitas considerações políticas de qualquer natureza (EL CORREO, 1949b, p.1-2).

Além de acordos com os países solicitantes, também era prevista a cooperação em acordos entre os países. A seleção das solicitações obedecia aos seguintes critérios: importância do projeto em relação ao fomento econômico ou ao melhoramento das

¹¹ A Guerra Fria foi caracterizada por confronto e disputas de poder entre os Estados Unidos e a União Soviética, após a Segunda Guerra Mundial. Sobre o assunto, ver Hobsbawm (1995) e Furtado (2003).

condições nacionais que o determinassem; possibilidade de aumento produtivo que o projeto poderia trazer e contribuição da nação solicitante para a execução do plano; possibilidade de continuidade da proposta; viabilidade de extensão dos benefícios do plano a outros países situados na mesma região; urgência da ajuda solicitada e distribuição equitativa da ajuda entre as diversas regiões do mundo. Como contrapartida, os países solicitantes da assistência deveriam responsabilizar-se pelas despesas dos *experts* no país, além de facilitar os estudos para o plano de ajuda técnica (EL CORREO, 1950, p.6-7).

Vale destacar que a assistência técnica e o apoio aos Estados-membros já eram praticados até então, embora não estivessem conformados em um programa e não tivessem o fôlego de um grande empreendimento, devido às limitações orçamentárias da UNESCO. A Organização já havia enviado missões e intermediado bolsas de estudo, como, por exemplo, ao Brasil, onde organizou, em 1949, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, um seminário sobre o analfabetismo.

No entanto, a criação do Programa de Assistência Técnica foi marcante para um novo direcionamento das ações da UNESCO em prol da combinação de seu viés intelectual com o operacional. Com esse fato, pôde-se somar a entrada de novos países recém-independentes ao sistema da Organização, os quais, juntos, passaram a exercer um apelo considerável nas suas apreciações.

Esses países também representavam, aos olhos dos europeus e dos americanos, um “enorme e crescente peso demográfico”, o que causava uma séria preocupação internacional (HOBBSAWM, 1995, p. 337). Vale lembrar que, na década de 1950, o mundo deixou de ser predominantemente rural para se tornar urbano. Essa virada foi considerada por Hobsbawm (1995, p. 284) “a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”.

Esses fatores somaram-se à tensão e à insegurança geradas pela Guerra Fria e pela divisão do mundo em dois polos, o capitalista e o comunista, o que contribui para estimular as discussões em torno dos saberes e da técnica como instrumentos de transformação de realidades e da sociedade, bem como de controle dessas transformações. Os acordos de cooperação e de assistência técnica estavam voltados para os chamados países mais pobres, atrasados, em via de desenvolvimento, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, a partir do planejamento, da formação técnica e do financiamento internacional.

A dualidade na separação entre países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, e na respectiva comparação presente nos textos oficiais evidenciava a diferença entre eles e não considerava as nuances entre esses dois pólos, bem como as especificidades de cada realidade. Isso acabava por ressaltar, ainda mais, por meio da sua generalidade, essa polaridade.

Furtado (2003, p. 88) considerava o subdesenvolvimento “uma criação do desenvolvimento”. Ele criticou a noção de que o subdesenvolvimento era uma fase do desenvolvimento a ser superada “com a elevação da produtividade econômica sem maiores modificações nas formas de produção”, defendendo que ambos seriam “aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna”. Essa crítica, feita na primeira metade da década de 1960, coincidia com a visão da UNESCO, fortemente referenciada pela concepção difundida pelos Estados Unidos.

A assistência, como instrumento de promoção do desenvolvimento, ganhou um apelo maior na década de 1960, considerada pela ONU e pelas organizações a ela ligadas, o Decênio do Desenvolvimento. Assim, a abordagem do desenvolvimento comparava-o a “um processo dinâmico” no qual, “em diferentes momentos e com ritos distintos, mas de forma irrevogável, os grupos humanos iam sendo adaptados ao emprego dos modernos instrumentos da ciência e da técnica” (THANT, 1965, p.4),¹² o que se assemelhava à modernização ou à capacidade de modernizar, atualizar processos e se adaptar às mudanças. Era o elogio da técnica.

Assim, as vantagens e a validade do conhecimento e da técnica para as sociedades que tinham recursos e mão de obra qualificada para atender a tais serviços eram destacadas pela UNESCO em citações como esta: “Se um membro de sua família adoece, chama-se o médico. Se sua casa precisa de reparos, chama-se o pedreiro. Se seu filho chega à idade escolar, você leva escola” (EL CORREO, 1950, p.5).¹³

Era ressaltada a validade da técnica como o elemento primordial de uma cultura universal e o agente de sua independência. Segundo Torres Bodet, “na medida em que se

¹² Da citação original: *“La idea de un Decenio para el Desarrollo, lanzada y sostenida por las Naciones Unidas en 1961, tiene por finalidad la de recordarnos varias cosas. En primer lugar, el proceso de desarrollo es sí, o sea el proceso por medio del cual, en diferentes momentos y con distinto ritmo pero en forma totalmente irrevocable, van adaptándose los grupos humanos al empleo de los modernos instrumentos de la ciencia y la técnica.”*

¹³ Da citação original: *“Si un miembro de su familia cae enfermo, usted llama al médico. Si su casa necesita reparaciones, llama usted a un obrero. Si su hijo llega a la edad escolar, lo lleva usted a la escuela”.*

melhora o nível técnico, os povos atrasados necessitam de ajuda para se adaptarem à sua independência cultural”, o que ressalta, assim, a necessidade de formação de “inteligências” (EL CORREO, 1949c, p.1).¹⁴

Para essa independência, a UNESCO cooperaria de modo a viabilizar o ensino e a formação de “inteligências”, para que elas fossem “responsáveis pela formação de outras”. Vale destacar que os primeiros pedidos de assistência foram destinados à educação técnica e não ao ensino escolar, com a finalidade de viabilizar a formação de profissionais que atuassem, posteriormente, em seus países de origem.

A assistência técnica caracterizava-se por duas frentes de ação, que por vezes se cruzavam: a difusão da ideia de **planejamento** de longo prazo e a **formação técnica** como fator de promoção, de uso racional de recursos e de efeito multiplicador. Essas duas frentes assumiram um lugar privilegiado nas discussões, nos meios e nas metas sobre o tema, sendo o caminho para um almejado desenvolvimento ou para a superação do subdesenvolvimento.

O projeto de construção de uma nova sociedade, de um novo homem, tendo como meio ou instrumento o conhecimento e a técnica foi a fonte de uma série de reflexões de Secchi, em suas histórias do século XX. Nesse projeto, as experiências americanas e soviéticas da década de 1930 foram referências, tendo destaque o *New Deal* americano. Segundo Secchi (2009, p.116-117), as discussões em torno dessas experiências “invade[m] todas as disciplinas, da economia política às estratégias militares e às comerciais, se torna[m] mais técnica e, em certa medida, mais banal, assumindo dimensões retóricas suspeitas para voltar a inquietar, somente no fim do século, o pensamento europeu”.

Nesse projeto transformador, o “urbanismo e a arquitetura não apenas [eram vistos como] a representação do sistema de valores de uma sociedade inclinada a mudanças, como também o concreto instrumento de uma política, de sua renovação, progresso e liberalização mais amplos”, no qual “a dimensão tecnicista da vida em uma sociedade [era] dominada pela solidão” (SECCHI, 2009, p. 21, 117).

O planejamento, como uma atribuição governamental, era uma discussão na pauta de países como a França e a Inglaterra, bem como no Brasil, como será tratado no capítulo

¹⁴ Da citação original: “A medida que va subiendo su nivel técnico, los pueblos atrasados necesitan que se les ayude a adaptarse a su independencia cultural... Si se quiere enseñarles a servirse de sus manos, hay que formar también sus inteligencias.”

seguinte, principalmente depois da Segunda Guerra, quando foi incorporado e aceito, ou tornou-se necessário.

O plano, por si só, não era uma garantia de eficácia do planejamento. No entanto, representava uma segurança para que essa eficácia se confirmasse e para que os países pudessem solicitar e receber investimentos para sua execução. Desse modo, relatórios, programas, planos, diagnósticos, consultorias e cursos serviam como uma forma de contato com esse universo de formação, informação e diretrizes para futuros planos, o que beneficiaria os dois lados da informação.

Nesse contexto e a partir de uma justificativa econômica, os bens culturais e sua conservação ganharam impulso e espaço nas discussões da UNESCO, como será visto no próximo tópico.

Esse impulso foi incrementado quando a assistência técnica passou a contemplar o turismo e a ser apoiado pela UNESCO, sob a alcunha de “turismo cultural”. Formava-se, assim, a tríade: conservação, planejamento e turismo difundido nos países subdesenvolvidos.

1.2 A assistência técnica e a conservação dos bens culturais

A assistência técnica, no campo da conservação dos bens culturais, privilegiou, a princípio, a formação técnica e as missões de caráter emergencial.

A UNESCO apoiou a formação de técnicos para o trabalho de conservação dos bens culturais, antes mesmo de 1959, ano da criação do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM).

O ensino técnico era considerado uma demanda primordial do desenvolvimento econômico, por possibilitar o maior aproveitamento dos recursos materiais e humanos e, também, dos investimentos nacionais e estrangeiros (LE COURRIER, 1949, p.10; EL CORREO, 1965, p.27; THANT, 1965, p.33).¹⁵

A discussão em torno da necessidade de formar pessoal especializado nas técnicas de restauro e conservação de bens culturais surgiu durante a Conferência Geral da UNESCO, realizada entre os dias 17 e 21 de outubro de 1949, e coordenada pelo arquiteto italiano

¹⁵ Entre 1950 e 1965, foram concedidas 32 mil bolsas de estudo em países estrangeiros, intermediadas pela UNESCO.

Roberto Pane.¹⁶ Estava em discussão qual poderia ser a contribuição da UNESCO para a proteção e a conservação dos bens culturais chamados então de “antiguidades, monumentos e lugares de caráter histórico”, e como ela seria feita, já que se considerava impossível estabelecer uma regra fixa para a restauração (EL CORREO, 1949d, p. 16; 1949e, p. 12).

Pane defendia a ideia de uma colaboração da UNESCO com outros organismos internacionais, especialmente os de turismo, que, para ele, deveria ser um aliado da conservação: “o turismo trabalha para nós, e nós trabalhamos para o turismo... Velho como o mundo, o turismo é hoje para vários países ‘a primeira e a mais completa indústria de exportação’” (EL CORREO, 1949e, p. 12).¹⁷

Além desse apelo, Pane fez um chamamento à UNESCO e aos governos para debater questões relacionadas à reconstrução europeia do pós-guerra. Mas essa reconstrução não poderia ser encampada pela Organização, dado seus poucos recursos financeiros e sua atenção, que no momento estava voltada para questões direcionadas para a ciência e a educação.

Na UNESCO, a formação de um aporte técnico para os aspectos e problemas que diziam respeito à conservação de bens culturais, tendo em vista o trabalho de reconstrução do pós-guerra, se tornou premente. Assim, foi acordada a constituição de um Conselho Internacional, formado por 14 *experts*, para assessorá-la na “escolha das prioridades, na preparação de convênios internacionais, na organização de arquivos fotográficos do tesouro artístico mundial, no envio de missões científicas de documentação”. Também foi aprovada a criação de um fundo internacional de ajuda, já que a falta de recursos era um problema comum a todas as nações participantes (EL CORREO, 1949e, p. 12).¹⁸

¹⁶ Pane (1897-1987) teve um destacado papel no debate sobre a conservação no pós-guerra. Foi professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Nápoles e fazia parte da corrente de pensamento chamada de restauro crítico. Em 1964, foi um dos redatores da Carta de Veneza, juntamente com Piero Gazzola (JOKILEHTO, 2005, p.415-416).

¹⁷ Da citação original: “La UNESCO deberá colaborar en primer término con todos los organismos interesados, y especialmente con los servicios de turismo. Su acción educativa entre las masas será así más profundo y eficaz. El turismo trabaja para nosotros, y nosotros trabajamos para el turismo. No es el clima lo que lleva a los turistas a Reims, a Gante, a Pisa, a Salisbury, al Taj Mahal o al cementerio real de Tchang-Ping. Viejo como el mundo, el turismo es hoy para varios países la primera y la más compleja de las industrias de exportación”.

¹⁸ Da citação original: “Incumbirá en particular a estos especialistas la tarea de asesorar a la UNESCO en la determinación de prioridades, en la preparación de convenios internacionales para la protección contra los peligros militares, en la organización de archivos fotográficos internacionales del tesoro artístico mundial, en el envío de misiones científicas de documentación, etc. Deberán así mismo orientar el esfuerzo de propaganda y de educación popular de la UNESCO”.

A ideia de criação desse fundo foi debatida na Conferência Geral do ano seguinte, em 1950. Nela foi aventada a hipótese de se criar um imposto sobre o turismo, o que não agradou aos governos participantes que tentavam, de todas as formas, facilitar o movimento turístico em seus países. Assim, em 1951, o governo suíço sugeriu que, ao invés de tentar angariar fundos, deveria ser criado um centro internacional para promover estudos e difundir técnicas e métodos de conservação e restauro (DAIFUKU, 1969, p.12).

As discussões em torno desse assunto resultaram na criação do ICCROM. O acordo para a criação desse Conselho foi assinado pelos representantes do governo italiano e da UNESCO em 27 de abril de 1957.¹⁹ No mesmo ano, no *International Meeting of architects and technicians of historic monuments*, organizado em Paris pela UNESCO, foram discutidas questões referentes ao treinamento e à colaboração de profissionais diversos na conservação de monumentos e sítios históricos, como arquitetos, arqueólogos, urbanistas e artesãos (JOKILEHTO, 2005, p.420).

Fizeram parte de seu Conselho Provisório (1958-1960) os seguintes representantes: Cesare Brandi, do Instituto Central do Restauro italiano (ICR); Paul Coremans, do Instituto Real do Patrimônio Artístico da Bélgica (IRPA); Piero Gazzola, do governo italiano, e Jan K. Van der Haagen, da UNESCO (ICCROM, 2009, p.3).

O ICCROM é uma organização intergovernamental que tem entre suas atribuições divulgar e estimular pesquisas no campo da conservação e da restauração de bens culturais e contribuir para a formação de especialistas nessa área, por meio de publicações, reuniões e intercâmbios internacionais, além de oferecer cursos relacionados à conservação, sendo que o primeiro, em 1965, colaborou para a montagem de outros centros no mundo, ampliando as possibilidades de formação profissional.

Em 1964, foi considerada a possibilidade de ser criado um centro de formação para a conservação em um dos países latino-americanos. Como o Brasil ainda não tinha firmado acordo com o ICCROM,²⁰ o que aconteceu no mesmo ano,²¹ esse centro acabou por ser

¹⁹ Sobre os primeiros anos do Centro, ver: Daifuku (1969).

²⁰ Quando veio ao Brasil, em 1964, Paul Coremans alertou as autoridades brasileiras para o fato de o país ainda não ter aderido ao ICCROM e sugeriu que isso fosse feito “imediatamente” (COREMANS, 1964, p.12). Esse fato foi lamentado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, pois a adesão dependia de uma aprovação pelo Congresso Nacional, o que aconteceu alguns meses depois, em 21/8/1964 (Carta de Paul Coremans a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 27/12/1963; Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Paul Coremans, em 14/2/1964 - IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P06/ Cx.0017/337/ P.0072).

²¹ Decreto-Legislativo n. 16, de 1º de julho de 1964.

instalado no México, onde ganhou o nome de *Centro Latinoamericano de Estudios para la Conservación y Restauración de Bienes Culturales*.

No Brasil, a UNESCO apoiou a criação dos primeiros cursos de conservação na década de 1970, realizados pela parceria entre as universidades públicas e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Eles foram itinerantes, sendo o primeiro realizado em São Paulo, em 1974, numa parceria entre a Universidade de São Paulo (USP) (governo de São Paulo) e o IPHAN (Ministério da Educação), e contou com a participação de professores estrangeiros, como do francês Hugues Varine-Bohan. Depois, aconteceram no Recife (1976), em Belo Horizonte (1978) e em Salvador (1980), quando vieram, dentre outros, o argentino naturalizado francês Raul Pastrana, o peruano Victor Pimentel e o francês Jean-Bernard Perrin.

Foram também concedidas bolsas de estudo a brasileiros na Bélgica, no México e na Itália. Alguns técnicos brasileiros também participaram de cursos apoiados pela UNESCO como professores, o que constituía um incentivo para o conhecimento de casos de realidades distintas da europeia, como uma disciplina sobre o barroco brasileiro ministrado por Renato Soeiro no ICCROM.

As missões para a conservação de bens culturais tiveram como ponto de partida a assistência emergencial ocorrida em Cuzco, no Peru, em 1951, sob o encargo de George Kubler, da Universidade de Yale. Tinha como objetivo assistir as autoridades peruanas na recuperação dessa cidade, inclusive da *Igreja de la Merced*, danificada por um terremoto, em 21 de maio de 1950. Depois dela, foram inúmeras as missões, concessões de bolsas de estudo e de aparatos materiais relativos ao tema, as quais passaram a fazer parte do programa regular de assistência (DAIFUKU, 1968, p.7).

Missão, num sentido geral, pode ser considerado um cargo, um compromisso, uma incumbência. Ao ser especificado, o termo pode ter sentidos diversos, como por exemplo, a missão artística francesa que veio ao Brasil no século XIX, constituiu-se na “vinculação do projeto político a outro, de caráter civilizatório”, e era composta por artistas que vieram “implantar, na capital do Reino [Rio de Janeiro], uma escola de belas artes nos moldes daquelas existentes na Europa” (TELLES, 2008, p. 15).

As missões da UNESCO, tal como foi referido na página 20, eram uma modalidade de cooperação técnica que se relaciona com o estudo ou a exploração realizada por um especialista, *expert* ou consultor contratado pela UNESCO. Esse consultor era enviado a

países solicitantes, para atuar em nome da Organização, com um objetivo específico, num tempo delimitado e as suas considerações assumiriam um caráter pedagógico e técnico. Em missão, ele atuava como um mecanismo de difusão de ideias e colaborava, a partir de sua formação e em nome do conhecimento, de modo a assegurar o lugar da verdade e da técnica, dentro dos limites aceitos pela UNESCO. Essa função foi exaltada por Maheu (1966, p.69) como um ato quase religioso.

As missões aconteciam de forma pontual, para atender às demandas específicas dos países solicitantes, e também em campanhas internacionais, como as organizadas pela UNESCO na região da Núbia (Egito e Sudão) e em Veneza e em Florença (Itália), após serem atingidas por uma grande enchente, em 1966.

A Campanha da Núbia foi emblemática. A primeira e a mais longa delas foi realizada entre 1954 e 1964. Teve como finalidade a salvaguarda (ou salvamento) de monumentos e antiguidades que estavam ameaçados de submergir por conta da construção da represa de Assuã. A operação consistiu em registros, inventários e fotografias dos monumentos e das inscrições rupestres, o que foi realizado durante cinco anos. Foram feitos, também, o desmonte, o seccionamento e a transferência de alguns templos egípcios para lugares seguros, fora do alcance das águas. As operações contaram com a colaboração de mais de 50 países e com 40 expedições integradas por representantes de 15 países, tanto na Núbia egípcia, quanto na Núbia Sudanesa (UNESCO, 1966, p.72-73).

A partir das missões emergenciais, as ações operativas da UNESCO com relação à conservação de bens culturais se efetivaram. Nesse sentido, são exemplares: as campanhas, como a da Núbia; as missões voltadas para o restauro de obras específicas - como as enviadas ao México, em 1961, 1962 e 1964, para estudar medidas de conservação do templo maia de Bonampak, e as enviadas ao Iraque, em 1954 e 1960, para o estudo da conservação de monumentos danificados pela ação de chuvas e infiltrações de água; e a missão enviada à Espanha, em 1963, para assessorar a criação de um laboratório no Instituto Central de Restauração. Até 1968, a Organização já havia enviado missões a 33 países, para tratar de assuntos relacionados com a conservação de bens culturais (DAIFUKU, 1968, p. 7).

É importante assinalar que a profusão de missões para assessorar obras de restauro e de reconstrução, bem como apoiar a criação de laboratórios, representou a abertura de um campo de trabalho que, paralelamente, tornava necessária a existência de um número maior de técnicos capacitados. Isso foi incentivado pelo ICCROM por meio dos cursos que ofereceu

e apoiou. Essa abertura passou a interessar os países, as instituições e os técnicos, e também teve como saldo o interesse e os investimentos crescentes feitos pelos países na área.

O sucesso da Campanha da Núbia, tanto técnico quanto pelo interesse despertado no público, que passou a visitar com mais intensidade o local, evidenciou o desejo de integração entre a conservação de bens culturais e o turismo. No entanto, financiar projetos, programas, planos de conservação e a execução deles, estava além das possibilidades de países subdesenvolvidos, que tinham prioridades mais urgentes. Diante disso, a inserção do turismo em projetos, programas e planos foi apresentada como uma alternativa de retorno dos investimentos, de modo a viabilizar e estimular a conservação, tendo em vista os rendimentos e as vantagens futuras. Nesse contexto, estavam também as missões relacionadas com o turismo cultural, cujo surgimento e primeiras experiências serão abordados no próximo tópico.

1.3 O turismo cultural

A partir de 1950, o movimento de turistas no mundo cresceu vertiginosamente, mais de seis vezes em 20 anos, passando de 25.281.410 para 90.863.922, em 1963 (EL CORREO, 1966, p.6), e chegando a mais de 165.000.000, em 1970.²²

Esse grande salto, considerado “espetacular” para o desenvolvimento do turismo internacional, distribuiu-se de modo desigual no mundo. Em 1950, a Europa foi responsável pelo recebimento de 66,5% dos turistas do mundo, seguida da América do Norte, com 24,5%; da América Latina e Antilhas juntas, com 5%; da África, com 2,5%; da Ásia e Austrália juntas, com 1%, e Oriente Médio, com 0,5%. Treze anos depois, em 1963, essa ordem não havia sido alterada, e a predominância da Europa como destino principal era ainda maior, tendo recebido 73% dos turistas do mundo (EL CORREO, 1966, p.6).

Boyer (2003, p. 16) definiu o turismo como “o conjunto de fenômenos resultantes da viagem e da estadia temporária de pessoas fora de seu domicílio, na medida em que este deslocamento satisfaz, no lazer, uma necessidade cultural da civilização industrial”.

²² O crescimento seguiu. Em 1980, o movimento foi de mais de 278 milhões de pessoas, e em 2000 já atingia mais de 687 milhões de pessoas. O salto da receita correspondente ao incremento desse movimento também é significativo: em 1950, de 2,1 bilhões de dólares para mais do triplo, em 1960, com 6,9 bilhões de dólares, e em 2000, já era de 481,6 bilhões de dólares - Dados da World Tourism Organization (ONWTO) disponível em: <http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/historical/ITA_1950_2005.pdf> Acesso: 20 ago 2012.

O turismo foi inventado no século XIX, como decorrência do *Tour* inglês, termo usado desde o século anterior. Ele se referia à viagem de formação dos filhos de nobres e aristocratas que, com ou sem preceptores, complementavam seus estudos em andanças pelo continente europeu. Até meados do século XX, sua adjetivação não era comum, o que ocorreu a partir de então, dada a necessidade de problematizar as questões a ele relacionadas devido ao seu crescimento vertiginoso.

A iniciativa que marca a entrada das Nações Unidas nas discussões sobre o turismo foi a organização da *United Nations Conference on International Travel and Tourism*, também conhecida como o primeiro congresso sobre turismo internacional, realizado em Roma, entre 21 de agosto e 5 de setembro de 1963. A adoção das resoluções dessa Conferência foi recomendada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas às organizações que lhe eram ligadas. Como resultado dessa recomendação, a UNESCO começou a estudar como abordar o tema no ano seguinte, e a OEA promoveu o encontro que resultou na elaboração das Normas de Quito, em 1967.

O texto de referência para as discussões na Conferência, *Tourism as a factor in economic development: role and importance of international tourism*, foi encomendado ao consultor das Nações Unidas, o suíço Kurt Krafp.²³ Para o autor, era tempo de delinear os princípios da política do turismo internacional. O objetivo de seu relatório era indicar o lugar do turismo na economia internacional e nas economias nacionais. Para tanto, apresentou estudos preliminares e justificou que o turismo deveria ser tratado como uma indústria, que requeria a programação e o planejamento das ações a ela ligadas, e que as atividades turísticas deveriam ser abordadas pelo Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas.

Ao tratar do turismo, Krafp (1963, p.6) o chamou de turismo internacional, fenômeno mundial e fator de geração de renda para as economias nacionais; turismo de massa ou social, que passaria a coexistir com o turismo tradicional, mas requerendo preparação e planejamento, de modo a contemplar e a atender um grande e novo contingente de turistas;²⁴ e indústria, a ser explorada em áreas distantes dos grandes centros e de áreas

²³ Krafp era professor da Universidade de Berna, na Suíça. Ele já havia publicado, juntamente com W. Hunziker, o livro *Allgemeine Freudenverkehrslehre*, em 1942, que seria um tratado geral sobre o turismo; em 1953, o original do livro *La consumición turística: Una contribución a la teoría de la consumición*; e em 1961, o texto *Les pays en voie de développement face au tourisme: Introduction méthodologique*.

²⁴ Para Boyer (2003), o termo turismo social resistiu ao tempo, mas não se impôs. Já o turismo de massa não só resistiu como ganhou um grande apelo em estudos, geralmente focados nas dificuldades e problemas com relação a transporte, alojamento e publicidade.

industrializadas, para gerar um “segundo circuito” econômico. O autor não se referiu ao turismo cultural, que só foi registrado em textos oficiais quando passou a ser contemplado pela UNESCO, em 1966.

A associação do turismo à indústria, que ganhou o título de “indústria sem chaminé”, surgiu da comparação entre as vantagens econômicas para as nações beneficiadas por esse fluxo e as proporcionadas pela exportação de produtos agrícolas ou industrializados.

No entanto, essa associação diverge da divisão corrente das atividades econômicas em três setores, primário, secundário e terciário, a qual situa o turismo entre os serviços, isto é, no setor terciário. Esse é considerado “um conjunto heterogêneo de atividades, cuja única homogeneidade consiste na característica de não produzirem bens materiais” (OLIVEIRA, 2003, p. 52-53).

Oliveira considerava que o papel e a função dos serviços eram pouco “atraente[s] para os economistas, a julgar pela literatura” da década de 1970. Com base nessa ideia, considerou o setor terciário “inchado” era sinônimo de expansão do setor informal, sendo, então, uma das características “do ‘modo de produção subdesenvolvido’, que consome excedente e comparece como um peso morto na formação do produto, como se fosse ‘improdutivos’, nada agregando de valor ao produto social” (OLIVEIRA, 2003, p. 54).

Essas considerações são exemplares para a articulação do turismo com as atividades da indústria. Essa seria um fator de salvação, de promoção do desenvolvimento da atividade turística e bem-vista pela ênfase nos benefícios econômicos que traria, justificando a sua organização e a preparação de suas atividades, a ser promovida pelo planejamento.

O planejamento urbano teria o papel de coordenar as diferentes ações relacionadas ao transporte e à acomodação e, segundo o pensamento em voga, a separação de usos e serviços em diferentes zonas, como, por exemplo, de hotéis e acomodação, de silêncio para os parques (KRAPF, 1963, p.56), em um zoneamento funcional, tal como era preconizado pela Carta de Atenas de 1933.

Sobre a assistência técnica, Krapf (1963) sugeriu a elaboração de um programa que contemplaria a realização de estudos e pesquisas para assegurar a utilização racional dos recursos e investimentos em habitação e infraestrutura. Esse programa deveria estimar um desenvolvimento ideal da economia nacional, compreendido em um programa macroeconômico (KRAPF, 1963, p.53). Assim, o planejamento econômico e o planejamento

urbano, embora em níveis e campos diferentes, deveriam ser tratados de forma integrada pelos governos.

Krapf (1963) defendeu que esse planejamento fosse realizado por organizações especializadas, como agências nacionais, com largos poderes. Sugeriu que se considerasse a cooperação entre os países de uma mesma região em questões como publicidade e legislação, de modo que se configurassem as grandes áreas turísticas.

Dentre os principais argumentos usados por Krapf para incluir o turismo no Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas estava o de colocar os recursos naturais dos países subdesenvolvidos a serviço do turismo e, assim, torná-los competitivos no mercado internacional. A assistência técnica poderia, então, estimular o alto investimento a ser feito na indústria turística, como a construção de hotéis, estradas, aeroportos, na qual se poderia usar material e mão de obra local, abundantes, mais baratos e competitivos no mercado internacional (KRAPF, 1963, p.54-55).

Os entendimentos para a promoção do turismo pela UNESCO foram oficialmente iniciados após sua 13ª Conferência Geral, em 1964, quando foi autorizada a realização de estudos sobre o tema (RAPPORT, 1966, p.92). Esses estudos deveriam determinar “em que medida a preservação do patrimônio monumental de um país contribui para o desenvolvimento do turismo e, por conseguinte, constitui um dos fatores do desenvolvimento desse país”²⁵ (UNESCO, 1966, p. 65).²⁶

Na Conferência seguinte, a 14ª Conferência Geral da UNESCO, de 1966, o turismo foi apresentado como cultural e mereceu destaque por favorecer os objetivos fundamentais da Organização: ser um fator de conhecimento recíproco entre os povos; promotor da educação; fator de promoção do desenvolvimento; meio de financiamento para a restauração e conservação de monumentos e lugares de interesse histórico ou artístico (UNESCO, 1966, p. 65-66).

²⁵ Da citação original: *“la resolución 3.332 aprobada por la Conferencia General de la Unesco en su 13.a reunión (1964), en la que se autoriza al Director General a llevar a cabo un estudio encaminado a determinar en qué medida la conservación del patrimonio monumental de un país contribuye al desarrollo del turismo y constituye, por lo tanto, uno de los factores de desarrollo económico de dicho país”*.

²⁶ Vale destacar que a *International Union of Tourism Organizations* (IUTO), que depois viria a ser chamada de *World Tourism Organization* (WTO), existia desde 1927 e mantinha uma relação formal para informação e de consulta com a UNESCO, mas que era pouco ativa na década de 1960. Até 1969, compreendia 72 membros associados (organizações internacionais e nacionais de turismo) e tinha como finalidade disseminar os intercâmbios turísticos internacionais (UNESCO, 1969, p. 18).

Com essa justificativa, o Diretor-Geral da UNESCO foi autorizado oficialmente a prestar assistência aos países que fizessem pedidos “para estudar e executar programas destinados a proteger e destacar os lugares e monumentos em relação com o desenvolvimento do turismo.”²⁷ No entanto, observa-se que países como Irã, Peru e Turquia haviam solicitado esse tipo de assistência para promover a conservação de seus monumentos tendo em vista a aplicação de programas para o desenvolvimento do turismo desde 1964 (RAPPORT, 1966, p. 66, 92).

O envio de missões de assistência técnica para o turismo cultural a países que solicitassem a referida cooperação seria feito por meio do Programa de Assistência Técnica da ONU e do Programa de Participação de suas organizações. A partir de 1967, ano do turismo internacional designado pela ONU, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) também passou a financiar a assistência técnica para o turismo cultural.

A ação e a cooperação internacionais, após a Segunda Guerra, foi um meio para a circulação de ideias em diversos campos disciplinares, o que possibilitou o compartilhamento e um efeito multiplicador e transformador em vários países.

Com a difusão, pela UNESCO, do planejamento como um meio de eficiência, garantia e controle de investimentos; da promoção e debate sobre a conservação de bens culturais em encontros temáticos de especialistas e em missões técnicas, e do turismo que passou a ser contemplado pela assistência técnica, estabelecia-se a trama na qual o turismo cultural seria constituído. No entanto, seu entendimento estava surgindo e carecia de um delineamento.

Duas citações de René Maheu (1966, p.298, 387) dão pistas importantes sobre o entendimento que orientou a difusão do turismo cultural: “Para nós, se o culto é piedade, a cultura é ação e, por conseguinte, é sempre presente”; “Mas quero afirmar, sobretudo que será necessário um dia falar de cultura quando nos referirmos ao desenvolvimento”.

Essas citações são ilustrativas da ideia e do caráter que guiaram as missões da UNESCO para o turismo cultural. Pode-se perceber a intenção de um afastamento da ideia

²⁷ Da citação original: “Autoriza al Director General a prestar ayuda a los Estados Miembros, que lo pidan, para estudiar y ejecutar programas encaminados a proteger y dar realce a los lugares y monumentos en relación con el desarrollo del turismo, y a tomar todas las disposiciones adecuadas para obtener con ese objeto el concurso de organizaciones internacionales y regionales, gubernamentales y no gubernamentales, así como de organismos internacionales y regionales de financiamiento”

de cultura associada ao culto a um objeto estático, o que era visto como um ato de piedade. Maheu colocou a cultura no tempo presente, passível de uma utilidade e de uma rentabilidade. Essa ideia, associada à do desenvolvimento, era não só desejável, mas uma meta a ser alcançada.

O culto não era um fim, não se bastava; ele era um meio que convergia e culminava para e na valorização econômica de objetos e espaços, assim como a conservação era uma etapa desse processo. E essa nova equação formava uma trama ou um emaranhado que previa composições diversas, tendo como fim o desenvolvimento. A proposta do turismo cultural seria uma justificativa para a iniciativa de conservação e valorização dos bens culturais por meio da assistência técnica.

Maheu (1966, p.298, 387) enunciou uma cultura dinâmica e condenou a visão de que os objetos dessa cultura seriam como “reflexo do passado”, um “tema nostálgico de comemorações mais ou menos artificiais ou de lamentos vãos” e cultuados por “piedade”. Eles deveriam ser alvo de um “movimento incessantemente renovado do espírito que a cria e interpreta”. Tal entendimento pedia uma nova postura do homem diante desses objetos, sendo esse homem “agente e fim do desenvolvimento”. A cultura seria formada pelos “valores que um povo tem como razão da sua existência, que determinam em definitivo o que é possível para ele e o que é desejável em matéria de desenvolvimento”.

Na publicação *La protección del patrimonio cultural de la humanidad: lugares y monumentos*, da UNESCO (1969), o turismo cultural foi situado no plano prático que juntamente com o jurídico e o científico caracterizavam a atuação da UNESCO no campo da cultura. O plano jurídico correspondia às convenções e às recomendações e constituía um regime geral de proteção internacional. Nesse, as convenções implicavam uma obrigação ou compromisso por parte dos Estados que as ratificaram, e as recomendações representavam sugestões, aconselhamentos, que se inscreviam num plano moral, de modo a influenciar as práticas e a elaboração das legislações nacionais. O plano científico correspondia ao estudo e à experimentação de técnicas de conservação e restauro, realizados num sistema de cooperação entre diversas organizações e instituições internacionais, dentre elas, o ICCROM e o ICOMOS (UNESCO, 1969, p.10).

Ainda nessa publicação, o monumento era apresentado como recurso de uma nação que alimentaria a “sua indústria turística”. Esse recurso permitiria a formação de um ciclo, no qual ele seria valorizado, o que requeria investimentos, atrairia turistas que gerariam

lucro, possibilitando o retorno do investimento feito e o que permitiria que se formassem outros ciclos. Assim, parte dos recursos financeiros investidos deveria ser destinada para conservar, restaurar e revalorizar os monumentos, pois eles seriam o principal atrativo do turismo cultural (UNESCO, 1969, p.9).

Esse discurso sobre o turismo cultural foi considerado por Cousin (2008, p. 44) o discurso do “bom turismo”. A inferência desse autor estava relacionada com a exaltação das vantagens econômicas sem que essas fossem consideradas ou relacionadas com as dificuldades, desvantagens, enganos ou conflitos que pudessem ocorrer. Esse enunciado supunha o sentido positivo para técnicos, países envolvidos, instituições e turistas. Com isso, ele destacou o turismo cultural como um discurso alternativo para o turismo de massa.

No entanto, a leitura que se faz nesta tese não é a de que o turismo cultural fosse uma proposta alternativa, ou que se opunha ao turismo de massa. Verifica-se que o turismo cultural se articulava ao de massa e tinha-o como referência, pois considerava a atração de um grande fluxo de turistas, a previsão de grandes investimentos em infraestrutura básica e específica para o turismo, como a reestruturação hoteleira, e tinha o desenvolvimento econômico de uma região ou país na condição de meta. Essa dimensão fica evidente nos relatórios dos consultores que vieram ao Brasil, como será visto nos capítulos 4 e 5.

Até as décadas de 1950 e 1960, o turismo e as viagens para o conhecimento de obras de arte eram privilégio de poucos e estavam relacionados ao culto a esses artefatos, embora a respectiva atividade não estivesse dissociada do valor econômico atribuído a esses objetos.

Choay (2011, p.35-36), ao se referir diretamente à associação do valor econômico aos monumentos e às antiguidades, afirmou que essa existe “desde o *Quattrocento*, [com] o interesse suscitado na Europa pelas antiguidades, e depois pelos monumentos históricos, [que] foi sempre acompanhado de repercussões financeiras”. Como exemplo, a autora citou o *Rapport de Grégoire au Comité d’instruction publique sur les destructions opérées par le vandalisme et sur les moyens de les réprimer*,²⁸ no qual era feito um apelo contra o vandalismo e eram citadas as arenas de *Nîmes* e a *Pont du Gard*, que provavelmente tinham trazido mais vantagens financeiras “à França do que custaram aos romanos”.

Outro exemplo considerável foi citado por Poulot (2009, p. 39), em sua análise do livro *Viagem à Itália 1786-1788* de Goethe, na qual destacou as reflexões feitas a respeito da experiência como viajante, a qual seria “um segundo nascimento”. Ressaltou também que,

²⁸ Sessão de 14 do Fructidor, segundo ano da República (CHOAY, 2011, p.36).

para Goethe, a experiência foi igualmente uma “oportunidade para uma série de aquisições, que redundou na criação de uma casa-museu em Weimar, na qual os viajantes do século XIX puderam, por sua vez, usufruir dos múltiplos tesouros e lembranças do mundo antigo”.

A valorização econômica dos bens culturais existe há muito tempo, embora seja difícil precisar desde quando. O que importa é que ela ganhou um apelo maior com o turismo de massa. Esse decorria do aumento da população potencialmente turista, possibilitado pelo encurtamento das distâncias e pelo acesso de um número cada vez maior de pessoas ao carro próprio.²⁹ Acrescentem-se ainda: a popularização das viagens de avião, nas quais a travessia do oceano passava a ser medida em horas e não mais em dias, as férias e feriados remunerados, estendidos a uma classe trabalhadora cada vez maior, de modo a dispor do lazer e da cultura, e o momento favorável de estabilidade e progressos sociais nos “trinta gloriosos”.³⁰

O crescimento da renda e do tempo disponível para o lazer, além de, diante dessas facilidades, o desejo de distinção social e cultural por parte da classe média passou a interessar um mercado (ARENDT, 2002, p. 250). Então, esse mercado de serviços relacionados ao turismo começou a se organizar e também a interessar os governos e instituições internacionais, que nele perceberam uma oportunidade de gerar renda, empregos e prestígio. Nesse contexto, “o uso do patrimônio, sua interpretação, até mesmo sua simulação (...), passam a ser o instrumento de um desenvolvimento local ou nacional, em função do turismo e das práticas mercantis do saber e do lazer” (POULOT, 2009, p.200).

Os monumentos e sítios passaram a ser foco da atenção da UNESCO, com vista ao planejamento do turismo, o que não foi considerado no relatório de Krafp (1963), que tinha, apenas, um cunho econômico, de modo a justificar a inserção do turismo no Programa de Assistência Técnica.

A partir de 1966, portanto, o turismo foi abordado como turismo cultural nos textos oficiais da UNESCO, como nas *Actas de la conferencia general, 14ª reunión* em 1966 e no *Rapport du Directeur Général sur l'activité de l'organisation em 1966*, documento publicado em 1967.

²⁹ Para Boyer (2003, p. 16), “a fabricação de carros ‘populares’ Volkswagen dos anos de 1930, Citroën 2CV e Renault 4CV”, fez muito mais pelo turismo de massa do que qualquer esforço de associação empresarial ou de trabalhadores.

³⁰ Segundo Hobsbawm (1995, p. 253, 254), a maioria dos países europeus “voltavam a seus níveis pré-guerra em 1950”, o que gerou em países como a França e a Inglaterra, entre 1950 e 1970, uma grande prosperidade econômica.

O turismo seria então abordado como turismo cultural pela UNESCO como um modo de não dar margem à discussão sobre o substantivo turismo? Seria algo posto para enobrecer a atividade, festejada até então por suas vantagens econômicas? Ou seria mesmo uma tentativa de aproximá-lo das atividades da Organização? Todas essas questões podem ser respondidas com afirmativas, não isoladamente, mas, compondo um emaranhado de interesses diversos que convergiam para que o turismo considerado cultural.

Segundo Choay (2011, p. 27), o termo cultura e o adjetivo cultural passaram a ser usados em larga escala pelos governos e pelas instituições internacionais a partir do reconhecimento político da cultura como atribuição do Estado, com a criação do Ministério da Cultura na França, em 1959, tendo como ministro André Malraux. Assim, ficou marcada uma “concepção populista da cultura”, ligada ao lazer, que teve como símbolo as *Maisons de la Culture*.³¹

Malraux não só foi o primeiro ministro da cultura no mundo, como também ajudou a “conformar uma dimensão de organização nunca antes pretendida para uma intervenção política na esfera cultural” (RUBIM, 2009, p. 95). Com esse feito, foi considerado “um marco internacional na institucionalização do campo da cultura” (CALABRE, 2008, p.1), o que foi seguido pela maioria dos países europeus. A partir de então, passou a haver uma “inflação do adjetivo ‘cultural’ aplicado a um número sempre crescente de substantivos (‘ação’, ‘atividade’, administração’, ‘desenvolvimento’, ‘mundo’, ‘oferta’, ‘prática’...)” (CHOAY, 2011, p.28).

Até então, o turismo cultural não era mencionado em nenhum documento internacional, como carta, norma, recomendação e convenção. Isso só aconteceu em 1976, com a publicação da *Carta de Turismo Cultural* pelo ICOMOS,³² atualizada em 1999. Antes

³¹ A primeira *Maison de la culture* foi inaugurada em Bourges, em 1964, e a última em 1975, em Créteil. Ao todo foram construídas 13, das 20 programadas no IVe Plan de Malraux (1960-1965). Sua concepção visava promover a cultura para além de Paris, a partir da implantação de polos de animação culturais polivalentes (MERLIN; CHOAY, 2009, p.796).

³² O ICOMOS é uma organização não governamental (ONG) que foi fundada na cidade de Varsóvia, Polônia, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Congresso de Veneza, em 1964. Sua finalidade consiste em “promover el estudio y favorecer la conservación y la restauración de los monumentos y lugares, despertar y fomentar El interés de las autoridades y la población de todos los países com relación a sus monumentos, lugares de interés artístico e histórico y al patrimonio cultural en general” (UNESCO, 1969, p. 16). Ao conselho compete opinar sobre o pedido de inscrição de um bem cultural na Lista do Patrimônio Mundial mediante a emissão de pareceres, apontar medidas protetoras a serem tomadas pelos Estados e organizar e promover a teoria, a metodologia e a tecnologia aplicadas na conservação e proteção do patrimônio arquitetônico. Sua estrutura administrativa é constituída de uma assembléia-geral, um comitê executivo e um comitê consultivo.

disso, o ICOMOS havia promovido uma discussão sobre o turismo cultural em sua 2ª Assembleia Geral, realizada em Oxford, de 7 a 11 de julho de 1969.³³

No entanto, merecem destaque a *Carta de Veneza* (1964) e as *Normas de Quito* (1967), por tratarem de aspectos relacionados a seu entendimento. A *Carta de Veneza* destacou que o patrimônio deveria ter uma função útil, destinada à sociedade; já as Normas de Quito foram além, conforme se verá a seguir.

As *Normas de Quito* resultaram de um encontro promovido pela OEA e tiveram como um dos estímulos para a sua elaboração as mesmas recomendações dadas à UNESCO pelas Nações Unidas, em 1963, quanto à assistência técnica para o turismo. As *Normas* objetivavam propor diretrizes para impulsionar o desenvolvimento dos países americanos, tendo como objeto desse desenvolvimento “os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico”. Esses seriam “recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país” e representariam um valor econômico que poderia “constituir-se em instrumentos de progresso” (OEA, 1967, p.4).

Assim, “as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles”. A proposta de sua valorização permitiria uma intervenção em uma riqueza inexplorada, de modo a utilizar, promover e valorizar esses recursos, que passariam do “domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares”. A valorização seria um processo “eminentemente técnico”, no qual “um bem histórico ou artístico” seria habilitado “com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza ressaltam suas características e permite seu ótimo aproveitamento”. Ela também foi definida como o ato “de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada” (OEA, 1967, p.3, 5).³⁴

Nas *Normas de Quito*, os interesses turísticos e culturais não eram vistos como conflitantes, mas, complementares. Os projetos culturais e econômicos deveriam estar integrados de modo a valorizar os bens culturais para o turismo e inseridos em um plano geral de desenvolvimento mediante uma legislação de proteção urbanística (padrões construtivos e usos), pelo zoneamento (níveis e intensidade variada da proteção), pela

³³ As atas do encontro foram publicadas na revista do ICOMOS, a *Monumentum*, volume v.vi, 1971. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/monumentum/vol6/index.html>> Acesso: 20 jun 2012.

³⁴ Idem.

previsão de investimentos e custos financeiros e pela organização de um corpo técnico e institucional.

Nelas foi apresentado um detalhamento maior de diretrizes, mas sem ambiguidades ou sobreposições às diretrizes da UNESCO com relação ao turismo cultural. A exaltação das vantagens do turismo permaneceu e foram feitas ressalvas aos perigos e descaminhos do “progresso”, como o urbanismo reformador, esse sim, destruidor, sendo que o turismo, seus equipamentos e seu impacto não estariam incluídos nessas considerações. Pelas *Normas*, o turismo seria um fator de desenvolvimento econômico e social dos países americanos, por meio da utilização dos bens culturais como potenciais a serem valorizados e com a criação de infraestrutura.

Vale ressaltar que, embora não fosse citado nominalmente o turismo cultural, esse foi mencionado como turismo ou turismo monumental. O monumental referia-se aos monumentos e sítios históricos, o que a UNESCO tratou por cultural. Essas adjetivações, apresentadas em 1966 e 1967, revelam uma definição e apropriação em curso do turismo cultural.

A *Carta de Turismo Cultural*, publicada em 1976, foi fruto das discussões ocorridas no *Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo*, promovido pelo ICOMOS e realizado em Bruxelas, Bélgica, em 8 e 9 de novembro daquele ano. Nela, o turismo cultural foi definido assim:

O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui – para satisfazer seus próprios fins – a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada (ICOMOS, 1976, p.2).

Nessa carta, foi apontado o desenvolvimento como meta do turismo cultural. Estava prevista a atuação em conjunto de organizações ligadas ao setor turístico e à conservação, a qual deveria conciliar a “os valores culturais e os objetivos sociais e econômicos que formam parte da planificação dos recursos dos Estados, regiões e municípios”. Foi destacada, também, a importância da formação profissional para o planejamento da atividade, “adaptada à natureza multidisciplinar do problema” (ICOMOS, 1976, p.2, 3).

Assim, tanto as diretrizes quanto o entendimento do turismo cultural não estavam desvinculados da ideia da UNESCO e da OEA, por meio das Normas de Quito, difundidas na década anterior.³⁵

A *Carta de turismo cultural*, revisada pelo ICOMOS em 1999, na Assembleia Geral realizada no México, passou a ser chamada *Carta Internacional sobre turismo cultural: La gestión del turismo em los sítios com patrimônio significativo*. Essa revisão representou uma mudança substancial: o turismo cultural passou a ser considerado uma experiência resultante da relação entre o turista e seu contato com a cultura local.

Outras mudanças em relação à primeira versão merecem destaque. O foco das intervenções foi ampliado e passou a considerar a paisagem e os sítios naturais; as comunidades que se relacionam em seu cotidiano com os bens e a cultura de modo geral, também foram consideradas; a incerteza passou a fazer parte do processo de preparação para o turismo cultural, e a valoração foi tratada como algo dinâmico e variável no tempo e pelos sujeitos.

Os aspectos positivos do turismo, exaltados anteriormente, passaram a dividir espaço com considerações sobre os perigos e desacertos possíveis de um turismo excessivo, mal planejado ou não sustentável. Houve igualmente o reconhecimento de que a conservação de bens culturais e o turismo tinham como princípio e fim interesses distintos. A proposta para o turismo cultural deveria ser de conciliação, de relação sustentável entre a conservação e o turismo, para a geração atual e para as futuras.

Fica evidente que o entendimento do turismo cultural não é fixo: supõe mudanças, ambiguidades, estranhamentos e está cada vez mais atrelado a uma relação ou experiência entre o homem e a cultura visitada, bem como à conciliação de interesses.

Essa mudança revela um posicionamento diverso do que era proposto na década de 1960 pela UNESCO, quando eram exaltadas as vantagens econômicas dos bens culturais, ao se referir a monumentos e sítios, no qual está focado o interesse desta tese.

³⁵ Vale destacar que os princípios da conservação integrada só foram tratados na *Declaração e Manifesto de Amsterdã*, em 1975. Nelas também era destacado o valor de uso do patrimônio como fonte de renda, embora se condenasse a especulação imobiliária. Igualmente se previa que a conservação estivesse inserida no planejamento urbano e estimulasse a formação técnica para o trabalho.

CAPÍTULO 2

PLANEJAMENTO, TURISMO E CONSERVAÇÃO COMO ATRIBUIÇÃO DE GOVERNO NO BRASIL

Neste capítulo, será discutida a forma sob a qual o planejamento, o turismo e a conservação dos bens culturais eram tratados como atribuições do governo federal, quando foram solicitadas à UNESCO, pelo Brasil, as primeiras missões de assistência técnica, na década de 1960. Para tanto, será considerado um recorte temporal ampliado, de modo a contemplar as práticas, o surgimento de instituições e as considerações relevantes para o argumento. O objetivo da discussão é apresentar um panorama do tratamento dado pelo governo federal a essas três práticas governamentais que, mesmo não se cruzando, estavam ligadas a uma concepção de modernização e de fortalecimento de instituições para a abordagem de assuntos de interesse nacional, e constituíam uma trama que denotava um ambiente receptivo às missões da UNESCO.

2.1. O instrumento do planejamento

Na década de 1960, o planejamento, tanto econômico quanto urbano, era discutido e se configurava no aparato administrativo como um instrumento e uma atribuição governamental.

Esse cenário começou a ser delineado ainda no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando se promoveu a industrialização e o incremento de leis trabalhistas, com o aumento da classe média e da população urbana.³⁶ Vale destacar, também, os resultados da política empreendida pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), na qual foram estabelecidas metas desenvolvimentistas, o que marcou uma “transformação do sistema econômico do país” (IANNI, 1971, p. 142). Desse sistema fizeram parte seu *Plano de*

³⁶ Na década de 1930, foi instituído o salário mínimo, a jornada máxima de oito horas de trabalho, a igualdade salarial entre os sexos, por idade, nacionalidade ou estado civil, o repouso semanal remunerado, as férias anuais remuneradas, além de regras jurídicas para a criação e o funcionamento de sindicatos (IANNI, 1971, p.38).

metas para 1956-1961 e a construção de Brasília, inaugurada em 1960, além da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959.³⁷

A incorporação da ideia de planejamento e de sua prática pelo governo federal foi beneficiada, do mesmo modo, pela assistência internacional, o que contribuiu para formar técnicos e equipes de trabalho, como o que adveio de acordos bilaterais com os Estados Unidos.

Dentre esses acordos, destacou-se a Comissão Mista Brasil Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), que atuou de 1951 a 1953³⁸ e se valeu dos estudos das missões anteriores, como a Cooke, em 1942, e a Abbink, em 1948. A Comissão tinha como objetivo “elaborar projetos específicos de infraestrutura, ligados ao setor de transporte e energia, para os quais se pleiteava financiamentos” do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Export-Import Bank (EXIMBANK), os quais se somariam aos investimentos do governo brasileiro (DÁLIO; MIYAMOTO, 2010, p.178-179). Um dos resultados desses estudos foi a sugestão de criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).³⁹

No início da década de 1960, a crescente inflação, os problemas sociais e a falta de investimentos em educação e na agricultura geraram tensões e mobilizações reivindicatórias, tanto no campo como na cidade. A esses problemas estavam associados o crescimento industrial, as migrações campo-cidade, a expansão do setor terciário e o rápido crescimento de grandes cidades, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e Salvador.

³⁷ Sobre os planos econômicos e a organização do aparato institucional que os acompanhavam, ver Costa (1971), Lafer (1987), Ianni (1971), Mendes (1978) e Rezende (2009).

³⁸ A seção brasileira foi presidida pelo engenheiro Ary Frederico Torres, que era assessorado por quatro conselheiros técnicos das áreas de geologia, energia e finanças, que eram: Glycon de Paiva Teixeira, Lucas Lopes, Victor Bouças e Roberto Campos. A seção americana ficou a cargo do embaixador Merwin Bohan. Segundo Dálio e Miyamoto (2010, p. 155, 175), “não havia interesse na elaboração de um plano amplo de desenvolvimento nem de uma política de industrialização, mas sim, fomentar oportunidades para o empresariado” e assim, foram elaborados ao todo 41 projetos, sendo 17 no setor de estradas de ferro, 9 no de energia elétrica, 2 no de estradas de rodagem, 4 no de portos, 4 no de navegação, 3 no de agricultura e 2 no de indústria.

³⁹ Para Ianni, três fatores contribuíram para o sucesso dessa cooperação: o primeiro dava conta do processo cumulativo de planejamento, intensificado desde a década de 1930; o segundo era o debate promovido pela CEPAL, desde 1948, em torno do desenvolvimento, contemplando a ideia de substituição das importações, da modernização político-administrativa e da programação econômica (setorial, regional, global); e o terceiro era a aceitação e o incentivo por parte do governo norte-americano, que via no planejamento uma garantia política e econômica para investimentos e controle (IANNI, 1971, p. 148 e 149).

Nesse contexto, as contradições, as tensões e os acirramentos no campo se evidenciaram principalmente no Nordeste, onde foram criadas as ligas camponesas, bem como, nos grandes centros urbanos, com uma intensa politização e a radicalização das posições dos partidos políticos em dois polos, de esquerda e de direita.⁴⁰

Essa problemática foi abordada por diversos campos disciplinares, como, por exemplo, pelo médico e geógrafo Josué de Castro, que tratou do tema da fome como uma questão política, e por Paulo Freire, que defendeu a educação como um fator de libertação do homem. O economista Celso Furtado (1964, p.93, 109, 110), atuante pensador a respeito de questões desenvolvimentistas, ressaltou que as tensões sociais geradas pela desarticulação da “velha estrutura agrária”, na década de 1930, e a transformação dessa em uma “economia industrial com massas consideráveis de população concentradas em zonas urbanas” eram cada vez mais agravadas “com a intensificação do desenvolvimento”.

Paralelamente a essa conformação do planejamento econômico na burocracia federal, os arquitetos e urbanistas começaram a se articular para que o planejamento urbano passasse a ser um instrumento da administração pública.

Em 1963, foi apresentada uma proposta de reforma urbana no *Seminário de Habitação e Reforma Urbana: O Homem, sua Casa, sua Cidade*, no qual se defendeu que o planejamento urbano deveria ser promovido pelo governo federal, por meio de um órgão central que disciplinasse e coordenasse suas políticas. Esse órgão deveria fixar as diretrizes da política habitacional e do planejamento territorial, elaborar planos nacionais, territoriais e de habitação, que deveriam ter sua execução, sempre que possível, descentralizada.⁴¹ Também deveria elaborar um plano nacional territorial e um plano nacional de habitação.⁴²

Desses, existe apenas uma referência na proposta para o plano nacional territorial para que nele fossem consideradas “as regiões de valor turístico”. Esse plano seria elaborado

⁴⁰ Sobre o assunto, consultar Ianni (1971) e Schmidt (1983).

⁴¹ O órgão central federal teria ainda como atribuições: centralizar e coordenar os recursos federais destinados à habitação; propor e executar medidas legais de desapropriação por interesse social, tanto para a habitação como para o planejamento urbano; propor, estabelecer e executar medidas legais ou administrativas necessárias à execução da política habitacional do governo; firmar convênios com entidades oficiais ou privadas; adotar as providências necessárias para o incremento da indústria de materiais de construção e o desenvolvimento de processos tecnológicos; promover, estimular e divulgar estudos e pesquisas, e promover o entrosamento da política habitacional com a política agrária e com a de desenvolvimento econômico (ARQUITETURA, 1963, p.20, 21).

⁴² O plano nacional de habitação destinava-se a corrigir o *deficit* de moradias e suprir a crescente demanda de habitações, serviços e equipamentos urbanos, inclusive com medidas de emergência destinados ao que foi chamado de “sub-habitações” (ARQUITETURA, 1963, p.21).

pelo órgão central e visaria ao desenvolvimento físico e social integrado e orgânico das diversas regiões do País. Para isso, deveria conter as diretrizes gerais do planejamento territorial, a interligação dos diversos planos regionais e sua vinculação aos aspectos sociais do planejamento econômico e aos grandes empreendimentos de interesse nacional. Além disso, deveria considerar os problemas relacionados a habitação, circulação e transporte, trabalho, recreação, cultura, saúde, educação, produção e abastecimento, áreas para a expansão urbana e florestais e proteção de mananciais; ainda fixaria normas gerais para o planejamento em todos os níveis (ARQUITETURA, 1963, p.22).

Vale destacar que, entre 1950 e 1964, os planos para as cidades passaram a ser elaborados por equipes de profissionais de formação diversa. Entraram em debate novos termos e o uso de dados estatísticos, sociais e econômicos para tratar do urbano, palavra que ganhou lugar no meio técnico quando designa a cidade, essa, situada dentro de uma região.⁴³

Após o Golpe de Estado de 1964,⁴⁴ houve cerceamento da liberdade de expressão, da atuação política e da produção intelectual, o que promoveu “uma forte desmobilização e repressão aos movimentos sociais, o controle político pela manipulação dos mecanismos eleitorais e a adoção de uma política habitacional no sentido de oferecer legitimidade a esse governo” (SCHMIDT, 1983, p.47).

Mesmo com a ruptura política provocada pelo Golpe, a experiência cumulativa de planejamento do governo federal não foi interrompida; pelo contrário, foi aprofundada e, após o Plano Trienal para 1961-1963, foram elaborados mais quatro planos econômicos na década. Eles se valeram de uma experiência já em curso, da montagem de um aparato técnico e administrativo, a qual referenciou as propostas que se configuraram na década seguinte, no auge do prestígio do planejamento no Brasil.

⁴³ Até então, o planejamento urbano pode ser dividido em dois momentos. O primeiro, relativo ao período de 1895 a 1930, que aconteceu em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, no qual foram propostos e realizados projetos urbanísticos, ou “melhoramentos”, localizados em partes das cidades, geralmente nos portos e em áreas centrais, bem como obras de infraestrutura. E o segundo, entre 1930 e 1950, no qual foram elaborados planos de maior abrangência, que tinham como objeto o conjunto da área urbana, com propostas de “articulação entre os bairros, o centro e a extensão das cidades por meio de sistemas de vias e de transportes” (LEME, 1999, p 22-26).

⁴⁴ Jânio Quadros, eleito presidente em 1961, não conseguiu conter a alta inflação e as pressões políticas internas e externas e, sete meses após assumir, renunciou ao cargo. O seu vice, João Goulart, que governou de novembro de 1961 a abril de 1964, assumiu o cargo após uma tentativa frustrada de ser implantado o parlamentarismo no país, mas foi deposto pelo Golpe de Estado de 1964.

Ao assumir a Presidência da República em abril de 1964, Castelo Branco se preocupou em elaborar o *Programa de Ação Econômica do governo* (PAEG) para o quinquênio 1964-1966, cujo foco principal era o combate à inflação. Tal foco foi considerado “condição *sine qua non* para a retomada do crescimento” do país (REZENDE, 2009, p. 54).⁴⁵

Em seu governo, houve também a institucionalização do planejamento urbano como instrumento do governo federal, uma antiga demanda dos arquitetos e urbanistas, apresentada como reforma urbana. Atendendo à institucionalização do planejamento urbano, mas não encampando a reforma urbana proposta, foi criado o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), pela Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964, ambos vinculados ao Ministério do Interior.

Ficou marcado, assim, o início da política nacional de planejamento urbano, com um debate deslocado para as dimensões técnica, do desenvolvimento e da despolitização das questões do acesso à terra urbana.

A partir de sua regulamentação em 1966,⁴⁶ o SERFHAU ficou encarregado de elaborar e coordenar os planos locais integrados. Esses seriam estabelecidos como forma de concretizar ou objetivar o desenvolvimento urbano e as reformas institucionais necessárias aos governos municipais, para fazerem frente aos novos padrões de crescimento econômico e de racionalidade na administração pública.⁴⁷

O planejamento urbano, gerido por um órgão central federal, e a preocupação com a formação do profissional planejador, preparado para intervir no urbano, transcendiam a preocupação nacional e evidenciavam uma sintonia com organismos internacionais, como a

⁴⁵ Já no fim do governo de Castelo Branco, foi elaborado outro plano, o *Plano Decenal* para 1967-1976, que não foi adotado pelo governo seguinte, de Costa e Silva (15/3/1967-31/8/1969), que providenciou o *Programa Estratégico de Desenvolvimento* para o período 1967- 1970. Após a morte de Costa e Silva, quando uma Junta Militar assumiu o governo, (31/8/1969-30/10/1969), foi elaborado o plano *Metas e Bases para a Ação do governo* para o período 1970-1972. No governo seguinte, de Emílio Médici (30/10/1969-1974), vigorou o *I Plano Nacional de Desenvolvimento* (I PND), para o período 1972-1974. A partir de 1969, com o Ato Complementar nº 43/1969, a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento passou a ser obrigatória, bem como a sua aprovação pelo Congresso Nacional.

⁴⁶ Decreto nº 59.917, de 30 de dezembro de 1966.

⁴⁷ Com o planejamento local integrado, deixou de ser consubstanciado um plano físico territorial e se parte para um plano mais amplo que contemplava outras dimensões da realidade. O planejamento físico passou a ser um setor contemplado no plano, não como um sistema independente mas dentro de uma ação mais ampla, na qual medidas de natureza econômica, política e administrativa se combinam e se completam.

OEA e a UNESCO.⁴⁸ No entanto, a integração e a interação de planejamento e conservação e turismo não estavam em pauta.

Com a desativação do SERFHAU, pelo Decreto n. 74.156, de 6 de junho de 1974, foi criada a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. A CNPU tinha como função “supervisionar a instalação das regiões metropolitanas criadas por lei; propor uma política nacional de desenvolvimento urbano, providenciar a sua implementação” (SCHMIDT, 1983, p.118), dinamizar e fortalecer as metrópoles do Nordeste e as cidades de porte médio. Essa Comissão fazia parte dos encaminhamentos dados no *II Plano Nacional de Desenvolvimento* (PND) que, pela primeira vez trouxe, para um plano econômico, um capítulo específico da política urbana, chamado Desenvolvimento Urbano.

Estavam integrados, pois, em um plano, o planejamento econômico e o urbano. O II PND, elaborado durante o governo de Ernesto Geisel⁴⁹ para o período 1975-1979, representou o auge do prestígio do planejamento no Brasil. Nesse momento, estava à frente da Secretaria de Planejamento,⁵⁰ ligada diretamente ao Presidente da República, o economista João Paulo dos Reis Velloso, que passou dez anos no cargo, de 1969 a 1979.

Foi também quando o planejamento federal inseriu o turismo e a conservação de bens culturais num programa governamental, com a criação, em 1973, do *Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas Nordestinas*, pela Secretaria de Planejamento.

Nas décadas seguintes, 1980 e 1990, o planejamento, como atribuição e instrumento do governo, ficou cada vez mais relegado e associado à ineficiência. Contribuíram para esse fato: o “esgotamento das possibilidades de o Estado sustentar o ritmo de investimentos

⁴⁸ O SERFHAU firmou convênio com a Universidade de Edimburgo (Escócia) e com a OEA, além de ter trazido diversos profissionais renomados de diversas áreas para o Brasil, como os urbanistas Percy Johnson-Marshall e Jean Labasse, e os geógrafos Michel Rochefort, John Friedam, Brian Berry e John Peter Cole. O convênio com a Universidade de Edimburgo foi firmado em 1970. A colaboração visava à implantação de uma política de desenvolvimento local integrado, com a concessão de bolsas de estudo e de treinamento de técnicos brasileiros no exterior, além da vinda de técnicos ingleses ao Brasil para dar treinamento, como também a cessão do material necessário à execução do programa (MINTER, 1971, p.46).

⁴⁹ Ernesto Geisel governou de 15/3/1974 a 15/3/1979.

⁵⁰ A Secretaria foi criada em 1961, como Ministério do Planejamento, e teve Celso Furtado como o primeiro Ministro da pasta. As suas funções eram: “a) Coordenação do sistema de planejamento, orçamento e modernização administrativa (...); b) Coordenação das políticas de desenvolvimento econômico e social; c) Coordenação da política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente no aspecto econômico-financeiro; d) Coordenação de assuntos afins e interdependentes de interesse de mais de um Ministério” (REZENDE, 2009, p.7).

registrado no período anterior”; o enfraquecimento do Poder Executivo durante o período de transição para a democracia, e o esvaziamento e desmonte de “toda uma estrutura técnica que se encarregava de dar suporte ao funcionamento do sistema de planejamento” (REZENDE, 2009, p.9).

Nesse panorama, pode-se afirmar que na década de 1960 a formação do aparato técnico e administrativo relacionado com o planejamento econômico e urbano estava em franca ascensão, o que se configurava nas discussões, ações e interesses dos governos federais.

Na segunda metade dessa década, o foco do planejamento econômico ficou centrado em questões consideradas urgentes, como a contenção da inflação. Em relação ao planejamento urbano, o foco estava nas questões sociais relacionadas com a habitação e os serviços urbanos, a formação profissional e a preparação de um aparato técnico para as administrações municipais. Isso foi essencial para que, na década seguinte, fossem destacadas questões desenvolvimentistas, principalmente a superação das disparidades regionais, como estava proposto nos PNDs.

Até então, no governo federal, tinha sido instituída a mentalidade do planejamento, da formação técnica, da produção de relatórios, planos e textos que difundiam ideias e modos de trabalho. A técnica definida neutra, universal e transformadora, representante da verdade, cuja aplicação independia da política, era professada em nome da racionalidade, embora estivesse e esteja intrinsecamente vinculada à política. Ela é o resultado de escolhas e não poderia ser transformadora, pois não havia caminhos para as considerações culturais.

Tendo em vista essas reflexões, nos tópicos seguintes serão abordadas as práticas para o turismo e a conservação de bens culturais. Não existe a intenção de precisar quando o turismo passou a ser associado à conservação, até porque os bens culturais sempre foram objetos privilegiados por essa atividade. Visa-se, sim, discutir como na década de 1960 essa associação entre a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e a DPHAN era incipiente e pontual.

2.2 A atividade do turismo

Até a criação da EMBRATUR, o turismo era tratado de modo disperso por intelectuais, em guias turísticos e relatos de viagens publicados em colunas de jornais; por

associações de empresários, interessadas na expansão de seus serviços, e por algumas iniciativas governamentais pontuais, como, por exemplo, a regulação de agências de viagens.

O entendimento dessas experiências é importante para demonstrar que, mesmo com uma criação recente e ainda em estruturação, elas atendiam a uma demanda, pois o tema era discutido desde a década de 1920.

Guias e relatos de viagem foram elaborados por intelectuais brasileiros nas décadas de 1930 e de 1940, como, por exemplo, o *Guia Prático, Histórico e sentimental do Recife* (1934), de Gilberto Freyre; o *Guia de Ouro Preto* (1938), de Manuel Bandeira; o *Bahia de Todos-os-Santos: guia das ruas e dos mistérios da Cidade de Salvador* (1945), de Jorge Amado.

Desses, o *Guia de Ouro Preto* teve sua primeira edição publicada pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Ele se destaca por ter-se tornado uma referência para a elaboração de outros guias e relatos de viagens, e para os consultores da UNESCO, como Michel Parent e Viana de Lima.

Nele está descrita a ocupação da cidade, juntamente com seus personagens, monumentos e edificações notáveis, sendo apresentados desenhos de lugares e monumentos significativos. Bandeira (1967) expôs um apanhado de impressões negativas de viajantes estrangeiros em relação à cidade, as quais tentou desfazer ao ressaltar as qualidades artísticas dos edifícios ignoradas por esses viajantes. Ele também descreveu formas para o visitante chegar à cidade, passeios a pé e de carro, e apresentou mapas em que destacava a localização de edifícios notáveis (ver Figura 1).

Dos relatos de viagens, destacam-se as colunas *Turista Aprendiz*, escrita por Mário de Andrade e publicada no *Diário Nacional*, entre 1927 e 1929; e *Viagem a Ouro Preto*, de Lourival Gomes Machado, publicada em *O Estado de São Paulo*, entre agosto e outubro de 1948.

Mário de Andrade publicou crônicas que foram fruto de suas viagens pelo Brasil: em 1924, ao Sudeste, e em 1927, 1928 e 1929, ao Norte e ao Nordeste.

Na primeira delas, Mário juntou-se à “caravana paulista”.⁵¹ Nela, deveriam ser apresentados ao poeta suíço-francês Blaise Cendrars “aspectos significativos da tradição

⁵¹ Era composta por Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e seu filho Nonê, D. Olívia Guedes Penteado, Paulo Prado, René Thiollier e Godofredo da Silva Telles.

popular”. Do roteiro constavam: o carnaval do Rio de Janeiro, a Quaresma e a Semana Santa em Minas Gerais e no interior de São Paulo. Para Mário de Andrade, a viagem ao interior mineiro era como se voltasse no tempo, pois “quem vai a essas cidades, vai para voltar ao passado” (NOGUEIRA, 2005, p. 67).

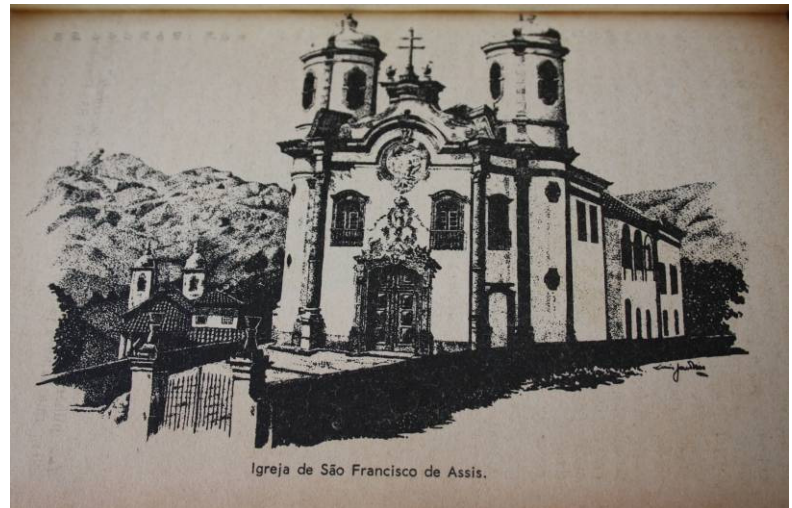
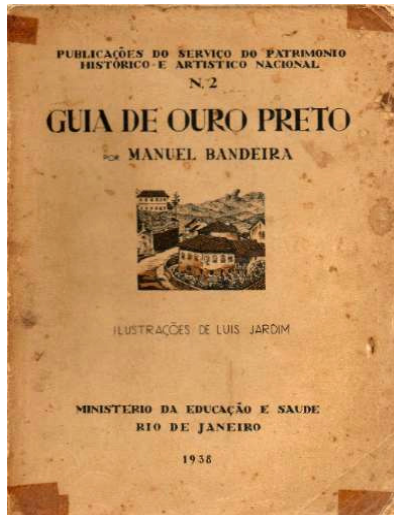


Figura 1: Capa da primeira edição do Guia de Ouro Preto, da Série Publicações do SPHAN (n.2, 1938). O desenho da Igreja de São Francisco de Assis e a planta com a localização de monumentos são da quarta edição.

Fontes: Disponível em: <<http://todaoferta.uol.com.br/comprar/guia-de-ouro-preto-manuel-bandeira-autografa-do-QOFZT6C4CD#rmcl>> Acesso: 23 jun 2012; Bandeira (1967).

Segundo Nogueira (2005, p. 68), a caravana paulista contou com o apoio do governo mineiro, que se interessou pelas repercussões que ela teria, por conta da representatividade do grupo.

Já as duas seguintes, conhecidas como *Viagens Etnográficas*, ocorreram entre maio e agosto de 1927, e entre dezembro de 1928 e fevereiro de 1929. Elas instigaram Mário de Andrade à reflexão sobre a cultura, o que, em um momento posterior, lhe permitiu preparar uma proposta de proteção e de registro de bens culturais brasileiros. Preterida em 1937, essa proposta teve várias de suas questões retomadas na década de 1980 (NOGUEIRA, 2005, p.25).

Lourival Gomes Machado, que posteriormente teria um importante papel como interlocutor da UNESCO para a vinda da primeira missão, publicou a coluna *Viagem a Ouro Preto* em *O Estado de São Paulo*, em agosto.⁵² O autor começou seu relato assim: “Chega o viajante a Belo Horizonte determinado a visitar Ouro Preto e anotar suas observações sobre a arte que a civilização colonial semeou e nutriu, como a prever que, uma vez apagadas as luzes de seu esplendor, algum testemunho deverá restar de sua grandeza” (MACHADO, 2010, p. 177-179). O tom apologético e sofisticado de sua escrita ia ao encontro de um leitor ou pretenso viajante iniciado no culto à arte. Ele fez um percurso pela cidade, no qual destacou a arquitetura e descreveu e analisou os monumentos em seus detalhes.

A atuação de grupos empresariais foi marcada pela criação da Sociedade Brasileira de Turismo, em 1923, a qual, em 1926, quando foi filiada a organismos internacionais, passou a ser chamada de *Touring Club do Brasil*.⁵³ Ela se destacou dentre outros grupos, como a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), criada em 1936, e a fundação da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV), em 1953, por seu caráter propositivo.

A *Touring Club do Brasil* elaborou o *Plano Turismo-dólar*, sintetizado na publicação *Turismo-Dólar para o Brasil* (sem data, editada entre 1952 e 1958). Nela, o turismo, foi apresentado como uma fonte de dólares, pois o foco do plano seria o turista americano e o canadense. A importância dessa atividade na economia de vários países foi destacada de modo a ressaltar a pouca atenção que lhe era dada no Brasil, embora aqui existissem “valiosos elementos de atração turística, se bem que, na sua maior parte, ainda em estado

⁵² Esses artigos foram reunidos num texto publicado em Machado (2010).

⁵³ Fundada em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil, com o objetivo de divulgar os recursos turísticos do país e estimular as viagens automobilísticas, com a publicação de cartas rodoviárias, e logo se associou a agências internacionais (AGUIAR, 2006, p.96).

potencial (latente)".⁵⁴ Abaixo, a capa da publicação e o destaque dado ao turismo como produto de exportação.

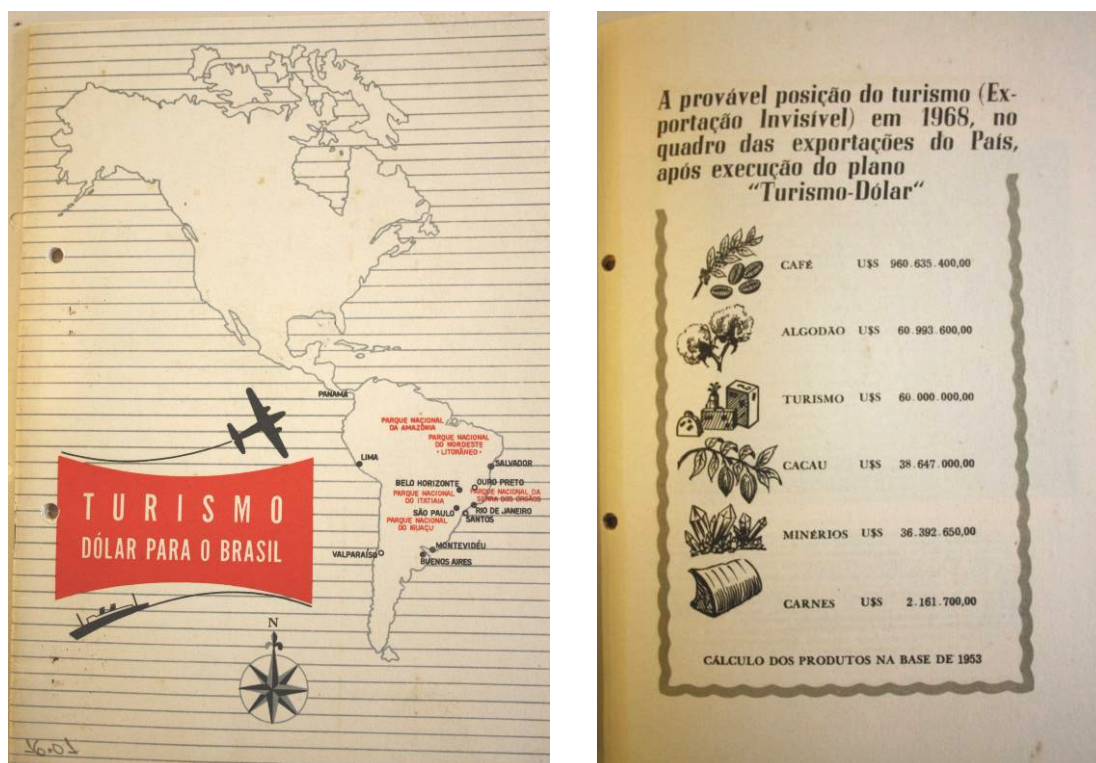


Figura 2: Capa da publicação da Touring Club do Brasil na qual previa uma rentabilidade dada pelo turismo e a comparava a produtos de exportação, como café, algodão e cacau.

Fonte: IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo – AA01/P02/Cx 0004/194/P0016.

Do plano constava um “Roteiro-padrão”, que abrangia o Brasil e um dos países, Uruguai ou Argentina. Nele estavam previstos 22 dias no Brasil, com paragens nos parques nacionais da Amazônia (a ser criado), do Nordeste (litorâneo, a ser criado), de Itatiaia e de Iguaçu, e nas cidades Salvador, Rio de Janeiro, Petrópolis, Teresópolis, Belo Horizonte, Ouro Preto, São Paulo, Campinas, Santos, São Vicente e Guarujá.⁵⁵

Foram sugeridas outras “providências”: a criação de um Conselho Nacional de Turismo, que somente ocorreu em 1966; a realização de propaganda dos atrativos brasileiros nos EUA e no Canadá; a ampliação da hotelaria e do aparelhamento turísticos em Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e em Minas Gerais; a criação de centros de caça e pesca em Mato Grosso, em Goiás e na região fluminense. Também foram sugeridas a isenção do

⁵⁴ IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo – AA01/P02/Cx 0004/194/P0016.

⁵⁵ Idem.

visto de entrada para turistas americanos, bem como a adoção de medidas que favorecessem a expansão da indústria hoteleira.⁵⁶

A promoção do turismo por meio da atuação de grupos e associações empresariais não contava com uma regência governamental. Ela se restringia à regulamentação da entrada e da saída de estrangeiros do território nacional e à regulação do funcionamento das agências de viagens.

A primeira menção ao turismo em uma legislação foi no Decreto-Lei n. 406 de 1938, “que dispunha sobre a entrada de estrangeiros em território nacional e restringia a venda de passagens aéreas e marítimas às agências autorizadas” (AGUIAR, 2006, p.97). Seu teor seletivo e excludente para o controle da chegada de passageiros revelava um interesse maior no controle da imigração do que na promoção do turismo.⁵⁷

Após um período regulamentador, foi criada a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), em 1958, pelo Decreto nº 44.863. Tratava-se de um órgão consultivo subordinado à Presidência da República, e teve seu regimento interno aprovado em 19 de abril de 1960, pelo Decreto n. 48.126.

Por seu regimento, a Comissão tinha como finalidade “coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do país, no que diz respeito ao turismo interno e internacional”. Seu foco era “o planejamento e coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e ao afluxo de estrangeiro”. Assim, mesmo ao se referir pela primeira vez “a uma política nacional de turismo” e citar a necessidade da realização de inventários para se conhecerem os potenciais turísticos, não foi considerada uma associação com a DPHAN, mas com municípios e estados.

A COMBRATUR era composta por um presidente e 25 membros, dentre os quais representantes de ministérios, entidades de classe, empresários e outras organizações governamentais.⁵⁸

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Essa regulação foi feita pela Divisão de Turismo do recém-criado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de 1939 até 1945. E, novamente a partir de 1951, pelo Departamento Nacional de Imigração (AGUIAR, 2006, p.98-100).

⁵⁸ Eram eles, um representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; do Ministério das Relações Exteriores; do Ministério da Fazenda; do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; do Ministério da Educação e Cultura (indicação da DPHAN); do Ministério da Aeronáutica (indicação da Diretoria da Aeronáutica Civil); do Ministério da Viação e Obras Públicas; do Ministério da Saúde; da Confederação Nacional da Indústria; da Confederação Rural Brasileira; do *Touring Club* do Brasil; do *Automóvel Club* do Brasil; da Associação

Em 1961, o presidente da COMBRATUR, Haroldo Lisboa da Graça Couto, elaborou um calendário, um mapa turístico do Brasil e promoveu a realização de um Congresso Interamericano de Turismo.⁵⁹

Esse calendário turístico brasileiro não passou de um esboço. Contava com uma programação para o período 1961-1962, na qual foram incluídos eventos os mais variados possíveis, como festas religiosas do catolicismo e do candomblé, congressos médicos, de jornalismo, hoteleiro, de esperanto, exposições folclóricas, etc.

Elaborado em parceria com o IBGE, o mapa não foi encontrado e, talvez, não exista mais. O Congresso, que aconteceria entre 22 e 30 de setembro de 1961, teve muitos problemas relativos à sua operacionalização, pois não contou com o apoio financeiro prometido pelo governo federal.

Vale destacar que a COMBRATUR ficou numa situação difícil após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto do mesmo ano, e com a instabilidade política que se seguiu, pois era vinculada diretamente à Presidência da República.

Assim, na carta de 9 de janeiro de 1962, endereçada ao então Primeiro Ministro Tancredo Neves, o presidente da COMBRATUR pedia demissão do cargo e expunha as dificuldades de gerir o órgão, que no mesmo ano foi extinto. O quadro foi assim descrito:

Quatro funcionários cedidos por outras repartições, e uma sede deficiente, e em local impróprio, utilizada em caráter provisório e precário. Não dispunha a COMBRATUR, até 31 de dezembro de 1961, de um centavo do Orçamento da União (...).

À falta de recursos financeiros, lancei-me a medidas não onerosas: propus a constituição de grupos de estudo para a solução de problemas tais como o de entrada de turistas com automóveis, o de criação de facilidades para a obtenção de 'visto', etc.; elaborei, com os meus companheiros de Plenário da COMBRATUR, o Calendário Turístico do Brasil do ano em curso, edição internacional, que ficou em folhas mimeografadas, por não encontrar a COMBRATUR recursos para imprimi-lo; promovi reuniões com representantes de empresas transportadoras, aéreas, marítimas e terrestres, a fim de sentir quais os entraves ao turismo; editei, graças à boa vontade do IBGE, o Mapa Turístico do Brasil; obtive do governo o Decreto n. 51.130, de 3 de agosto de 1961, que estabelece a divisão turística do território nacional (...).⁶⁰

Brasileira de Imprensa; da Associação Brasileira de Propaganda; da Superintendência do Plano da Valorização da Amazônia; do Instituto de Arquitetos do Brasil; do Instituto Nacional de Imigração e Colonização; da Associação Brasileira de Tradições Populares (folclore); do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dois representantes do Ministério da Agricultura (uma, indicação do Jardim Botânico, e outra, do Serviço Florestal); e quatro representantes da Confederação Nacional do Comércio.

⁵⁹ Atas da 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 29ª Reunião Ordinária da COMBRATUR, em 14/7/1961, 26/7/1961, 9/8/1961, 23/8/1961, 11/9/1961, 11/10/1961 (IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo – AA01/P02/Cx 0004/194/P0016).

⁶⁰ Carta de Haroldo Lisboa da Graça Couto a Tancredo Neves em 9/1/1962 (IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo – AA01/P02/Cx 0004/194/P0016).

A EMBRATUR foi criada como empresa pública vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, pelo Decreto n. 55, de 18 de novembro de 1966. Tinha por finalidade “incrementar o desenvolvimento da indústria de Turismo e executar no âmbito nacional as diretrizes que lhes forem traçadas pelo Governo”. Nesse mesmo decreto, foram criados também o Sistema Nacional de Turismo e o Conselho Nacional do Turismo (CNTur).

Em sua regulamentação pelo Decreto n. 60.224, de 16 de fevereiro de 1967, foram apresentados a Política e o Sistema Nacional do Turismo, como um “conjunto de diretrizes e normas, integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional”. A Política Nacional de Turismo seria gerida pelo CNTur, como formulador; pela EMBRATUR, como executor; além do Ministério das Relações Exteriores, órgãos regionais de turismo, o setor de turismo do Escritório de Pesquisas Econômicas e Aplicadas do Ministério Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica e outros órgãos que, porventura, se envolvessem com a questão.

Nessa regulamentação, havia o interesse em integrar e coordenar ações nos níveis de governo federal, estadual e municipal, na elaboração de dados e estudos sobre o turismo, na formação de pessoal qualificado e no estímulo ou incentivo à melhoria da infraestrutura da atividade, por meio de financiamento.⁶¹

A Empresa seria administrada por um Presidente e dois Diretores, nomeados pelo Presidente da República, e por um Conselho Fiscal, composto de três membros. Teria como capital inicial o valor de cinquenta bilhões de cruzeiros, o que equivalia a 20 milhões de dólares (valores não corrigidos), a ser constituído integralmente pela União, e que seria liberado anualmente, de 1967 até 1971, em cinco parcelas iguais.

Enquanto a DPHAN recebeu o equivalente a cerca de um milhão de dólares, em 1966, “para financiar serviços de restauração, pagamento das despesas de pessoal, de funcionamento, de estudos, de publicações, de deslocamentos” (PARENT, 1968, p.31), a EMBRATUR contaria com uma quantia quatro vezes maior no ano seguinte. Essa diferença poderia ser maior ainda, porque poderiam ser acrescentadas ao orçamento da EMBRATUR doações como “taxas parafiscais, selos turísticos, dotações privadas, etc.” (PARENT, 1968, p. 35).

⁶¹ O Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) e o Fundo de Investimento Setorial de Turismo (FISSET) só foram criados na década de 1970, respectivamente em 1971 e 1974.

Esses recursos poderiam ser aplicados “na concessão de financiamentos diretos a iniciativas, planos, programas e projetos que tenham reconhecidas a prioridade e viabilidade técnica e econômica, do ponto de vista da indústria do turismo e que tenham sido aprovados pelo CNTur”. Os empreendimentos poderiam ser, por exemplo,

a construção e ampliação do sistema hoteleiro; a criação e ampliação de ‘campings’ motéis e pousadas e instalações similares; a formação de profissionais para o exercício de atividades vinculadas ao turismo; o desenvolvimento de serviços especializados de transporte; as atividades do Comércio e Indústria Turística de interesse para a economia Nacional; às demais atividades ligadas ao turismo, inclusive o artesanato e o folclore (BRASIL. Decreto n. 60.224 de 16/2/1967).

As cooperações com a iniciativa privada não poderiam exceder 60% do valor do custo total do empreendimento, e poderiam também “ser concedidos empréstimos aos governos estaduais e municipais para empreendimentos turísticos”.

Com a criação e a regulamentação da EMBRATUR e do CNTur, ficou evidenciada a tentativa de integração da esfera federal com a estadual e a municipal, bem como de uma parceria com a iniciativa privada, de modo a promover melhorias de infraestrutura, desenvolvimento e aumento no número de empregos.

Essa ligação com o setor empresarial era uma reprodução do que era discutido, dos anseios das entidades empresariais que abordavam o assunto anteriormente à criação da EMBRATUR. Assim, a associação da atividade com o setor empresarial ficou institucionalizada, o que se tornou patente na escolha de seus presidentes.

Dos três primeiros presidentes da Empresa, o primeiro, Joaquim Xavier Silveira, que ficou no cargo de 1966 a 1971, era membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro; o segundo, Carlos Alberto de Andrade Pinto, que atuou somente durante o ano de 1971, era ex-chefe da Divisão Econômica do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e assessor do Ministério da Fazenda para assuntos do café, entre 1967 e 1970; o terceiro, Paulo Manoel Protásio, que ficou no cargo de 1971 a 1975, era advogado e ex-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e membro da Associação Brasileira das Empresas Comerciais Exportadoras (AGUIAR, 2006, p. 105).

A ação da EMBRATUR, em seus primeiros anos, concentrou-se mais na concessão de incentivos fiscais e empréstimos a juros baixos a empresários, principalmente os do setor hoteleiro (AGUIAR, 2010, p. 8). Embora desde 1969 houvesse a intenção de elaborar um plano nacional de turismo e o ano de 1973 tivesse sido considerado, oficialmente, o *Ano*

Nacional do Turismo no Brasil, esse plano só foi elaborado em 1991, ano em que também houve uma reformulação da EMBRATUR.⁶²

Vale ressaltar que, em 20 anos, de 1968 a 1988, a entrada de turistas no Brasil passou de 290.079 para 1.742.939, ou seja, houve um incremento de quase seis vezes.⁶³ Mesmo havendo dos governos militares a intenção de melhorar a imagem do Brasil no exterior, abalada após o Golpe de 1964 e o cerceamento da liberdade de expressão, as várias iniciativas em torno da institucionalização do turismo já mostravam o desejo de que isso se concretizasse. Havia, portanto, um encadeamento de discussões favoráveis à criação da EMBRATUR, embora a atuação dessa só se tenha tornado efetiva anos mais tarde.

Contribuíram para a inserção do turismo no aparato administrativo as discussões sistemáticas realizadas desde a década de 1920, as informações do movimento e dos seus benefícios para outras economias e o desenvolvimentismo nacional em voga desde a década de 1950.

A criação da EMBRATUR foi uma resposta ao emaranhado de ações e de anseios por uma política de promoção e coordenação do turismo no Brasil, por parte do governo federal. No entanto, mais que um importante componente dessa trama, a situação política e o desejo de divulgar e melhorar a imagem do país no exterior, depois do Golpe, eram reais e a viabilizaram.⁶⁴

A criação e o fortalecimento de instituições de planejamento e para tratar do turismo estavam interligados ao mesmo processo modernizador e político, com pontos de contato entre si, mas que na década de 1960 não integravam ações e práticas governamentais, que ainda aconteciam de forma paralela.

⁶² Nessa mudança, proporcionada pela lei nº 8.181, além de passar a ser considerado um Instituto, a EMBRATUR teve seu vínculo institucional passado para a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República e o seu conselho foi extinto.

⁶³ Dados citados por Aguiar (2006, p. 102), tendo como referência os Anuários da EMBRATUR.

⁶⁴ Segundo Rodrigues (2003, p. 19), “a valorização turística do patrimônio já se mostrara eficiente em outros países e, além disso, possibilitava a manipulação de um universo simbólico de considerável importância para o reforço do civismo. A propaganda dos ‘monumentos históricos’, juntamente com a das ‘festas típicas’ e das ‘belezas naturais’, poderia promover aos olhos do mundo, e dos brasileiros, a imagem de um país com tradição e potencialidade para enfrentar o futuro”.

2.3. A conservação dos bens culturais

Promover a conservação dos bens culturais no Brasil já era uma atribuição do governo federal desde 1937, quando foi criado o SPHAN, pela Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. A partir de então, a instituição é o principal órgão definidor da política federal de conservação e de modelos de práticas de intervenção nesses bens. Desde sua criação até 1967, foi dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade e depois foi assumido por Renato Soeiro, que ficou no cargo de 1967 a 1979.

A finalidade do Serviço era “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”.⁶⁵ Suas atribuições foram determinadas pelo Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937,⁶⁶ elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, após o anteprojeto de Mário de Andrade ter sido preterido, como foi referido anteriormente.⁶⁷ Essas atribuições se referiam à organização da proteção e à definição do patrimônio histórico e artístico nacional. Esse seria formado por bens culturais móveis e imóveis, “cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, bem como pelos monumentos naturais, sítios e paisagens.

Em 1946, após uma reforma administrativa, o Serviço foi transformado na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), passando a contar com quatro representações chamadas de Distritos Regionais (DR), ou Superintendências Regionais, em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo.⁶⁸ Com esses distritos, que executavam as diretrizes nacionais, a atuação do órgão ficou mais efetiva, dada a proximidade dos técnicos dos bens culturais protegidos.

A profusão de ideias em torno do desenvolvimentismo no âmbito governamental, desde a década de 1950, e as já citadas discussões e debates sobre a urbanização brasileira e

⁶⁵ BRASIL. Lei n. 378, de 13/1/1937.

⁶⁶ Desde sua aprovação, o Decreto-Lei n. 25 sofreu duas modificações: em 1941, com o Decreto-Lei n. 3.866 de 29 de novembro de 1941, que dispunha sobre a possibilidade do cancelamento do tombamento pelo Presidente da República, e pela lei n. 6.292, de 15 de dezembro de 1975, que dispunha sobre a necessidade de homologação ministerial para o tombamento.

⁶⁷ Sobre as distinções entre o anteprojeto de Mário de Andrade e o Decreto-Lei n. 25, ver Chuva (2009), Fonseca (2005) e Lemos (2006).

⁶⁸ Atuaram nos distritos: Aírton de Carvalho no 1º DR (Norte e Nordeste), Godofredo Filho no 2º DR (Bahia e Sergipe), Sílvio de Vasconcelos no 3º DR (Minas Gerais) e Luís Saia no 4º DR (Sul).

a valorização da cultura popular, como o Movimento de Cultura Popular (MCP) em Pernambuco,⁶⁹ associavam a ideia de cultura à de desenvolvimento. Essas discussões abriam o entendimento da cultura a novos campos, objetos e usos, o que passava à margem da DPHAN, considerada por Fonseca (2005, p.132) “uma ilha à parte das grandes questões culturais e políticas”.

A DPHAN estava estruturada, desde sua criação, em duas áreas técnicas: a Divisão de Estudos e Tombamento (DET)⁷⁰ e a Divisão de Conservação e Restauração (DCR).⁷¹ A primeira, à qual estavam vinculadas a Seção de Arte, a Seção de História e o Arquivo Central, foi comandada por Lucio Costa, entre 1937 e 1972. A segunda, à qual estavam vinculadas a Seção de Projetos e a Seção de Obras, foi comandada em períodos distintos por Paulo Thedim Barreto e Renato Soeiro.

Contava também com o Conselho Consultivo, formado por arquitetos, historiadores, escritores, artistas e juristas, que se beneficiavam de “uma posição de bastante prestígio no mundo oficial da elite intelectual e política” (GONÇALVES, 1996, p.66). Na década de 1960, o Conselho esboçava acomodação, pela falta de renovação do seu quadro, já que os mandatos eram vitalícios.⁷²

As práticas da Diretoria que merecem destaque, por serem exemplares, são o tombamento, que é o principal instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio, e a publicação da Revista do Patrimônio.

No processo de tombamento, a instrução inicial de Rodrigo Melo Franco de Andrade era a de que os diretores regionais se empenhassem na elaboração de um histórico e de uma descrição técnica da obra, bem como colocassem “informações sobre seu estado atual de conservação, assim como as alterações que tiver sofrido, referências bibliográficas que

⁶⁹ O MCP foi criado em maio de 1960. Sua estrutura administrativa era composta por três departamentos: o Departamento de Formação da Cultura (DFC), o Departamento de Documentação e Informação (DDI) e o Departamento de Difusão da Cultura (DFC). Tinha como objetivo alcançar a elevação do nível cultural do povo, com uma proposta vinculada à alfabetização e aos meios informais de educação.

⁷⁰ A DET “ficava responsável pela indicação dos bens a serem reparados ou restaurados”, a definição de “critérios de seleção, escolhas e esquecimentos” para o tombamento de bens. Com o tempo, a “Divisão tornou-se mentora da ação institucional, como centro de produção das ideias e concepções a respeito do patrimônio” (FONSECA, 2005, p. 178-179).

⁷¹ A DCR ficava responsável pelas “ações relativas aos bens já tombados”, como “elaborar estudos técnicos, projetos e orçamentos” e a “vigilância dos bens tombados”, além de, executar e fiscalizar obras. (FONSECA, 2005, p. 178-179).

⁷² Ao ser criado, o Conselho deveria ser formado pelo diretor do SPHAN, pelos diretores dos museus nacionais e por dez membros nomeados pelo Presidente da República. Fizeram parte desse Conselho Rodrigo Melo Franco de Andrade, Paulo Santos, Alcides Rocha Miranda, Lúcio Costa, entre outros.

houver a seu respeito e documentação fotográfica” (FONSECA, 2005, p.111). Após o pedido, seguir o percurso que passava pela regional, pela sede e pelo Conselho Consultivo, a inscrição poderia ser feita em um dos quatro livros: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Livro do Tombo Histórico (LH); o Livro do Tombo das Belas Artes (LBA); e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas.⁷³

Até 1969, foram tombados “803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, seis bens arqueológicos e quinze bens naturais”. Desses, 340 foram inscritos no Livro de Belas Artes (LBA) e 217 inscritos no Livro Histórico e no Livro de Belas Artes (LH/LBA). A partir de 1970, a prioridade foi transferida para as inscrições no Livro Histórico (LH) (FONSECA, 2005, p.113-115).

O estilo privilegiado por esses tombamentos foi o barroco, considerado o “representante mais genuíno da nacionalidade”, sendo seguido, em número de tombamentos, pelo neoclássico. A arquitetura moderna também foi contemplada por esse instrumento, já em 1947 (CHUVA, 2009, p. 33).⁷⁴ O eclético, considerado “a ovelha negra da arquitetura brasileira”, não era bem aceito e teve suas primeiras inscrições justificadas por seu valor histórico (FONSECA, 2005, p.115). Assim, o culto aos monumentos estava associado ao grupo temporal de obras, como igrejas, fortes, edifícios administrativos dos séculos XVI, XVII e XVIII e a arquitetura moderna do século XX.

O culto aos monumentos e a associação do patrimônio aos valores cognitivos, como o nacional, o artístico e o histórico, demandaram estudos para se conhecer, identificar e proteger monumentos e objetos representativos da arte e da história da nação.

Ao tratar da experiência francesa, Choay (2001, p. 116-118) afirmou que o valor nacional, “é o primeiro, fundamental. Foi ele quem inspirou, de ponta a ponta, as medidas de conservação tomadas pelo Comitê de Instrução Pública, quem justificou o inventário e o cotejo de todas as categorias heterogêneas da ‘sucessão’.” Sendo assim, ele funcionava também “como introdução a uma pedagogia geral do civismo: os cidadãos são dotados de

⁷³ Sobre os pareceres da repartição e os tombamentos, ver Fonseca (2005) e Chuva (2009).

⁷⁴ Em 1947, foi tombada a Igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte, da autoria de Oscar Niemeyer. Em 1948, foi tombado o prédio do MEC, no Rio de Janeiro; em 1957, a estação de hidroaviões do Rio de Janeiro, de autoria de Atílio Correia Lima; e em 1967, a Catedral de Brasília, também de Oscar Niemeyer (FONSECA, 2005, p.115).

uma memória viva, uma vez que mobilizará o sentimento de orgulho e superioridade nacionais”.

Segundo Choay (2001, p. 133), o tempo do culto era também o dos historiadores da arte, que ocuparam, na França, o lugar que fora dos antiquários em outro momento. Ele tinha seu sentido explicado pela “emoção estética gerada pela qualidade arquitetônica ou pelo pitoresco, [e pelo] sentimento de abandono imposto pela percepção da ação corrosiva do tempo”. Além do receio de perda e a preocupação em salvar objetos que fossem identificados com um passado benquisto, que não se quisesse fazer esquecer, o sentido econômico passou a coexistir com esses valores e, muitas vezes, a se sobrepor a eles, e isso quando os objetos passaram a ser vistos e tratados como fator de atração turística, o que despertou o interesse para seus usos e a preparação de cenários.

A Revista do Patrimônio, como era chamada a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, surgiu em 1937 e, até 1946, era chamada de Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No texto “Programa”, um prefácio inaugural da Revista, Rodrigo Melo Franco de Andrade afirmou que o objetivo da publicação era “divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo” (ANDRADE, 1937, p.1). Os artigos da revista eram geralmente elaborados após encomendas feitas por Rodrigo Melo Franco de Andrade a um determinado técnico, ou para apresentar descobertas e viagens.

Numa análise das cinco primeiras edições, Cavalcanti (2000, p.23) confirmou o perfil já esboçado no trabalho técnico e administrativo do Serviço, a abordagem privilegiada dos bens religiosos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. “Predominam artigos sobre arquitetura, arte e história (84%), sendo os restantes 16% dedicados, nessa ordem, à etnografia, museologia e história natural”. Chuva (2009, p.266), ao analisar os números referentes às décadas de 1930 e de 1940, 11 ao todo, concluiu: “pode-se considerar a revista como um periódico especializado na ‘história da civilização material do Brasil’, temporalmente concentrada no período colonial português”. E assim foi até sua 18ª edição, em 1978.

A mudança editorial só ocorreu em 1984, quando passou a contar com um corpo editorial fixo e a abordar aspectos diversos da cultura brasileira. Os textos começaram a ser agrupados em seções, cujo foco saiu dos aspectos relacionados à história da arte, com a abertura de discussões em outros campos disciplinares. Eram outros olhares, autores e temáticas. Esse novo perfil evidenciava a mudança ocorrida em 1979, quando a instituição

foi reformulada e passou a ser dirigida por Aloísio Magalhães, mudança que será explorada mais adiante.

Dessa forma, o planejamento urbano e sua relação com a conservação passaram a ser discutidos na Revista em artigos como: *Planejamento urbano como instrumento de preservação*, de Maurício N. Batista (n.19, 1984), e *Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação*, de Silva Telles (n.19, 1984).

Quanto ao turismo e a relação dessa atividade com o planejamento e a conservação de bens culturais, não houve referência ou qualquer abordagem ou estudo, até sua última edição, a 30ª, em 2002.⁷⁵

Com a Revista, também colaboraram técnicos estrangeiros que, para além de artigos, estudaram a arte brasileira, publicaram livros, realizaram exposições e ministraram cursos e palestras.

Essa colaboração, que ocorreu desde a criação do SPHAN até a década de 1960, configurou-se no trabalho de interlocutores, técnicos e intelectuais que estudaram obras brasileiras e ajudaram a conformar um campo de conhecimento a respeito da história da arte no Brasil. Ela se deu por meio de levantamentos, pesquisas, estudos, discussões técnicas, publicações e exposições acerca da identificação da arte brasileira e de sua divulgação no Brasil e no exterior. Nesse sentido, também foram ministrados cursos e aulas para informar e formar um entendimento sobre a arte brasileira. Isso demonstra que já havia um movimento e um canal estabelecido para a receptividade ao intercâmbio, por parte dos técnicos da DPHAN, quando se deu a intermediação para os pedidos de missão à UNESCO.

Segundo Augusto Silva Telles, arquiteto que trabalhou na DPHAN da década de 1950 à de 1980, “seriam [os] historiadores estrangeiros os primeiros a realizar sínteses gerais da arquitetura barroca brasileira, como, por exemplo, o americano Robert Smith” (CHUVA,

⁷⁵ Vale ressaltar que, a partir de 1994, foi iniciada uma terceira fase, em que cada edição deveria obedecer a um tema específico, coordenado por um especialista no assunto, e contava com artigos de diversos especialistas, de campos disciplinares distintos, como Cidade (n.23, 1994), Cidadania (n. 24, 1996), Negro Brasileiro (n.25, 1997), 60 anos do IPHAN (n.26, 1997), Fotografia (n. 27, 1998), Arte e cultura popular (n.28, 1999), Olhar o Brasil (n.29, 2001), Mário de Andrade (n.30, 2002).

2009, p.259). Smith veio ao Brasil quatro vezes, entre 1938 e 1954, e publicou quatro trabalhos na Revista do Patrimônio.⁷⁶

Outro exemplo dessa atuação foi o da alemã Hanna Levy. Ela era historiadora da arte e morou no Brasil entre 1937 e 1947. De 1937 a 1940 ministrou um curso de história da arte para os funcionários do SPHAN, e de 1940 a 1947, como contratada, foi responsável por pesquisas e estudos que resultaram na publicação de cinco artigos na Revista do Patrimônio (NAKAMUTA, 2009).⁷⁷

A vinda do francês Germain Bazin e do português Mário Chicó são exemplares. Germain Bazin (1901-1990) veio pela primeira vez ao Brasil em 1945 e, até 1949, retornou mais três vezes.⁷⁸ Tinha como formação história da arte e museologia, tendo sido conservador e chefe do serviço de restauração de pinturas do Museu do Louvre e diretor da revista especializada *L'amour de l'art*, editada em Paris. Sobre o barroco brasileiro, Bazin publicou os livros *Originalidade da arquitetura barroca em Pernambuco* (1945-1951), *Arquitetura religiosa barroca no Brasil* (1956), *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil* (1963) e *Aleijadinho* (1963).

Sobre a passagem de Bazin pelo Brasil, Silva Telles (2011, p. 110) afirmou: “Ouro Preto não era mais coisa de beira de jornal não, era assunto de livro”, ao se referir à divulgação da arte barroca brasileira no exterior, que para a DPHAN tinha a cidade como representante maior.

Entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Germain Bazin houve uma relação de amizade e troca de favores. Rodrigo facilitava e colaborava com as pesquisas de Bazin. Essa facilidade incluía o envio de documentos, textos, fotografias e a disponibilização da estrutura da Diretoria para as suas pesquisas.⁷⁹ E isso, não só no momento de sua passagem por

⁷⁶ Os artigos: *Alguns desenhos de arquitetura existentes no Arquivo Histórico Colonial Português* (n.4, 1940); *O códice de frei Cristóvão de Lisboa* (n.5, 1941); *Documentos baianos* (n.9, 1945); e *Arquitetura civil do período colonial* (n.17, 1969).

⁷⁷ Os artigos: *Valor histórico e artístico: importante problema da história da arte* (n.4, 1940), *A propósito de três teorias sobre o Barroco* (n.5, 1941), *A pintura colonial no Rio de Janeiro: notas sobre suas fontes e alguns de seus aspectos* (n.6, 1942), *Modelos Europeus na Pintura Colonial* (n. 8, 1944) e *Retratos Coloniais* (n.9, 1945).

⁷⁸ Não foi possível identificar o roteiro de Bazin no Brasil. Sabe-se que, em 1948, Bazin esteve em Minas e na Bahia e, provavelmente, São Paulo. Em 1949, foi ao Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas.

⁷⁹ Em carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Germain Bazin, de 20/7/1949, foi referida a passagem do fotógrafo francês Marcel Gautherot por Minas Gerais. Rodrigo disse desejar que Gautherot tivesse as melhores condições para executar o trabalho para, posteriormente, entregar o material a Bazin, pessoalmente, em Paris. O registro do referido fotógrafo seria usado por Bazin na publicação de um de seus livros (IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P05/ Cx.0008/328/ P.34).

diversas cidades brasileiras, mas também após essas passagens, de modo a viabilizar seus estudos e, claro, suas publicações sobre a arte brasileira.

Assim, foram acionados os diretores regionais: Luís Saia, Diretor do 4º Distrito em São Paulo; Godofredo Filho, Diretor de 2º Distrito em Salvador; e Ayrton Carvalho, Diretor do 1º Distrito no Recife, para que os trabalhos solicitados, como a produção e o envio de fotos, informações e publicações, fossem enviadas a Bazin em Paris.⁸⁰

Por outro lado, Bazin colaborou para a identificação da arte brasileira, especificamente nos estudos sobre o barroco, por meio de palestras, conferências e publicações. Ele deu ao barroco nacional um estatuto de obra de arte, de expressão e de representação própria e específica, que não era fruto de uma cópia, mas de sua própria “civilização”, distinguindo-o, assim, das manifestações do estilo ocorridas em outros lugares, principalmente em Portugal (ver Figura 3). Além de identificar e estudar a arte brasileira, Bazin também ajudou a divulgar essa arte no exterior, como, por exemplo, na conferência sobre a arte barroca no Brasil proferida na Escola do Louvre, em outubro de 1946 (ver Figura 4).

Mário Chicó (1905-1966) também era historiador da arte e museólogo e ocupou o cargo de diretor do Museu Regional de Évora, em Portugal. Tinha uma experiência vasta na organização de exposições sobre a arte portuguesa no mundo, e o Brasil foi um campo privilegiado para suas atuações. Aqui, organizou exposições sobre a arte portuguesa, e, em Portugal, sobre a arte brasileira.⁸¹ Em algumas delas, inclusive, comparou situações e representações, nas quais destacava a similaridade da arte dos dois países. Ministrou cursos e palestras no Brasil e contribuiu para a conformação do campo da museologia no país.

⁸⁰ Rodrigo Melo Franco de Andrade agradeceu a Luís Saia o envio de informações sobre a assistência prestada a Bazin durante a estada desse em São Paulo e solicitou a documentação fotográfica “desejada” por Bazin (Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Luís Saia de 4/10/1948). A Godofredo Filho, Rodrigo comunicou que Bazin chegaria a Salvador para pronunciar “duas conferências sobre assuntos de sua especialidade”, que tinha interesse em “se familiarizar bem com os monumentos e obras da arte bahiana”, e pedia para que ele prestasse “assistência” ao francês (Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Godofredo Filho, de 8/10/1948). Quanto a Ayrton Carvalho, Rodrigo, em carta a Bazin, se referiu ao chefe da diretoria no Recife, dizendo esperar o envio do material providenciado para que fosse encaminhado a ele na França (carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Germain Bazin, de 20/7/1949- IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P05/ Cx.0008/328/ P.34).

⁸¹ Em 1957, a exposição *A arte das missões no Oriente português e no Brasil*, realizada no Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa, em 1958, *Monumentos do Brasil*, realizada no Instituto Superior Técnico de Lisboa; e em 1961, *Monumentos de Portugal e do Brasil – Exposição de fotografias (séculos XII e XVIII)*, em Funchal, em que as fotografias dos monumentos brasileiros eram da autoria de Robert Smith (CHICÓ, 1961, s/p).

Manteve com Rodrigo Melo Franco de Andrade e alguns técnicos da DPHAN uma intensa comunicação (COSTA, s.d.).

Em 1954, organizou a exposição *Monumentos do Sul de Portugal (séc.XVI, XVII e XVIII)*, em São Paulo. Em 1958, organizou mais três: *Igrejas e Fortalezas de Goa, Damão e Diu*, no Rio de Janeiro; *Monumentos Portugueses da Índia*, em Salvador; outra no Recife, que não teve seu nome identificado, para a qual colaboraram o arquiteto português e professor Delfim Amorim e Ayrton Carvalho. Em 1959, organizou outras duas: *Aspectos da Arquitetura Civil no Alto Alentejo*, em Salvador; e *Museus de Arte portuguesas dependentes da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes*, em São Paulo.

Em 1965, Mário Chicó foi responsável por organizar duas exposições sobre a arte portuguesa no Brasil, como eventos comemorativos do 4º Centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro: *Exposição de Arte Portuguesa (1550-1950)* e *Aspectos da Arquitetura Portuguesa* (COSTA, s.d, p.1) (ver Figura 5).

Foi nesta última exposição que o arquiteto Alfredo Viana de Lima o acompanhou como colaborador e representante, estabelecendo-se um contato que permitiu a esse arquiteto voltar ao Brasil, em 1968, como representante da UNESCO, em missão para o turismo cultural em Ouro Preto (ver capítulo 5).

As vindas de Chicó ao Brasil também estavam atreladas à sua participação em encontros e cursos. Em 1963, ele ministrou um curso de Arte Portuguesa na Universidade de Brasília. Doutor *honoris-causa* pela Universidade de Pernambuco, Chicó ministrou também um curso de curta duração na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, tendo, por isso, “impressionado a ponto de suscitar no então Reitor da Universidade, Professor Darcy Ribeiro, incumbi-lo de planejar um Curso Superior de História da Arte e Museologia, assunto em que trabalhou quase um ano” (COSTA, s.d., p.1).

Em comum, esses técnicos e intelectuais estrangeiros tinham o interesse e o foco de suas ações no território brasileiro, com base em suas associações, ligações ou conexões com os técnicos da DPHAN. Eles trocaram experiências no campo da história da arte, por meio do estudo e da divulgação da arte brasileira e da formação, possibilitada pelos cursos e palestras ministrados. Nesse momento, o interesse dessa associação da Diretoria com os estrangeiros citados era de conhecer e de tornar reconhecida a arte brasileira, ou seja, legitimar uma prática em curso e em elaboração, além de colaborar para a identificação de bens culturais a serem protegidos, conservados e cultuados.



Figura 3: Manchete de jornal no qual German Bazin enuncia sua visão a respeito da arte brasileira: “fruto de uma civilização”, ressaltando que ela teria especificidades próprias e contribuições para a história da arte.

Fonte: IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P05/ Cx.0008/328/P.34.



Figura 4: Bazin e a divulgação da arte brasileira em palestra no Louvre.

Fontes: Disponível em: <http://artbaroque.canalblog.com/images/Bazin_2.jpg> Acesso: 10 jan 2011; IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P05/Cx.0008/328/ P.34.



Figura 5: Capas dos catálogos das exposições organizadas por Chicó no Brasil e em Portugal.

Fonte: Reproduções feitas pela pesquisadora.

As práticas da DPHAN privilegiavam o conhecimento, a identificação, a seleção e a conservação e a restauração de bens culturais, com base em valores artísticos e históricos.

Até então, o planejamento urbano e o turismo não eram associados à conservação de bens culturais, nem tratados pela DPHAN, que definia, quase que exclusivamente, a política de conservação no Brasil. Essa prática foi posta em cheque na segunda metade da década de 1960, com as missões da UNESCO que abordaram o turismo cultural, e com as Normas de Quito, de 1967.

Silva Telles (2010) comentou, em entrevista, que havia e ainda há dificuldade da instituição em lidar com o urbano e com o turismo e, principalmente, com as instituições responsáveis. Além disso, a conciliação da conservação dos bens culturais com o planejamento urbano, premente desde a década de 1960, bem como a valorização econômica dos espaços e bens culturais eram estranhas à prática do DPHAN, até então. Ao ser perguntado por Thompson (2010) sobre qual teria sido a importância da vinda dos consultores da UNESCO, Silva Telles (2010, p. 110-112) respondeu: “Primeiro, o seguinte: nós não tínhamos conhecimento suficiente para a elaboração desses planos. Além da falta de recursos para a elaboração, assim como das próprias pesquisas sobre os acervos arquitetônicos e sobre a vida social e cultural dos sítios urbanos”. Em outra passagem da entrevista, Cyro Lyra contou que o francês Jean-Pierre Halévy, em uma de suas passagens pelo Brasil, teria comentado que no IPHAN não havia funcionários com experiência na área de urbano, com o que Silva Telles (2010, p. 112) concordou, ao afirmar que as ações se concentravam no objeto “pequenininho, pequenininho”.

A DPHAN, em 1967, ou seja, 30 anos após sua criação, apresentava um projeto ou concepção que não mais correspondia às demandas e discussões surgidas na década de 1960, o que se somava ao seu pouco prestígio no âmbito do governo federal. Sua configuração era a da permanência e acomodação de uma prática, pouco renovada e marcada fortemente pela gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A Diretoria estava à margem das discussões de novas abordagens do entendimento de cultura e com uma prática dissociada da integração com outras organizações governamentais.

Tendo em vista superar as lacunas no tratamento de questões relacionadas com os bens culturais por parte de instituições governamentais, surgiram o Conselho Federal de

Cultura (CFC), em 1966,⁸² o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH), em 1973, e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975.

O Conselho Federal de Cultura tinha “o caráter normativo e de assessoramento ao ministro de Estado” (MAIA, 2011, p.63). Estava estruturado em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas e patrimônio histórico e artístico nacional, e tinha como atribuição cooperar para a defesa dos bens culturais. Segundo Maia (2011, 68), o Conselho incorporou o projeto da DPHAN, dado que Rodrigo Melo Franco de Andrade estava à frente da câmara do patrimônio histórico e artístico nacional, e o ampliou ao agregar os “costumes, danças, modos de agir e pensar, invenções nas áreas científicas e artísticas, etc. Essa definição ampla do patrimônio foi apresentada nas Diretrizes para uma política cultural, em 1973, documento responsável por ordenar o papel do Estado na cultura”.

Os trabalhos do CFC incluíram o incentivo para a formação de conselhos de cultura nos estados e municípios, a “recuperação” de instituições como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes, o projeto para a criação das Casas de Cultura,⁸³ inspiradas na experiência francesa, viabilizadas após a realização de convênios firmados entre o conselho e os municípios. Desse modo, o CFC supria a falta de um departamento destinado à cultura no Ministério de Educação e Cultura, o qual foi criado pelo Decreto 66.967, de 27 de julho de 1970 (CALABRE, 2008, p.3-4).

O PCH foi criado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República após um estudo feito por um grupo de trabalho composto por representantes da Secretaria, do Ministério de Educação e Cultura, da EMBRATUR e da SUDENE. Tinha como objetivo a geração de renda por meio da atividade turística, sendo priorizadas as cidades nordestinas que potencialmente teriam um movimento turístico mais imediato. Para tanto, financiaria obras de restauro, infraestrutura, cursos para a formação de técnicos e de mão de obra especializada, bem como projetos, pesquisas e planos de desenvolvimento urbano. Segundo Correa (2010, p.9), “Acreditava-se que o desenvolvimento econômico de determinadas áreas

⁸² O Conselho foi criado em 24 de novembro de 1966, por meio do Decreto-Lei n. 74, teve as suas atividades iniciadas em 1967 e foi extinto em 1990. Teve como modelo o Conselho Federal de Educação, além de uma inspiração na experiência francesa de política cultural encampada por André Malraux. Seu primeiro presidente foi o escritor Josué Montello (CALABRE, 2008, p.1-4).

⁸³ A Casa de Cultura deveria possuir “biblioteca, auditório e teatro, funcionando como centro de atividades culturais, para que pudesse servir à população local. A primeira Casa de Cultura foi inaugurada em 17/12/1970, na cidade de Lençóis, na Bahia. Em janeiro de 1973, o Conselho havia implantado 17 Casas de Cultura distribuídas pelos seguintes estados: Pará, Acre, Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo” (CALABRE, 2008, p.6).

acarretaria no desenvolvimento social e cultural da população, atuando como catalisador de mudanças de uma área maior à sua volta.”

O CNRC era formado por um grupo de trabalho, criado em 1975, e coordenado por Aloísio Magalhães. Tinha como meta “estabelecer um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira”. Dentre os estudos que promoveu, encontram-se “o mapeamento da atividade artesanal; levantamentos sócio-culturais; história da ciência e da tecnologia no Brasil; levantamento de documentação sobre o Brasil” (MAGALHÃES, 1985, p.30-31).⁸⁴

A proposta do CNRC era inovadora e a maneira como foi incorporada ao aparato governamental também, pois contava com convênios com instituições diversas, de acordo com as demandas dos projetos. Até 1978, suas atividades eram o fruto de convênios com instituições como: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Interior, Ministério das Relações Exteriores, Caixa Econômica Federal, Fundação da Universidade de Brasília, Fundação Cultural do Distrito Federal e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Com a reformulação do IPHAN, em 1979, a sua estrutura administrativa mudou e passou a contar com dois núcleos de atuação: uma secretaria de caráter normativo, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e uma fundação de caráter operativo, a Fundação Nacional pró-Memória (FNPM).⁸⁵ Essa mudança permitiu a incorporação do CNRC e do PCH e foi marcada pela gestão de Aloísio Magalhães, prestigiado pelo governo por sua atuação no CNRC. Foi também a proposta de uma nova prática, que associava a cultura ao desenvolvimento, até então à margem do IPHAN.⁸⁶

A Diretoria também apresentava uma situação geral prejudicada pela redução progressiva de seu já parco orçamento. De 1953 a 1967, a redução da quantia destinada aos serviços de reparação e restauração foi de 1/3, e a relativa aos serviços de divulgação cultural, a 1/6 (FREITAS, 1992, p. 100).

⁸⁴ Exemplos de projetos desenvolvidos: tecelagem popular no Triângulo Mineiro, cerâmica de Amaro de Tracunhaém, aproveitamento de pneus usados na fabricação de lixeiras e estudo multidisciplinar do caju (MAGALHÃES, 1985, p.31).

⁸⁵ Em 1990, a Secretaria e a Fundação foram extintas e em seu lugar foi criado um instituto, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). A partir de 1994, esse instituto voltou a ser chamado de IPHAN.

⁸⁶ Sobre Magalhães e a sua gestão à frente do IPHAN, ver Gonçalves (1996), Fonseca (2005) e Magalhães (1985).

O corpo técnico da Diretoria, que sempre foi insuficiente para sua demanda, também sofria com as baixas causadas pela aposentadoria dos colaboradores mais antigos, e com a não “incorporação de novos funcionários, para o preenchimento dos cargos vagos ou para a ampliação da equipe técnica, em razão da legislação em vigor à época que impedia novas contratações”. Esses aspectos foram contabilizados em uma comparação feita por Soeiro, entre o número de monumentos tombados e o de técnicos, que “era de 8:1 em 1937, subiu para 26:1 em 1953 e aumentou ainda mais para 44:1 em 1967” (*apud* FREITAS, 1992, p. 100).

Esse desprestígio da Diretoria diante do governo federal viria somar-se ao fato de que “as alianças políticas que a viabilizaram já não existiam (...). Além disso, a estrutura burocrática tradicional tornou-se incompatível com os novos requisitos de uma moderna gestão administrativa, de caráter racional e empresarial” (FREITAS, 1992, p. 99). Assim, se a autonomia da Diretoria no aparato governamental era vista como uma conquista ou vantagem nas décadas de 1930 e 1940, na década de 1960 representou um afastamento e até um alheamento diante das questões nacionais.

Foi com a fragilidade orçamentária, um corpo técnico insuficiente e com a inadequação da Diretoria em relação aos debates contemporâneos que a DPHAN intermediou o pedido de assistência técnica do país à UNESCO, como será visto no próximo capítulo.

Assim, enquanto a DPHAN privilegiava o conhecimento e a proteção de monumentos, segundo seus valores artísticos e históricos, a valorização econômica desses não estava em discussão na sua prática, e a organização do turismo no aparato da administração federal ainda era incipiente no final da década de 1960, mesmo se se considera a criação da EMBRATUR, que ainda se estruturava.

Em contrapartida, o planejamento, tanto econômico quanto urbano, estava em crescente prestígio, assumindo no governo federal um lugar privilegiado de garantia para a existência de programas e ações do governo. A ele tudo ia sendo ligado, inclusive atividades que até então andavam por caminhos não convergentes. Seu auge, na segunda metade da década de 1970, foi o resultado da experiência acumulada, do investimento em formação técnica e de burocracia, considerando, inclusive, o estímulo de organizações internacionais, como a ONU e a OEA.

Na década de 1960, surgiram instituições governamentais e outras passaram por uma revisão, modernização e fortalecimento, de modo a abordar assuntos de interesse nacional,

o que atingiu o seu auge na década seguinte. Desse modo, na segunda metade da década de 1960 essa concepção ainda não proporcionava uma integração das práticas das instituições relacionadas com o planejamento, o turismo e a conservação de bens culturais.

Essas práticas apresentaram sentidos paralelos entre si, tal como foi abordado ao longo deste capítulo. No entanto, é possível afirmar que havia um espaço receptivo à assistência técnica para o turismo cultural, dado que a cooperação técnica não foi uma novidade no país, pois já era difundida e discutida no âmbito do planejamento econômico e urbano. Havia também um diálogo firmado entre técnicos e intelectuais estrangeiros e técnicos da DPHAN, o que também reforça a ideia da boa recepção, já que a solicitação da assistência era feita em nome do governo brasileiro e tinha como interlocutores esses técnicos.

CAPÍTULO 3

O ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O BRASIL

Neste capítulo, serão discutidas as primeiras conexões entre os interlocutores brasileiros e os da UNESCO, visando à constituição de um acordo de cooperação técnica para o turismo cultural. A composição desse acordo, que inclui as motivações, os interesses para os pedidos e a vinda dos primeiros consultores da UNESCO ao Brasil, Paul Coremans e Michel Parent, é um acontecimento importante para a formação de um espaço, no qual atuou uma série de missões de consultoria e de formação técnica.

3.1. As motivações e os primeiros pedidos de assistência técnica

A cooperação técnica internacional não era novidade para o Brasil na década de 1960. Ela se difundiu bastante no século XX, quando ocorreram, por exemplo, as missões de professores franceses na Universidade de São Paulo, na década de 1930,⁸⁷ e a já citada Comissão Mista Brasil Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, criada em 1951 e encerrada em 1953, durante o segundo governo de Getúlio Vargas.

A DPHAN já mantinha uma relação com técnicos e intelectuais estrangeiros, com boa recepção a eles e a suas ideias e estudos, numa colaboração recíproca no campo da história da arte. Embora essas experiências não estivessem ligadas entre si pelo cumprimento de uma atribuição específica, professada por uma instituição ou organização, elas constituíram um movimento de estudo e entendimento da arte brasileira.

Na constituição de um acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a UNESCO, atuaram, principalmente, o diretor da DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lourival Gomes Machado,⁸⁸ diretor de assuntos culturais da UNESCO de 1964 a 1966, brasileiro, de

⁸⁷ Nessa missão vieram Émile Coornaert (história), Pierre Deffontaines (geografia), Robert Garric (literatura francesa), Paul-Arbousse Bastide (sociologia), Étienne Borne (filosofia e psicologia) e Michel Berveiller (literatura greco-latina), Fernand Braudel (história), Pierre Monbeig (geografia), Claude Lévi-Strauss (sociologia) e Jean Mauge (filosofia).

⁸⁸ Lourival Gomes Machado (1917-1967) era crítico de arte e cientista político, formado em ciências sociais e direito pela USP, na qual foi professor assistente do francês Paul Bastide na cadeira de sociologia e política, entre 1939 e 1942. Em 1954, ministrou aulas de história da arte na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

quem Rodrigo era muito amigo. Mesmo que eles tenham sido substituídos em 1967 e 1966, respectivamente, de suas funções, a proximidade e o interesse de ambos em viabilizar as duas primeiras missões foram fundamentais para que elas se realizassem e se tornassem o ponto de partida para a concretização da cooperação técnica.

O primeiro registro desse acordo é a carta de Paul Coremans a Rodrigo Melo Franco de Andrade, escrita no final de 1963, avisando que já havia firmado o contrato com a UNESCO para a vinda ao Brasil.⁸⁹ A partir daí, pôde ser estabelecida uma trama nesse espaço que surgiu, do qual participaram os consultores e os representantes da UNESCO, da ONU, da DPHAN e dos Ministérios da Educação e Cultura.

A abordagem do turismo cultural, mesmo que sumária, foi feita pela primeira vez por Paul Coremans, em 1964, quando veio ao Brasil em missão da UNESCO e elaborou o relatório *Brasil, A preservação do patrimônio cultural*. Nele, havia um prenúncio das ideias e propostas relacionadas com o turismo cultural.

O tratamento desse assunto aconteceu de forma direta e abrangente a partir de 1966, momento em que ocorreu uma missão específica para discutir o tema, para informar e apontar potenciais turísticos, bem como e apresentar diretrizes a serem desenvolvidas posteriormente, em outras missões e em programas e planos elaborados por técnicos brasileiros. Essa missão teve lugar quando o Brasil formalizou seu pedido para a missão de Michel Parent, que veio no mesmo ano e no ano seguinte, tendo apresentado seu relatório *Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico* em 1968.

Paul Coremans (1908-1965), além de fundador e diretor do Instituto Real do Patrimônio Artístico (IRPA) da Bélgica, em Bruxelas, era também um dos fundadores e membro do conselho do ICCROM. Era restaurador, conservador e doutor em química analítica. Antes de vir ao Brasil, já tinha realizado missões, como consultor da UNESCO, no

USP, onde foi diretor entre 1961 e 1962, ano em que se mudou para Paris a fim de assumir o cargo de Diretor de Assuntos Culturais da UNESCO, que exerceu por dois mandatos de dois anos, de 1962 a 1966, por indicação do Governo brasileiro. Ao final do seu mandato, não voltou ao Brasil, onde deveria assumir o cargo de Professor Catedrático de Política na USP, o que seria muito difícil para um ex-membro do partido comunista, dado o momento político. Assim, assumiu o cargo de Delegado da UNESCO na campanha de preservação dos monumentos e obras de arte de Veneza e Florença, mas faleceu em 1967, aos 49 anos, na estação de Milão, indo para Florença. Publicou livros como *Retrato da arte moderna no Brasil* (1947); *Teoria do Barroco* (1953); *Reconquista de Congonhas* (1960) e, postumamente, foi publicada uma coletânea de textos: *Barroco Mineiro* (1969) (MACHADO, 2010).

⁸⁹ Carta de Paul Coremans a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 27/12/1963 (IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo – AA01/M037/P06/Cx.0017/337/P.0072).

Iraque (1960) e na Espanha (1963). No ano seguinte à sua vinda à América Latina, com passagem pelo Brasil, Peru e México, ele foi à Índia (1965), tendo falecido prematuramente no mesmo ano, aos 57 anos.

O acordo para sua vinda foi feito no contexto de missões acertadas com o Peru e o México. Vale destacar que esses dois países já haviam recebido anteriormente missões para tratar de seus bens culturais, o primeiro país em 1951, e o segundo, em 1960 e 1961. Assim, aproveitando a vinda do mesmo consultor àqueles países, Lourival Gomes Machado sugeriu a Rodrigo Melo Franco de Andrade que fosse solicitada a vinda do consultor também ao Brasil.

A missão de Coremans no Brasil foi programada por Lourival Gomes Machado e previa duas possibilidades: na primeira, seriam privilegiados os “programas [que] se reporta[vam] à preservação e à estabilização de um sítio cultural dado, como Ouro Preto, ou um monumento histórico importante”; a segunda seria orientada para “a criação e o desenvolvimento de um laboratório nacional”, que deveria ser encarregado “dos trabalhos científicos e técnicos que dizem respeito à preservação dos bens culturais”.⁹⁰

Ao tomar conhecimento dessas orientações para a missão, Rodrigo Melo Franco de Andrade não fez qualquer comentário a respeito, afirmando que qualquer um dos dois tipos de projetos sugeridos seria “igualmente desejável”; os dois foram incluídos e Rodrigo demonstrou interesse em saber que contribuição financeira poderia esperar do Programa de Assistência Técnica.⁹¹

Essa programação foi semelhante à estabelecida para o Peru e para o México. Nelas, foram abordados aspectos relacionados a um laboratório de restauro nacional, à organização administrativa de uma instituição nacional responsável pela conservação e à formação de técnicos. Acrescente-se a visita a um sítio monumental específico, que no Peru foi Chan-Chan, e no México, Bonampak, tal como foi programado por Lourival Gomes Machado (COREMANS, 1964a, 1964b e 1964c).

A missão de Coremans ao Peru foi intermediada por um representante do Museu de Arte de Lima. Nela, Coremans previu diretrizes para a reorganização do serviço destinado à proteção dos monumentos e sítios peruanos, a criação de um laboratório central no citado

⁹⁰ Carta de Lourival Gomes Machado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 15/1/64 (IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P06/ Cx.0017/337/ P.0072).

⁹¹ Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Lourival Gomes Machado, de 13/2/64 (IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P06/ Cx.0017/337/ P.0072).

museu de arte de Lima e a proposta de medidas com relação à conservação do sítio monumental pré-colombiano Chan-Chan (COREMANS, 1964b, p. 3). No México, Coremans deveria visitar as pinturas murais maias de Bonampak e, se necessário, retirar amostras para análise das mesmas. Embora tivesse ficado só um dia no país, no seu relatório foram abordadas questões relacionadas ao Instituto Nacional de Antropologia e História (COREMANS, 1964c, p. 2).

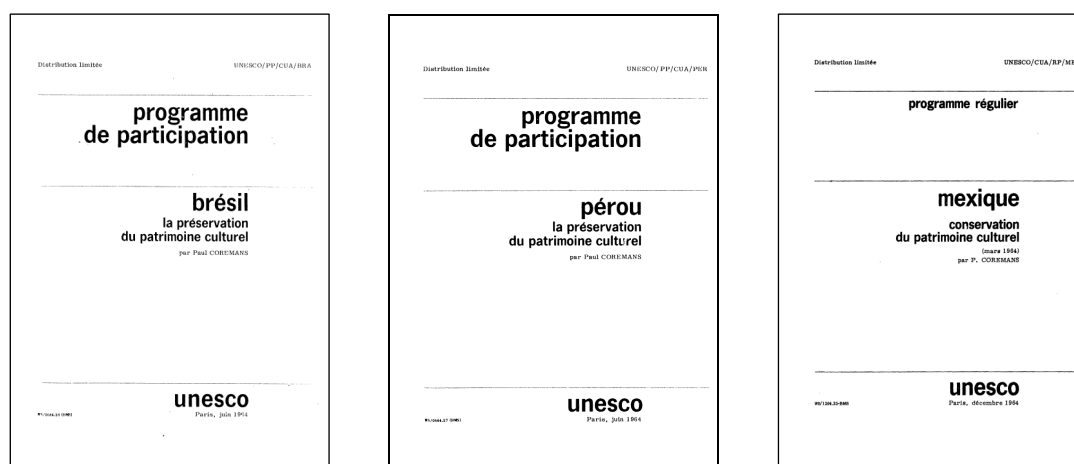


Figura 6: Capas dos relatórios de Paul Coremans das missões realizadas na América Latina em 1964- Brasil, Peru e México.

Fontes: Coremans (1964a; 1964b; 1964c).

Também foi oferecida uma bolsa de estudo por intermédio da UNESCO, pelo IRPA, em Bruxelas, a cada um dos três países. A bolsa brasileira, de 12 meses, foi destinada a Fernando Barreto, que na época era encarregado dos cursos de restauração da Universidade Federal de Pernambuco. Mas, já entre 1961 e 1962, o instituto belga havia concedido uma bolsa ao técnico da DPHAN, Jair Afonso Inácio.

Lourival Gomes Machado tinha um grande prestígio no meio intelectual brasileiro, principalmente paulista, dada a sua experiência no meio acadêmico da USP, sua participação na criação da Revista Clima⁹² e sua colaboração em jornais como *O Estado de São Paulo* e na direção do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP). Era um grande conhecedor da arte barroca brasileira e já tinha escrito o livro *Teorias do Barroco*, publicado em 1953, e uma série de textos sobre o tema os quais foram reunidos e publicados em 1969: *Barroco Mineiro*. Ele defendia que a arte em Minas Gerais, no século XVIII, havia sido a primeira

⁹² Fundada em 1941, juntamente com Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza, Paulo Emilio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, dentre outros, a Revista Clima abordava a crítica de arte, literatura, cinema e teatro.

manifestação de arte brasileira autêntica. Assim, não foi surpresa a sugestão de que fosse dada uma atenção especial ao sítio de Ouro Preto, que já era o principal foco de estudos e de ações da DPHAN. A orientação para o laboratório e a concessão de bolsa de estudo estava dentro das possibilidades e especialidade de Coremans como técnico.

Coremans recebeu o programa de sua missão em fevereiro de 1964, antes mesmo de sua chegada. Do programa constavam os lugares a serem visitados e as atividades a serem desenvolvidas durante a missão: os dois primeiros dias seriam no Rio de Janeiro, onde ele conheceria o laboratório da Diretoria. Depois, uma ida a Sabará, para ver a restauração de uma igreja e, no mesmo dia, uma ida a Ouro Preto, para ali passar dois ou três dias, a depender de sua vontade. No retorno ao Rio de Janeiro, ficaria por mais dois ou três dias e manteria contato com o representante das Nações Unidas, Georges Peter, e outras personalidades que poderiam ser de seu interesse, como, por exemplo, diretores e conservadores de museus.⁹³

A missão, de oito dias apenas, aconteceu entre os dias 7 e 15 de março de 1964. Foi definida pelo próprio Coremans (1964, p.2) como “apenas uma missão de orientação”, para “propor bases válidas a serem acompanhadas por adaptações posteriores”.

Em seu relatório, Coremans fez analogias ao sugerir que, aqui, o passado e seus vestígios estariam num campo oposto ao do futuro e do desenvolvimento. Para ele, o Brasil parecia uma “colméia zumbidora para quem entra em contato com o país pela primeira vez” e afirmou que “por toda parte, pás mecânicas retiram terra em busca de novas jazidas, ou nivelam o solo para ali assentar uma nova construção ou para abrir uma rodovia que penetra centenas de quilômetros em direção ao interior”. No entanto, esse mesmo país, que preparava “ativamente um futuro econômico e social melhor”, poderia “desencantar” o “viajante [que] se interessa pelos vestígios do passado”. Ele justificou o possível desencanto ao afirmar que “as obras de urbanismo e a penetração industrial menosprezam o passado e, nos lugares onde os vestígios ainda subsistem, falta dinheiro para garantir preservação” (COREMANS, 1964, p.4).

Seu texto é curto, mas nele foram ressaltados aspectos da formação de especialistas, das restaurações realizadas pela Diretoria, dos processos de trabalho e do funcionamento do laboratório, e dos objetos de arte e monumentos. Todas as obras citadas, segundo o próprio

⁹³ Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Paul Coremans, de 17/2/1964 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P06/ Cx.0017/337/ P.0072).

Coremans, eram do século XVIII. Além de defender a necessidade de reestruturação do órgão, de modo a dotá-lo de uma maior autonomia e orçamento, sugeriu que fosse criado “um Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico, erguendo para ele um edifício moderno e outorgar-lhe, com certeza no âmbito do mesmo ministério, um estatuto de instituição dita independente” (COREMANS, 1964, p. 8-9).

Para Coremans, essa reestruturação e a construção de um edifício moderno como sede do Instituto a ser criado poderiam, inclusive, favorecer o turismo internacional e facilitar “a concessão de fundos no âmbito do Programa de Assistência Técnica da UNESCO” (COREMANS, 1964, p. 9). O turismo foi tratado em único e último parágrafo do relatório, a seguir transcrito:

Muitos turistas já visitam Ouro Preto. Seu número poderia aumentar consideravelmente se algumas atividades profissionais fossem catalisadas e dispostas em um âmbito social adequado. Parece possível, por exemplo, dar a determinadas casas antigas, após sua restauração, uma nova função - como já foi feito com o prédio da antiga casa da câmara e cadeia, e que se tornou o museu e a Casa da DPHAN. Nesse sentido, não seria despropositado pensar em criar um centro cultural (não existe em Ouro Preto um teatro do século XVIII?), organizar concertos de música barroca (o que se chegou a considerar em conversas no agradávelíssimo Pouso do Chico Rei), criar ateliês de artesanato, cuja produção seria facilmente adquirida pelos turistas. Hoje, Ouro Preto já não é uma cidade morta, mas falta-lhe uma certa animação, que o turista busca após ter visitado edifícios antigos e admirado as esculturas do grande Aleijadinho. Ou ainda, por que não iluminar à noite os monumentos antigos? Basta lembrar o que a Espanha fez em Toledo, por exemplo, para imaginar a cidade de sonho que Ouro Preto poderia ser à noite. E, para concluir este parágrafo sobre o turismo, lembremos que, por via aérea, em uma hora o viajante faz o trajeto do Rio a Belo-Horizonte, e que uma linha regular de ônibus o transporta dali, em duas horas, para um belo sítio antigo, incrustado nas montanhas agora esvaziadas de seu “ouro negro”. Descobre-se ali o barroco e o rococó brasileiros da melhor época e admiram-se as restaurações sóbrias e matizadas da DPHAN (COREMANS, 1964, p. 14).

O relatório de Coremans não pode ser considerado um marco das operações da UNESCO no Brasil, no que se refere à difusão do turismo cultural, mas, sim, um ensaio, pois ele elaborou orientações específicas para uma cidade, tratadas de modo pontual e restrito.

Mesmo que não fosse o objetivo de sua missão tratar do turismo cultural, Coremans abordou a temática de maneira preliminar, por solicitação de Lourival Gomes Machado. Ele pretendia que o tema fosse introduzido no meio técnico brasileiro, pois tinha a intenção de aproximar o Brasil das oportunidades de assistência técnica oferecidas pela UNESCO, as quais ele bem conhecia. E isso ficou evidente nos preparativos da missão.

Lourival Gomes Machado relatou a Rodrigo Melo Franco de Andrade que, em 1963, tinha ocorrido a Conferência da ONU que tratou do turismo internacional, abordada no capítulo 1 desta tese. Dela, destacou a votação da resolução na qual “os países que se interessam pelo desenvolvimento da indústria turística deveriam também elaborar um programa para a conservação de seus monumentos”, por constituírem “uma atração muito forte para os turistas”. Para Machado, essa novidade poderia fazer com que o departamento que dirigia pudesse considerar programas e orçamentos “tendendo a preservar os bens culturais” antes mesmo de 1966.⁹⁴

Tendo em vista essa orientação, Lourival Gomes Machado sugeriu que fosse formado um comitê de representantes “do serviço” (em referência à Diretoria), “da indústria turística” e “de personalidades que se ocupam do desenvolvimento econômico” para, de alguma forma, dar um suporte à missão de Coremans.⁹⁵

A lista das personalidades sugerida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, a pedido de Lourival Gomes Machado, para compor o comitê foi bem heterogênea. Ao tomar conhecimento dela, Machado sugeriu sua divisão em dois comitês. O primeiro, chamado *comité d'honneur* (comitê de honra), seria formado por Gustavo Capanema (deputado, ex-ministro e presidente do Museu de Arte Moderna), Victor Bouças (secretário do turismo na Guanabara), Wladimir Alves de Souza (presidente da Comissão do Centenário e professor), Haroldo Graça Couto (presidente da Associação de Construtores), Leão Gondim (diretor da revista *O Cruzeiro*), Walter Moreira Salles (ex-ministro, ex-embaixador e banqueiro), Candido da Malta Machado (presidente da Companhia Docas de Santos), Alceu Amoroso Lima (escritor e membro da Academia Brasileira de Letras) e Augusto Frederico Schmidt (escritor e *homme d'affaires*). O segundo, chamado *comité consultatif* (comitê consultivo), seria encarregado da elaboração de programas de preservação e valorização dos monumentos históricos, a ser integrado por: Maurício Roberto (presidente do IAB), Paulo Santos (arquiteto e professor), Mário Barata (professor da Escola de Belas Artes), Gustavo Capanema, Wladimir Alves de Souza, Leão Gondim e Augusto Frederico Schmidt.⁹⁶

⁹⁴ Carta de Lourival Gomes Machado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 15/1/1964 (IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P06/ Cx.0017/337/ P.0072).

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Ofício de Georges Peter a Hiroshi Daifuku, de 7/2/1964, e Ofício de Lourival Gomes Machado a Georges Peter, de 26/2/1964 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P06/ Cx.0017/337/ P.0072).

Esses dois comitês não foram formados, pois não houve tempo hábil entre as comunicações por carta, aceites e ajustes entre os representantes da DPHAN, UNESCO e ONU no Brasil. Além do tempo curto para ajustar os interesses das três partes, havia dúvidas e incertezas quanto à composição do comitê após o Golpe militar.⁹⁷ Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, havia também uma falta de interesse de Georges Peter, o representante da ONU no Brasil, em colaborar para que fossem constituídos os comitês.⁹⁸

As orientações para a formação dos dois comitês e as dificuldades delas advindas retratam bem a falta de entendimento sobre o turismo cultural. Seus limites e possibilidades só ficariam claros após a missão seguinte, de Michel Parent.

Em matéria do jornal *O Globo*, a missão de Coremans foi apresentada como uma iniciativa da UNESCO, “preocupada com a situação de abandono e de desprezo das coisas da cultura brasileira – principalmente no que se refere à preservação dos monumentos históricos e artísticos existentes em Ouro Preto, Sabará, Mariana e Congonhas do Campo”. Nela também foi destacado que o relatório da missão “acena[va] com a possibilidade de auxílio material, por parte daquele órgão das Nações Unidas”.⁹⁹

O relatório de Coremans não aprofundou questões referentes ao turismo, ao desenvolvimento e à valorização econômica dos bens culturais. O tema foi apenas introduzido. Em correspondências, Lourival Gomes Machado tratou das direções e das oportunidades que poderiam surgir com o possível apoio e incentivo ao turismo cultural, por meio de novas missões, da criação de programas e do financiamento para a conservação por parte de instituições internacionais. Assim, com a já recomendada atenção ao turismo, começaram as negociações em torno da vinda de um novo consultor.

No entanto, o anúncio da saída de Lourival Gomes Machado do cargo foi motivo de preocupações e hesitações para Rodrigo Melo Franco de Andrade que tentou, de várias maneiras, reverter a transferência do colaborador e amigo de Paris para Veneza.

⁹⁷ Esse fato foi levantado por Lourival Gomes Machado a Rodrigo Melo Franco de Andrade em carta informal manuscrita, de 3/7/1964: “Assim, os problemas relativos às pessoas que poderiam constituir a famosa Comissão de Honra transformaram-se em verdadeiros enigmas a partir de 1º de abril e, já então, a missão do Coremans, que nelas se deveria apoiar, era fato em curso” (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P06/ Cx.0017/337/ P.0072).

⁹⁸ Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Lourival Gomes Machado, de 23/3/64 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P06/ Cx.0017/337/ P.0072).

⁹⁹ *UNESCO pediu há dois anos defesa do nosso patrimônio histórico* - O Globo, 21/12/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro / Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

Nem os pedidos e as articulações de Rodrigo ao embaixador brasileiro na UNESCO desde 1966, Carlos Chagas, ao Ministro da Educação e Cultura, Raymundo Aragão,¹⁰⁰ e ao próprio René Maheu foram suficientes. Em 1967, Lourival Gomes Machado deixou o cargo de Diretor de Departamento de Cultura da UNESCO.

Ali Vrioni assumiu o cargo que era de Machado em 1966. Até então, ele era o Diretor do Serviço de Monumentos da Núbia para a UNESCO que, à época, concentrava os esforços e as atenções da intervenção da Organização, tal como foi apresentado no capítulo 1. A mudança não resultou em perda de prestígio para o Brasil, como será visto mais adiante.

O interesse e a busca pelo estabelecimento de um acordo de cooperação mobilizaram vários esforços de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Mas isso não impediu que disputas e intrigas ocorressem com Carlos Chagas, por conta das iniciativas isoladas de Rodrigo de consultar diretamente diretores e técnicos da UNESCO sobre a possibilidade de auxílio e cooperação. Em carta de Carlos Chagas a Rodrigo Melo Franco de Andrade de 20/1/1967, o embaixador do Brasil na UNESCO anunciou a “grande surpresa” ao saber que Rodrigo tinha se dirigido “diretamente à UNESCO solicitando a inclusão, no Programa de Participação de 1967, de assistência aos trabalhos de preservação de Parati, levados a efeito pelo Serviço do Patrimônio Histórico do Brasil”. O motivo da surpresa era o não respeito ao caminho oficial para o pedido de assistência técnica que deveria ser encaminhado por ele, que era o representante brasileiro na Organização. Assim, ao ficar sabendo do acontecido, por carta “encaminhada pelo Secretariado com um pedido de parecer”, no qual foi favorável, Chagas, não perdeu a oportunidade em enfatizar: “como Você sabe, o enquadramento de projetos dentro daquele Programa é objeto de apresentação oficial e global, feita ao Diretor Geral por cada uma das Delegações nele interessadas”.¹⁰¹

¹⁰⁰ Rodrigo Melo Franco de Andrade apelou ao Ministro da Educação e Cultura, Raymundo Moniz de Aragão, em carta (n. 404) de 20/10/66: “Apelo para V.Exa. a fim de que, em ocasião julgada oportuna, queira manifestar ao Diretor Geral René Maheu o interesse do governo do Brasil em que aquele nosso notável patricio seja mantido na função que ocupa. Justifico o apelo formulado a V.Exa. pela importância manifesta em que a direção do crucial Departamento de Cultura da UNESCO seja ocupada por um brasileiro, com as qualidades excepcionais do Professor Lourival Gomes Machado, - inteligência possante, cultura extensa e variada (inclusive e particularmente no domínio das artes), familiaridade com os problemas da alçada da instituição, prestígio nos meios culturais dos Estados membros, proficiência invulgar nos debates, capacidade de trabalho extraordinária. Não haveria risco nenhum de objetar-se a renovação de seu contrato, se o Diretor Geral atendesse, no meu caso, à conveniência da UNESCO” (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

¹⁰¹ Carta de Carlos Chagas a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 20/1/1967 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

Em 1966, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi à sede da UNESCO e solicitou ao chefe da Divisão dos Museus e Monumentos da UNESCO, Raymond Frin, a indicação para a vinda de um novo consultor. Após a visita, Frin enviou à DPHAN três formulários de currículo, que deveriam ser preenchidos e devolvidos o mais rápido possível, para que fosse feito um contrato com a Organização.¹⁰²

Renato Soeiro, em carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em junho de 1966, tratou de indicações para “através [de] 2 programas da UNESCO, obter recursos” para a DPHAN. Então, após ter conversado com Lucio Costa e Augusto da Silva Telles sobre o assunto, sugeriu:

Julgamos preferível, concentrar no 1º programa, INCREMENTO AO TURISMO, as medidas que beneficiariam Ouro Preto, Parati e áreas tombadas em Salvador. No 2º, relativo à RECUPERAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS, ante a ameaça das BRs, que se projeta agora também rumo a Salvador, através da BR5 e atendendo a apelo do Saia, visando a proteção da Bacia do Paranaguá e as encostas da Serra do Mar, deixar com maior amplitude que essa possibilidade possa beneficiar áreas diversas em toda a extensão do litoral brasileiro.¹⁰³

Essas indicações são significativas para demonstrar o desejo dos técnicos da repartição de formalizar a cooperação com a UNESCO em relação ao turismo cultural. O tratamento dado a algumas iniciativas de construção de estradas como uma ameaça, a “ameaça das BRs”, ia de encontro à ideia de que o acesso aos destinos turísticos era uma das prerrogativas relacionadas com o turismo. Não ficou claro, porém, se essa posição era uma crítica a casos específicos de um projeto mal elaborado, ou se era uma generalização. Outro fato importante foi a referência a Ouro Preto, a Parati e a Salvador como beneficiárias do programa, o que mais tarde se concretizou, com a indicação das três cidades para serem os três programas prioritários para o turismo cultural no Brasil.

A possibilidade de outra missão foi acompanhada de uma expectativa que estava sempre relacionada à obtenção de novos recursos financeiros para a conservação, por parte da DPHAN.

A vinda de uma nova missão também foi tratada por Rodrigo Melo Franco de Andrade em carta ao então Ministro da Educação e Cultura, Raymundo Moniz de Aragão, em

¹⁰² Ofício CLT. 12/295/1876, de Raymond Frin a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 9/6/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P04/Cx.0058/P.0189).

¹⁰³ Renato Soeiro em carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 21/6/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

outubro de 1966.¹⁰⁴ Na carta, ele falou do “Plano de incentivo ao chamado Turismo Cultural, importando em concurso financeiro de estabelecimentos de crédito internacional, sob responsabilidade da UNESCO, para conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza”. Foi também confirmado o pedido da “aplicação dele no Brasil”.

Em outra situação, S. Abdul Bak, Chefe da Seção de Monumentos e Museus da UNESCO, explicou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, após um pedido de informação, que a contribuição eventual que a UNESCO poderia dar no domínio da proteção ao patrimônio cultural deveria ser solicitada pelo governo em função de necessidades prioritárias e de seu programa de desenvolvimento econômico.¹⁰⁵

Assim, ele apresentou ao chefe da DPHAN duas opções de pedidos de assistência técnica, as quais poderiam ser utilizadas separadas ou juntas, mas que deveriam obedecer ao limite da ajuda total que podia ser prestada a um país. A primeira estaria no quadro do Programa de Assistência Técnica, ao qual poderiam ser feitos pedidos de consultoria de serviços de *experts*, de bolsas e cursos de formação para a coleta, difusão de informação técnica e fornecimento de material. Os pedidos deveriam ser feitos e entregues formalmente ao representante das Nações Unidas no país. Na outra opção, a assistência poderia vir do Programa de Participação, que consistia numa assistência um pouco mais limitada que a primeira, embora contasse, também, com a possibilidade de missões de *experts*, de bolsas de estudo e fornecimento de equipamentos. O pedido deveria ser feito pelo representante do país na UNESCO.¹⁰⁶

O pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade referia-se a uma possível contribuição para a proteção do patrimônio cultural, e a resposta dada, quanto às especificidades do Programa de Assistência Técnica, tratava da vinculação dessa proteção a um programa nacional de desenvolvimento econômico, de interesse do governo federal. Esse descompasso, entre um interesse pela conservação *per se* por parte da DPHAN e as diretrizes da UNESCO, é exemplar nas correspondências que tratam da cooperação, revelando a falta de entendimento quanto à assistência técnica para o turismo cultural.

¹⁰⁴ Carta n. 404, de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Raymundo Moniz de Aragão, de 20/10/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

¹⁰⁵ Ofício CLT 12/130/2559 de S. Abdul Bak a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 20/1/1967, como resposta à solicitação de informação a esse respeito, que teria sido enviada em 9/1/67 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

¹⁰⁶ Idem.

A UNESCO financiava material, bolsas de estudo e consultorias. A vinda do consultor contava com passagens e honorários pagos pela UNESCO, enquanto o país arcava com as despesas do consultor em território nacional. Os financiamentos e os recursos para a conservação *per se* só eram concedidos em casos emergenciais, o que não estava em questão nos pedidos dessas primeiras missões ao Brasil. Também não eram financiados projetos, planos ou intervenções.

Os produtos dessas missões, bem como desses contatos e trocas com técnicos de instituições internacionais e consultores, possibilitariam a abertura para outro tipo de financiamento, referendado pelo UNESCO e a ser buscado em outros organismos internacionais, como o Banco Mundial. Os financiamentos referiam-se a projetos e planos elaborados por técnicos nacionais, de acordo com as diretrizes dos consultores sob a chancela da UNESCO.

Diante disso, estava claro o desejo de uma nova missão, como forma de se obterem recursos para a conservação. A solicitação oficial foi feita por Carlos Chagas em nome do governo brasileiro, em agosto de 1966, três meses antes da chegada de Parent.

Assim, Carlos Chagas relatou “a boa receptividade dada pelo Diretor Geral” ao interesse do “governo brasileiro em promover um projeto de ampliação dos seus serviços de proteção do patrimônio histórico e conservação da natureza”. Essa “boa receptividade” incluiu, também, uma orientação para que Chagas interviesse na próxima Conferência da UNESCO, “de modo a solicitar ao Conselho Executivo que autorizasse o Diretor Geral a organizar um programa para a conservação do patrimônio artístico, ligado ao desenvolvimento do turismo”.¹⁰⁷

Carlos Chagas enviou, em 9 de setembro de 1966, um documento com o título de *Turismo cultural – pedido de peritos*, endereçado à Secretaria de Estado das Relações Exteriores e à DPHAN, o qual deveria ser respondido em 24h e em “caráter de urgência”. Nele, solicitava que fosse feito “o pedido ao Presidente Howe [Chefe da Missão UNESCO no Brasil] do envio de Missão de perito, por quatro meses, para turismo cultural, devendo-se utilizar ao ‘*overall savings*’, para os programas de 1965 e 1966”. A urgência devia-se à necessidade de o contrato ser assinado no mesmo mês.

¹⁰⁷ Carta n. 218, de Carlos Chagas ao Ministro (não especificado), de 18/8/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

Com o acerto da missão, comunicado por Carlos Chagas a Rodrigo Melo Franco de Andrade em 21 de setembro de 1966, era necessário definir ainda quem viria.

O próprio Ali Vrioni se interessou para vir em missão, já que, entre outubro e dezembro de 1966, ele estaria em missão no Peru para o mesmo fim, o que resultou no relatório *Peru: Protection and exploitation of historical monuments* (1967). Carlos Chagas, no entanto, duvidou ser possível sua vinda: “não sei se com as ocupações que ele tem aqui, terá ele tempo necessário para estabelecer com vocês um programa de ação realmente eficiente”.¹⁰⁸ Assim, como Vrioni não pôde vir, indicou Michel Parent para a missão, sendo o anúncio feito, em 22/9/1966, por Carlos Chagas a Rodrigo Melo Franco de Andrade:

Caro Rodrigo, creio que o pedido de um perito para o ‘turismo cultural’ foi atendido, e hoje, tive a agradável tarefa de dar meu assentimento à escolha do nome do Sr. Michel Parent, 50 anos, inspetor de monumentos históricos francês, (...) muito recomendados pelo Vrioni (...). Pelo visto a escolha do Parent não podia ser melhor, pois ele se interessou também pelos ‘sites naturels’.¹⁰⁹

A pressa na tomada de decisões, principalmente no que concerne à escolha do consultor que viria ao Brasil, fez com que Rodrigo não participasse dessa escolha. Em carta de 4/10/1966,¹¹⁰ ele revelou certo entusiasmo com a possibilidade de ajuda financeira e apreensão em conjugar, no projeto, os monumentos e a natureza, junção que era uma novidade para a Diretoria. Vale destacar que esse receio não se estendia a assuntos como turismo e planejamento urbano. Assim, manifestou o desejo de conhecer projetos semelhantes, a fim de se preparar para a vinda de Parent:

Fiquei possuído do maior alvoroço com as notícias que você me deu. Ao mesmo tempo tomado de esperanças imensas e de inúmeras apreensões, - as primeiras inspiradas na possibilidade de obtenção de recursos consideravelmente maiores do que os órgãos responsáveis do país consentem em nos proporcionar e as segundas motivadas por não termos, em verdade, até hoje plano estudado com suficiente precisão para executar em toda a extensão de nosso território obras de envergadura em benefício dos monumentos e da natureza. Peço, portanto, a você que me informe pela volta do correio aéreo, se houver algum meio a seu alcance, em que condições terão sido apresentadas aos emissários da UNESCO os planos equivalentes de outros países.¹¹¹

¹⁰⁸ Carta de Carlos Chagas a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 21/9/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

¹⁰⁹ Carta de Carlos Chagas a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 22/9/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

¹¹⁰ Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Carlos Chagas, de 4/10/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

¹¹¹ Idem.

Michel Parent, então, que era desconhecido dos técnicos da DPHAN, foi apresentado por Carlos Chagas, Lourival Gomes Machado e Ali Vrioni, em correspondências enviadas a Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Carlos Chagas, depois de conhecê-lo, escreveu a Rodrigo relatando sua impressão, que afirmou ter sido “a melhor”, “não só do ponto de vista técnico como também do humano” e o descreveu como “bem jovem e de largos horizontes”. Afirmou também que, “infelizmente”, o ministro ainda não tinha formado “o grupo de trabalho” solicitado, o “que permitiria uma melhor utilização de Mr. Parent”.¹¹² Mas isso não ocorreu. Lourival Gomes Machado escreveu a Rodrigo anunciando Parent: “Acabo de ter uma conversa longa com ele sobre os problemas brasileiros, e a impressão é muitíssimo boa. Agora, tudo depende dele...”. Por fim, pediu para que Rodrigo ajudasse “a quem quer ajudar o Brasil”.¹¹³ O anúncio oficial da missão de Parent feito por Vrioni destacou também as contribuições que o consultor poderia dar a partir de sua experiência profissional como inspetor do *Service des monuments historiques*, vinculado ao Ministério da Cultura francês.¹¹⁴

A vinda de Parent foi apontada em documento da DPHAN, sem autor, provavelmente escrito por Soeiro, e endereçado ao Conselho Nacional do Turismo, como parte da “deliberação das Nações Unidas”, e tinha como “incumbência” verificar “a viabilidade e a conveniência” de propor e lançar empreendimentos nos locais visitados.¹¹⁵

A possibilidade de obtenção de recursos para a conservação foi o principal motivo da iniciativa para os pedidos de assistência, o que estava explicitado nas correspondências trocadas entre os representantes das instituições envolvidas. No entanto, não deve ser desconsiderada a estreita relação entre os representantes da Diretoria e os brasileiros na UNESCO, como um fator importante para o estabelecimento do acordo de cooperação técnica, por facilitar a comunicação e mostrar uma abertura para essa nova experiência.

Fonseca (2005, p. 24, 141, 142, 160) afirmou que as “mudanças no modelo de desenvolvimento brasileiro” levaram a DPHAN “a recorrer a novas alternativas de atuação”,

¹¹² Carta manuscrita de Carlos Chagas a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 13/10/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

¹¹³ Carta manuscrita de Lourival Gomes Machado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 29/11/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

¹¹⁴ Ofício CLT 122/10/63 de Ali Vrioni a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 29/11/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

¹¹⁵ AUXÍLIO financeiro das Nações Unidas, sob o patrocínio da UNESCO, para incentivo ao turismo cultural no Brasil. Texto s/data e s/ autor (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais - AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190).

o que gerou “tensões quanto à adequação da prática de proteção e a modernização de cidades e centros históricos”. Para a autora, ao recorrer ao auxílio técnico da UNESCO, a DPHAN buscava meios para “reformular e reforçar sua atuação, visando a compatibilizar os interesses da preservação ao modelo de desenvolvimento então vigente no Brasil.” Visava ainda “recuperar o prestígio e o relativo poder de que a instituição gozara durante a gestão de Rodrigo M. F. de Andrade”.

Já Freitas (1992, p. 101), citando Soeiro, para quem a busca de auxílio internacional tinha como motivação a obtenção de auxílio financeiro, discordou desse ao afirmar que: “outros foram os motivos que efetivamente causaram a realização do intercâmbio cultural da DPHAN com a UNESCO”. Dentre esses motivos, citou a busca pelo “delineamento de uma nova doutrina de salvaguarda dos monumentos e sítios tombados, ou seja, [que] colocassem as bases conceituais e operacionais de uma nova política de preservação”.

Mesmo considerando o descompasso da DPHAN em relação às demandas da época e à necessidade de buscar meios para enfrentá-las, é possível discordar das afirmações acima. A busca de um novo modelo ou concepção que guiasse novas práticas não foi posta como uma questão relevante para os pedidos feitos pelos representantes da DPHAN.

A constituição desse acordo revelou-se muito mais uma busca de possibilidades de recursos e financiamentos do que de um novo modelo para a sua prática. Isso fica evidente na análise das correspondências trocadas entre os representantes das instituições que negociaram a vinda das primeiras missões.

A indicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade para que Renato Soeiro o sucedesse no cargo de Diretor da DPHAN, em 1967, quando ele se aposentou, também demonstrou um desejo de continuidade e o favorecimento para que essa continuidade ocorresse, mesmo que a Diretoria estivesse num momento de falta de prestígio perante o governo federal.

No entanto, vale ressaltar que, mesmo não havendo uma intenção de modificar práticas como motivação principal, havia, desde o início da Diretoria, ainda como SPHAN, uma abertura para as trocas de informações com técnicos estrangeiros, de modo a enriquecer as discussões, o conhecimento e a divulgação da arte brasileira no Brasil e no exterior. Essa abertura foi importante para os primeiros contatos da Diretoria com a UNESCO.

A expectativa de se obter um financiamento internacional para a conservação trouxe consigo um modelo diverso do que era posto em prática pela DPHAN. No entanto, os

representantes desse órgão não questionaram a proposta de valorização econômica dos bens culturais. As propostas que visavam ao turismo cultural só ficaram mais claras após as missões, as discussões técnicas e as tentativas de adotá-las.

Como não havia a intenção de separar os interesses da conservação daqueles do turismo, também não ficava claro o entendimento ou a discussão em torno de um conflito, nem de uma pretensa necessidade de intermediação entre eles. Tal necessidade só foi discutida anos mais tarde. Além disso, a assistência aos países subdesenvolvidos pressupunha a aceitação das premissas de rentabilidade financeira por parte dos investimentos feitos.

Então, a vinda de Parent se deu nesse contexto de indefinição quanto ao entendimento do que era o turismo cultural, entendimento que estava sendo configurado com base nos princípios estabelecidos pela assistência técnica.

3.2. Michel Parent e a preparação da sua missão no Brasil

A vinda de Michel Parent foi definida por Ali Vrioni como “a primeira missão de informação”¹¹⁶ de quais seriam os potenciais turísticos do Brasil, com a finalidade de propor diretrizes para a criação de um programa brasileiro que contemplasse o turismo cultural, nos moldes do que era difundido pela UNESCO.

A missão foi financiada pelo Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas para 1965-1966.¹¹⁷ A escolha de Parent, por indicação de Vrioni, foi justificada por sua experiência no *Service des monuments historiques* francês. A autorização para seu afastamento temporário foi dada após um pedido do próprio Maheu ao Ministro da Cultura francês, André Malraux.¹¹⁸

Seu relatório *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique* (1968) foi elaborado após duas missões

¹¹⁶ Do original: “(...) Monsieur Michel se rend maintenant au Brésil pour une première mission d'information (...)” - Ofício (CLT.122/10/163) enviado por Ali Vrioni (Diretor de Assuntos Culturais da UNESCO) a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 22/11/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

¹¹⁷ Ofício (referência ilegível) de S. Abdul Hak (*Chef de La Section monuments et musées*) enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 20/01/1967 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

¹¹⁸ AUXÍLIO financeiro das Nações Unidas, sob o patrocínio da UNESCO, para incentivo ao turismo cultural no Brasil. Texto s/data e s/ autor (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

ao Brasil, de novembro de 1966 a janeiro de 1967, e de março a junho de 1967 (ver Figura 7).

O roteiro de suas missões foi uma escolha de Parent, entre duas opções apresentadas pela DPHAN. Na primeira, sua missão deveria contemplar Alcântara, o Pelourinho em Salvador, Parati, São Miguel, Ouro Preto e Tiradentes e a cidade de Goiás; a segunda, escolhida por ele, deveria estender-se “desde o extremo Norte à extremidade Sul do Brasil e do litoral à região central do país, tendo em vista menos a conservação e valorização de monumentos isolados, do que o beneficiamento de sítios de interesse artístico, histórico e paisagístico”.¹¹⁹

Parent chegou ao Brasil em 1º de novembro de 1966, embora sua missão só tenha tido início oficialmente no dia 20 de novembro, e logo começou seus estudos e contatos.¹²⁰ O ponto de partida foi o Rio de Janeiro, depois São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Parent permaneceu no Brasil até o dia 8/1/1967, ou seja, 69 dias.

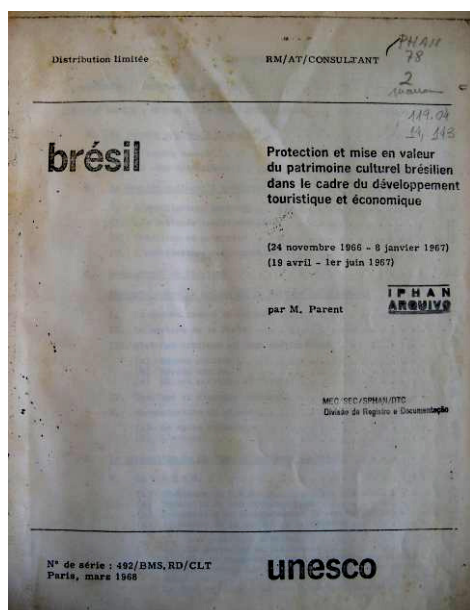


Figura 7: Capa do relatório de Michel Parent (1968).

Fonte: Parent (1968).

A segunda missão de Parent estava programada para março de 1967, num momento conturbado da DPHAN. Rodrigo Melo Franco de Andrade, após 30 anos ocupando o cargo, tinha pedido a aposentadoria, e Renato Soeiro, que acompanhava Parent em viagem pelas

¹¹⁹ Documento constante do Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/P.0190.

¹²⁰ Carta (Cta. 482) de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Ali Vrioni, de 5/12/1966 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

cidades brasileiras, receava deixar o Rio de Janeiro, onde assumia interinamente a Diretoria. O momento era ainda mais nebuloso porque em março daquele ano haveria a posse de um novo governo federal e de uma nova gestão no Ministério da Educação e Cultura.¹²¹ Sem a confirmação de Soeiro no cargo, como era o desejo de Rodrigo, existia o receio de que isso não se concretizasse e chegasse lá alguém estranho àquela ordem. Sendo assim, Rodrigo pediu a Parent que atrasasse sua volta ao Brasil.

Então, a missão só começou em abril e durou 44 dias (de 18/4/1967 até 1/6/1967). Ela foi antecedida por uma viagem particular de Parent ao México e ao Peru, em que buscou elementos que serviram de referência para a análise da situação brasileira.

A missão começou pelo Rio de Janeiro, de onde partiu para Bahia, São Paulo (visitados também na missão anterior), além do Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul, onde teve de encerrar seu trabalho por ter sido acometido de uma hepatite, sem voltar a Minas Gerais como estava programado.

Vale destacar que, nesse circuito, não constam alguns estados citados em seu relatório, o que suscita indagações. No documento *Auxílio Financeiro das Nações Unidas, sob o patrocínio da UNESCO, para o incentivo do turismo cultural no Brasil*, há um breve relato sobre as duas missões de Parent no Brasil. Nele, foram citados os estados aos quais Parent visitou, mas não foram relatadas passagens por Brasília, Goiás e Paraná, que constam no relatório. Como as cidades não foram especificadas nesse documento, não foi possível precisar se as que foram citadas no relatório foram visitadas por ele. Leal (2008), porém, afirmou que Parent visitou 35 cidades.

Até então, Parent era desconhecido dos técnicos da DPHAN. A escolha de seu nome para vir ao Brasil, em 1996, foi justificada por sua experiência e atuação como funcionário público francês, que naquele momento era *charge de mission d'inspection générale des sites et membre du Comité inter-ministériel des Parcs Naturels Régionaux*. Ele estava em meio às discussões referentes à criação dos primeiros parques regionais franceses, representando o Ministério da Cultura da França. No entanto, suas obrigações na França e a já iniciada carreira internacional limitaram sua participação na empreitada (JUBILÉ, 1996, p.157).

A primeira missão de Parent como consultor da UNESCO foi no Brasil. Sua carreira como consultor internacional foi longa. Pela Organização realizou missões em 1966 e em

¹²¹ Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Carlos Chagas, de 10/3/1967 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

1967 no Brasil; em 1967, na Tunísia; em 1968, na Núbia; em 1970, no Senegal; em 1983, no Brasil e no Haiti, e em 1988, na Romênia. Ele foi o chefe da delegação francesa no Comitê da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1972, e, em 1978, foi responsável pela elaboração de um relatório para discutir critérios de inserção de monumentos na Lista do Patrimônio Mundial. Entre 1981 e 1987, foi presidente do ICOMOS.

Seu relatório sobre o Brasil também marca o início de sua produção escrita ou, pelo menos, do que foi possível ser levantado nas bibliotecas e arquivos visitados durante a pesquisa.¹²²

Parent tinha uma formação heterogênea, fato que é motivo de indagações e estranhamento, ao se tentar enquadrá-lo ou posicioná-lo somente num campo de formação. Em 1933, aos 17 anos, foi aprovado nos vestibulares de matemática elementar (*Mathélem*) e filosofia e, até 1941, teve como formação o Bacharelado em filosofia e matemática, bem como a Licenciatura em direito, matemática e física. Depois, Parent foi admitido no curso de engenharia na *École Polytechnique*, na qual permaneceu por três anos, deixando o curso sem completá-lo (PRÉVOST-MARCILHACY, 1996).

Parent iniciou sua carreira no *Service des monuments historiques*¹²³ francês com um contrato para participar da elaboração de um inventário de sítios históricos (1941-1942) e, após essa experiência, fez um concurso para uma vaga de inspetor, no qual obteve o segundo lugar. Após novo concurso, em 1946, foi efetivado como titular no corpo da instituição e, até 1949, ficou sob a chefia de Jean Verrier. No entanto, as divergências com Verrier acabaram por contribuir para seu afastamento de Paris, em 1950, quando surgiu a oportunidade de assumir, em Dijon, um dos cinco cargos de *Conservateur régional des Monuments Historiques* (CRMH), criados no ano anterior.¹²⁴

¹²² Foram consultadas as bibliotecas da UNESCO e ICOMOS em Paris e a do ICCROM em Roma, assim como o arquivo da UNESCO em Paris.

¹²³ As atribuições do Serviço eram a proteção, a conservação e a restauração de monumentos históricos (móveis e imóveis), tendo como referência as disposições da lei de 31 de dezembro de 1913 (MERLIN; CHOAY, 2009, p.832-833).

¹²⁴ As *Conservations Régionales* foram instaladas inicialmente em cinco cidades francesas, e os pioneiros nessa experiência foram recrutados no próprio quadro do Serviço. Parent ficou em Dijon (responsável pelas regiões de Bourgogne e Franche-Comté) até 1963, e, em seguida, foi para Versailles (região parisiense), ficando somente de 1963 a 1964. A nomeação da atividade mudou em 1956, passando para *Conservations Régionales des Bâtiments de France* (CRBF), antes de voltar à sua denominação primeira, quando foram colocados sob a autoridade das *Directions Régionales des Affaires Culturelles* (DRAC), criadas em 1977. Essas eram tentativas de promoção da descentralização e da desconcentração das atividades do Ministério, com representações regionais que tinham como atribuição uma maior distribuição de ações e o implemento de políticas culturais para cada região (BOCQUET, 1996; LAURENT, 2003, p.80; RAYMOND, 1996).

Quando esteve em Dijon, além das atribuições do cargo, Parent participou de mais duas iniciativas para a descentralização e desconcentração institucional francesa, que era tema de discussão na época. Na primeira, como correspondente regional permanente do Ministro da Cultura André Malraux, no período de 1962 a 1963, sobre a qual, infelizmente não foi possível encontrar maiores informações. Na segunda, como o criador do *Festival Nuits de Bourgogne*, que aconteceu entre 1954 e 1984, e abrangia as regiões de *Bourgogne* e do *Franche-Comté*. Esse festival estava ligado ao surgimento de grandes eventos teatrais, que se estenderam a outras manifestações artísticas no interior da França. O *Festival d'Avignon* foi o primeiro deles, criado em 1947 por Jean Villar, de quem Parent era considerado um dos *enfants*.¹²⁵

O *Festival Nuits de Bourgogne*, que Parent criou e dirigiu, contava com manifestações culturais diversas, como música (instrumental e orquestral, canto coral), teatro (de repertório tradicional e experimental), dança (clássica e contemporânea) e artes plásticas (antigas e modernas), integradas à arquitetura, ou melhor, aos monumentos históricos. Parent pensou e trouxe o monumento para a cenografia das apresentações, dando a esses um uso para além do habitual. A seguir, na Figura 8, a imagem de uma representação de Dom Quixote adaptado por Parent, tendo como cenário um monumento e a capa do livro de Parent sobre o Festival.

Essa integração das artes permitiu que o monumento participasse como cenário de atividades culturais diversas, cuja teatralidade acabava por ressaltar a monumentalidade dos textos ou das obras encenadas. Sobre o assunto, Lerrant (1996, p.68) afirmou que Parent, além de iluminar a Bourgogne, promoveu uma aliança entre as *arts vivants*, em particular o teatro, o que fazia brilhar os monumentos por meio da criação contemporânea. Assim,

¹²⁵ Jean Vilar (1912-1971) era ator e diretor de teatro. Em 1947, organizou uma semana de arte em *Avignon*, que no ano seguinte se transformou no *Festival de Avignon*, o primeiro do gênero na França e, juntamente com o de Edimburgo, os precursores na Europa. A importância do festival estava em promover o teatro fora de Paris, que tinha um teatro dirigido a um público de alto padrão econômico, o que acabou por influenciar e inspirar o surgimento de outras iniciativas do tipo, como em *Saint-Etienne*, *Toulouse*, *Rennes* e *Colmar*. Em 1951, ele foi nomeado diretor do Teatro *Palais de Chaillot*, mudando o seu nome para *Théâtre National Populaire*, quando tentou tornar o teatro francês mais popular, baixando os preços dos ingressos e encenando peças vanguardistas e de teor político de autores como Brecht e Pichette, chegando a discutir o fascismo, em plena Guerra da Argélia. Em 1963, ele abandonou o cargo, passando a dedicar-se somente ao Festival, e a partir daí passou a usar novos espaços cênicos, como o Mosteiro das Carmelitas e o Claustro Célestins, além de abrir espaço para novas manifestações, como a dança, com *Maurice Béjart* e o Ballet do Século XX, o cinema, com a primeira pré-seleção de *La Chinoise*, de Jean-Luc Godard. Após o discurso do General De Gaulle, em 30 de maio de 1968, Vilar passou a não mais aceitar apoio oficial ao Festival. Após sua morte, em 1971, Paul Puaux assumiu a direção do Festival que continua ativo até hoje (Festival D'Avignon. Disponível em: <<http://www.festival-avignon.com/en/History/12>>. Acesso: 1 set 2010).

segundo Vitaly (1996, p. 80), Parent pretendia trazer os monumentos históricos para a contemporaneidade, pelo seu uso e integração a outras manifestações culturais.



Figura 8: Representação de Dom Quixote adaptado por Parent, tendo como cenário um monumento. Ao lado, capa do livro de Parent, com memórias do Festival Nuits en Bourgogne que durou 30 anos.

Fontes: Fotos de Lipnitzki (PARENT, 1984).

Em 1969, Parent foi promovido ao posto de *Inspecteur Général chargé de la Conservation et de la Documentation* (Inspetor Geral dos monumentos históricos) e diretor do *Centre de Recherche dans les Monuments historiques*, onde ficou até 1984. Em 1990, seu serviço ao patrimônio francês foi reconhecido com o *Grand Prix National du Patrimoine*.

Ao chegar ao Brasil em 1966, Parent tinha, além de uma formação científica e heterogênea, uma prática que estava relacionada com a associação do patrimônio construído a manifestações culturais diversas, à movimentação cultural associada ao lazer, à participação das iniciativas de descentralização e de desconcentração das atividades institucionais ligadas ao patrimônio. Também estava envolvido com a conformação da política cultural na França, embora não tenha tido nenhuma experiência ou ligação com a prática do planejamento urbano e do planejamento e divulgação do turismo francês.

No entanto, não foi por acaso que Parent - inexperiente em missões internacionais e no trato do turismo cultural, novidade dentro do quadro técnico da UNESCO - foi escolhido. Ele já dominava o discurso em que se poderia associar o patrimônio edificado às festas, à dinamização e à animação cultural, bem como dos usos e valorização econômica dos bens culturais. Estava diretamente envolvido com várias iniciativas, o que já demonstrava sua

visão alargada e integrada a diversas manifestações da cultura. Eram pontos que a UNESCO, por meio dos seus consultores e de seu programa, também difundia, juntamente com a ideia de valorização econômica do patrimônio e planejamento de longo prazo, integrado a um plano nacional de desenvolvimento e a um aparato administrativo eficiente.

Entre os anos 1966 e 1983, Parent manteve uma relação de amizade e de trocas com técnicos brasileiros, o que resultou em outras oportunidades de vinda. Porém, essas não ocorreram, como em 1968, quando deveria ter vindo em missão da UNESCO a Salvador, com o urbanista inglês Graeme Shankland, o que não foi possível por motivos de saúde. Vale destacar sua ida a Londres para orientar o urbanista em sua missão ao Brasil. Em 1974, foi convidado para integrar o corpo docente do primeiro *Curso de restauração e conservação de monumentos e centros históricos*, realizado em São Paulo. Merece destaque também a orientação informal para a candidatura de Olinda a Patrimônio Mundial, em 1981.

Ele voltou ao Brasil em missão em 1983 e elaborou o relatório *Compte-rendu de mission au Brésil et à Haiti* (1984).¹²⁶ Sua missão tinha como objetivo principal ajudar o então IPHAN a elaborar uma lista indicativa dos bens culturais brasileiros que poderiam ser candidatos à inscrição na lista do Patrimônio Mundial.

A DPHAN - que contou com a colaboração de intelectuais estrangeiros na formação e na legitimação de sua prática, desde sua criação até meados da década de 1960 -, com a cooperação da UNESCO, constituiu uma nova modalidade de intercâmbio técnico. Essa cooperação requerida implicava um objetivo comum: o turismo cultural para a superação do subdesenvolvimento.

No capítulo seguinte, serão abordadas as missões de Michel Parent no Brasil e as formas sob as quais foi tratado o turismo cultural em seu relatório, que serviu de guia para as missões seguintes.

¹²⁶ PARENT, M. *Compte-rendu de mission au Bresil et à Haiti*. UNESCO: 1984 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro - Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P06/ Cx.0075/ P.0241).

CAPÍTULO 4

MICHEL PARENT E A MISSÃO DE INFORMAÇÃO

Neste capítulo, serão abordados os entendimentos e as propostas para o turismo cultural feitos por Michel Parent, em sua missão de informação. A busca do que era digno de ser revelado pressupunha a escolha de bens culturais, a fim de tê-los por referência para a construção de cenários para o turismo. Parent privilegiou, em sua proposta, o que chamou de cidades de arte. Essa escolha também demandou um modo de operacionalização das sugestões apresentadas por ele, o que permitiria a preparação dessas cidades de arte para serem cultuadas, para informar, divertir e atrair turistas.

4.1 Potenciais ou o que valorizar

Em seu relatório,¹²⁷ Parent caracterizou o turismo cultural como uma “oportunidade excepcional” para o Brasil, que poderia ser beneficiado pelo movimento turístico e pela facilidade de viajar que se estenderia a um número maior de pessoas. Para ele, o ato de viajar, que estava “ao alcance das pessoas abastadas”, poderia “em alguns anos” estar “ao alcance do que a sociologia chama de ‘classe média’.” A “era do avião cargueiro”, que se aproximava, facilitaria a expansão das possibilidades de viajar para um número maior de pessoas e traria “a mesma legitimidade – de visitar o Brasil e aí ficar alguns dias, do que passar as férias na Espanha, na Grécia, ou na Iugoslávia.” Assim, convergiriam para essa nova “conjuntura mundial”: “o encurtamento das distâncias intercontinentais; a universalização da cultura técnica; o estado concorrencial dos investimentos, etc.” (PARENT, 1968, p. 8, 108).

¹²⁷ O relatório estava organizado da seguinte maneira: **Introdução: orientação geral; Primeira parte: a natureza e a cultura brasileiras** (A área natural a preservar, A área cultural a preservar, Planejamento e turismo, A proteção do patrimônio cultural do Brasil e A proteção da natureza do Brasil); **Segunda parte: detalhamento** (Primeiro capítulo: Região do Rio de Janeiro e de São Paulo; Segundo Capítulo: O Nordeste, Terceiro capítulo: Costa Norte, Quarto capítulo: Centro, Quinto capítulo: Sul); **Terceira parte: conclusões; Quarta parte: estimativas; Posfácio: Agradecimentos e Anexos** (Documentos fotográficos, Cartas, Lista das estradas a serem recuperadas para a melhoria do turismo). Infelizmente, os Anexos não constavam em nenhum dos dois exemplares consultados: o do Arquivo da UNESCO em Paris e o do Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

No entanto, destacou que a promoção do turismo seria “simplesmente indecente e inútil” se “não fosse outra coisa além de um passeio ocioso de gente bem nutrida em busca de sol e da vida selvagem, ou mesmo de iniciação e de evasão estética” (PARENT, 1968, p. 110).¹²⁸

O turismo cultural foi discutido num contexto de cultura e de sociedade de massas, e associado ao lazer, à informação, à possibilidade de culto e de cultivo do espírito. Assim, demandava o planejamento e a operacionalização de suas atividades, tendo como objetivo final de seu incremento o desenvolvimento econômico do país. Lafer (2005, p. 12-13) destacou que “de fato, se no século XX o filistinismo da classe média em ascensão fez da cultura um instrumento de mobilidade social – uma mercadoria social – iniciando a desvalorização dos valores, [e com isso,] a sociedade das massas contemporânea levou esse processo adiante ao consumir cultura em forma de diversão”. Esse autor considerou ainda que essa “diversão, que é o que se consome nas horas livres entre o trabalho e o descanso, está ligada ao processo biológico vital, e, como processo biológico, o seu metabolismo consiste na alimentação das coisas.”

As motivações para o turismo no Brasil foram divididas por Parent em quatro grupos: para os turistas brasileiros e para os vindos da África, da Europa e América do Norte (tratados juntos) e dos países latino-americanos.

É perceptível o não aprofundamento e a brevidade com que foram tratados os dois primeiros grupos. Como o movimento turístico proveniente de países africanos foi considerado baixo por Parent, ele recomendou que fossem destacados os laços culturais desses países com o Brasil, sem muito se estender sobre o assunto.

O turismo interno tornou-se uma preocupação governamental crescente somente na década de 1970. Ele foi tratado na Reunião Oficial de Turismo, promovida pela EMBRATUR em 1972 (*apud* AGUIAR, 2006, p. 108), na qual se sugeriu que fosse elaborada uma campanha para “criar a mentalidade do turismo interno”. Nessa campanha, seria explorada a ideia de que viajar pelo Brasil poderia representar *status* para a “classe A, a que dita moda”, bem como “despertar nas pessoas um certo sentimento de culpa, ou mesmo vergonha, pelo fato de não conhecerem certos lugares e coisas que vez por outra são citados

¹²⁸ Parent (1968, p. 8-9) fez ressalvas quanto às “dificuldades desmedidas” para a realização de mudanças “global e estrutural sem a qual não poderá tirar proveito de seus recursos mais profundos.” Referia-se também às condições de trabalho e do trabalhador no campo, o que repercutia nas áreas urbanas e na proteção da natureza, o que era uma discussão contemporânea das suas missões.

nas conversas, inclusive as sofisticadas. Era mais uma alfinetada na vaidade humana”. A avaliação do turismo interno era difícil, embora fosse consenso a falta de interesse do “brasileiro abastado” que, segundo Parent (1968, p.109), vivia “freqüentemente, muito distante da realidade brasileira”, e quando podia viajar, preferia destinos como Europa, Estados Unidos e até a Ásia.

O olhar de um francês para os potenciais turísticos privilegiou o interesse de um turista europeu. Vale destacar que, naquele momento, chegavam ao Brasil cerca de 100 mil turistas por ano. Deles, cerca de 50 mil eram europeus e americanos, e a outra metade vinha dos países latino-americanos, principalmente do Uruguai e da Argentina, em viagens curtas ou de negócios (PARENT, 1968a, p.12).

A esse interesse, o apelo do turismo brasileiro não seria pelo “estranho”, e sim pela “similitude” da arquitetura e pela respectiva “familiaridade”. O apelo ao mistério, ao inusitado, ao encantamento, ao sugestivo à imaginação do turista, foi destacado por Parent como um atrativo de países como o México e o Peru.

Na comparação que fez da situação brasileira com a desses dois países, Parent destacou que, no México, havia um desenvolvimento maior do turismo, com critérios que seriam mais apropriados ao Peru, pela semelhança entre as civilizações pré-colombianas. Essas “exaltam a imaginação ocidental”, com seus sítios artísticos e arqueológicos “entre os mais famosos do mundo e [que] constituem um apelo para os homens, com toda a sugestão de seus mistérios”. Assim, “o homem moderno pode ir a Machu-Picchu ou a Uxmal não apenas para sonhar, mas para ali receber, para além dos séculos, uma lição de arquitetura pura, estranha aos nossos critérios atuais de civilização e, em conseqüência, no contexto de nossas incoerências e dúvidas” (PARENT, 1968, p. 109-111). O Peru também foi destaque em artigo de *El Correo* (1966a, p. 29), no qual foi considerado o “potencial mais rico, variado e atraente do continente”.

Para o Brasil, Parent propôs explorar a similitude e “a sedução pela festa”, a “animação viva, em datas determinadas, desse cenário arquitetônico mais familiar”, além de sua cultura e natureza, de suas tradições e do gosto pela novidade e pela modernidade do brasileiro (PARENT, 1968, p. 109, 112, 118). Essas potencialidades foram enfatizadas por Parent em um artigo na qual ele resumiu o seu relatório, publicado em *El Correo: Vasto programa de turismo cultural en el Brasil* (1968a).

Para ele, a arquitetura impunha um ritmo ao espaço e à vida do homem em seu cotidiano e trabalho e deveria, também, dar esse ritmo à festa. Ela seria “a busca de uma síntese entre o monumento e a vida”. Os monumentos fariam parte da “teatralização da vida brasileira” e da junção entre a cultura contemporânea e os elementos de uma vida tradicional (PARENT, 1968a, p.14). Desse modo, Parent também diferenciou essa característica da festa no Brasil, de associação com o espaço e os monumentos, da que acontecia no México, que se situava, segundo ele, mais próxima da “etnologia” (PARENT, 1968, p. 113).

Mário de Andrade, em suas viagens pelo Brasil, em 1924, 1927 e 1928-1929,¹²⁹ citadas no capítulo anterior, também destacou as festas brasileiras em seus registros; aliás, foi além. Como turista aprendiz, ele registrou diversos aspectos da cultura brasileira, como os bens culturais, modos de trabalho, danças, melodias, feitiçaria, religiosidade popular, crenças, superstições, poesia e natureza em cidades como Ouro Preto, Recife, Salvador, Natal, São Paulo, Belo Horizonte e Belém. “Trata-se de um olhar cosmopolita procurando descrever o pulsar da cidade, a expressão da simultaneidade (som e movimento). É uma história da cidade, que privilegia o sensorial” (NOGUEIRA, 2005, p. 153-154).

A abordagem de Mário de Andrade seria a do turismo cultural em seu sentido mais amplo, pois diz respeito a uma experiência baseada numa relação transformadora entre o sujeito e o objeto. Por certo, tal abordagem não era aventada por Parent, já que a sua posição como consultor/co-autor com a UNESCO e os compromissos advindos dessa posição não privilegiavam essa relação e entendimento do turismo cultural. Embora os papéis fossem distintos, o encantamento de Parent pelas festas não pode ser desconsiderado em sua proposta como uma vocação ou potencial, mesmo que, em suas estimativas de investimentos, o tema tenha sido pouco considerado.

Com a importância que atribuiu às festas, Parent sugeriu que fosse organizado um calendário que marcasse as festas que aconteciam, as que deveriam ser criadas, as profanas e as religiosas. Ele destacou que fossem criados festivais de teatro em Ouro Preto e em Olinda, bem como um espetáculo de som e luz em São Miguel e em Alcântara, de modo a tornar essas cidades uma “atração turística mundial” (PARENT, 1968, p. 113, 121).

¹²⁹ As viagens de Mário de Andrade despertaram nele o interesse pelos bens culturais brasileiros e o seu registro, o que Nogueira considerou ter resultado na proposta de um “inventário dos sentidos”, tema de sua tese publicada em 2005.

Vale destacar que em Ouro Preto já havia uma iniciativa para a criação de um festival de música “associado a manifestações de artes plásticas”, e outro de teatro “explorando o admirável patrimônio monumental”. Este último foi sugerido pela atriz Domitila Amaral, que conhecia a experiência francesa de criação de festivais de teatro e, em 1968, foi uma das responsáveis pela articulação para a criação da Fundação de Arte de Ouro Preto. A intenção de Amaral era consagrar o Festival “ao teatro da cultura ibérica, antiga e moderna, desde os autos sacramentais portugueses e espanhóis até Valle Inclán, Lorca e os melhores autores brasileiros atuais”. Parent sugeriu estender esse festival de teatro a apresentações e representações que destacassem “as grandes figuras históricas que pairam sobre Ouro Preto: Chico Rei, Aleijadinho e Tiradentes, [além] do ‘Triunfo Eucarístico’ de 1733” e das “procissões litúrgicas da Semana Santa” (PARENT, 1968, p. 93).

Parent encontrou-se com os “animadores de teatro” Ariano Suassuna e Hermilo Borba no Recife, e destacou as dificuldades de se manterem grupos teatrais brasileiros distantes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Defendeu que o “desenvolvimento de um teatro brasileiro entregue a produtores qualificados repercutiria na manutenção das tradições culturais populares” (PARENT, 1968, p.21).

O cenário da vida cotidiana, das festas e do turismo era a cidade de arte e os espaços conformados pelos monumentos e conjuntos notáveis, a serem tratados como um ativo econômico.

Os monumentos representativos valem tanto pelo cenário de conjunto urbano colonial como por eles mesmos. Por sua vez, esse conjunto urbano vale tanto para a animação da vida cotidiana quanto por suas virtudes estéticas singulares. E enfim, a vida cotidiana deve ser, a propósito, exaltada, seja pela manutenção rigorosa das festas tradicionais, seja pelos rituais estéticos modernos que são os festivais, cujos cenários apropriados são na Europa, de Salzburgo a Aix, justamente essas cidades de arte ricas em uma ambiência específica (PARENT, 1968, p. 113).

Parent abordou a natureza e a cultura ao destacar a associação delas entre si e com o turismo, ou seja, como comporiam um cenário de visita para o turista. Sugeriu a criação de jardins botânicos no Recife, em Brasília e na Amazônia, bem como de parques regionais, que chamou de “uma versão tropical” do modelo francês (PARENT, 1968, p. 38).¹³⁰

¹³⁰ Os parques regionais franceses foram criados oficialmente por decreto, em 1º de março de 1967 e, a partir de então, a decisão do primeiro-ministro sobre a sua área passaria a ser reexaminada a cada 10 anos. Esses parques localizam-se em áreas rurais e são um estabelecimento público que envolve as administrações central e local. A sua criação tem como finalidade a proteção da paisagem e do patrimônio, bem como o

A área natural foi ressaltada pela diferença entre os espaços vazios e aqueles a serem ocupados, bem como pela necessidade de disseminar a ocupação por todo o território. Dessa forma, a costa brasileira, considerada “esquecida”, foi vista como um “ambiente privilegiado”, o que representou, desde sua ocupação pelos primeiros europeus que chegaram ao país, “menos uma costa que uma sucessão de pontos de impacto”. E esses pontos, com o tempo, “só fizeram acentuar o caráter descontínuo da implantação costeira”, exemplificado pela alternância das metrópoles, como Belém, São Luís, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos, com as “praias desertas e sombreadas” (PARENT, 1968, p. 15).

Segundo Parent (1968, p. 23-24), a natureza era encarada pelos brasileiros como um obstáculo a ser vencido e disciplinado, para depois ser ignorada. A natureza seria “como a rival da posse do território.” Como exemplo dessa relação violenta de dominação, próxima “de relacionamentos passionais”, citou o Rio de Janeiro, no qual o amor que unia a cidade “à sua localização geográfica é do tipo que sufoca o objeto amado.”

Foi nessa luta e conquista do espaço que Parent situou o surgimento do que chamou de “cidades de arte” brasileiras, objeto de interesse do turismo cultural, pela concentração de construções e conjuntos notáveis. Elas eram o fruto das “lutas dos brasileiros para criar seu espaço vital desbravando uma natureza rebelde”, exemplificadas em cinco epopeias.

As epopeias, série de ações brilhantes ou heroicas, dignas de ser cantadas num poema épico, estavam relacionadas com a capacidade de conquistar a terra e o espaço, de vencer a natureza, de produzir riqueza. É uma metáfora que remete o surgimento das cidades a cenários de grandes feitos.

A primeira epopeia a que se referiu foi a da cana-de-açúcar, nos séculos XVII e XVIII, quando surgiram as cidades de Salvador, Olinda, Recife, Igarassu, São Luís e Alcântara. A segunda foi a dos bandeirantes e da extração do ouro e das pedras preciosas, no século XVIII, que “fez” as cidades mineiras de Ouro Preto, Congonhas e Sabará. A terceira, a do café, no século XIX, “fez” o desenvolvimento do Rio de Janeiro e de São Paulo. A quarta, a da borracha, na Amazônia, “deixou como marca, no coração da floresta impenetrável, a fantasmagórica cidade de Manaus”. E a última foi a da criação de Brasília, “a capital da esperança” e “da cultura” (PARENT, 1968, p. 10-11, 81).

desenvolvimento econômico sustentável de sua área. Constituíram uma novidade na França por estarem situados entre o planejamento, a arquitetura e a proteção da natureza (LAURENT, 2003, p. 136).

No entanto, as cidades de arte que eram objeto de um maior interesse de Parent eram as que representavam um momento de pujança do passado e de pobreza e estagnação econômica no presente, com exceção de Brasília, que era de construção recente, no ano da publicação do relatório de Parent.

Assim, a capacidade de comunicar um estado de inteireza e de homogeneidade ao conjunto edificado caracterizava as escolhas de Parent, embora não possam ser ignoradas as questões técnicas e políticas dessas escolhas.

As cidades de arte: Salvador, seguida por São Luís, Ouro Preto, Parati, Olinda e Alcântara, foram as que receberam a maior atenção de Parent em suas propostas, além de terem recebido outras missões para projetos específicos.

Salvador, a mais rica e “a primeira cidade de arte do Brasil”, foi comparada, por sua “magnitude e qualidade”, “às mais célebres cidades de arte europeias”, das quais citou, em especial, Toledo, na Espanha. No entanto, sua destruição foi anunciada, e a intervenção se justificava como necessária e urgente: “Há apenas 30 anos, esta cidade única em todo o continente americano, atingida por uma lenta e inexorável decadência, ainda estava arquitetonicamente intacta”, mesmo tendo-se tornado uma “cidade-miragem de um interior muito pobre.” Foi destacada também por ser um “centro vivo” da “cultura afro-americana”, por sua cultura “febril”, exemplificada pelo “candomblé, rito religioso negro de origem ao mesmo tempo cristã e pagã”, pela capoeira e pela “multiplicidade de festas de caráter religioso e folclórico”, que se manifestavam em seu “admirável cenário arquitetônico” (PARENT, 1968, p. 54-59).

A “homogeneidade urbana” de São Luís foi considerada como o resultado “do seu declínio coincidir com o surgimento da era industrial.” A cidade, “com características portuguesas muito acentuadas”, devia “sua originalidade” à “quantidade de residências de boa qualidade, cujas fachadas são cobertas de azulejos.” No entanto, de acordo com Parent, “o principal trunfo do Maranhão” era Alcântara, “a Pompéia ou a Herculano brasileira”, que possuía “o mistério da ‘cidade ideal’”, mas que estava “esquecida”, “adormecida”, vivendo sob o efeito de “algum cataclisma telúrico, que teria, ao mesmo tempo, arruinado e preservado uma cidade do século XVIII intacta de qualquer modificação ou expansão posterior.” Além de seu estado de conservação, destacou a “beleza pura e tranqüila” de seu sítio, que considerou “um cenário suficientemente amplo e livre para que a realização de manifestações artísticas possa reunir um grande público sem perturbar, de forma alguma, a

vida cotidiana, mas trazendo-lhe evidente prosperidade comercial” (PARENT, 1968, p. 70, 72, 74-77).

Ouro Preto foi considerada “a principal cidade de arte” de Minas Gerais e a segunda mais rica do Brasil, ficando atrás de Salvador. Sua urbanização foi comparada a “uma dessas aglomerações do *Far-West* com que os *westerns* nos familiarizaram.” Foi destacada sua “homogeneidade” e seu frágil equilíbrio “entre o brilho da sinfonia barroca e a simplicidade e descontinuidade do tecido urbano antigo por intermédio da emergência de uma natureza por muito tempo martirizada” (PARENT, 1968, p. 82-92).

Parati, “praticamente intacta”, foi considerada salva por seu “afastamento das correntes comerciais.” Seu “principal interesse” seria a “excepcional homogeneidade de sua arquitetura urbana.” Já Olinda era vista por Parent como uma “pura joia”, “onde se conjugam de forma admirável a paisagem marinha e uma cidade de arte rica, com cerca de vinte igrejas barrocas e um grande número de casas antigas de cores vivas.” Mesmo considerando a cidade “absolutamente intacta” e de “admirável homogeneidade”, Parent fez uma ressalva quanto à construção da “torre elevatória de água de arquitetura contemporânea” existente em seu sítio (PARENT, 1968, p. 39-40, 55-66).

Com exceção de Salvador, que teve ressaltado alguns aspectos relacionados com manifestações diversas, os enunciados de cidade de arte destacaram os aspectos artísticos, estáticos e materiais, distantes de uma realidade cosmopolita, mas que poderiam ser dinamizados de acordo com diretrizes específicas, que serão tratadas adiante.

Outro ponto importante, esse comum a todas as cidades, era a homogeneidade dos conjuntos e cidades, destacada por Parent como um ponto positivo e favorável ao turismo cultural. Tanto é que Recife e Belo Horizonte foram exemplificadas como situações anárquicas, sendo a primeira chamada de “cidade doente do Brasil”, “tragédia das aglomerações urbanas” e lugar de “miséria humana extrema”, comparada ao inferno perto do paraíso que seria Olinda. Já a capital mineira, da qual havia “relativamente pouco a dizer”, destacou que não era “bonita e [a] sua expansão deu-se de forma bastante desordenada”. Mesmo com pouco entusiasmo, ressaltou a importância da participação da “escola brasileira de arquitetura moderna”, com as obras de Niemeyer no entorno da Lagoa da Pampulha (PARENT, 1968, p. 66, 84, 117).

As propostas de intervenção de Parent remetiam a uma dinâmica para a movimentação e a animação cultural, bem como à permanência, por seu elogio à pureza de

estilo dos bens culturais. A relação de equilíbrio entre esses dois polos foi também abordada pelos consultores seguintes, em propostas específicas para as cidades, consideradas projetos prioritários: Salvador, Ouro Preto e Parati. Assim, confirmou-se um elemento importante da abordagem do turismo cultural, o qual será visto no capítulo seguinte.

O privilégio dado a modelos significativos, merecedores de distinção e representativos de determinado período, o qual excluía elementos intrusos, estava atrelado a uma prática em voga na França (BOIRET, 1996, p. 32).

A legislação francesa de proteção de bens culturais também fazia referência à homogeneidade. Seu marco ocorreu em 1913, com a lei que criou o *classement*, equivalente ao tombamento, que “institui, pioneiramente, a capacidade legal de intervenção do Estado na propriedade privada”. Essa lei foi atualizada em 1930 e em 1946, com a finalidade de contemplar o entorno dos monumentos com proteção intermediária, ou proteção de seu campo de visibilidade num raio de 500 metros dos mesmos, a qual depois foi estendida à proteção de conjuntos específicos, como sítios e paisagens. Mas só em 1962, com a lei Malraux, o monumento deixou de ser um pretexto para a proteção do tecido urbano. Nela eram privilegiadas a qualidade e a homogeneidade da área, o que posteriormente foi criticado pela “museificação dos bairros onde ela foi aplicada.” Com essa lei, criou-se o Plano Permanente de Preservação e Valorização (PPPV), que tinha por fim “guiar as ações públicas e privadas no setor delimitado para a preservação” (SANT’ANNA, 2005, p. 38-40). Merece destaque também a criação do Serviço de Inventário do Patrimônio Francês, em 1964, para a identificação e a classificação do patrimônio.

Parent destacou os jesuítas como sendo os primeiros construtores do Brasil, bem como os conjuntos urbanos do período colonial,¹³¹ as casas rurais e a arquitetura barroca¹³² e modernista, por assumirem, no Brasil, características únicas. Não demonstrou interesse, porém, pela arquitetura neoclássica e eclética. Referiu-se a “uma certa ‘missão francesa’ [no Brasil, ocorrida no século XIX] pouco inspirada em matéria de arquitetura” e a alguns exemplares cariocas “remanescentes dos bairros antigos”, dos séculos XVIII e XIX, que

¹³¹ “A casa urbana tem também, no Brasil, características específicas derivadas da arquitetura portuguesa e das condições particulares da vida no Brasil colonial. Os contrastes de cores têm um papel de destaque. Os enquadramentos das aberturas se opõem pelo material e pela cor ao reboco nu das paredes. Os balcões e as gelosias de madeira, apropriados às exigências de ventilação, são os principais ornamentos. Nas coberturas, a telha romana é soberana” (PARENT, 1968, p. 17).

¹³² Parent chegou a afirmar que “As obras-primas esculpidas pelo Aleijadinho em Minas Gerais mostram, ao mesmo tempo, que por meio da arte barroca se manifesta no Brasil um expressionismo místico que só encontra equivalente na Europa durante a Idade Média” (PARENT, 1968, p. 16).

conservavam “uma vitalidade barroca”, livre “da degradação do gosto” (PARENT, 1968, p. 50).

Além do elogio à arquitetura modernista, ele ressaltou, como um aspecto da cultura brasileira, “sua aptidão para a modernidade, comprovada antes de Brasília pelo desenvolvimento de sua arquitetura posterior à guerra.” Parent citou como exemplos notáveis, além da capital federal, Pampulha e casos isolados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Destacou, inclusive, que o desenvolvimento dessa arquitetura poderia “fornecer uma garantia favorável ao problema da infraestrutura turística”, o que também seria tratado pelos consultores urbanistas (PARENT, 1968, p. 11, 21).

O gosto pela modernidade, como potencial a ser considerado na elaboração de um programa para o turismo cultural, foi tratado também como um contraponto à tradição, como “prática recorrente de ritos, decorrentes de crenças e costumes ancestrais, e que é da alçada da etnografia.” Assim, para o desenvolvimento econômico e social pretendido pela UNESCO, deveria ser abordada a relação de tais práticas com o turismo, sendo que, entre essa aparente contradição ou superposição de tendências, destacava-se que o “repositório” cultural do País não deveria ser “vulgarizado” ou “desfigurado” “sob a capa voraz do cosmopolitismo”. Como exemplo, citou a condensação de manifestações com o objetivo de satisfazer a curiosidade de turistas em “‘quinze minutos’ de candomblé e de macumba” e a comercialização de “objetos rituais”. Assim, frisou que a diretriz da UNESCO era a de propor meios para que a atividade turística não fosse predatória (PARENT, 1968, p. 9, 11, 19).

Os bens culturais eram o ponto de partida para a escolha das cidades que constituiriam potenciais turísticos no Brasil. Foram destacadas as que reuniam uma quantidade significativa de monumentos e de conjuntos urbanos, as quais deveriam ser protegidas, para poderem ser valorizadas. A esse potencial deveriam ser aliados outros, como o apelo às tradições, à dinamização e à animação.

Como o potencial que indicava o turismo cultural era constituído de bens culturais, em sua maioria protegidos e, quando não, era recomendado o tombamento, o adjetivo “cultural” desse turismo se relacionava ao que Viñas (2003, p. 33) chamou de “alta cultura”, ou cultura erudita. Ela seria a protagonista, o que qualificava e avalizava o turismo em questão e que, só como complemento, tinha seu entendimento estendido ao que o mesmo autor chamou de “sentido antropológico”. Desse modo, com a escolha das cidades de arte a serem contempladas pelo programa, partiu-se para outras dimensões do termo.

Parent usou a metáfora “epopeias” como um recurso para ressaltar o surgimento das cidades, que eram o fruto de um desbravamento, vencimento da natureza; “cidades de arte” para enfatizar o aspecto dessas cidades, homogêneo, intacto, estagnado economicamente, e um potencial que as credenciavam para receber investimentos; e “cenários” que deveriam ser criados nas cidades de arte para atender ao turismo cultural. Isso pode estar associado à formação e à prática profissional de Parent na inspetoria francesa, e como autor, diretor e organizador de um festival de teatro na França.

Destaca-se, assim, no discurso de Parent, uma representação das diretrizes da UNESCO, que não divergia dessas mas tinha muitas especificidades. Parent enfatizou a valorização de alguns aspectos intangíveis, como as festas e o desejo de modernidade. Propôs a associação de festas, festivais, animação cultural com os monumentos, conjuntos edificados, com o espaço urbano. Esse seria o trunfo do turismo cultural no Brasil.

Essas especificidades ficam mais claras quando o seu relatório é confrontado com outros contemporâneos ao seu. Neles, as diretrizes da UNESCO estão presentes: aspectos da conservação dos bens culturais, da programação de infraestrutura geral e voltada para o turismo, da previsão de investimentos, da associação de suas diretrizes a um planejamento de longo prazo, de questões legislativas e administrativas. No entanto, são tratadas de maneira direta e o potencial identificado, que justifica o interesse e a preparação do turismo cultural, é material e não está associado aos aspectos imateriais dos bens culturais. Como exemplos dessa inferência, os relatórios das missões ao Irã (UNESCO, 1966a; CURIEL *et ali*, 1968) e ao Peru (ANGEL, 1967; DEFERT, 1967).¹³³

Parent reforçou a ideia de promoção do desenvolvimento econômico e social difundida pela UNESCO, em que o planejamento seria o meio mais eficaz para sua viabilização, inclusive financeira. O foco dos investimentos privilegiaria a infraestrutura, como será tratado no próximo tópico.

¹³³ As duas primeiras experiências da UNESCO quanto ao turismo cultural aconteceram no Irã e no Peru, países que já haviam recebido missões de assistência técnica relacionadas à conservação de bens culturais. O Irã, que já havia recebido missões em 1960, 1962 e 1963, foi o primeiro país a colocar em prática o programa de turismo cultural, iniciado em 1965. Esse programa fez parte do seu IV Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (1968-1972). A UNESCO orientou os trabalhos e planos e a formação de especialistas. O governo iraniano pôs em execução o programa, que compreendia uma série de trabalhos de instalações turísticas e a valorização dos bens culturais. O Peru recebeu missões para abordar os seus bens culturais desde 1951. Também contemplou o turismo em seu plano de desenvolvimento econômico e social, prevendo melhorias na rede rodoviária, instalações hoteleiras, estímulos às indústrias artesanais, além da proteção e da valorização do seu patrimônio cultural (UNESCO, 1969, p. 71-73).

Nesse processo, foram destacados o uso e a integração das ferramentas do planejamento e da conservação, visando contemplar a valorização dos bens culturais para o turismo cultural, e os aportes institucionais e de financiamento internacional. Os bens culturais seriam valorizados pela proteção, conservação, restauração e mudança de uso. Porém, para tanto, esses bens deveriam ser organizados por meio de instrumentos de planejamento, zoneamento, plano diretor, projeto urbano e medidas administrativas e legislativas.

4.2 De potenciais a cenário: diretrizes e instrumentos propostos

Para Michel Parent, as cidades prioritárias, pelo maior volume de investimentos a receberem, seriam, nesta ordem: Salvador, São Luís, Ouro Preto, Olinda e Parati. Pela leitura e análise de suas propostas, contidas na segunda parte de seu relatório, Detalhamento, que eram específicas para cada uma das cidades, foi possível separar em cinco blocos as diretrizes relacionadas aos instrumentos de valorização propostos. Esses blocos foram divididos segundo os **instrumentos de proteção e conservação**; os **instrumentos de planejamento urbano, de urbanismo e de urbanização**; os **instrumentos de gestão**; os **instrumentos de valorização do saber e do saber fazer**.

Os **instrumentos de proteção e conservação** referiam-se aos estudos e levantamentos para a identificação, tombamento e para estabelecer zonas ou perímetros de proteção, restauração, conservação, manutenção ou recuperação e conversão de uso.

Desses, o tombamento sugerido deveria contemplar grandes áreas das cidades, sendo que já eram consideradas *Monumento Nacional*, Ouro Preto, desde 1933,¹³⁴ e Parati, desde 1966.¹³⁵ Para Salvador, que possuía três conjuntos tombados, e Olinda e São Luís, que ainda não eram protegidas pelo instrumento, foi sugerido o tombamento extensivo, embora não tenha sido estipulado nem um provável perímetro, nem verba específica em suas estimativas. É importante ressaltar o caráter de valorização na proposta de Parent, com os tombamentos de “amplos conjuntos” nessas cidades, o que seria não só para a proteção,

¹³⁴ Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933.

¹³⁵ Decreto n. 58.077, de 24 de março de 1966. Até então, eram tombados pela DPHAN em Parati o seu centro histórico, desde 1958, após estudo para a delimitação de seu centro histórico realizado em 1947, e a “Santa Casa e o forte e, por lei, seu entorno imediato”. O centro histórico era também considerado Monumento Histórico desde 1945, pelo Decreto estadual n. 1.450, de 18 de setembro de 1945, e pelo Decreto municipal n. 51, de 27 de maio de 1947 (LIMBURG STIRUM, 1968, p. 18).

mas também para o controle dessas áreas, de modo a “permitir grandes operações de renovação urbana de caráter social e cultural” (PARENT, 1968, 34). A proposta para que fosse estabelecido um perímetro, área ou zona *non aedificandi* nos centros de Parati e Olinda servia para reforçar a ideia de cidade intacta, qualidade de uma cidade de arte.

Parent sugeriu um modelo de levantamento e estudo a ser realizado em Salvador, o qual poderia servir também para São Luís. Esse estudo deveria contemplar o que ele chamou de “levantamento arqueológico” e levantamento fotográfico e sociológico. O primeiro deveria seguir uma ficha a ser preenchida com: (a) esboço da fachada e planta dos andares; (b) identificação dos elementos originais da fachada e os modificados; (c) descrição dos imóveis, como seu estado geral, as modificações modernas, as restituições a serem efetuadas e as possibilidades de reordenamento, de extensão e de transformação, e (d) informações como: época da construção, uso original, personagem conhecido que porventura tenha habitado a edificação, características físicas exteriores e interior, cobertura, corredores, terraços e jardins, observações específicas, além de referências fotográficas, bibliográficas e o endereço (nome atual e antigo) e dados do proprietário.

O segundo levantamento, o fotográfico, deveria ser feito pela EMBRATUR. O levantamento sociológico deveria contar com fichas de moradias, que conteriam dados que pudessem ser usados em futuras negociações e operações com os proprietários e locatários. Assim, esse modelo seria, também, uma ferramenta de informação facilitadora de transações imobiliárias, como a expropriação e a compra de imóveis com vista a sua valorização também financeira. Outros estudos específicos foram sugeridos, como de museografia para Salvador, e de edafologia (estudo de solos) para Ouro Preto, Parati e Olinda.

Já a restauração e a conservação de imóveis, bem como a conversão de uso, foram ações sugeridas para todas as cidades, tanto no texto, com referência a diversos imóveis, principalmente monumentos e edifícios notáveis, quanto nas previsões de custos.

Os instrumentos de planejamento urbano, de urbanismo e de urbanização eram o plano diretor ou urbanístico, o plano regional, a previsão de infraestrutura e de expansão da ocupação urbana, o reordenamento do sistema viário, a previsão de área verde, urbanização e reflorestamento. Esses instrumentos foram os mais explorados por Parent.

O plano diretor assumiu uma posição importante em suas propostas, pois nele deveriam constar diretrizes para a conservação e a expansão urbana, assim como a previsão

da infraestrutura necessária ao projeto do turismo cultural. Todas as cinco cidades deveriam ser contempladas, e os planos que já estavam em elaboração, como os de Salvador e de Parati, foram destacados e tiveram algumas ideias analisadas.

Foram sugeridos planos regionais para as cidades mineiras e para a costa de Parati. O plano regional para as cidades mineiras deveriam incluir um circuito a ser sugerido e percorrido pelo turista; o da costa de Parati seria formado por parte da costa do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para as outras cidades, embora não tenha sugerido um plano regional, Parent as colocou em destaque dentro de um possível circuito que contemplasse cidades próximas, com potencial para o desenvolvimento do turismo cultural, como em Salvador, destacada junto a Cachoeira e Castelo D'Ávila; Olinda, junto a Igarassu e Recife; e São Luís a Alcântara.

A superação da descontinuidade da ocupação do território e das grandes distâncias a serem percorridas entre as cidades foram ressaltadas como sendo mais do que um problema para o turismo, ou seja, algo de que dependia a subsistência do país (PARENT, 1968, p. 115).

As operações previstas por Parent foram estipuladas em um total de US\$ 48.450.000,00, acrescidos de mais 5% referentes aos imprevistos, o que totalizava, assim, US\$ 50.870.000,00 (valores não atualizados). A infraestrutura respondia pela maior parcela, cerca de 80%, pois, por meio dela o turismo cultural seria viabilizado, tornando possível um fluxo grande e contínuo de pessoas nas cidades. Para São Luís (juntamente com Alcântara), Parent considerou a infraestrutura bastante precária. Assim, depois de Salvador, às cidades maranhenses foi destinada boa parte dos investimentos propostos.

Em casos como o de Salvador, São Luís, Parati e Olinda, essa infraestrutura deveria também viabilizar a exploração e o uso das praias, chamada de infraestrutura balneária, que seria um complemento ou alternativa à hospedagem e ao lazer nos centros antigos. As áreas verdes e a urbanização foram previstas para todas as cidades, embora as discussões referentes a elas tenham sido pouco elaboradas.

O sistema viário, incluindo o desvio ou a proibição de tráfego de veículos pesados e estacionamento de carros em sítios históricos, foram indicados, mas pouco detalhados. Eles foram tratados pelos urbanistas que vieram nas missões seguintes. O mesmo vale para o estabelecimento de áreas para a expansão urbana.

Os **instrumentos de gestão** sugeridos foram: a criação de uma fundação, a aquisição de imóveis para intervenção e revenda ou aluguel, a concessão de empréstimos para a

reestruturação hoteleira e comercial, a promoção de publicidade e informação sobre os sítios.

Os empréstimos e a reestruturação hoteleira e comercial, bem como a publicidade e informação foram propostos para as cidades analisadas, sendo que a publicidade só constava das estimativas de investimento e não estava explicitada no texto. Para Salvador e Parati, a proposta foi além, sugerindo-se criar uma fundação para promover estudos e gerenciar operações imobiliárias e obras de intervenção, como a aquisição ou a expropriação de imóveis, para depois da intervenção serem revendidas, contando com verba específica para essas operações. Esse instrumento visava à valorização (aquisição, conservação e restauro e venda) de imóveis e áreas, assim como a possibilidade de destiná-los a proprietários e a usos que poderiam ser determinados de acordo com a demanda do projeto turístico. Essas duas iniciativas estavam atreladas.

A valorização do **saber e do saber fazer ou de aspectos intangíveis** da cultura - como o artesanato, o folclore, os ritos religiosos e a animação cultural - foi abordada no texto, embora pouco contemplada na previsão de investimentos. Constava mais por ser um complemento possível na implementação do turismo, pois a prioridade dos investimentos e dos esforços seria para os bens culturais construídos e, principalmente, para a infraestrutura, que viabilizaria a empreitada.

Como exemplo, o valor destinado a esses itens na previsão de investimentos para Salvador correspondia a 1,38% do total a ser destinado à cidade. Em Parati, correspondia a 3,42%, mas o valor era a metade do que foi previsto para Salvador. Para Ouro Preto, foi previsto 4,72% - sendo especificada a preparação e a realização de um festival.

A animação cultural dos sítios teve um destaque maior em seu texto quando se referiu a Ouro Preto e a Olinda, talvez por terem incitado, na imaginação de Parent, a ligação entre a festa e os monumentos, tal como ele promovia em Dijon, com seu festival de teatro.




O Quadro 1, a seguir, contém a sistematização dos aspectos apresentados, tendo em vista a inserção dos mesmos no texto e nas estimativas de investimentos. Essa separação demonstra que estudos e levantamentos previstos deveriam ser encampados pela DPHAN e foram pouco contemplados na estimativa de investimentos. A conservação e a restauração, o plano diretor e a infraestrutura, bem como os empréstimos para o comércio e serviços de turismo tiveram destaque nas suas propostas.

Cidades	Salvador	São Luís	Ouro Preto	Parati	Olinda
Propostas					
Tombamento					
Restauração, conservação e conversão de uso					
Levantamentos: arqueológico, fotográfico e sociológico					
Estudos: museografia, etnologia e edafologia					
Zonas ou perímetros de proteção					
Plano diretor ou urbanístico					
Plano regional					
Infraestrutura					
Infraestrutura balneária					
Sistema viário					
Expansão urbana					
Área verde, urbanização e reflorestamento					
Revitalização rural					
Criação de Fundação					
Aquisição de imóveis e indenizações					
Empréstimos para reestruturação hoteleira e comercial					
Publicidade e informação					
Artesanato, folclore ritos religiosos					
Animação cultural					

Quadro 1 – Sugestões de Parent para o Turismo Cultural em 5 cidades.

Fonte: elaborado pela pesquisadora, com dados coletados em Parent (1968).

Legenda:

	Sugestão texto		sugestão texto e orçamento		sugestão orçamento
---	----------------	---	----------------------------	--	--------------------

As propostas gerais para todas as cinco cidades eram: tombamento, restauração de monumentos, elaboração de um plano diretor, implementação de infraestrutura, área verde e urbanização de áreas específicas; por fim, a captação de empréstimos, a promoção da reestruturação hoteleira e a realização de publicidade.

Parent considerou, em suas diretrizes, os aspectos técnicos e os políticos, bem como os físicos, sociais, administrativos e econômicos. Mesmo que eles tenham sido pouco aprofundados ou detalhados, seu relatório assumiu o caráter de guia, de orientação para a elaboração de planos e estudos por parte dos técnicos brasileiros. A formação técnica era uma das prioridades da assistência técnica promovida pela UNESCO, tal como foi apresentado no capítulo 1.

O turismo, segundo Parent (1968, p. 8), apoiava-se “na qualidade e na multiplicidade dos bens culturais e naturais” e deveria ligar “estruturalmente plano de preservação e plano de expansão.” Assim, formava-se o tripé: conservação, planejamento urbano e infraestrutura, tendo em vista o turismo.

Ao elaborar sua estimativa, Parent previu os investimentos por estado e, dentro desses, por cidade ou área composta por trechos ou por mais de uma cidade. Os custos foram separados em duas ordens, uma chamada de *Monumentos e sítios* (relacionados com as intervenções nos bens culturais), e a outra de *Investimentos* (relacionados principalmente com a infraestrutura), sendo que os últimos poderiam estar subdivididos em primeira e segunda urgência.

Dos estados contemplados, a Bahia ficaria com quase 35% do que seria investido no Brasil, sendo, de longe, a maior prioridade, e do total destinado ao estado, 86,59% se concentraria em Salvador. Em seguida, vinham Minas Gerais (20,82%), Maranhão (13,41%), Pernambuco (9,28%), Rio de Janeiro (8,52%) e São Paulo (3,57%).¹³⁶

As estimativas de custo e orçamento, a serem contemplados pelo planejamento serviam como garantia a ser dada aos pedidos de investimento internacional para a realização das propostas.

Parent não dissertou sobre a forma como definiu os custos, nem detalhou ou especificou sua proposta e os objetos que receberiam os investimentos. As cinco cidades

¹³⁶ Para cada estado foram citadas as seguintes cidades: **Bahia**: Salvador, Cachoeira, Convento de Belém e Castelo da Torre de Garcia D'Ávila. **Minas Gerais**: Ouro Preto e “outras cidades”. **Maranhão**: São Luís e Alcântara. **Pernambuco**: Olinda, Igarassu e Recife e entorno. **Rio de Janeiro**: Parati e a Baía da Ilha Grande, Angra dos Reis e a Baía e Cabo Frio e a Lagoa de Araruama. **São Paulo**: Circuito das fazendas.

que mais receberiam investimentos, por ordem de prioridade, foram: Salvador, São Luís, Ouro Preto, Olinda e Parati. As propostas específicas para elas não foram regulares, variando entre um estudo mais detalhado, no caso de Salvador, e a reprodução de informações, recomendando a realização de estudos posteriores, no caso de Ouro Preto. Ficou clara a dependência de Parent das informações e das discussões técnicas locais, além do interesse político da DPHAN e dos governantes locais, para a definição das prioridades, o que será abordado mais detidamente no próximo capítulo.

A diretriz da UNESCO de integrar as propostas de turismo cultural ao planejamento do desenvolvimento do país também foi abordada por Parent, mesmo que de modo superficial, sendo mais uma indicação a ser feita pelos técnicos brasileiros, porém, sem muitas considerações a respeito. Ela visava à integração do planejamento do turismo cultural, verticalmente, aos níveis da administração pública, federal, estadual, regional e municipal. Essa integração já era almejada por alguns setores do governo federal, como os que preconizavam o planejamento econômico e urbano, o Ministério do Planejamento e o SERFHAU.

A proposta de integração horizontal foi mais explorada. Ela deveria contar com a associação de diversas instituições, de modo a promover o turismo cultural. Essa associação teria como ponto de convergência a DPHAN que, juntamente com as universidades, o Conselho Federal de Cultura, a EMBRATUR e o BNH, trataria de temas até então estranhos à sua prática, como a expansão das cidades de arte, a promoção da animação cultural e, principalmente, a implementação de infraestrutura, primordial para a realização do turismo cultural. Segundo o encaminhamento oficial do relatório de Parent ao governo brasileiro, foi pedida uma atenção particular à parte desse documento que se referia ao o papel da DPHAN, citada como determinante para o desenvolvimento do projeto do turismo cultural e ao necessário entrosamento da Diretoria com outros órgãos governamentais.¹³⁷

Ao se referir à DPHAN, Parent transitou entre o elogio ao empenho e ao esforço de alguns funcionários (citando Rodrigo Andrade, Renato Soeiro, Edson Motta e Lucio Costa) e as dificuldades financeiras e o reduzido número de funcionários, insuficiente para as demandas da Diretoria.

¹³⁷ Correspondência (DG/3.3) de Malcolm S. Adiseshiah em nome da UNESCO, endereçada ao Ministro das Relações Exteriores, José Magalhães Pinto, de 16/8/1968 (Arquivo UNESCO/Paris - BMS – Reports Division – Reports from Field experts – Consultant 1966 & 1967 Mr. Parent – Brazil – Preservation of Cultural Heritage – Economic dev. & Tourism).

Sua proposta previa desde a reformulação da DPHAN, que precisaria superar essas dificuldades, até a extensão de suas ações para atender a novas demandas. Ele sugeriu uma “transformação” da DPHAN baseada em uma divisão de tarefas com os estados e municípios, a abertura e o entrosamento com outras instituições federais, de modo a promover, também, a valorização econômica dos bens culturais brasileiros.

A criação de órgãos estaduais de proteção já estava em discussão em alguns estados, o que em São Paulo, por exemplo, resultou na criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), pela Lei n. 10.247, de 22 de outubro de 1968. Esse Conselho deveria coordenar atividades até então tratadas separadamente e estava vinculado à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. No entanto, “seguiria a política de proteção ao patrimônio e turismo, já estabelecida pelo ‘Patrimônio Nacional’” (RODRIGUES, 2003, p. 21).

A proposta de Parent referendava iniciativas e discussões pontuais e em curso, tendo como foco o compromisso dos governos estaduais e municipais com os bens culturais, a divisão de tarefas e a expansão da atuação na área. Vale destacar que, quanto à divisão de tarefas e encargos com os estados e municípios, havia dificuldade quanto aos últimos arcarem com mais despesas, dado que geralmente as cidades contempladas estavam economicamente estagnadas e dispunham de um orçamento limitado.

Dos vínculos entre as instituições, destacou-se o que foi proposto para o BNH e a EMBRATUR.

O vínculo da DPHAN com o BNH foi sugerido de modo geral e, especificamente, para a operação que deveria ser empreendida em Salvador. Essa operação consistia em transferir boa parte da população que morava no Pelourinho para casas que seriam fornecidas pelo BNH. A expectativa em relação ao projeto dessa cidade foi noticiada em 1969, por um periódico vinculado à UNESCO, como um acontecimento transformador do Pelourinho, que até 1973 seria, “de acordo com os planos, um centro de atração turística”. Essa transformação não seria somente visual ou estética, mas também social.¹³⁸

O vínculo com a EMBRATUR proposto por Parent (1968, p. 65) seria para prever ações, tendo em vista os recursos do orçamento destinados à Empresa, os quais ainda

¹³⁸ Correio do IBECC - Boletim do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura IBECC, n. 45, julho a setembro de 1969, p. 8 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

careciam de um estudo para alocação. Esse vínculo contaria com a participação financeira da EMBRATUR na viabilização da infraestrutura prevista em planos “de renovação urbana e de salvaguarda do patrimônio cultural”, na animação cultural, na criação de festivais e na publicidade, considerada “bastante insuficiente” no momento.

Na integração institucional sugerida e exemplificada acima, seria viabilizada a infraestrutura, de papel preponderante, da qual dependeria e decorreria o turismo, sendo crucial para o desenvolvimento do país, objetivo final das missões da UNESCO.

Para viabilizar o programa do turismo cultural, Parent não considerou a dificuldade que seria equalizar o entrosamento da DPHAN com outras instituições, dado que essa Diretoria era uma instituição tradicional, com uma prática estabelecida há 31 anos, gerida pelo mesmo grupo, mas, no momento, enfraquecida perante o governo federal. E a EMBRATUR, o Conselho Federal de Cultura e o BNH eram instituições recém-criadas, as duas primeiras em 1966 e a terceira em 1964, prestigiadas pela administração pública federal, mas com uma estrutura e prática ainda incipientes.

Silva Telles (2010, p. 112), ao comentar a repercussão do trabalho de Parent, destacou-o como “a primeira brecha que houve no Brasil para se olhar o desenvolvimento de uma cidade”, por parte da DPHAN, deve-se ressaltar. E isso, mesmo considerando-se o pioneirismo da Diretoria no tombamento de amplos conjuntos ou cidades, em relação a países como a França e a Inglaterra, o que nada mais era do que uma maneira de abranger um amplo “conjunto de edificações” notáveis. Assim, não eram os aspectos urbanísticos o foco do tombamento, tal como apontou em entrevista Nestor Goulart.¹³⁹ Havia também a

¹³⁹ Entrevista (MARIUZZO; CHIOZZINI, 2005). Segue transcrição do trecho da fala de Goulart Filho: “Existem também algumas omissões. O urbano, no seu sentido mais amplo, foi esquecido. As chamadas cidades históricas foram preservadas muito mais pelo seu conjunto de edificações do que pelo seu valor estético e urbanístico. Até porque uma grande parte destas realizações, dos séculos XVIII, XIX e início do XX, não eram reconhecidas como produtos culturais legítimos. Até recentemente, nem sequer havia uma categoria para classificação dos projetos urbanísticos enquanto obra de arte, só para a arquitetura. Esses conjuntos nunca eram inscritos no livro do patrimônio como obra de arte. Se fossem preservados, era pelo seu valor histórico [...] Faltou uma visão maior sobre a história do urbanismo no Brasil, inclusive com o reconhecimento da existência de projetos urbanísticos no período colonial, que só minha geração veio mostrar. A afirmação corrente é que não havia projetos ou desenhos, não havia documentação sobre isso. Muito lentamente é que nós conseguimos esclarecer essa questão. Um exemplo: na cidade baixa de Salvador existiam dois conjuntos urbanísticos importantíssimos: um construído em meados do século XVIII, conhecido como *Cais da Farinha*, que já existia no momento em que ocorre um grande terremoto e incêndio em Lisboa, e que se assemelha muito com o projeto de reconstrução da capital portuguesa, implementado ao longo da segunda metade do século XVIII; e no início do XIX, à frente desse conjunto foi construído um outro, conhecido como *Cais das Amarras*, que era um conjunto magnífico de prédios de sete andares, com o pé direito muito alto, de frente para o mar, de maneira que quem chegava a Salvador contemplava o conjunto de edifícios. Entretanto, o valor

difficuldade dos técnicos da Diretoria de trabalharem ou incorporarem a ideia do turismo à sua prática, como afirmou Silva Telles (2010, p. 113): “A gente tem que saber trabalhar com o turismo. Em vez de ter um turismo destruidor...”, que exemplificou usando a experiência do PCH e as dificuldades de conciliação de interesses, com a comparação: “Não se pode fazer de Ouro Preto uma Hollywood.”

Isso demonstra que, apesar de os representantes da DPHAN terem sido os interlocutores das missões que abordaram o turismo cultural, havia dificuldade de aceitar e de lidar com o turismo em sua prática, bem como de elaborar trabalhos no campo do urbanismo e do planejamento urbano. É importante destacar, também, que essa dificuldade de conciliação não foi aventada por Parent, que estimulou e sugeriu que a Diretoria encampasse o turismo cultural, articulando os aspectos e as instituições que o compunham, o que foi enfatizado pela UNESCO.

No entanto, a mudança da diretoria para instituto, em 1970, não implicou uma mudança em sua estrutura ou funcionamento, a mesma desde 1946 (SANT’ANNA, 1995, p. 155). Não por acaso, o programa brasileiro, criado sob a inspiração das missões da UNESCO para o turismo cultural, permaneceu sob os auspícios da Secretaria do Planejamento até que a DPHAN fosse reformulada, administrativa e conceitualmente, ou pelo menos quando isso foi tentado em 1979.

Parent propôs que o turismo cultural estivesse inserido num planejamento de longo prazo, que as propostas fossem integradas a um planejamento nacional ou regional. Propôs também que ele fosse encampado pela DPHAN, que deveria estar associada a outras instituições, federais, estaduais e municipais. Assim, quanto mais integrado ou compromissos fossem firmados em seu nome, mais garantias de execução seriam dadas, no sentido de se respaldar um financiamento internacional para a realização das ações previstas.

A sedução das vantagens econômicas trazidas pelo turismo fez com que o planejamento passasse a ser considerado juntamente com a conservação dos bens culturais e os cuidados com o crescimento das cidades. A relação entre turismo, conservação e planejamento, considerada desigual nas observações de Parent, era mais o fruto de uma ligação entre a conservação dos bens culturais e o planejamento, tendo como consequência

destas obras nunca foi reconhecido e elas foram sendo demolidas. Uma grande parte desapareceu, sem que se levantasse uma única voz, mesmo na Bahia, contra esse processo.”

o turismo, ou seja, a preparação para que esse se realizasse. Então, o modo como ele ocorreria ou como funcionariam os serviços a ele relacionados não estava em pauta.

O estudo das missões seguintes para os projetos prioritários em Parati, Salvador e Ouro Preto é mais esclarecedor quanto a isso. É possível afirmar que, em relação a essas cidades, já havia, de alguma forma, uma discussão técnica adiantada, com estudos e projetos. Para Salvador e Parati, estudos urbanísticos; para Ouro Preto, o desejo antigo de realização de um plano para a cidade por parte dos técnicos da DPHAN.

A apresentação e a entrega do relatório de Parent à UNESCO causaram uma boa impressão a seus representantes, em especial a Jacques Hardouin, da *Section de la mise en valeur du patrimoine culturel dans le cadre du developpement*, e a Ali Vrioni.¹⁴⁰

Na sequência, veio em missão Ali Vrioni, em 1968, de que não resultou a publicação de um relatório. Essa missão tinha como objetivo acertar questões relacionadas com os projetos prioritários, dando atenção especial ao Pelourinho, em Salvador. Ela ocorreu de 29/1/1968 até 4/2/1968, seis dias apenas, e contemplou o Rio de Janeiro, Salvador e Brasília.¹⁴¹

Desse modo, Vrioni classificou, por ordem de importância: Pelourinho (em Salvador), Parati, Ouro Preto, Recife e Olinda, Alcântara, Cidade de Goiás e a região das Missões, no sul do Brasil. Essa ordem de prioridade não coincidia com a prioridade de investimentos atribuída por Parent, mas foi concebida e justificada “de acordo com os vários graus de factibilidade que pôde constatar”. As duas primeiras prioridades, consideradas por ele mais urgentes, deveriam ser atendidas por ações da DPHAN em parceria com o SERFHAU, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).¹⁴²

¹⁴⁰ Relatado em carta de Carlos Chagas a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 15/1/1968 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190; Arquivo da UNESCO BMS-REPORTS DIVISION – Reports from field experts (Consultant 1966 & 1967) – Mr. Parent – BRAZIL – Preservation of Cultural Heritage – economic dev. & tourism).

¹⁴¹ No Rio de Janeiro, Vrioni deveria encontrar-se com o ministro da Educação, Tarso Dutra, Renato Soeiro, Limburg Stirum, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Wladimir Alves de Souza; em Salvador, com Godofredo Filho e Paulo Ormino Azevedo (Carta de Carlos Chagas a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 15/1/1968 e documentos avulsos, sem especificação, constantes em Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

¹⁴² CNAT/DIPOC/DCInt/650.01(04) – janeiro/1968. PNUD-AT-FE. Turismo Cultural. Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO-Paris (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

Para essas cidades prioridade, seriam propostas diretrizes por consultores urbanistas, para o planejamento e a preparação para o turismo cultural, atendendo assim às ideias da UNESCO e, especificamente, às diretrizes traçadas por Parent em seu relatório. A escolha ou definição das três cidades já havia sido citada na carta de Soeiro a Rodrigo, de 21/6/1966; portanto, antes da vinda de Parent. Essa seria uma opção desejável para a concentração de esforços relacionados ao “incremento do turismo”, inferência feita após uma consulta de Soeiro a Lucio Costa e Silva Telles, tal como foi citado em trecho da carta que consta do capítulo 3.¹⁴³

Vieram depois outros consultores cujo objetivo era atender às demandas dos projetos prioritários: Limburg Stirum, em 1967 (projeto Parati); Graeme Shankland, em 1968 e 1969 (projeto Salvador); Viana de Lima, em 1968 e 1970 (projetos Ouro Preto), além de Jean-Bernard Perrin, em 1972, que se centrou em aspectos administrativos relacionados com a DPHAN. Em 1978, este último voltou ao Brasil para ministrar um curso sobre legislação francesa.¹⁴⁴

Assim, após a vinda de Michel Parent, a preparação do projeto de turismo cultural para o Brasil teve uma nova jornada, protagonizada pelas missões dos urbanistas. Esse assunto será tratado no capítulo seguinte.

¹⁴³ Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/UNESCO: AA01/M066/P05/Cx.0059/ P.0190.

¹⁴⁴ Na época, Perrin era diretor do Serviço de Urbanismo do Ministério de Construção de Obras da França. Realizou também, como consultor da UNESCO, os trabalhos: *Restauration des temples khmers: incidences touristiques, économiques et techniques: Cambodge - (mission) juillet 1969* (em parceria com Jost Krippendorf); *Protection and development of the Bamiyan Valley: Afghanistan - (mission) 4-19 July 1970* (em parceria com Piero Gazzola).

CAPÍTULO 5

PROJETOS PRIORITÁRIOS: PARATI, SALVADOR E OURO PRETO

Este capítulo tem como objetivo discutir as propostas dos consultores urbanistas para os três primeiros projetos prioritários no país: Ouro Preto, Parati e Salvador, observando-se os modos como abordaram o turismo cultural, privilegiando a relação proposta entre conservação, turismo e planejamento. Para além dessas propostas, foram investigados a escolha dos consultores, os preparativos de cada missão, a vinda e a expectativa dos técnicos brasileiros, bem como a receptividade imediata que tiveram essas missões no meio técnico brasileiro, nos jornais e na UNESCO.

5.1. Projetos em andamento e consultores

Dos três projetos prioritários, o primeiro a ser acertado foi o de Parati. Isso aconteceu antes mesmo do final da missão de Michel Parent, tendo em vista que o projeto deveria referendar uma experiência em curso, que eram os estudos feitos pelo arquiteto belga, conde Frédéric de Limburg Stirum, para a cidade.¹⁴⁵ Quando veio ao Brasil pela primeira vez e conheceu Parati, em 1961, Limburg Stirum tinha 30 anos e era recém-formado pela *École Speciale d'Architecture* de Paris.

Esses estudos foram tema de um artigo de Batista (1966), publicado na revista *Arquitetura*. Nele, foi destacada a preocupação com “o destino da tricentenária cidade”, motivada pela construção da “famosa estrada Rio-Santos” que traria, junto com ela, o “progresso” e a “destruição da paisagem”. A construção dessa estrada gerou uma série de discussões dentro e fora da DPHAN, sobre como assegurar a “proteção especial ao acervo arquitetônico e natural da tricentenária municipalidade de Parati, (...), sob ameaça iminente de sofrer deformações irreparáveis” (BATISTA, 1966, p.7). Vale ressaltar que, em 1972, a

¹⁴⁵ Infelizmente, não foi possível localizar esses estudos, mas, segundo o próprio arquiteto, eles mostravam exemplos de intervenções em Fez, Meknès e Marrakech, no Marrocos; a proposta de uma cidade nova junto à antiga; e “muitas imagens mostrando o que se poderia fazer” em Parati (O PARATIENSE, 2004, p.1).

cidade, que contava com aproximadamente 16 mil habitantes, ganhava um incremento de mais 4 ou 5 mil pessoas no verão.¹⁴⁶

A definição das outras duas missões foi decidida em 1968, numa reunião entre Ali Vrioni, Jacques Hardouin, Hiroshi Daifuku e Renato Soeiro. Ela foi oficialmente comunicada a Rodrigo Melo Franco de Andrade em maio do mesmo ano por Carlos Chagas, como “boas novas a respeito dos projetos da UNESCO em relação ao Brasil, no campo do turismo cultural”.¹⁴⁷

Para Salvador, mais especificamente para o Pelourinho, já havia interesse dos meios técnico e político local em discutir e operacionalizar ações na área. Assim, sua definição como “a prioridade das prioridades” foi justificada por Parent, “não apenas porque existe a necessidade imperiosa de salvar, no prazo mais curto – consideradas as ameaças – a primeira cidade de arte do Brasil, mas igualmente porque existe localmente, ao que parece, a vontade eficaz de implantar esse projeto” (PARENT, 1968, p. 59-60).

No entanto, o arquiteto Paulo Ormino Azevedo, que inclusive acompanhou Parent, juntamente com Godofredo Filho, em sua passagem por Salvador, afirmou que “as visitas tiveram um cunho muito técnico”. Nelas, “ele inquiria mais que emitia juízos”, e sua visita ao então Governador da Bahia, Luiz Viana Filho, que era historiador e membro da Academia Brasileira de Letras, foi “simplesmente protocolar”.¹⁴⁸

Essa afirmação diverge do que pode ser aferido no relatório de Parent, em que foram feitas várias citações a Luiz Viana Filho, como, por exemplo: “É por todas essas razões que, durante os múltiplos encontros que pontuaram minha segunda visita, pude formular sugestões metodológicas e técnicas que foram consideradas pelo governador Viana”; ou “no que se refere ao Pelourinho, as intenções do Estado da Bahia, da cidade e as do ‘Patrimônio’ convergem” (PARENT, 1968, p. 60).

A atenção de Parent a Salvador não aconteceu somente porque a cidade foi considerada a primeira e a mais importante cidade de arte do País, mas também pelo fato

¹⁴⁶ Artigos de jornais: *Phan planeja a nova Parati*, em O Fluminense, de 8/1/1971 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0191); e *UNESCO quer salvar Parati*, em O Dia, de 14/3/1969 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

¹⁴⁷ Carta de Carlos Chagas a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 6/5/1968 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

¹⁴⁸ Informações enviadas por e-mail em 28 de agosto de 2009. Paulo Ormino Azevedo afirmou que o roteiro da passagem de Parent por Salvador foi preparado por Godofredo Filho, que contratou um intérprete para acompanhar o grupo.

de que já havia o interesse dos técnicos e políticos locais, o qual convergia para as ideias sobre o turismo cultural difundidas pelas missões, ou seja, já havia uma preparação para a boa receptividade dessas ideias.

O respaldo técnico e político para essas missões era importante, pois elas eram rápidas e careciam de um suporte de informações e estudos preexistentes. Como exemplos, podem ser citados três estudos: o *Estudo de Restauração e Reintegração de um Conjunto Arquitetônico Tombado da Cidade de Salvador*, elaborado por Paulo Ormino Azevedo em 1959, a pedido da DPHAN; o estudo socioeconômico do centro histórico de Salvador, coordenado por Vivaldo Costa Lima para a Fundação e apresentado em 1967;¹⁴⁹ e o estudo realizado pelo Centro de Estudos Arquitetônicos da Bahia (CEAB) e coordenado pelos professores Américo Simas e Diógenes Rebouças, o qual reuniu informações sobre as condições materiais dos imóveis para referenciar futuras intervenções, e foi apresentado em 1968 à OEA. Além desses estudos, merecem destaque a missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) à Bahia, em 1967, e a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, em 1967, após sugestão de Parent em sua primeira missão, em 1966.

Segundo Sant'Anna (1995, p. 145), o estudo de Azevedo propunha a “preservação do conjunto do Pelourinho em Salvador com base numa análise estrutural, enfocando pioneiramente as dimensões econômicas e sociais do problema”. Também sugeria a criação de uma “linha de crédito especial para financiamento de obras de conservação em conjuntos tombados”.

Das três cidades, Salvador era a mais dinâmica e passava por transformações físicas, econômicas e sociais. Dentre as causas dessas transformações estavam o incremento populacional - entre 1950 a 1970 a população dobrou¹⁵⁰ - e os investimentos governamentais na cidade e em suas imediações, com a expansão industrial de Aratu e a instalação da refinaria de petróleo da Petrobras.¹⁵¹

¹⁴⁹ Segundo Shankland (1968, p. 23), a pesquisa social reuniu informações sobre “o número de moradores, atividade, valor do aluguel, a forma e a duração dos contratos de locação, o proprietário do terreno e do imóvel, instalações sanitárias, estrutura familiar e o desejo de os moradores de permanecerem no bairro”.

¹⁵⁰ Salvador vivenciava um período de crescimento populacional vertiginoso. Em 1940, viviam na capital baiana 290.443 pessoas; em 1950, essa população passou para 417.235; em 1960, para 655.735; em 1970, para 1.027.142; e em 1980, já era 1.531.242 (IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO).

¹⁵¹ Essas novas possibilidades econômicas levaram a outras, como a construção de uma rede rodoviária para atender à área industrial, que se estendia por 25 km ao longo da baía a partir da sua extremidade oeste, além do ensejo de novas fábricas que se abriam, de charutos, cigarros e cimento, além dos investimentos da SUDENE (SHANKLAND, 1968, p.7-9).

Com isso, havia a possibilidade de que fossem destinados 10% dos *royalties* do petróleo, a serem recebidos pelo estado, a seu Departamento da Educação e Cultura. Essa possibilidade representaria “uma primeira plataforma de ação financeira estadual, no plano cultural” (PARENT, 1968, p. 55).

A missão do BID foi fruto do pedido do governador Luis Viana Filho, que compareceu à sede do Banco em Washington, em fevereiro de 1967, para solicitar a assistência técnica em questões sociais e econômicas para Salvador e sua região próxima.

O pedido do governador resultou na constituição de uma comissão integrada por representantes de organismos nacionais e internacionais, para avaliar o potencial econômico da cidade e sugerir áreas de interesse para a elaboração de projetos que pudessem, posteriormente, ser financiados pelo banco.¹⁵²

Assim, o relatório da missão sugeria a elaboração de seis projetos, dentre os quais, o do “desenvolvimento do turismo”, que “deveria analisar o tipo de fomento turístico mais adequado, o montante e a rentabilidade das inversões previstas e as possíveis formas de administração e financiamento”.¹⁵³

Após essa missão, o representante do BID no Brasil, Francisco Albornoz, interessou-se por “conhecer as atividades desenvolvidas em Salvador no campo do turismo cultural” e, antes mesmo da publicação do relatório de Parent, em 1968, parte dele foi-lhe encaminhado.¹⁵⁴ Dessa maneira, a antecipação das diretrizes de Parent poderia “servir de base ao início das conversações sobre este assunto, em geral, e à experiência já iniciada em Salvador, Bahia, em específico, conforme sugerido durante o encontro dos Diretores de nossas Organizações”.¹⁵⁵

A iniciativa governamental de busca de alternativas para financiamento pelo BID e a indicação do potencial turístico da região do recôncavo baiano reforçaram a articulação de

¹⁵² Essa missão foi constituída por Eduardo Neira Alva (coordenador) e Alfred Thieme, representantes do BID; Benjamin Hopenhayn, representante do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES); David Tejala e Victor Ayub, representantes da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS); Pedro Sisnando Leite, representante do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Glauco Melibeú, representante da SUDENE (BID - Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ As partes do relatório de Parent enviadas foram: 1. Introdução, 2. Natureza e Cultura Brasileiras, 3. A Proteção do Patrimônio Cultural no Brasil, 4. Salvador (Bahia) e seus Arredores.

¹⁵⁵ Carta de John M. Howe, Chefe da Missão UNESCO no Brasil até 1968, a Renato Soeiro em de 9/11/1967; e BID (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

Salvador como a maior das prioridades, dado o interesse político e os avançados debates sobre o tema, bem como a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. A Fundação, criada pela Lei Estadual n. 2.464, de 13 de setembro de 1967, e regulamentada pelo Decreto 20.530, de 3 de janeiro de 1968, tinha como função promover a proteção e a utilização dos bens culturais baianos, tendo em vista o turismo.

Ouro Preto era objeto de uma série de estudos e restauros por parte da DPHAN, que a considerava seu centro de experimentações no campo da história da arte.¹⁵⁶ Essa cidade era o cartão de visitas da DPHAN, sendo apresentada a técnicos e intelectuais estrangeiros que vinham conhecer o trabalho desse órgão, como Mário Chicó, Paul Coremans, Viana de Lima, Robert Smith e German Bazin.¹⁵⁷

A elaboração de um plano urbanístico era um desejo antigo, manifestado durante a visita de Mário Chicó ao sítio, tal como foi relatado por Viana de Lima, ao agradecer à DPHAN a indicação de seu nome à UNESCO para a missão: “Creia que me sinto muito honrado pelo vosso convite, pois além do mais, ele veio reavivar um velho desejo do nosso grande amigo Professor Chicó: o de fazermos juntos um trabalho sobre essa linda e histórica cidade”.¹⁵⁸ Esse desejo também foi manifestado pelo arquiteto Ivo Porto Menezes, que afirmou: “antes da vinda do Dr. Viana de Lima, já estava nas cogitações do Prefeito a elaboração do plano diretor, pelo qual venho me batendo a uns dez anos, desde que estive na representação da DPHAN em Ouro Preto”.¹⁵⁹

As missões para os projetos prioritários ocorreram para a difusão do turismo cultural e também para referendar as iniciativas registradas e contribuir para elas, acrescentando o suporte institucional internacional para o credenciamento de intervenções futuras. Assim, não foi uma escolha deliberada, nem imposta, mas de confirmação, colaboração e incremento ao que acontecia. Somada a isso, estava a ameaça iminente aos bens culturais, representada pelas novas construções, rodovias, bem como pela dificuldade de manutenção dos monumentos e cidades, vistas como estagnadas. Isso também era usado como

¹⁵⁶ Parent afirmou que “Minas Gerais e em especial Ouro Preto são, com certeza, o campo de experiência e o laboratório mais apropriado para o trabalho do ‘patrimônio’” (PARENT, 1968, p. 86).

¹⁵⁷ A atuação da DPHAN na cidade foi tema de um dos 36 relatórios apresentados no Congresso que resultou na elaboração da Carta de Veneza, em 1964, *Ouro Preto, como cidade-monumento histórico*, por Wladimir Alves de Souza (CERÁVOLO, 2010, p.270).

¹⁵⁸ Carta de Viana de Lima a Renato Soeiro, de 6/5/1968 (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

¹⁵⁹ Carta de Ivo Porto Menezes a Renato Soeiro, de 4/1/1969 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro-Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

justificativa para a busca de renovação e da associação dos bens culturais a um bem de consumo.

A escolha dos urbanistas para os projetos prioritários em Parati, Ouro Preto e Salvador obedeceu a critérios distintos.

Frédéric de Limburg Stirum, nascido em 1931, veio em missão a Parati por meio do *Programme de Participacion*, entre outubro e novembro de 1967, e elaborou o relatório *Plan national de mise en valeur de Parati dans le cadre d'un développement touristique*, publicado em 1968 (ver Figura 9).

A escolha de Limburg Stirum - um arquiteto inexperiente, inclusive como consultor, sem expressão no cenário nacional e internacional e que, após Parati, não realizou outro trabalho para a Organização – aconteceu devido aos estudos que havia elaborado por conta própria e apresentado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Desse modo, quando apresentou o relatório da missão pela UNESCO, Limburg Stirum acrescentou a seu plano de proteção e expansão do crescimento da cidade elementos referentes ao turismo, de modo a atender ao objetivo da sua missão.

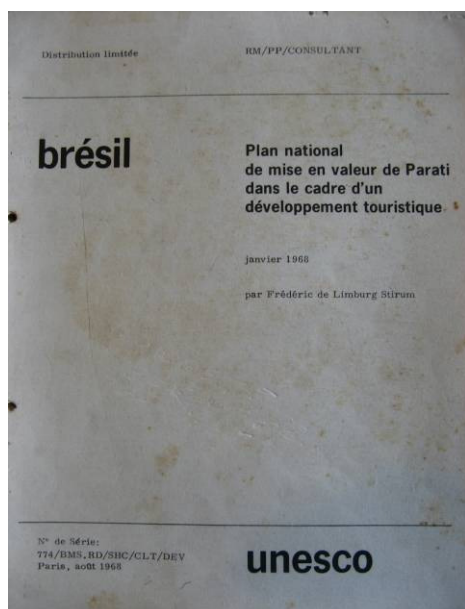


Figura 9: Capa do relatório de Limburg Stirum.
Fonte: Limburg Stirum (1968).

A relação de amizade entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Limburg Stirum fez com que esse fosse indicado como urbanista consultor da UNESCO na cidade.¹⁶⁰ Seu nome, no entanto não foi bem aceito por alguns técnicos da DPHAN. Em entrevista, Silva Telles afirmou: “E ele conseguiu, depois, um endosso na Europa para a missão dele. Mas era uma conquista particular dele”. Sobre o plano, aprovado com restrições pela DPHAN,¹⁶¹ Silva Telles emendou: “eu acho fraquinho” (SILVA TELLES, 2010, p. 109). No entanto, essa “conquista particular” de Limburg Stirum ocorreu ao convencer Rodrigo Melo Franco de Andrade para indicá-lo, e não à Organização. Em comunicação interna da UNESCO, essa indicação foi definida como uma “demanda expressa das autoridades brasileiras”.¹⁶²

O arquiteto português Viana de Lima (1913-1991), escolhido para o projeto de Ouro Preto, realizou duas missões nessa cidade e elaborou para cada uma um relatório. O primeiro, *Brésil – Renovation et mise en valeur d’Ouro Preto – octobre-décembre 1968*, e o segundo, *Brésil – Renovation et mise en valeur d’Ouro Preto (Second Raport) – septembre-novembre 1970*, publicados, respectivamente, em 1970 e 1972 (ver Figura 10). Ele ainda iria a Ouro Preto em 1972, numa terceira missão pela UNESCO, e em 1974, como consultor para a elaboração do Plano Diretor da citada cidade e de Mariana, dessa vez, por meio de um contrato com a Fundação João Pinheiro.

A escolha de Viana de Lima também foi uma indicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade. A justificativa dada por Silva Telles (1996, p.17) para essa indicação foi o “plano que o arquiteto havia elaborado anos antes (1961) para a cidade de Bragança [- Portugal]”.

Rodrigo Melo Franco de Andrade conhecia Viana de Lima desde sua vinda ao Brasil, em 1965, como responsável pela montagem de uma exposição de Mário Chicó, quando conversaram sobre um futuro plano urbanístico para Ouro Preto. Viana de Lima também conhecia os arquitetos brasileiros Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

¹⁶⁰ A amizade de Limburg Stirum e Rodrigo Melo Franco de Andrade foi iniciada após o pintor Frank Shaeffer ter apresentado Limburg Stirum ao arquiteto Paulo Santos, que fez a ponte com Rodrigo (O PARATIENSE, 2004, p.1).

¹⁶¹ Documento intitulado Parati, sem data e autor, no qual as iniciativas de planejamento urbano para a cidade, na década de 1960, foram resumidas (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

¹⁶² Comunicação interna UNESCO assinada por J. Hardouin, em 26 de agosto de 1968 (Arquivo da UNESCO, BMS Reposts Divisão TA, Consultant 1968, Comte de Limburg Stirum).

Ele foi delegado do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em Portugal, nomeado em 1951.¹⁶³ Em 1961, começou a ensinar na Faculdade de Arquitectura do Porto, na cadeira de Construção, no mesmo ano em que Lucio Costa foi a essa faculdade ministrar um curso de Urbanismo, ocasião em que se encontraram.¹⁶⁴

Ele foi colaborador de Niemeyer nos projetos que esse arquiteto realizou em Portugal, como o Plano de Urbanização da Pena Furada no Algarve (1965) e o Cassino e o Hotel do Funchal (1966).

Assim como Parent e Limburg Stirum, Viana de Lima também não tinha experiência como consultor da UNESCO. Após Ouro Preto, ele realizou missões e elaborou estudos para outras cidades brasileiras, como Salvador, São Luís, Alcântara, São Cristóvão, Laranjeiras, Penedo e Marechal Deodoro. Apesar de ter tido uma intensa participação como consultor técnico da UNESCO no Brasil, essa participação não se estendeu a outros países.

Sua primeira missão teve a duração de dois meses, de 1º de outubro a 1º de dezembro de 1968, tendo como auxiliar Mário Moura, arquiteto que trabalhava em seu escritório. Além do contrato com a UNESCO,¹⁶⁵ foi feito outro com a DPHAN, pois o contrato com a Organização não previa a elaboração do plano diretor.¹⁶⁶ Antes de publicar o seu primeiro relatório, Viana de Lima recebeu uma cópia do relatório de Parent, para que ele ficasse a par de informações sobre a cidade e quanto aos entendimentos sobre o turismo cultural.¹⁶⁷

A segunda missão foi solicitada em 1969, antes da conclusão de seu primeiro relatório. Nela, Viana de Lima contou com o auxílio do arquiteto Luís Cerqueira, seu

¹⁶³ A nomeação ocorreu durante o VIII CIAM, em Hoddesdon, Inglaterra, em 1951. Viana de Lima participou também dos seguintes encontros: IX CIAM, em Aix-en-Provence, França em 1953; X CIAM em Dubrovnik, Iugoslávia, em 1956; XI CIAM em Otterlo, Holanda, em 1959.

¹⁶⁴ Quando foi ao Porto, Lucio Costa deu a Viana de Lima o artigo *L'architecture et la société contemporaine*, de sua autoria, com a seguinte dedicatória: "para Viana de Lima, lembrança agradecida de Lucio Costa" assinado e com a data de 19/6/1961 (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

¹⁶⁵ A UNESCO se encarregou do pagamento dos honorários, US\$1.028,00 por mês (valor não corrigido), e das passagens aéreas de ida e volta, classe turística, e as despesas no país foram arcadas pelo governo brasileiro (Correspondência enviada por Hardouin, CLT.122/24/824, a Viana de Lima, de 22/5/1968 - Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

¹⁶⁶ Na Carta Cn. 95 de Soeiro a Viana de Lima, de 21/6/1968, a situação foi explicada: "Embora o contrato não atenda as condições desejadas, por ter sido proposto antes de nosso pedido definitivo, acertar-se-á aqui a forma de ajustá-lo ao Plano diretor de Ouro Preto, mesmo porque esta Diretoria já apresentou novo pedido de auxílio técnico, justamente para o início daquele Plano" (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

¹⁶⁷ O Relatório de Parent foi enviado por Hardouin a Viana de Lima em 9/8/1969, anexo à Carta CLT.122/24/953 (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

colaborador no escritório de arquitetura no Porto. Além de Ouro Preto, ele foi a São Luís e Alcântara, no Maranhão e fez uma curta passagem por Salvador. Para cada uma das quatro cidades, elaborou um relatório distinto. No contrato para a segunda missão, foram previstos dois meses de trabalho: uma semana no Rio de Janeiro, uma semana em Ouro Preto, 32 dias em Alcântara e mais duas semanas para a redação do relatório, para o qual seria pago US\$ 1.364,00 por mês (valor não atualizado).¹⁶⁸

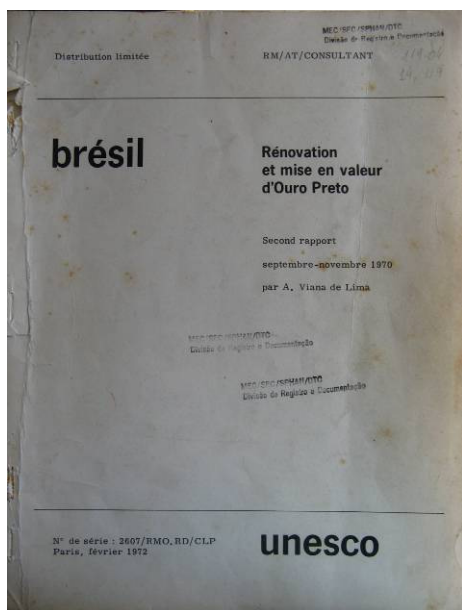


Figura 10: Capa do segundo relatório de Ouro Preto (1972).

Fonte: Viana de Lima (1972).

A elaboração do plano diretor para Ouro Preto, tal como era desejo da DPHAN e de Viana de Lima, esbarrou na dificuldade do levantamento de dados. Soeiro chegou a solicitar ao então prefeito da cidade, Genival Ramalho, uma contribuição para elaborar o levantamento arquitetônico e aerofotogramétrico da região e as pesquisas socioeconômicas.¹⁶⁹ Também solicitou ao Exército a realização do levantamento aerofotogramétrico de Ouro Preto.¹⁷⁰ No entanto, a realização dessas pesquisas e mapas não foi efetuada em tempo

¹⁶⁸ A ida a Salvador foi o resultado de um acerto feito no Brasil, já que não estava prevista no contrato com a UNESCO (Contrat de Consultant, ref. 39.021-C, assinado em 3/2/1970 por Hardouin e em 27/2/1970 por Viana de Lima - Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

¹⁶⁹ Ofício (Of. n. 2311) de Renato Soeiro ao prefeito de Ouro Preto, Genival Ramalho, de 5/12/1968 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

¹⁷⁰ Ofício (Of. n. 1238) de Renato Soeiro ao Major Sidney José Sampaio, de 14/7/1969 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

hábil para subsidiar a elaboração dos relatórios de suas missões pela UNESCO.¹⁷¹ Assim, em 1972, quando apresentou o segundo relatório a essa Organização, Viana de Lima começou a negociar sua vinda como consultor contratado pela Fundação João Pinheiro para prestar assistência à elaboração do plano diretor de Ouro Preto e Mariana, como será visto no próximo tópico.¹⁷²

O urbanista inglês Graeme Shankland (1917-1984) era o único dos consultores dos projetos prioritários com experiência em trabalhos para a UNESCO. A indicação de seu nome foi feita pela Organização e justificada por essa experiência como consultor, tal como foi relatado por Hiroshi Daifuku em correspondência a Renato Soeiro. Nessa correspondência, ele destacou a alta qualificação e a larga experiência de Shankland, citando as missões que o urbanista já tinha realizado.¹⁷³

Shankland formou-se em Londres, na *Architectural Association School* e na *School of Planning* de Cambridge. Trabalhou no *Planning Department of the London County Council* e, desde 1962, tinha um escritório em sociedade com Oliver Cox, com trabalhos voltados para o campo da arquitetura e do planejamento urbano.

Antes da viagem ao Brasil, sua experiência em planejamento incluía a elaboração de planos para uma nova cidade em Hook, Hampshire e Liverpool. Como consultor da UNESCO, já havia realizado missões no Egito e no Irã. Neste último país, participou da equipe que idealizou o programa de turismo cultural. Essa missão aconteceu de dezembro de 1967 a abril de 1968 e resultou no relatório *Programme spécial de préservation et de mise en valeur de l'héritage culturel en liaison avec le développement du tourisme: conclusions d'un groupe de cinq consultants*.

Além de Shankland, a equipe contava com mais quatro consultores: R. Curiel, G. Wright, M. Stroux e R. La Francesca, e cada um deles ficou responsável por uma parte do trabalho. O texto que foi assinado por Shankland é o *Deuxieme Partie: Urbanisme et aménagement du territoire en Iran*, no qual tratou dos aspectos relacionados à

¹⁷¹ Viana de Lima assinalou o ocorrido no relatório da sua segunda missão a Ouro Preto: “Em nosso relatório precedente, havíamos insistido sobre a necessidade de efetuar levantamentos aerofotogramétricos da cidade e do seu entorno. Por ocasião de nossa segunda missão, constatamos com pesar que esse trabalho não havia sido feito, embora a DPHAN já tenha tomado providências para a transcrição, em mapas topográficos, do mosaico fotográfico existente”. Assim, “as pesquisas arquitetônicas e socioeconômicas foram prejudicadas, pela impossibilidade de referenciar os edifícios com precisão” (VIANA DE LIMA, 1972, p.6).

¹⁷² Carta de Viana de Lima a Hardouin, de 12/12/1972 (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

¹⁷³ Correspondência (CLT. 122/24/1028) de Hiroshi Daifuku enviada a Renato Soeiro, de 26/9/1968 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

institucionalização do planejamento urbano, como a criação de órgãos e a formação de um quadro técnico profissional no país.

Ele veio duas vezes ao Brasil em missão da UNESCO. Na primeira, em 1968, passou 20 dias, de 8 a 28 de outubro de 1968, e foi ao Rio de Janeiro, que era o ponto de chegada de todos os consultores; a Salvador, a cidade para a qual seria elaborado o seu estudo; e a Brasília, um pedido seu.¹⁷⁴ Ele teve como auxiliar David Walton, que ficou no Brasil por cinco semanas. O produto dessa missão foi o relatório *Conservation de quartiers anciens et développement touristique à Salvador: Brésil - (mission) 8 au 28 octobre 1968*.

Em sua segunda missão, Shankland passou 18 dias, entre fevereiro e março de 1969. Seu roteiro incluiu o Rio de Janeiro, Salvador, Cachoeira, Belo Horizonte, Ouro Preto, Congonhas, Sabará e Parati. Dessa vez, retornou acompanhado por Mr. Morris, que não estava em missão da UNESCO, mas veio por conta do escritório de Shankland. O objetivo da nova missão era complementar os estudos sobre o Pelourinho e elaborar propostas de natureza administrativa, com foco em Salvador, Parati e Ouro Preto.¹⁷⁵ O relatório dessa missão foi incorporado ao primeiro. A Figura 11 reproduz a capa do relatório de Shankland.

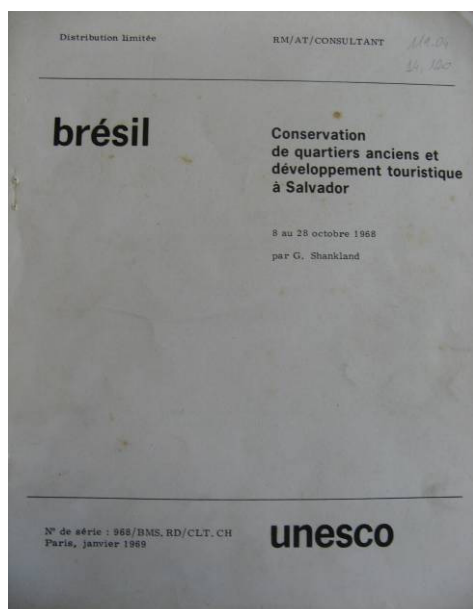


Figura 11: Capa do relatório de Shankland.
Fonte: Shankland (1968).

¹⁷⁴ Do Brasil, Shankland partiu em missão para o Peru, o que resultou no relatório *Estudios urbanísticos de Cuzco y Machu Picchu: Peru - (misión) 28 de Octubre-4 de Noviembre de 1968*.

¹⁷⁵ Segundo informação de telegrama passado a Godofredo Filho sobre a chegada de Shankland e Morris a Salvador, em 25/2/1969 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

A missão de Shankland foi organizada com antecedência e contou com a participação de Parent, que foi ao seu encontro em Londres, onde permaneceu de 15 a 22 de julho de 1968, a fim de colocá-lo a par da situação de Salvador. Foi cogitada a possibilidade de Parent voltar em missão a essa cidade em agosto do mesmo ano, para passar um mês e preparar a vinda do urbanista, retornando em novembro com o mesmo.¹⁷⁶ Embora a vinda de Parent ao Brasil em 1968 não tenha ocorrido,¹⁷⁷ ficou claro que havia uma expectativa muito grande quanto a uma proposta para a área.¹⁷⁸

Fazia parte dessa expectativa o empenho dos técnicos da DPHAN em colaborar com os consultores durante as missões e após, para tanto preparando e enviando-lhes material como, documentos, estudos, pesquisas, fotos, levantamentos, mapas e plantas. Essa colaboração ficou evidente na preparação da missão de Shankland¹⁷⁹ e após a consulta ao acervo do escritório de Viana de Lima, doado ao Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

O contexto da vinda de cada um deles é um suporte para o entendimento de suas propostas, pois as escolhas foram condicionadas pela expectativa, pelas atividades e pela movimentação que as referendaram. Dessa forma, além de trazerem e fazerem propostas, essas missões contribuíram para as discussões em andamento.

¹⁷⁶ Carta manuscrita de Michel Parent a Renato Soeiro, de 26/6/1968 e Carta (n. 106) de Renato Soeiro a Parent em 14/7/1968 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

¹⁷⁷ Em carta, Michel Parent avisou que estava muito cansado por ter tido um ano pesado, e pelos “eventos de maio e junho” na França quando havia participado de discussões sobre reformas institucionais (Carta manuscrita de Parent a Renato Soeiro, de 13/8/1968 - Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

¹⁷⁸ Em junho de 1969, o Jornal do Brasil noticiou o descontentamento do então prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães, com a espera de financiamento para as obras no Pelourinho e a iniciativa do mesmo em começar as obras e as desapropriações: “A UNESCO, segundo o relato do prefeito, prometeu cooperar com a obra, através de um crédito que seria concedido pelo BID. Entretanto, o tempo vai se passando, mais de 20 observadores já foram a Salvador, mandados pela UNESCO, e Antonio Carlos Magalhães já acha que ‘nem daqui a dez anos sai esse financiamento’. Assim sendo, resolveu começar o trabalho sem contar com a ‘tão decantada ajuda externa’: desapropriará os primeiros 70 prédios do Pelourinho, que serão vendidos logo em seguida a estabelecimentos privados para exploração comercial. Para tanto espera contar com a colaboração dos bancos que operam na Bahia. Entrevistado há poucos dias por dois jornalistas franceses em Salvador, sobre a ajuda da UNESCO ao projeto do Pelourinho, que seria transformado em bairro turístico e comercial da cidade, assim respondeu Antônio Carlos Magalhães: - Quando terminarmos a obra, o financiamento chegará (...)”. Jornal do Brasil, de 10/6/1969 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

¹⁷⁹ Antes de sua chegada, Shankland enviou uma lista de solicitações e orientações para que, na medida do possível, estivessem já encaminhadas quando ele chegasse ao país. Esse pedido se referia ao recolhimento de plantas e mapas; informações relativas às redes de água e elétrica, à estrutura e à época de construção das edificações, à taxa de ocupação dos imóveis, se possível separados por bairros; informações sobre as atividades econômicas de Salvador e da Bahia; dados populacionais; número de carros; e orçamento municipal e estadual.

Para os consultores da UNESCO, as missões também foram uma oportunidade de ampliar seu campo de trabalho. Parent, Viana de Lima e Limburg Stirum não tinham experiência em trabalhos com a Organização. No entanto, os dois primeiros tiveram suas carreiras profissionais ampliadas para o campo internacional, após as missões no Brasil.

Parent enfrentou muitas outras missões, citadas no capítulo anterior.

Viana de Lima foi um consultor constante em outras missões no Brasil, o que o credenciou para trabalhos pela Fundação Calouste Gulbenkian em países de língua portuguesa, em 1981, em Moçambique; no Brasil, Rondônia, em 1983; na Malásia, em 1984; e na Tailândia, em 1986. Foi convidado para participar como professor dos cursos de especialização em conservação ocorridos em São Paulo (1974) e no Recife (1976) (citados no capítulo 1), os quais ele não pôde aceitar.

Ele foi contratado da Fundação João Pinheiro para fazer parte da equipe que elaborou o plano de Ouro Preto e Mariana, em 1975. Também recebeu convites para integrar empresas de planejamento no Brasil, como o que foi feito pelo arquiteto Wit-Olaf-Prochink, após o contato que tiveram em São Luís, e pelo arquiteto Alfredo J. C. Ferreira, diretor da Companhia Nacional de Planejamento Integrado (CNPI). Essas parcerias não aconteceram.¹⁸⁰ Shankland também recebeu o convite de Mário Laranjeira de Mendonça, em nome da ASPLAN (assessoria em planejamento), para integrar a empresa de consultoria.

Assim, essas missões credenciavam os consultores para trabalhos de consultoria em empresas privadas, dando-lhes prestígio e, com a ampliação dos domínios das atuações profissionais, atendiam ao modelo de planejamento integrado em voga.

Os projetos prioritários para o turismo cultural no Brasil eram os que contavam com estudos e discussões necessários ao embasamento dos consultores em missão. Esses projetos representavam igualmente o desejo político e técnico local para que acontecessem e, para isso, contavam com o apoio da UNESCO, por meio de Parent e de Vrioni. Além de referendarem práticas descontínuas, os consultores da UNESCO fizeram propostas que privilegiaram a conservação, o planejamento urbano e o turismo. No tópico seguinte, serão abordadas essas propostas por cidade.

¹⁸⁰ Carta do arquiteto Alfredo J. C. Ferreira, diretor da CNPI, a Viana de Lima, de 5/4/1972: “Embora não tenhamos o prazer de conhecê-lo pessoalmente (...). [Esta carta] se relaciona com sua vinda ao Brasil, em setembro próximo, para tratar do Plano da Cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, e com uma possível vinculação que pretendemos ter com VS quanto a este trabalho” (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

5.2. Planejamento urbano, conservação e turismo

Salvador, por Shankland

A missão de Shankland tinha como objetivo colaborar “para a solução de problemas urbanísticos apresentados pela conservação dos bairros históricos de Salvador, na Bahia, no âmbito de um programa de desenvolvimento do turismo cultural” (SHANKLAND, 1968, p. 3). Essa colaboração deveria contribuir para uma série de iniciativas e ações em andamento, com diretrizes administrativas distintas das que foram apresentadas por Limburg Stirum e Viana de Lima, as quais contemplaram mais as questões físicas, tal como será visto adiante. Foi, pois, dado um maior destaque às orientações para a gestão da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPACB).

O relatório de Shankland¹⁸¹ continha uma leitura descritiva da cidade, destacando os aspectos artísticos notáveis do Pelourinho,¹⁸² que eram confrontados com a ameaça de desfiguração ou perda, tanto pelo mau uso ou falta de manutenção, quanto pelo progresso que se aproximava. Assim, foi justificado o planejamento para o turismo cultural.¹⁸³

Tratava-se de uma justificativa corrente entre os consultores dos projetos prioritários. Limburg Stirum também apresentou Parati como uma cidade decadente, que carecia de nova oportunidade para o ressurgimento de sua atividade econômica, à qual associou os ciclos econômicos do caminho do ouro e do café, seguidos pelo da cana, à pujança da cidade, e sugeriu seu planejamento para um próximo ciclo econômico, o do turismo cultural.

¹⁸¹ No sumário do relatório constam: **1. Introdução**; **2. A Bahia hoje** (Introdução; Planejamento e desenvolvimento); **3. A área a ser protegida** (Medidas tomadas até o momento; Descrição dos bairros históricos; Estratégia de conservação e de reabilitação urbanas; Problemas e possibilidades do Pelourinho; Organização Administrativa e técnica necessárias; Medidas necessárias; Medidas necessárias a longo prazo); **4. Áreas de conservação, plano de urbanização e turismo** (Introdução; Áreas de conservação e plano estratégico; O turismo e o plano estratégico); **5. O turismo no Brasil e na Bahia** (Introdução; O turismo e o plano nacional; O turismo internacional; As possibilidades turísticas e o turismo cultural; O turismo em Salvador; Tendências atuais do turismo na Bahia; conclusões); **6. Assistência técnica complementar** (Introdução; Necessidades técnicas das áreas prioritárias para o turismo cultural; Resumo das propostas apresentadas com vista a um projeto do Fundo Especial das Nações Unidas); **7. Itinerário seguido e pessoas encontradas**.

¹⁸² Pelourinho foi definido por Shankland como sendo o “nome que damos aqui para maior comodidade ao setor situado entre a praça da Sé e o convento do Carmo” e foi considerado “um dos espaços urbanos mais cativantes do mundo” (SHANKLAND, 1968, p.17,19).

¹⁸³ A ameaça de desfiguração ou perda tanto pelo mau uso ou falta de manutenção, foi apresentada ao longo da descrição e caracterização dos bairros do Pelourinho e Soledade. Esses problemas se concentravam nas “14 ilhas” situadas “Depois da Praça Anchieta e do Terreiro de Jesus”. Eram os “cômodos mal arejados e escuros, em um estado de degradação avançado e insuficientemente equipadas sob o ponto de vista de instalações sanitárias, assim como de áreas para lavar roupas, iluminação e refrigeração” (SHANKLAND, 1968, p. 17).

No entanto, diferentemente da proposta de Limburg Stirum quanto a Parati, o objetivo do turismo cultural proposto por Shankland, para Salvador, não foi o surgimento de um novo ciclo econômico para a cidade economicamente estagnada, até esquecida; foi, sim, a regência de uma série de eventos de modo a tirar o melhor proveito possível de um capital construído, tanto é que Shankland usou as discussões técnicas locais, que se referiam a um apanhado de ideias e ações para a cidade, como aporte para sua leitura, referendando-as num relatório para a UNESCO.

Shankland ressaltou a importância da “criação de uma ampla área protegida”, que englobava “a Praça da Sé, a parte do centro que lhe é adjacente, a Praça Anchieta, o Pelourinho, o Convento do Carmo, a Praça do Triunfo e o bairro da Soledade”. Essa área deveria ser estendida, como medida imediata, até a base das falésias da cidade baixa (SHANKLAND, 1968, p.31). Essa proteção deveria contemplar a área ou os limites da intervenção, para a qual propôs medidas administrativas.

Além da expansão da área da proteção, objeto das intervenções, Shankland (1968, p.19) propôs a criação de quatro áreas administrativas: a primeira seria conformada pela área total; a segunda se referia ao Pelourinho, destacada por apresentar “a maior importância cultural e o máximo de possibilidades turísticas”, que deveria receber por isso “o máximo dos recursos financeiros e técnicos disponíveis”; a terceira era a falésia, para a qual deveria ser elaborado um plano de renovação, com a criação de “um parque no declive da escarpa”, sendo designados novos usos a seus imóveis, além da integração “da circulação de pedestres e veículos entre a cidade alta e a cidade baixa”; por fim, a quarta área, referente aos bairros adjacentes à costa que deveriam ter “um plano de remodelagem”, considerando-se o alinhamento da via de contorno, o alargamento de calçadas, áreas de estacionamento, caminhos para pedestres, paradas de ônibus, dentre outros aspectos.

O relatório de Shankland foi mais descritivo do que os outros dois relacionados a Ouro Preto e Parati. Essa descrição era acompanhada pela representação das imagens como ilustrações somente, e não como propostas. Essas imagens eram desenhos a mão livre; fotos de casas, igrejas, paisagens; e dois desenhos esquemáticos: um que apresentava áreas do centro histórico, como a cidade alta, a cidade baixa e o Pelourinho; e outro, a área de expansão de Aratu em relação à cidade. Neste último constava a separação de atividades de acordo com o seu uso: a localização de indústrias, a área habitacional, a área comercial, a educacional e o centro administrativo, com a marcação de um sistema de transporte rápido.

Esse esquema, apresentado nas imagens do relatório, embora não referenciado no texto, é provavelmente de um Plano Estratégico do Centro Industrial de Aratu (CIA), de 1967.

Shankland (1968, p. 31-33) propôs medidas chamadas de “política”, que seriam recomendações gerais para que fossem elaborados estudos complementares. Sugeriu que esses estudos contemplassem: a circulação de pedestres e veículos de passeio e ônibus e estacionamento; o estabelecimento de um gabarito para as novas construções, “limitado a três andares” e que esses fossem aprovados (plantas, as modificações, as conversões e mudanças de uso) pela DPHAN, Fundação e Prefeitura; a criação de um programa sistemático de investimento e execução, de modo que o uso não ultrapassasse a capacidade de oferta de infraestrutura; a avaliação do “potencial turístico que a área protegida”, considerando-se o “caráter arquitetônico, social e cultural, assim como o custo de sua restauração nos planos social, econômico e material” e a integração desses fatores “no plano econômico inicialmente estabelecido para a cidade e a região”.

Vale destacar que o foco da missão de Shankland era somente uma área específica da cidade, e que essa, já estava sendo estudada por técnicos locais. Então, sua proposta de intervenção não era orientar a elaboração de um plano diretor e privilegiou questões administrativas e menos físicas, diferentemente do que fizeram os outros dois consultores para os projetos prioritários. Tanto é que a UNESCO, ao enviar o relatório aprovado de Shankland ao Brasil, destacou como seus aspectos relevantes as recomendações sobre medidas administrativas, legislativas e técnicas propostas.¹⁸⁴

Ele não abordou a história da arquitetura, da construção, do estilo e do detalhe construtivo, nem relacionou o monumento com o contexto de sua construção. Também não ficou marcada sua predileção pelo estilo, nem pela homogeneidade do conjunto edificado. No entanto, criticou exemplos de intervenções mal sucedidas, próximas aos “monumentos da arquitetura barroca portuguesa”, como os “enormes prédios sem estilo, espalhados sem qualquer planejamento urbanístico e concebidos sem respeitar a qualidade dos imóveis que deveriam substituir ou do local onde viriam a se inserir”. E afirmou que “no plano arquitetônico, o século XX foi um desastre para a Bahia” (SHANKLAND, 1968, p. 7).

¹⁸⁴ Correspondência oficial de Malcolm S. Adiseshiah, em nome da UNESCO, a José Magalhães Pinto, Ministro dos Assuntos Culturais, de 21/5/1969; e Correspondência oficial (proc. N. 249 815/69 – MEC), enviada por Soeiro a José Magalhães Pinto, de 29/9/1969 (BMS – REPORTS DIVISION TA - CONSULTANT 1968 - BRAZIL – G. SHANKLAND – CONSERVATION DE QUARTIERS ANCIENS ET DÉVELOPPMENT TOURISTIQUE AO SAO SALVADOR DE TODOS – ARQUIVO DA UNESCO EM PARIS).

Desse modo, corroborou a posição de Parent sobre o assunto, ao reconhecer que uma ampla área de proteção poderia incluir “inevitavelmente, algumas construções recentes lamentáveis”, que poderiam ser substituídas por novas estruturas. Essas novas construções estabeleceriam “um elo, ou pelo menos uma composição conscientemente definida, com o relevo da paisagem e o movimento tão visível da cidade antiga”, pois, concordava que a paisagem comportasse “notas arquitetônicas novas, desde que de qualidade” (PARENT, 1968, p. 56).

Essa distinção entre uma boa e uma má arquitetura, inclusive com a sugestão de demolição de edifícios ou áreas construídas, era um ponto convergente nas propostas de Parent, Shankland, Limburg Stirum e Viana de Lima. Estes dois últimos com maior intensidade, tal como será tratado mais adiante.

O turismo cultural foi apresentado por Shankland (1968, p. 3) como um alento para a perda iminente de bens culturais devido a substituição ou falta de manutenção, num contexto de descompasso entre o crescimento populacional e a infraestrutura urbana. A questão social teve um peso maior em suas considerações, o que foi pouco explorado pelos consultores em Parati e Ouro Preto, já que a intenção anunciada, e em andamento, era a de remover a população do Pelourinho, considerada em situação de degradação física, social e moral.¹⁸⁵

A perspectiva era de que, até 1973, o Pelourinho fosse “um centro de atração turística” e que “quase toda a população fosse transferida para residências fornecidas pelo Banco Nacional de Habitação”.¹⁸⁶ Essa mudança no perfil da ocupação do Pelourinho, desejada por políticos e técnicos locais e referendada pelos consultores da UNESCO, foi o tema de uma matéria do Jornal do Brasil, em 13/6/1969, na qual o “novo” Pelourinho foi chamado de “arquitetura do turismo”, tal como apresenta a Figura 12.

A relação das propostas e diretrizes com a valorização dos bens culturais, por meio de uma operação imobiliária, foi tratada de modo direto e explícito por Shankland.

As sugestões e a programação para a valorização de terrenos foram destaque no relatório de Shankland e aconteceriam por meio de uma operação imobiliária no Pelourinho.

¹⁸⁵ Para o esclarecimento dessa degradação, contante no discurso sobre o Pelourinho, ver o vídeo do artista plástico e fotógrafo Miguel Rio Branco, *Nada levarei quando morrer aqueles que mim deve cobrarei no inferno*, de 1979-1981. Disponível em: <http://www.miguelriobranco.com.br/portu/cine.asp>. Acesso: 1 ago 2012.

¹⁸⁶ CORREIO DO IBEC, 1969, p. 8 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

Os terrenos eram “avaliados entre 50 e 60 cruzeiros novos por metro quadrado [valores não corrigidos], e os preços mais elevados [eram] alcançados por aqueles mais próximos ao centro da cidade e por grupos de imóveis em bom estado”. Esperava-se, desse modo, uma valorização de 20% dos imóveis, após as restaurações, “no mínimo” (SHANKLAND, 1968, p.26).



Figura 12: A expectativa de mudança social e moral do Pelourinho, representados na imagem e no título da matéria de jornal.

Fonte: Jornal do Brasil, de 13/6/1969 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

Shankland (1968, p. 33) também sugeriu “integrar ao plano global” da cidade as ideias de “conversão dos imóveis existentes e sua destinação a usos diferentes”, como a transformação do “convento do Carmo e o grupo de imóveis adjacentes que se projetam sobre a baía em hotéis que usufruiriam de uma localização e de características particularmente atraentes e originais”.

Quanto ao turismo, Shankland (1968, p. 35-36) citou como “trunfos”, “além dos bairros históricos, a paisagem urbana em seu conjunto, as praias,¹⁸⁷ o Mercado Modelo¹⁸⁸ e

¹⁸⁷ As praias também estavam “ameaçadas pelo desenvolvimento”, como “as ‘melhorias’ viárias, as novas construções muito próximas à praia, a onipresença anárquica da publicidade e os esgotos despejados nas proximidades do mar são elementos”. Assim, Shankland sugeriu a elaboração de “um plano diretor para a

o porto”. Ele deu destaque à “indústria turística”, considerada ainda incipiente, pois não estava organizada, nem dispunha de financiamento específico. Afirmou que, na prática, era “a Divisão de Relações Públicas do Ministério das Relações Exteriores que estimula[va até então] o turismo internacional”, que havia, inclusive, publicado “o único guia turístico que existe em inglês sobre a Bahia”.

Sobre os serviços relacionados ao turismo, ele apontou a rede hoteleira da cidade, que contava com seis hotéis, num total de 510 quartos, e concluiu que eram caros e que as viagens à cidade eram “dispendiosas e difíceis”. Para “estender o turismo ao longo do ano”, deveriam ser elaboradas “campanhas coordenadas de propaganda turística no Brasil e no exterior” (SHANKLAND, 1968, p.39).

Para além da arquitetura, parte da cultura tradicional de Salvador foi citada, embora pouco ou nada relacionada a suas propostas: o candomblé, a capoeira, “balé folclórico de ritmo endiabrado”, as músicas de ambos, a culinária, os “trajes tradicionais africanos” usados pelas mulheres que vendiam nas ruas os pratos típicos (SHANKLAND, 1968, p.9).

Quanto à previsão de investimento, apresentou sugestões para que a “elaboração racional e ordenada de um planejamento financeiro” não fosse rígida ou fechada. No entanto, não fez estimativa de custos, nem comentou as estimativas elaboradas por Parent, reforçando mais a preocupação com os limites da intervenção. Os recursos financeiros já estabelecidos para algumas ações em andamento foram pontuados em seu relatório, como a constante do estudo elaborado pelos professores Simas e Rebouças, que foi apresentado à OEA de modo a tentar obter financiamento para as primeiras intervenções, no qual era previsto um investimento total de 10 milhões e setecentos mil dólares (montante não atualizado) (SHANKLAND, 1968, p.25).

Apesar da expectativa e do suporte que teve a missão de Shankland, seu relatório não empolgou os técnicos locais. O arquiteto Paulo Ormino Azevedo, que acompanhou Parent juntamente com Godofredo Filho em sua passagem por Salvador, comentou sua

valorização dessa faixa costeira”, no qual deveriam ser delimitados “os setores a serem conservados”, os “locais para a construção de hotéis, clubes e outros elementos turísticos” e, definidas as áreas de “vocação residencial”, onde seriam estipuladas as densidades construtivas. Nesse plano também deveria ser prevista “uma rede viária afastada das praias, assim como a urbanização da paisagem costeira” (SHANKLAND, 1968, p.33-34).

¹⁸⁸ “O Mercado Modelo, com seus bares e lojas e seu pequeno porto, onde circulam mercadorias, é ao mesmo tempo um mercado, centro de vida social e atração turística” (SHANKLAND, 1968, p. 34).

impressão sobre o referido relatório: “Tive a oportunidade de ver o relatório de Shankland que me pareceu muito aquém do de M. Parent, embora posterior”.¹⁸⁹

Em 1970, Viana de Lima, em sua segunda missão ao Brasil, passou quatro dias em Salvador e elaborou um breve relatório acompanhado de uma planta, o *Rapport sur le developpement du plan de recuperation de la zone du “Pelourinho” dans la ville de S. Salvador*. Nele, dividiu a área de intervenção em três polos de atração: a zona da Praça 15 de Novembro, a do Largo do Pelourinho e a do Largo do Carmo. Destacou os monumentos e sugeriu um possível circuito turístico para cada zona. Reforçou a preocupação com o problema viário, com o fornecimento de serviços básicos e com o uso e a ocupação “de baixa qualidade” de algumas edificações, para as quais sugeriu, também, a desapropriação.

Shankland ficou em desvantagem quanto ao tempo para a realização do trabalho e as condições para a elaboração do relatório, já que Limburg Stirum havia morado em Parati e elaborado anteriormente um estudo urbanístico para a cidade, enquanto Viana de Lima passou dois meses em sua primeira missão à cidade e tinha um compromisso adicional com a DPHAN para a elaboração de um plano urbanístico. Mesmo assim, embora não divergentes, os relatórios continham objetivos distintos para atender, de forma distinta, ao turismo cultural.

Parati, por Limburg Stirum

A missão de Limburg Stirum em Parati tinha por objetivo “estudar a preservação de Parati com vista à sua integração em um plano nacional de desenvolvimento turístico” (LIMBURG STIRUM, 1968, p.3).

No relatório de Limburg Stirum,¹⁹⁰ foi ressaltado o caráter vegetativo da cidade “esquecida” desde o final do século XIX, mas que, “após um século de abandono, continua

¹⁸⁹ Carta manuscrita de Paulo Ormino Azevedo enviada a Renato Soeiro, de 16/12/1969 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/UNESCO: AA01/M066/P06/ Cx.0071/ P.0221).

¹⁹⁰ O relatório está dividido em: **Introdução**; **Parte I** – Generalidades sobre Parati (subdivididas nas partes: Parati no contexto de sua região, Parati e sua história, Parati e seu ambiente natural, Descrição da cidade, Parati e Angra dos Reis, Parati - Monumento Nacional, Plano Diretor de Parati); **Parte II** – Parati e sua floresta (Subdivididas nas partes: O lugar da floresta de Parati na vegetação brasileira, Descrição da floresta de Parati, O papel da floresta de Parati, As ameaças que pesam sobre a floresta de Parati, Conseqüências da destruição, Medidas para combater a destruição da floresta de Parati); **Parte III** - A Parati contemporânea (Subdivididas nas partes: Legislação em favor de Parati, Legislação geral, Legislação específica, Propostas para um programa e seu financiamento, Agricultura e florestas, A nova cidade, Infra-estrutura, Centro histórico, Monumento nacional, Recapitulação, Turismo, Artesanato, Folclore, Festas religiosas, Indústrias, Rentabilidade, Expansão de Parati); Resumo e conclusões; e Anexos I, II, III (respectivamente: Decreto n. 58.077 de 24 de março de 1966; Hotéis em Parati; e o texto O futuro do litoral norte, de Francisco Matarazzo Sobrinho).

bela”. Ele justificou esse caráter após citar a atualidade de “duas plantas antigas conservadas na Biblioteca Nacional do Rio” e a descrição de um viajante do século XIX que fazia referência à cidade como uma “vila de ruas direitas que se cruzam em ângulo reto”. Como consequência “positiva” de seu “abandono”, a cidade “quase morta” “permaneceu intacta” (LIMBURG STIRUM, 1968, p. 11-13, 18).

A leitura de que a cidade era um tesouro perdido a ser revelado estava em sintonia com a que foi feita por Parent e com a matéria do jornal *O Fluminense*, de janeiro de 1971. Parent (1968, p. 39) destacou que seu “afastamento das correntes comerciais” havia salvado a cidade, deixando-a “praticamente intacta”. Em *O Fluminense*, a cidade já havia dormido “um sono de três séculos guardando em seu seio um grande tesouro que o mundo vai conhecer muito brevemente”.¹⁹¹

Limburg Stirum fez uma descrição do conjunto edificado, das arquiteturas civil e religiosa, dos materiais das construções, das formas, das ocupações dos lotes e das ruas. Destacou a arquitetura religiosa, na qual as quatro igrejas da cidade estavam voltadas para o mar: a Igreja de Santa Rita, a de Nossa Senhora do Rosário, a de Nossa Senhora dos Remédios e a Matriz de Nossa Senhora das Dores, que marcavam o quadrilátero e conformavam o centro histórico de Parati (Figura 13).

Ele destacou que a peculiaridade da cidade estava em seu estilo “simples e de boa qualidade” e de decoração despojada. Ressaltou com veemência a importância da floresta que circundava Parati, para além de uma moldura ou de um cenário para o turismo. Ela seria “a fonte de toda a vida de Parati e caso ela desaparecesse, a cidade, por sua vez, desapareceria no sentido próprio da palavra”. Essa ideia é reforçada em seu texto pela repetição, mesmo se se considera que boa parte do que escreveu sobre o assunto foi suprimido pela UNESCO.

Assim, o autor apresentou somente parte do estudo que havia feito anteriormente, com a justificativa de que “esse plano foi divulgado pela imprensa e pela revista *Arquitetura*” (LIMBURG STIRUM, 1968, p. 3), abordando apenas seus aspectos gerais.

Sua proposta era a de que o centro histórico fosse envolvido por um “cinturão verde”, que o protegeria e o separaria de “uma nova cidade” (LIMBURG STIRUM, 1968, p. 18). Parent (1968, p. 41) também separou suas propostas em “categorias correspondentes a

¹⁹¹ *O Fluminense*, de 8/1/1971 – *Phan planeja a nova Parati* (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro-Assuntos Internacionais/UNESCO:AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0191).

áreas concêntricas sucessivas a partir da antiga cidade de Parati”. Elas coincidiam com as áreas propostas por Limburg Stirum, apesar de os limites que separavam essas áreas não serem bem definidos por nenhum dos dois.

Limburg Stirum não apresentou diretrizes ou propostas para o centro histórico, além da sugestão de que a proteção se estendesse a um raio de cinco quilômetros, o que já estava estipulado no Decreto n. 58.077, de 24 de março de 1966.¹⁹²

Diferentemente dele, Parent fez algumas recomendações para a área correspondente ao centro histórico. Sugeriu a restauração das igrejas, embora não tenha especificado quais; a restauração de ruas, conservando a pavimentação antiga; a instalação subterrânea da rede de distribuição elétrica e a realização de toda a infraestrutura urbana; o agrupamento coletivo das antenas de televisão e a gestão portuária, que não foi especificada. Sugeriu uma política de aquisição ou de expropriação de casas antigas ameaçadas de ruir, a fim de serem restauradas e revendidas, e os lotes ainda livres em seu interior deveriam ser “reservados de preferência para jardins, dependências das instalações hoteleiras e para a infraestrutura pública necessária” (PARENT, 1968, p.41).

Pode-se afirmar que a proteção do centro histórico, já assegurada por lei, seria ampliada com a criação de um cinturão verde, com o controle das novas construções e, também, por meio da aquisição de imóveis em operações que previam a valorização dos mesmos, tal como feito em Salvador. Na Figura 13, três representações do centro histórico de Parati por Limburg Stirum.

O isolamento do centro histórico proposto por Limburg Stirum, tal como está em destaque na Figura 14, foi ressaltada e reforçada ainda mais pelo consultor da UNESCO Perrin, quando de sua visita à cidade, em 1972: “Parati é para ser vista, não para ser habitada. Só há um meio de evitar que aconteça com ela o que aconteceu com Ouro Preto, em Minas, e com Saint Tropez, na França: é isolá-la, para impedir a invasão da área urbana”.¹⁹³

¹⁹² Segundo o decreto, o centro desse raio seria o ponto de interseção dos eixos da Praça Monsenhor Hélio e da Rua Marechal Santos Dias.

¹⁹³ Matéria de *O Globo*, de 20/3/1972, *Uma cidade só para ser vista – Urbanistas da UNESCO querem isolar Parati* (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO:AA01/M066/P05/Cx.0059/ P.0191).

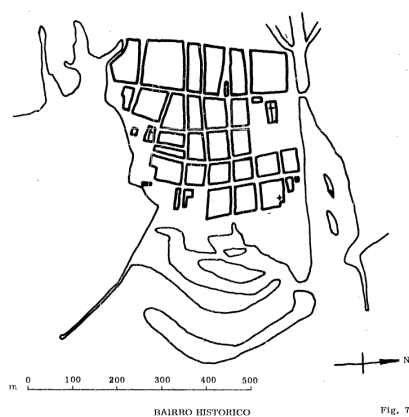


Fig. 7

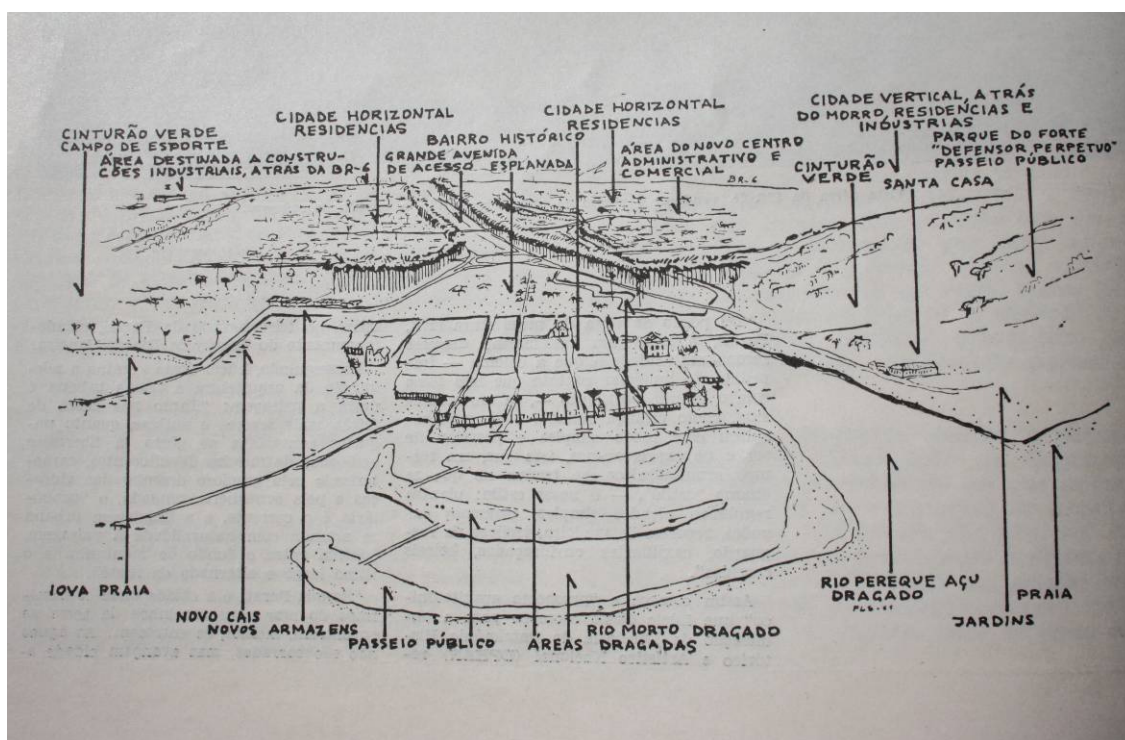


Figura 13: Representações do centro histórico de Parati.

Fontes: Limburg Stirum (1968a); Batista (1966).

A separação da parte antiga e da moderna da cidade reforçou a ideia de homogeneidade e de pureza de estilos e de formas e, foi adotada, igualmente, por Viana de Lima, em sua proposta para Ouro Preto, a ser tratada mais adiante. Era uma proposta contrária ao entendimento da cidade sobreposta de temporalidades e rica em variações de estilos e tipos, chamada por Sant'Anna (1995) de cidade documento.

A área verde que separaria o centro histórico da área de expansão da cidade seria dividida em duas: a área *non aedificandi* e área verde de lazer, sendo a primeira de 46 há, e a segunda, de 90 ha. A área total, de largura mínima de 300 m, seria cortada por vias de ligação entre "a cidade antiga à cidade nova" (LIMBURG STIRUM, 1968, p.19). A área de lazer

funcionaria também como um parque, lugar de recreio e passeio público, para o qual foram previstas construções, como hotéis e restaurantes, instalações esportivas e centros de cultura, que poderiam ser um instituto da banana, de pesquisas florestais ou de folclore (BATISTA, 4/1966, p.10-11).

Na área que corresponderia ao cinturão verde, havia algumas “casas ‘modernas’”, que deveriam “desaparecer” gradativamente (LIMBURG STIRUM, 1968, p.19), tal como mostra a Figura 14. A ideia era que se formasse uma esplanada na entrada do centro histórico, liberando uma grande área e criando, assim, um efeito cênico para os que chegassem à cidade por terra. Essa esplanada se constituiria numa interrupção do cinturão verde e teria o formato de um losango. Sobre as construções condenadas por Limburg Stirum, Batista (1966, p. 12) afirmou: “a municipalidade facilitará a ida dos atuais moradores nesta faixa, proporcionando a troca ou a venda de terrenos nos novos bairros”, e não mais seriam “concedidas licenças para construção nesta área”, nem permitidas restaurações e reformas.

Da proposta constava também a preocupação com a visibilidade do núcleo tradicional e com a integridade do “cenário” urbano para quem chegasse por mar. Para proteger essa perspectiva do centro histórico, a “cidade nova” proposta foi dividida em cidade horizontal e cidade vertical.

Essas duas “cidades” ou áreas foram pensadas para que o gabarito máximo das respectivas edificações fosse fixado de modo a não interferir na visibilidade do centro histórico. Para Limburg Stirum (1968, p.19), “o viajante que se aproxima da baía de Parati veria à esquerda a cidade antiga e à direita, a cidade vertical moderna e, separando as duas, no centro, a colina”, tal como está representado na Figura 15. Dessa forma, na área horizontal, “as construções não poder[iam] ultrapassar a altura dos prédios do centro histórico”, e na área vertical, “que se encontra atrás do morro do Forte, os arranha-céus s[er]iam permitidos até a altura máxima da colina [de 59 metros].”

Para completar o zoneamento, Limburg Stirum (1968, p.20) previu uma zona industrial “fora da cidade, depois da BR 101”, área na qual já existia “uma fábrica para o processamento de bananas, cuja torre domina a cidade.”

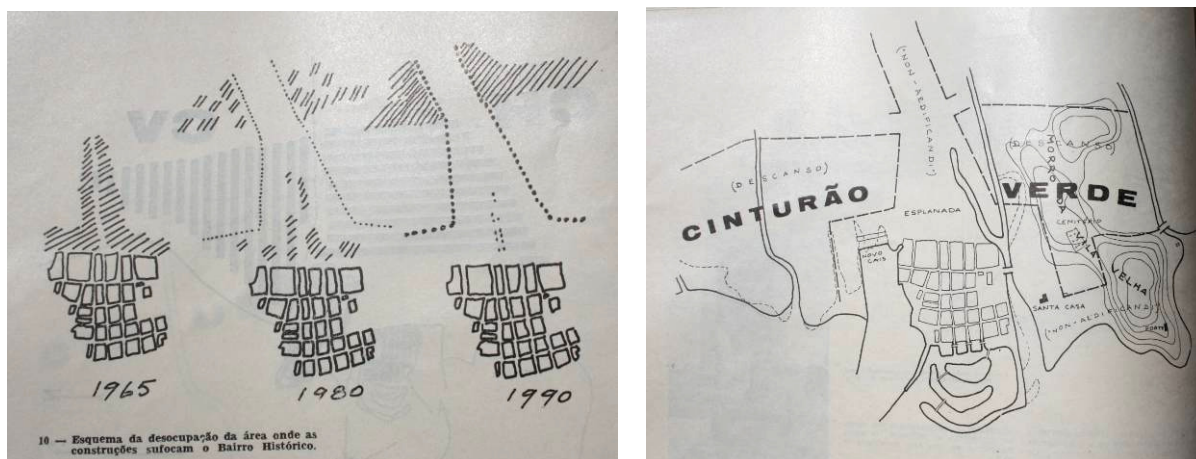


Figura 14: Esplanada de acesso ao centro histórico de Parati, prevista por Limburg Stirum, em área a ser desocupada gradativamente por construções existentes.
 Fonte: Batista (1966).

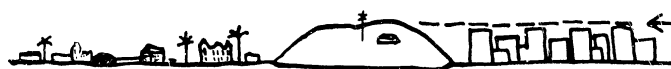
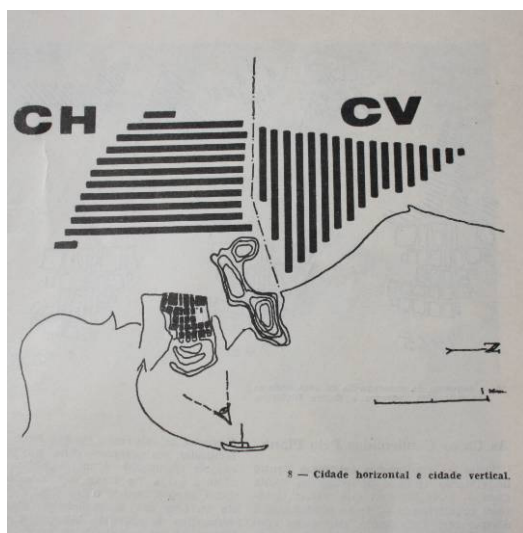


Fig. 15

Figura 15: Previsão para a expansão da cidade em: área horizontal (CH) e área vertical (CV), com relação ao núcleo existente e a indicação de gabarito máximo, seguindo o alinhamento do morro.
 Fontes: Limburg Stirum (1968a); Batista (1966).

As atividades relacionadas com os atrativos turísticos para além das edificações e paisagens foram o artesanato, o folclore e as festas religiosas. O artesanato, apesar de estar “um tanto abandonado”, poderia ser explorado por meio da “cestaria”, “proveniente de Independência, onde moram 20 famílias negras descendentes de escravos”, que poderia se tornar “um lugar de sonho para um centro de produção artesanal, a exemplo da Fundação Espírito Santo, em Portugal.” O folclore foi citado como “rico”, mas uma atividade que estava “desaparecendo”. Foram citadas danças, como a “canoa”, a “ciranda”, a “cana verde”, o “caranguejo” e o “felipe”. A representação da paixão de Cristo foi lembrada como

festa religiosa, a qual poderia ser encenada na Sexta-Feira Santa, tal como era feito em Ouro Preto (LIMBURG STIRUM, 1968, p.40).

Para essas atividades, não foi previsto, no orçamento, nenhum incentivo que visasse a estimulá-las, organizá-las, ou seja, elas foram citadas no final do relatório sem que houvesse uma tentativa de integrá-las ao planejamento proposto.

Suas “propostas para um programa e seu financiamento” previam um total de NCR\$ 114.240.000,00, o equivalente a US\$ 35.700.000,00 em valores não corrigidos, divididos em primeira e segunda urgência, segundo os itens: infraestrutura, nova cidade, agricultura e florestas, centro histórico e regulamentação de Parati como monumento nacional.

Desse montante, a maior parcela seria destinada à infraestrutura, 64,1%, embora o tema fosse contemplado também na previsão dos outros itens. Para a infraestrutura, estava prevista a construção de um trecho da estrada Angra dos Reis – Parati, o estudo para a construção de um novo reservatório de água e um investimento em equipamentos de navegação. O item relativo à criação da “nova cidade”, ao qual seria destinado 8,34%, previa o projeto dessa cidade, a construção de acessos, pontes, a dragagem do rio, a limpeza e o aplainamento de terrenos, a construção de casas, desapropriações e infraestrutura geral.

Seriam destinados à agricultura e floresta 18,79%, para equipamentos, contratação de pessoal, instalação de um centro agroflorestal e manutenção e apoio ao reflorestamento.

O centro histórico contaria somente com 8,59% do montante, destinados à limpeza de rios, restauração de igrejas e de prédios públicos, hotéis e casas particulares, construção de um novo cais e melhoria de serviços, como esgoto e eletricidade. As despesas administrativas referentes à implementação da regulamentação de Parati como monumento nacional correspondiam a menos de 1% dos investimentos previstos, 0,17%. Portanto, somando os dois itens citados neste parágrafo, o investimento ainda seria menor do que o destinado à floresta e à agricultura, cuja importância foi justificada por ser imprescindível à manutenção da cidade como cenário, bem como para os que da terra tiravam o sustento.

Embora ele tenha se referido aos hotéis da cidade,¹⁹⁴ Parent (1968, p. 44) foi além no quesito ao desaconselhar “formalmente para Parati a construção de hotéis novos”, que esses deveriam ser instalados em casas abandonadas, devidamente adaptadas,

¹⁹⁴ Parati tinha 11 hotéis, sendo que mais 2 estavam em construção, e um total de 242 leitos disponíveis, além de um que estava sendo construído “por intermédio da FLUMITUR (seu órgão de turismo)” (LIMBURG STIRUM, 1968, p. 39).

resguardando-se “as paredes externas” que “pertencem à decoração e à estrutura da cidade antiga”. Sugeriu que fossem concedidos empréstimos para essa finalidade, desde que submetidos às exigências da DPHAN.

Limburg Stirum (1968, p.42) previu que era “preciso pensar desde logo na urbanização de todo o litoral Rio-Santos”, o que já estava em discussão desde que o prefeito de Ubatuba, Francisco Matarazzo Sobrinho, propôs, em 1964, a criação de centros turísticos na área.

Vale destacar que não foram relacionados custos para promoção de atividades culturais associadas a animação, festas e eventos e artesanato, nem com publicidade e divulgação do sítio. Limburg Stirum (1968, p.39) definiu, portanto, o turismo como “o resultado bem-sucedido dos esforços realizados para tornar facilmente acessíveis aos viajantes as riquezas de um país.” Nessa definição ficou clara a importância e a prevalência do papel da infraestrutura para o turismo, mas também revela uma distância da proposta de Parent quanto à associação da cidade de arte com as festas, como um potencial a ser explorado no planejamento do turismo cultural.

Após sua missão, a movimentação em torno de novas propostas para a cidade teve continuidade. Em 1972, foi elaborado o *Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Parati*, pelo Consórcio Nacional de Planejamento Integrado (CNPI) - IPHAN/ Ministério da Educação e Cultura, coordenado por Paulo Saboia.¹⁹⁵ Foram realizadas outras missões da UNESCO, como a passagem dos urbanistas Shankland, em 1969, e Perrin, em 1972.

Shankland fez uma breve referência a Parati, sem comentar as propostas de Limburg Stirum.¹⁹⁶ Já Perrin (1972, p. 8, 54) se referiu ao relatório do arquiteto belga, destacando sua proposta de separar Parati em duas cidades - uma antiga, que deveria ser restaurada, e outra nova, que deveria respeitar a escala da outra - como “original”. Citou o estudo elaborado pelo CNPI, considerando-o um modelo no gênero, e afirmou, também, que o projeto de proteção e valorização de Parati deveria estar inserido no planejamento do

¹⁹⁵ No plano, foi prevista a proibição do tráfego de caminhões e a restauração da declividade das ruas para o escoamento das águas da maré. Segundo Perrin, ele deveria ser executado quando fosse criada a Fundação de Parati pelo governo estadual, “para financiar atividades técnico-culturais e preservar a cidade” (O Globo, de 20/3/1972, *Uma cidade só para ser vista – Urbanistas da UNESCO querem isolar Parati* (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO:AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0191).

¹⁹⁶ Shankland sugeriu que fosse elaborado “um plano estrutural global para toda a zona costeira entre o Rio e Santos”, no qual deveria conter um detalhamento e um controle da expansão da cidade, tendo como exemplo o “projeto francês para a costa mediterrânea do Languedoc e do Roussillon” (SHANKLAND, 1968, p. 41-42).

desenvolvimento da região. Sugeriu, ainda, que a nova cidade fosse construída mais distante da antiga do que o previsto por Limburg Stirum, por apresentar menor risco, dado que essa poderia interferir na escala dos edifícios antigos. Abaixo, reprodução do material do jornal *O Globo*, na qual a proteção do centro histórico de Parati foi destacada pelo isolamento que poderia provocar e fazer dessa cidade “uma cidade só para ser vista”, um museu dela mesma.



Figura 16: Crítica à proposta de proteção do centro histórico de Parati feita pelos consultores da UNESCO.

Fonte: *O Globo*, de 20/3/1972 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO:AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0191).

Ouro Preto, por Viana de Lima

Na primeira missão de Viana de Lima a Ouro Preto, foram analisadas “as causas da degradação progressiva da cidade” e feitas “recomendações que poderiam servir de base para o estabelecimento de um programa de preservação e de valorização”. Na segunda missão, quando passou somente uma semana na cidade, as recomendações do primeiro relatório foram avaliadas, desenvolvidas e reforçadas (VIANA DE LIMA, 1972, p.2).

Nos relatórios de suas missões, publicados em 1970¹⁹⁷ e em 1972,¹⁹⁸ foi destacada a “encruzilhada” entre a perda iminente e a tomada de decisões para a proteção do acervo arquitetônico, como pode ser verificado na citação a seguir:

Esta cidade monumento está de facto condenada a uma morte certa se não forem tomadas medidas de restrição da propaganda comercial, de salvaguarda contra a ânsia do modernismo e não de modernidade; pelo desenvolvimento industrial da Saramenha, caso este não seja devidamente orientado; pela localização da nova Escola de Minas se não for o seu programa revisto e integrado num plano de conjunto (núcleo universitário); pela descontrolada construção habitacional, por um trânsito e estacionamento automóvel desordenado e por um tipo de sinalização inadequado ao meio. É preciso defender o seu conjunto urbano, único no país, os seus monumentos, a sua paisagem, mas é preciso também dar-lhe uma nova juventude (VIANA DE LIMA, 1970, p.3).

Ouro Preto, segundo Viana de Lima, devia “sua existência ao ouro” e continuava “riquíssima, não de ouro apenas, mas de patrimônio”. O abandono do qual “foi vítima” foi visto como um benefício, “pois permitiu conservar, quase intacto, todo o seu imenso caráter” (VIANA DE LIMA, 1970, p.14, 15).

Esse argumento de identificação do bem cultural/patrimônio como um recurso, tal como um minério, que foi salvo por estar perdido, esquecido ou inexplorado, mas que, após descoberto, poderia gerar um novo ciclo econômico proveniente do turismo cultural, foi recorrente entre os consultores. Ele também destacou a perda iminente desse recurso se não fosse feita uma intervenção planejada de sua exploração e uso.

A proposta de Viana de Lima contemplava, de forma geral, toda a cidade, sendo que o detalhamento maior teve como foco o núcleo urbano, tendo como destaques também o traçado de um sistema viário e a proposta de uma “cidade satélite”, a ser construída a seu lado. A proposta previa a proteção e a “defesa do núcleo urbano e do seu enquadramento paisagístico”, bem como o deslocamento de sua expansão “para fora da área urbana”, separada dessa por uma área verde, que teria também o papel de “evitar o escorregamento de terras”, e por uma área *non aedificandi* (VIANA DE LIMA, 1970, p.7 e 15).

O núcleo urbano foi dividido por Viana de Lima em outras três áreas ou núcleos, segundo os tipos de intervenção que poderiam sofrer: no primeiro, seriam permitidas novas

¹⁹⁷ O primeiro relatório foi estruturado em três partes: a primeira, *Origens, desenvolvimento e declínio da cidade*; a segunda, *Sugestões para a renovação e valorização* – dividida em preâmbulo, inquérito, propostas, zonas de desenvolvimento e igrejas, e a terceira, referente aos agradecimentos e bibliografia.

¹⁹⁸ O segundo relatório foi estruturado em: Introdução; I- Coordenação; II-Pesquisas; III- Levantamentos; IV- Áreas verdes; V- Via periférica panorâmica; VI- Imóveis – restauração, conservação e utilização; VII- Rede de ruas; VIII- Circulação; IX- Redes de abastecimento de água potável, esgotos, eletricidade e telefone; X- Expansão – Plano Diretor; Conclusão e agradecimentos.

construções, “pela utilidade de preencher falhas nos quarteirões, obtendo-se um melhor enquadramento na composição urbana”; no segundo, as construções deveriam ser recuperadas, e no terceiro, chamado de degradado, as edificações deveriam ser demolidas (ver Figura 17). Os núcleos degradados seriam os de “expansão caótica ou uma construção indisciplinada [que] provoca[riam] a destruição da paisagem e do caráter da cidade”, com destaque para o núcleo do Gambá, no Morro do Cruzeiro, as construções na ladeira de Santa Efigênia e as zonas da Capela do Padre Faria (VIANA DE LIMA, 1970, p.6, 7).

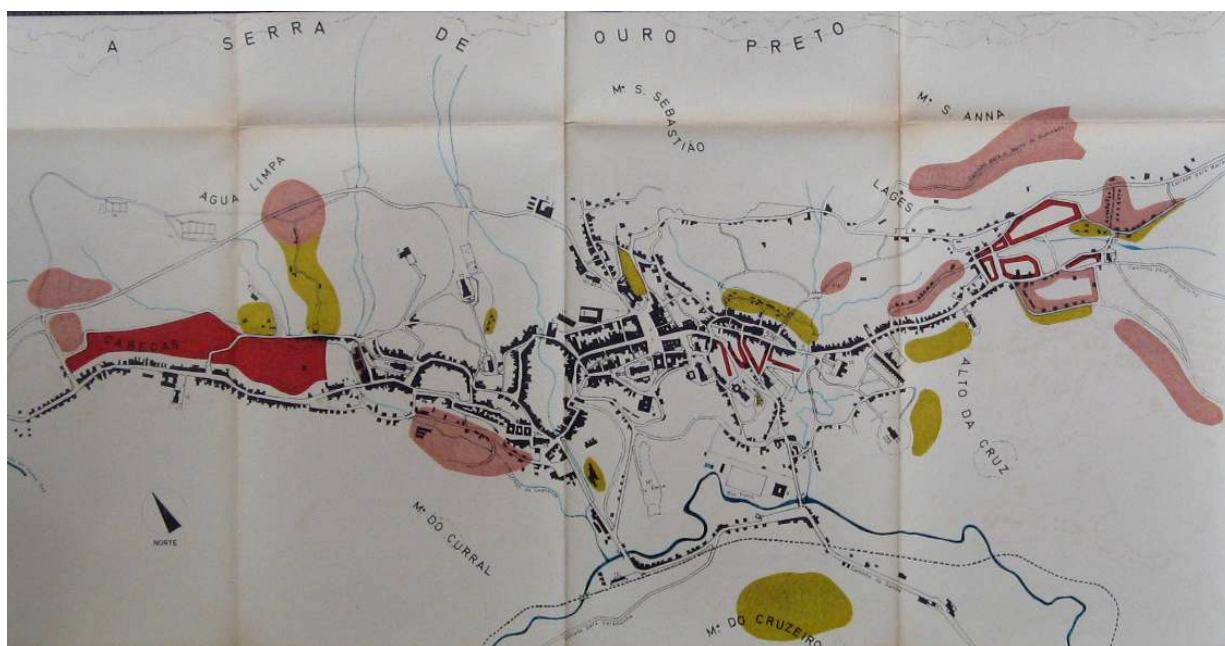


Figura 17: Planta do núcleo urbano, com indicações de áreas a construir (em vermelho), a recuperar (em rosa) e a demolir (em amarelo).

Fonte: Viana de Lima (1970).

Essas intervenções deveriam ser coordenadas pela DPHAN, que fixaria regras, como gabaritos, materiais a serem empregados e, “principalmente as cores a usar”. No entanto, essas medidas ainda careciam de um “levantamento total dos conjuntos habitacionais”. Vale destacar que “as construções desfigurantes” poderiam igualmente sofrer disfarces “com vegetação alta e colocação de janelas falsas” (VIANA DE LIMA, 1970, p.2).¹⁹⁹

Tendo em vista essa proposta de complementação, recuperação e limpeza dos conjuntos edificados, o autor privilegiou as perspectivas e a composição visual de cenários. Para reforçar tal ideia em sua proposta, Viana de Lima usou como recurso a pintura de fotografias para assinalar núcleos, edificações, ou mesmo detalhes construtivos dissonantes

¹⁹⁹ UNESCO que fazer cidade nova para salvar Vila Rica – O Globo, 19/11/1968 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

que deveriam ser eliminados (ver Figura 18). Esse recurso também foi utilizado por ele em propostas para São Luís e Alcântara, provavelmente para suprir as deficiências de informações, de levantamentos arquitetônicos e estudos. Vale destacar que esse recurso não foi utilizado em outros planos e projetos urbanos do autor em Portugal.

A proteção e a valorização da homogeneidade de um conjunto unificado, que talvez nunca tivesse existido, faz lembrar as discussões de Viollet le Duc (2000) em outro contexto e tempo, embora seja provável que essa relação não fosse intencional.

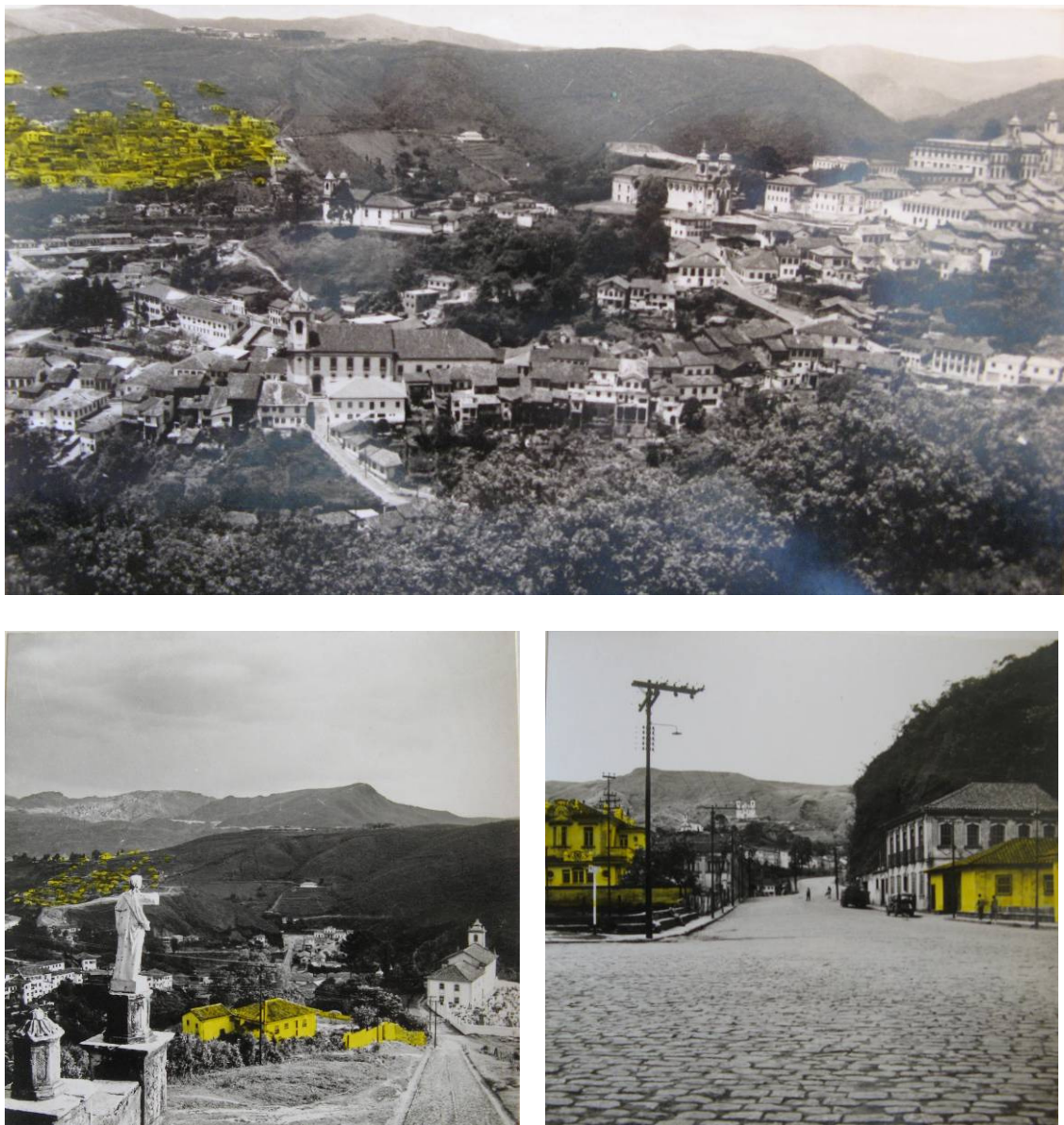


Figura 18: Imagens pintadas em amarelo de modo a destacar edificações, áreas ou detalhes a serem eliminados por destoarem do conjunto.

Fonte: Viana de Lima (1970).

Sua concepção de ambiente ou cenário a ser esteticamente saneado enunciava sua preocupação com o que chamou de “nível arquitetônico” das construções (VIANA DE LIMA, 1970, p. 1). Ela ressalta o papel do arquiteto como interventor, bem como o caráter seletivo para a aproximação de uma arquitetura ideal, de destaque para as questões artísticas, em relação às históricas e às sociais, contra edificações insalubres ou em áreas de risco. Mesmo sendo o consultor mais enfático quanto a essa questão, sua postura não destoava da de seus colegas, que manifestaram opinião semelhante e também propuseram demolições.

Viana de Lima julgou igualmente aconselhável a demolição de áreas e prédios em seu plano para Valença do Minho (1962). Além das ruínas, as edificações a serem demolidas eram as que destoavam do conjunto arquitetônico em que estavam inseridas, as que prejudicavam a vista de panoramas da cidade e as que deveriam liberar o terreno para que esse fosse incorporado ao de outra edificação.²⁰⁰

O foco da conservação e valorização da cidade, ou o cenário para o turismo, era a Praça Tiradentes e suas imediações. Para essa praça foram propostos: a reconstrução do arranjo dos edifícios que a compõem e do pavimento, a retirada do monumento a Tiradentes, que deveria ser relocado e ser posta uma “alegoria à inconfidência”, e o ordenamento do trânsito, com restrições à circulação de veículos e de estacionamento, além da mudança de uso da Escola de Minas (VIANA DE LIMA, 1970, p.10).

Viana de Lima propôs um rearranjo da principal praça da cidade para compor um “cenário de vitalidade”, no qual pudessem ser encenadas atividades de animação cultural, “espetáculos ao ar livre, como concertos ou espetáculos de teatro e *ballet*, incluídos nos Festivais de Ouro Preto”, além de ser um local de permanência e de convívio. Para tanto, a Praça deveria estar livre da circulação de carros e do Monumento a Tiradentes; contar com um novo pavimento e, no térreo das edificações que a conformam, serem instaladas “atividades comerciais de interesse turístico: restaurantes, lojas de produtos artesanais, galerias de arte” (VIANA DE LIMA, 1972, p.10, 16). Na Figura 19, o esquema da proposta.

A leitura da praça feita por Viana de Lima estava em sintonia com a de Silvio Vasconcelos, chefe do distrito mineiro da DPHAN até 1969. Segundo Vasconcelos, o

²⁰⁰ Planos de Valença do Minho, 1962 e 1975, constantes no Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura.

monumento construído no centenário da execução de Tiradentes “‘é de um mau-gosto estupendo e está em completo desacordo com a fisionomia barroca da cidade’.”²⁰¹

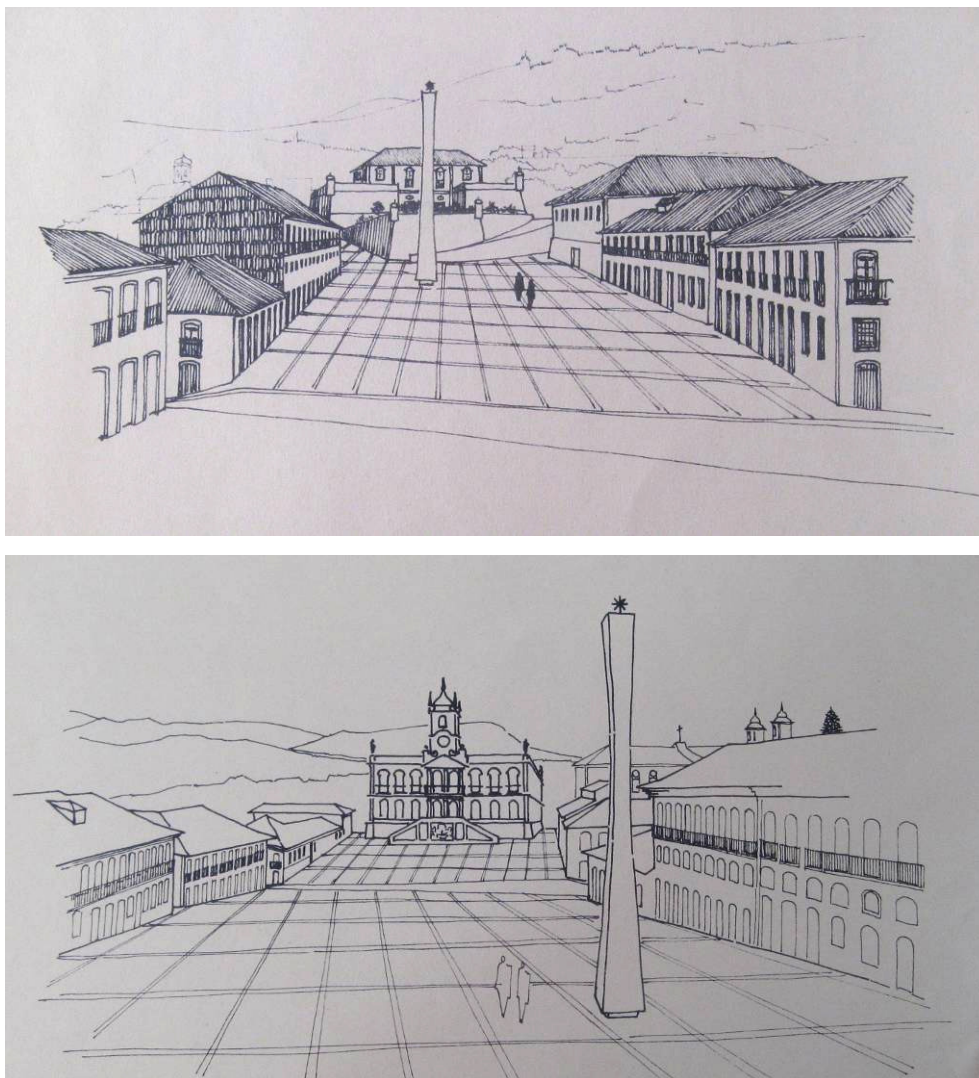


Figura 19: Duas perspectivas da proposta de Viana de Lima para a Praça Tiradentes: a vista para a Escola de Minas e a vista para o Museu da Inconfidência.

Fonte: Viana de Lima (1972).

Viana de Lima foi muito objetivo ao apontar os monumentos - chamados de pontos de interesse histórico e artístico - como o principal fator de atração turística. Para eles, propôs o uso considerado “adequado” à sua estrutura e às atividades relacionadas com a animação cultural, o estado de conservação e a estimativa dos custos das obras de

²⁰¹ Citação no artigo *UNESCO quer fazer cidade nova para salvar Vila Rica* – de O Globo, 19/11/1968 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

restauração consideradas necessárias, o que foi apresentado numa série de fichas anexadas ao seu segundo relatório.²⁰²

Como exemplo, para a Casa dos Contos, Viana de Lima sugeriu que fosse instalada uma Fundação de Arte; para o antigo Hospício da Terra Santa, que ficava fora do centro e, embora “bastante arruinado”, era de “inegável interesse arquitetônico”, com uma vegetação significativa, propôs sua transformação em um hotel (VIANA DE LIMA, 1970, p.11). Sugeriu, também, que edifícios fossem adaptados para a instalação dos museus de botânica e de farmácia.

O museu de botânica deveria ficar perto da Ponte dos Contos, na área em que, provavelmente, teria existido um jardim botânico. Por isso, propôs que se convidasse Roberto Burle Marx para o projeto. O Museu de Farmácia deveria ser instalado no edifício no qual funcionava a Escola de Farmácia, cujas atividades seriam transferidas para a zona universitária, e “os anexos deste edifício dever[iam] ser demolidos e bem assim, as platibandas do corpo principal substituindo-as por beirais, de acordo com o tipo dominante no conjunto urbano” (VIANA DE LIMA, 1970, p. 12-13).

Viana de Lima (1970, p.12) sugeriu a construção de um hotel nas Lajes e a criação de um museu de arte contemporânea, que chamou de museu interior e exterior, inserido na mancha de vegetação circundante na plataforma baixa, à beira do rio. Aventou também a criação de um teatro ao ar livre na mesma área, “para atender às novas necessidades do espetáculo atual”, para “a exibição de grandes conjuntos e os usos das novas tendências da cenografia.” Demonstrou preocupar-se com a localização do edifício, para que não fizesse surgir “grandes problemas de diálogo com o conjunto antigo, além de vir a afetar uma zona

²⁰² Viana de Lima apresentou o uso original, o uso atual e a situação da conservação dos seguintes imóveis: a “Casa de Bernardo Guimarães (conservação); A “Casa dos irmãos Cota” (novo uso – “sua utilização como albergue, fornecendo moradia para artistas, professores, etc. de passagem, poderia salvá-la do arruinamento progressivo); “Casa dos herdeiros do Coronel Matos” (novo uso - moradia para estudantes de passagem pela cidade); “Casa dos irmãos Fortes” (reparos e mudança para o uso original, hotel); “Casa da família Ferrão” (conjunto de casas- reconstrução e novos usos - moradia de professores, artistas, pesquisadores); “Conjunto de casas da rua da Glória” (Obras de conservação); “Casa dos herdeiros de Rocha Lagoa” (novo usos - centro social para estudantes); “Casa dos Contos” (novo uso - Fundação de Arte de Ouro Preto); Teatro (restauração); “Conjunto dos imóveis da praça Tiradentes” (imóveis desenhados por José Fernandes Pinto Alpoim – mudança de uso - os pisos térreos abriguem atividades comerciais de interesse turístico: restaurantes, lojas de produtos artesanais, galerias de arte, etc); “Casa de Tomás Antônio Gonzaga” (restauração e mudança de uso); “Casa da República Maracangalha” (reparos na casa e no jardim); “Casa de Cláudio Manuel” (restauração da casa e do jardim e mudança de uso - museu do artesanato e em oficinas artesanais); “Clube 15 de Novembro” (restauro); “Casa de Marília” (reparos) (VIANA DE LIMA, 1972, P. 14-17).

que urge remodelar. Essa seria uma nova opção para o teatro da cidade, que deveria ser recuperado”.

Como atividade complementar, Viana de Lima (1972, p.6) propôs a realização de um levantamento das minas, por terem “um grande valor histórico e turístico que deveria ser considerado no programa de renovação da cidade.”

Fora do núcleo urbano, sua proposta para a criação de uma cidade-satélite deveria atender a atividades e usos considerados não compatíveis com a cidade-monumento. Para tanto, a cidade a ser criada foi dividida em: núcleo universitário, centro cívico, núcleos habitacionais, apoiados por um sistema viário também sugerido por ele. Essas três áreas foram também separadas em zonas, de acordo com o uso. Além dos centros cívico e universitário, os núcleos habitacionais foram separados: residencial e residencial com baixa densidade, bem como foram sugeridas áreas específicas para o cemitério, o parque desportivo, o verde, o hospitalar, o industrial e a central rodoviária.

Esse zoneamento era bastante similar ao que Viana de Lima havia feito no *plano parcial de urbanização compreendido entre o lugar das beatas e o governo civil*, em Bragança, Portugal, no qual estabelecia “quatro alíneas – ‘vias, parte velha, centro cívico e expansão’.” Nelas, o autor, cuja produção sempre esteve atrelada à Carta de Atenas de 1933, sugeriu: “‘separação de vias’, ‘habitações em bloco’, implantação segundo a ‘melhor exposição solar’, ‘espaços livres abundantes’, preservação da unidade arquitetônica da parte velha da cidade’, criação de novos equipamentos de apoio à habitação” (RAMOS; MATOS, 2008, p.4).

Também era semelhante à proposta de Limburg Stirum para a cidade de Parati nos seguintes aspectos: a preocupação com a organização do sistema viário e a expansão da cidade, separada do núcleo protegido por uma área verde, seguindo um traçado moderno, que contaria com edificações em altura, desde que não interferissem na visibilidade da cidade antiga.

Essa concepção ou modelo, preconizado pela Carta de Atenas, de 1933, e presente na proposta de Parati, chamou a atenção por sua recorrência e referendamentação pelos técnicos da DPHAN. Por meio dela, a associação do planejamento urbano e da conservação de bens culturais se consubstanciava de modo a privilegiar o turismo. Vale também mencionar que as Normas de Quito, de 1967, reforçavam essas ideias, tal como foi citado no capítulo 1.

A cidade-satélite ou a nova, adjacente a Ouro Preto, mas separada ou ligada a ela por uma área verde, vias e áreas *non aedificandi*, foi planejada para constituir uma estrutura complementar e receber funções e edifícios que seriam incompatíveis com o conjunto edificado de Ouro Preto. Tinha por inspiração experiências relacionadas com a cidade-satélite e a cidade-jardim, surgidas na Europa no século XIX e muito difundidas e discutidas no século XX, depois da Segunda Guerra, só que com uma proposta aliada à conservação do centro histórico, das suas funções, vistas, cenários, espaços de fruição, de animação cultural, além, de se configurar no controle da expansão da cidade.

O zoneamento poderia ser de controle da densidade construtiva ou do gabarito das edificações, e, de acordo com a função da área. Foi um instrumento de planejamento usado de modo a conciliar a proteção, a valorização e a expansão das áreas da cidade. Reforçava a visibilidade do conjunto edificado e desviava as funções que não fossem compatíveis com a estrutura e as edificações no centro histórico, ou cidade antiga.

O sistema viário e o trânsito de Ouro Preto foram considerados “um dos grandes problemas e uma das causas mais agudas da sua degradação”. O trânsito provocava “uma violência que os arruamentos estreitos e íngremes suportam penosamente”. Essa violência atuaria contra o pavimento e os edifícios, construídos em sua maioria em pau-a-pique e taipa de pilão (VIANA DE LIMA, 1970, p.17).

A proposta do urbanista era que o sistema viário fosse dividido em três tipos de vias (V1, V2 e V3), tendo como objetivo “deslocar para a periferia todo o trânsito pesado”. A V1 seria responsável por “cortar o percurso de atravessamento para o trânsito entre Belo Horizonte e Mariana, assegurando também o acesso direto ao complexo industrial de Saramenha” e desviando o trânsito da área urbana. As V2 teriam como função distribuir o fluxo no aglomerado urbano, e as V3 distribuiriam o fluxo por setor (VIANA DE LIMA, 1970, p.17).

A V1 se constituiria num anel viário que livraria o trânsito de caminhões carregados de minério que se dirigiam a Saramenha, e foi chamada de via “periférica e panorâmica”. Junto a ela, deveria ser construída a estação rodoviária da cidade, inserida numa grande praça que receberia o monumento a Tiradentes, a ser retirado da praça de mesmo nome. Assim, Viana de Lima idealizou um espaço cenográfico, com elementos tradicionais e modernos, receptivo aos que chegassem de ônibus à cidade.

O reordenamento do trânsito também contou com a separação das ruas em mão dupla, mão única e de pedestres, assim como a restrição ao estacionamento de automóveis e ônibus, para os quais, seriam criados bolsões. Viana de Lima (1972, p.19) previu, também, um sistema de sinalização “eficaz e bem integrado às características urbanas” e “a melhoria do traçado de determinadas ruas e a abertura de outras, novas”.

A proposta de organização do sistema viário por meio da hierarquização de vias, a restrição à circulação e ao estacionamento de carros em áreas determinadas privilegiavam a proteção dessas áreas. Ela valorizava os espaços para a fruição do pedestre, na cidade antiga ou centro histórico. Era uma tentativa de adaptação do trânsito e do sistema viário à cidade antiga e de seu controle, afastando e desviando os fatores de risco e de degradação do ambiente. Seria, assim, um aliado da conservação e um elemento importante de ligação entre a cidade antiga e a nova.

Viana de Lima (1972, p.18) previu a revisão das redes de distribuição de água, eletricidade, telefone, esgotos, além da pavimentação²⁰³ e da iluminação pública melhorada. Essa deveria ser integrada ao plano de Ouro Preto, “de forma a que as obras se efetuem de maneira coordenada”. Vale destacar que a rede elétrica já era embutida ou enterrada.

A animação cultural prevista por Viana de Lima seria tanto dentro quanto fora do núcleo protegido e ocorreria em “centros de interesse e de vida, concebidos de tal modo que não [fosse] possível, nunca, a morte da antiga Ouro Preto pelo desenvolvimento da nova Ouro Preto” (VIANA DE LIMA, 1970, p.15). No entanto, ele não previu no orçamento qualquer investimento para essa animação.

No orçamento proposto por ele para os trabalhos prioritários, não foi especificada a moeda, mas a cifra era 4.165.872,00. Desse número, 0,32% seriam destinados a pesquisas e levantamentos de imóveis, geológico e aerofotogramétrico; ao plano diretor, seria destinado 4,03%. A reforma e a conservação de imóveis civis e religiosos ficariam com 13,81%; e à infraestrutura, seria destinada a maior parte, 73,25%, para atender o sistema viário e as redes de água e esgoto, isso sem contar que boa parte do que seria destinado às áreas

²⁰³ Viana de Lima sugeriu que fossem feitos dois tipos de pavimentação: um para ruas onde circulassem veículos e pedestres, e outro para ruas exclusivas de pedestres, sendo que, “no segundo caso, seria conveniente refazer, tanto quanto possível, a pavimentação primitiva”. As suas recomendações se estenderam às escadarias que deveriam ser reconstruídas “no estilo dos edifícios que as ladeiam e acrescentar valor estético à sua função” (VIANA DE LIMA, 1972, P.18).

verdes, 8,56%, contemplaria também a infraestrutura, como trabalhos de construção de um teatro ao ar livre e urbanização, além de arborização (VIANA DE LIMA, 1972, p.25).

Também propôs um circuito a ser percorrido pelo turista, com passagens por Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e “as principais cidades históricas de Minas Gerais”. Sugeriu, assim como Parent, que fosse elaborado um plano geral que contemplasse as principais cidades históricas mineiras, como Ouro Preto, Mariana, Sabará, Congonhas do Campo, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina (VIANA DE LIMA, 1972, p.22).

Ao contrário de Shankland e Limburg Stirum, que se referiram a fundações para gerir as intervenções, Viana de Lima destacou o papel da DPHAN como coordenadora das ações, para “trabalhar em conjunto com todas as entidades que desempenham um papel na cidade”, pois a DPHAN já possuía instalações na cidade. Para tanto, “bastaria fazer uma revisão e reforçar seus recursos para que suas intervenções garantissem o êxito do plano” (VIANA DE LIMA, 1972, p.4).

O primeiro relatório foi apresentado e entregue à UNESCO no dia 17/11/1969, quando Viana de Lima conheceu pessoalmente Jacques Hardouin, Carlos Chagas e Michel Parent.²⁰⁴ Como a vinda dele foi sob condições diferentes das de seus colegas Limburg Stirum e Shankland, pelo contrato extra com a DPHAN, o produto oferecido causou um impacto muito além das expectativas da UNESCO, sendo ele muito bem recebido e considerado “de valor excepcional” por Hardouin.²⁰⁵

No entanto, a elaboração de um plano diretor para a cidade só foi efetivada em 1975,²⁰⁶ com o *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. O Plano ficou ao encargo da Fundação João Pinheiro, para ser elaborado por uma equipe multidisciplinar, da qual Viana de Lima fez parte como consultor convidado.²⁰⁷

²⁰⁴ Carta manuscrita de Viana de Lima, sem especificação do destinatário, provavelmente Renato Soeiro, de 18/11/1969 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

²⁰⁵ Telegrama de Carlos Chagas a Renato Soeiro, de 17/11/1969 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

²⁰⁶ Em 12/1972, Viana de Lima enviou uma carta a Luis de Oliveira Castro, da Fundação João Pinheiro, tratando das condições para aceitar prestar assistência à elaboração do plano desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, o que era de conhecimento e apoiado pela UNESCO (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

²⁰⁷ O Plano foi coordenado pelo sociólogo Teodoro Alves Lamounier e estava dividido em cinco setores: o físico-territorial, o de infraestrutura, o econômico, o social e o institucional e administrativo. Cada setor foi elaborado por uma equipe independente de especialistas. Viana de Lima foi consultor convidado do setor físico territorial, juntamente com Roberto Burle Marx, Haruioishi Ono e Jane Souza e Silva.

A proteção, conservação e valorização dos bens culturais, aliadas a uma infraestrutura básica e específica para atender às demandas do turismo, eram a tônica das propostas dos consultores. O planejamento urbano deveria prever e orientar a criação e melhoramento da infraestrutura, prioridade maior dos investimentos a serem feitos, a conservação e o crescimento da cidade, além de criar cenários para a animação cultural, o que seria referendado pelo modelo estabelecido na Carta de Atenas (1933). No entanto, essa animação desejada e discutida não foi contemplada na previsão de investimentos.

Na proposta de criação de cenários que visavam atrair o turista, principalmente o internacional, e as possíveis fontes financiadoras da intervenção, pouco se considerou sobre as populações locais. Na perspectiva desse processo, Parati seria “uma cidade só para ser vista”; a proposta de Salvador seria de, e para, uma “arquitetura do turismo”, tal como foi enunciado em jornais da época citados anteriormente. Para Ouro Preto, buscar-se-iam a recuperação de suas formas²⁰⁸ e a salvação da sua desfiguração pela construção de uma cidade-satélite,²⁰⁹ ou cidade nova,²¹⁰ de modo a deixar seu “núcleo barroco intacto.”²¹¹ Esse “passaria a ser conservado e cuidado como um verdadeiro museu”,²¹² de modo a tornar a cidade inviolável e livre de elementos destoantes.

Esses enunciados revelam uma distância da proposta de Parent quanto à associação da cidade de arte com as festas, como o potencial do país, a ser explorado no planejamento do turismo cultural, o que foi uma característica marcante das suas diretrizes. As propostas dos consultores urbanistas avançaram pouco com relação ao que foi proposto por Parent, no que diz respeito à associação do espaço, dos bens culturais com as manifestações culturais, ou do saber e do saber fazer.

O foco dos urbanistas consultores foi mais direcionado para a criação de cenários do que para a animação cultural. Ao serem propostos esses cenários de uma boa arquitetura,

²⁰⁸ *Ouro preto busca recuperar formas com plano da UNESCO* - Jornal do Brasil, 14/12/1970 (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

²⁰⁹ *Ouro Preto inicia projeto para evitar desfiguração* – O Globo, 4/12/1968 (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

²¹⁰ *UNESCO que fazer cidade nova para salvar Vila Rica* – O Globo, 19/11/1968 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

²¹¹ *Ouro Preto terá finalmente seu plano-diretor* - O Globo, 23/9/1970 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

²¹² *UNESCO que fazer cidade nova para salvar Vila Rica* – O Globo, 19/11/1968 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

livre de inconvenientes acréscimos ou mutações, simulava-se ou forjava-se o cenário para o turismo cultural. Esse grande cenário seria representado pela museificação da cidade.

As propostas para Salvador e Parati ficaram aquém da expectativa que geraram. A de Ouro Preto, embora tenha agradado muito aos técnicos da DPHAN e da UNESCO, e Viana de Lima tenha sido convidado para voltar em outras missões, contribuiu muito mais para atender à demanda por um plano diretor, restringindo-se ao planejamento físico da cidade.

As missões serviram, portanto, para credenciar e referendar iniciativas em Salvador e Parati, e como um meio para que fosse elaborado plano diretor em Parati e Ouro Preto. No entanto, é importante ressaltar que só é possível compreender as missões, considerando os consultores e os relatórios no contexto da assistência técnica da UNESCO.

A extensão do turismo cultural no Brasil, tendo em vista os projetos prioritários estudados neste capítulo, também se deve a uma escolha e desejo político e técnico do Brasil, isso porque essas duas instâncias (internacional e nacional), juntas, foram responsáveis pela difusão do turismo cultural, que não detinha uma fórmula exata, fechada, nem era alheio ao movimento e à consideração de técnica e política nos locais contemplados pelas missões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Turismo cultural, cidade de arte e cidade-cenário

A possibilidade de alcançar os benefícios financeiros do movimento turístico, que deu um salto a partir de 1950, principalmente na Europa, referenciou a concepção de que o turismo deveria ser difundido em países subsenvolvidos por organizações internacionais como ONU, OEA e UNESCO. Assim, o turismo, uma atividade econômica, chegou à UNESCO em 1963, uma organização destinada a cultura, ciência e educação, e passou a ser difundido sob a capa de turismo cultural. Com isso, as abordagens dos bens culturais como ativo econômico e fator de desenvolvimento possibilitaram a esses bens uma ação cada vez mais ampla no campo da conservação.

A entrada em cena do turismo cultural no palco das discussões técnicas promovidas por instituições internacionais por si só pressupõe inquietações e posturas ambíguas, sobrepostas, e uma crença que não comportava receios, por não ter como se apoiar em experiências mal sucedidas e em reavaliações. E é nisso que está a riqueza de suas ideias e proposições, e é dentro desse contexto que elas foram avaliadas aqui.

Na atualidade, o turismo e sua associação com os bens culturais assumiram uma posição de destaque nas discussões da UNESCO e do ICOMOS, com diretrizes, instrumentos, corpo técnico, definições e estudos sofisticados que pouco lembra o tratamento dado aos primeiros anos e às primeiras missões, mas que obedecem a outro contexto e racionalidade.²¹³

Para a UNESCO, as primeiras experiências, como a que aconteceu no Brasil, foram um meio de difundir a assistência técnica, na qual incluía a formação e orientação técnica visando a promoção do desenvolvimento econômico, de modo geral e, de modo específico, de conhecer e reconhecer os bens culturais dos países subdesenvolvidos que tinham a atividade turística incipiente, embora promissora.

²¹³ Após 1972, a cultura ganhou cada vez mais espaço na estrutura e nas discussões da UNESCO, como pode ser verificado no Organograma da Organização, quando junto ao Departamento de Cultura passou a existir o Departamento do Patrimônio Cultural e, até 2006, o setor de cultura era composto pela Divisão do Patrimônio Cultural, divisão de Criatividade e Indústria Cultural, e a Divisão de Políticas Culturais e Diálogo Intercultural, além do Centro do Patrimônio Mundial, o World Heritage Centre (WHC) (*Organigramme de 1947; Organigramme de 1950; Organigramme de 1965; Organigramme de 1975; Organigramme de 1990; Organigramme de 2006 - Apud, UNESCO, 2005a*).

As suas ideias são indissociáveis do Programa de Assistência Técnica, que surgiu em 1950, num contexto de guerra fria e voltado para os países subdesenvolvidos. Esse programa era um meio de difusão do conhecimento e da técnica, de formação profissional e de superação do subdesenvolvimento. A partir desse mecanismo, ocorreu a difusão do turismo cultural, que teve a sua concepção elaborada à medida que ocorriam as primeiras experiências. Assim, como não era claro o entendimento sobre o turismo cultural e os modos de sua operacionalização, o que havia eram mecanismos, os mesmos que já estavam sistematizados e em uso pela UNESCO: a assistência técnica, o consultor em missão e o relatório dessa missão. As primeiras experiências tiveram um papel importante por fornecer elementos que ajudariam a compreender o que era o turismo cultural, cujas diretrizes específicas ficaram a cargo de consultores, resguardando-se os limites do papel que esses representavam em missão.

A UNESCO passou a difundir o turismo cultural, oficialmente, em 1966. No entanto, a Organização já fazia referência à atividade turística em algumas missões e atendia também a pedidos de missões específicas para esse fim, feitos por países com os quais já tinha estabelecido acordo de cooperação técnica voltado para os bens culturais, como é o caso do Irã e do Peru. Vale destacar que, por conta dessa cooperação já estabelecida com o Peru e o acerto da missão de Paul Coremans a este país, Lourival Gomes Machado sugeriu a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que fosse aproveitada a oportunidade e solicitada a vinda de Coremans também ao Brasil, iniciando assim, um vínculo que se firmaria posteriormente, com o pedido e vinda de outras missões.

As negociações dessa missão são exemplares, pois ilustram que o momento era de indefinição quanto ao tratamento do turismo cultural. Houve até a tentativa de se constituírem comitês de assessoramento para Coremans, o que acabou por não acontecer. Também fazia parte dessa indefinição o interesse destacado e manifestado em correspondências, por parte dos representantes da DPHAN visando o financiamento internacional para a conservação dos bens culturais e o não questionamento quanto ao tipo e à abordagem que seriam feitas pelos consultores em missão.

O planejamento de longo prazo, o compromisso entre instituições e governos e a programação de um orçamento para investimentos eram diretrizes da UNESCO. O planejamento urbano e a conservação dos bens culturais consubstanciaram essa ideia no

âmbito local e estavam amparados, técnica e politicamente, pelo compromisso em âmbito federal, mas não com a população.

A proposta de Parent de associação dos bens culturais às festas como potencial brasileiro a ser explorado pelo planejamento do turismo foi além da necessidade de fortalecer laços e compromissos para pedidos de financiamento internacional. Nela constava um entendimento do espaço, que deveria ter um uso compatível com as estruturas existentes e as atividades de serviço e comércio, sendo o cenário das festas e da animação cultural. A abordagem dos bens culturais os aproximava de recursos passíveis de exploração e, de acordo com o planejamento, transformados em cenário para o turismo. Eles eram considerados como potencial primaz na escolha das cidades de arte.

As propostas dos consultores urbanistas, que assumiram um espaço privilegiado nas discussões dos projetos prioritários, foram muito mais um referendamento de ações pontuais e em andamento, com poucos avanços conceituais em relação ao que foi proposto por Parent. Essas propostas apresentaram um nível variado de detalhamento, tendo, só em conjunto e dentro do contexto da assistência técnica, força suficiente para se configurar num movimento relevante de discussão e debate no meio técnico brasileiro.

A conformação do turismo cultural como atividade econômica, atribuição de governo e resultado da associação dos bens culturais e da animação cultural e das festas (o saber e o saber fazer) foi sendo delineada à medida que o turismo ia sendo difundido. Ainda nesse caminho de indefinições e ambiguidades, foi também um modo de referendar ações e discussões locais, como no caso de Salvador, bem como de atender ao desejo de elaboração de um plano diretor, como nas experiências em Parati e Ouro Preto.

Esse momento de definição de posições, atores e diretrizes é caracterizado também, pela crença que havia na técnica e na associação da cultura e da economia sem a previsão de conflitos, na ideia da rentabilidade dos altos investimentos previstos que priorizavam em grande parte a infraestrutura. No entanto, revelou-se igualmente um momento rico de inquietações e um ponto de partida para o qual se pode voltar ao se estudarem práticas, planos e estudos, observando-se os mecanismos e a articulação das ideias e das instituições que o difundiram.

Mesmo com seu entendimento em construção, conformando-se, o turismo cultural aventado pelas missões tratadas aqui possibilitou um alerta, um chamamento para questões

como a formação técnica, os usos dos bens culturais, a necessidade de planejar e gerir a conservação dos bens culturais e o aprimoramento de um aparato administrativo.

As propostas dos consultores, apresentadas e discutidas nesta tese, priorizaram os aspectos cenográficos dos sítios escolhidos, com o isolamento dos centros históricos em relação aos usos e equipamentos não compatíveis com a conservação da sua estrutura. A vida contemporânea nesses centros seria um cenário de contemplação e de festa, e dele seriam eliminados os elementos heterogêneos, incômodos, considerados de qualidade arquitetônica inferior, ou que socialmente não correspondiam a empreendimentos comerciais e de serviços. Tornar atraente o objeto dos investimentos e tornar esse objeto uma mercadoria a ser consumida pelo turismo cultural previa uma seleção ou escolha baseada em critérios artísticos, políticos e técnicos, sendo que estes dois últimos manifestados pelo desejo e pela possibilidade de envolvimento, empenho e financiamento, considerando-se, além disso, o potencial para o mercado turístico internacional. Assim, a expectativa era de que grandes investimentos deveriam ser feitos e recuperados posteriormente por meio do movimento turístico. Eles se concentrariam, em sua maioria, em aspectos infraestruturais, condição para que o turismo acontecesse.

Não estava prevista uma crítica ou considerações que revelassem algum tipo de receio quanto ao turismo de massa, ou à expectativa exagerada de desenvolvimento econômico e geração de renda. Vale ressaltar que os perigos do progresso, da modernização, esses, sim, eram considerados, embora não fossem associados ao turismo.

Essa crítica ficou evidente num momento posterior, depois de ocorrerem as primeiras experiências e os conflitos de interesses, quando foram reconhecidas as ambivalências e a necessidade de negociação e que a atividade poderia ser predatória. Essa nova fase das discussões do turismo cultural foi marcada pela revisão da Carta de Turismo Cultural, editada pelo ICOMOS, em 1999.

Sant'Anna abordou as discussões em torno do turismo cultural pela DPHAN como um desvio nas práticas da Diretoria, enunciadas como práticas que consideravam a cidade como um monumento. O monumento, por sua vez, "constituía, no plano visual, uma obra de arte acabada, na qual as intervenções deveriam ser orientadas no sentido de realçar essa inteireza e homogeneidade estilística" (SANT'ANNA, 1995, p. 239). Esse desvio se caracterizaria pela pressão e discussão em torno da rentabilidade que deveriam ter os investimentos nessas cidades, discurso dos que defendiam o turismo.

Jacques (2008) criticou o “processo de espetacularização das cidades”, referenciando-se a Debord (2007). Em sua análise, distinguiu o que chamou de patrimônio estético do que seria o patrimônio econômico. Segundo essa distinção, o turismo cultural, discutido pelas missões aqui estudadas, está entre os dois termos, como se fosse um híbrido. O patrimônio estético estaria determinado por seus princípios artísticos, o que Parent qualificou também pela homogeneidade e por estar intacto. No entanto, para o turismo cultural, a fruição estética não bastaria: o patrimônio deveria também ter um “potencial de espetáculo a ser explorado”, visando fins comerciais. O “consumo cultural urbano”, parques temáticos, grandes empreendimentos e equipamentos urbanos, franquias de museus, tem como modelo o planejamento estratégico e não o planejamento modernista, representado pela Carta de Atenas. Ele, o patrimônio econômico, faz parte de discussões de outro contexto, embora próximo, que tem como referencial outra matriz urbanística.

Solá-Morales (2002) referiu-se, igualmente, ao momento criticado por Jacques, e comparou o patrimônio a um “parque temático”, no qual a realidade é cenográfica e a imagem e a simulação são a realidade. Ele distrai e diverte tanto quanto a *Disney*.

As cidades-espetáculo, parque temático e mercado, que fazem parte das discussões da cidade contemporânea, são distintas da cidade de arte e cidade-cenário, apresentadas entre 1966 e 1972, mas não estranhas; pelo contrário, essas cidades se tangenciam em alguns pontos de suas discussões e podem referenciar-se, isso porque muitas das cidades-mercado foram iniciadas com a construção, programação, planejamento de cenários, nos quais atuaram instituições e profissionais, nacionais e internacionais, visando ao turismo internacional.

No Brasil, as discussões no meio técnico em torno do turismo cultural prosseguiram após as missões da UNESCO. No *II Encontro dos Governadores*, realizado em Salvador, em 1971, que resultou no *Compromisso de Salvador*, o turismo cultural foi o tema de uma das suas cinco plenárias: *O acervo de valor cultural e os monumentos naturais, face à indústria do turismo*. Depois, houve a criação do já citado *Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste* (PCH), em 1973; em 2000, a criação do *Programa Monumenta*; e, atualmente, o termo está em pauta no meio técnico, desde a criação do *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas*, em 2009.

O *Programa Monumenta* foi realizado pelo Ministério da Cultura, por meio do IPHAN, teve apoio da UNESCO e do BID, além da parceria entre governos federal, estadual e

municipal. Tinha como objetivo “preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano”, de acordo com “projetos que viabiliz[ass]em as utilizações econômicas, culturais e sociais das áreas em recuperação no âmbito do projeto”. Nesse Programa, juntamente com o turismo cultural, o termo sustentabilidade passou a ser usado, prevendo, assim, a rentabilidade financeira, a geração de empregos, novos usos, a ativação da economia das cidades e a capacitação da mão de obra.²¹⁴

No *PAC das Cidades Históricas*, estão em pauta a viabilização da infraestrutura, a reabilitação de imóveis e áreas degradadas tombadas e a melhoria do transporte público. Tem como objetivo requalificar os sítios históricos, estimulando usos que garantam a combinação do desenvolvimento econômico com o cultural e o social, bem como o fomento do desenvolvimento de cadeias produtivas locais.

A discussão em torno do turismo cultural configurou-se numa contribuição para as discussões das práticas institucionais, de profissionais consultores, bem como para a conservação dos bens culturais no Brasil, dada a continuidade que teve. O discurso apresentado pelos consultores da UNESCO aqui estudados, mesmo que não tenham provocado a ruptura de uma prática, possibilitou a entrada de novas questões no debate sobre a conservação dos bens culturais. Com isso, elas passaram a ser discutidas, defendidas e combatidas no meio técnico brasileiro, que se formava também para além do IPHAN. O seu estudo e respectiva contribuição para as práticas institucionais não pretendeu esgotar seu entendimento, nem a possibilidade de construção de novos objetos de estudo.

²¹⁴ PROGRAMA MONUMENTA. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164> Acesso: 23 abr 2009.

REFERÊNCIAS

Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro

ARQUIVO TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

AA01/M037/P05/ Cx.0008/328/ P.34; AA01/M037/P05/ Cx.0008/328/ P.35; AA01/P02/ Cx.0037/357/ P.0159; AA01/M037/P06/ Cx.0017/337/ P.0072; AA01/P01/ Cx.0013/187/ P.0089; AA01/P01/ Cx.0013/187/ P.0090; AA01/P01/ Cx.0013/187/ P.0091; AA01/P01/ Cx.0016/129/ P.0119; AA01/P01/ Cx.0012/186/ P.0088; AA01/P01/Cx.0006/180/ P.0041; AA01/P01/ Cx.0006/180/ P.0042; AA01/P01/ Cx.0006/180/ P.0043; AA01/P01/ Cx.0006/180/ P.0044; AA01/P01/ Cx.0007/181/ P.0047; AA01/P06/ Cx.0007/120/ P.0044; AA01/P06/ Cx.0006/119/ P.0041; AA01/P06/ Cx.0004/179/ P.0029; AA01/P06/ Cx.0004/179/ P.0027; AA01/P06/ Cx.0004/178/ P.0028; AA01/P06/ Cx.0002/176/P.0009; AA01/P05/Cx.0003/116/ P.0022; AA01/P02/Cx.0004/194/ P.0016.

ASSUNTOS INTERNACIONAIS: AA01/M065/P05/Cx.0001/P.0013; AA01/M065/P06/ Cx.0013/P.0060; AA01/M066/P04/Cx.0058/P.0189; AA01/M066/P05/Cx.0059/P.0190; AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0191; AA01/M066/P06/ Cx.0071/ P.0221; AA01/M066/P06/ Cx.0073/ P.0229; AA01/M066/P06/ Cx.0075/ P.0242; AA01/M066/P06/ Cx.0075/ P.0241; AA01/M066/P06/ Cx.0076/ P.0246; AA01/M066/P06/ Cx.0077/ P.0248.

PERSONALIDADES: TELLES, Augusto Carlos da Silva - AA01/M036/P02/ Cx.0123/ P.0398; AA01/M036/P02/ Cx.0123/ P.0399.

Arquivo da UNESCO/Paris

BBS-REPORTS DIVISION TA CONSULTANT 1968 – BRAZIL - G. SHANKLAND, microfiche 69FR0241;

BBS-REPORTS DIVISION TA CONSULTANT 1968 – BRAZIL – Compte de LIMBOURG STIRUM, microfiche 69FR0239.

BMS-REPORTS DIVISION – Reports from field experts – Mr. Paul Coremans – BRAZIL – Preservation of Cultural Heritage.

BMS-REPORTS DIVISION – Reports from field experts (Consultant 1966 & 1967) – Mr. Parent – BRAZIL – Preservation of Cultural Heritage – economic dev. & tourism.

Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Acervo do Escritório de Viana de Lima - material não catalogado.

Periódicos

El Correo (de 1948 a 1972) – (v.1, n.1-10, 1948; v.2, n.1-11 1949; v.3, n.1-12, 1950; v.4, n.1-12, 1951; v.5, n.1-12, 1952; v.6, n.1-12, 1953; v.7, n.1-12, 1954; v.8, n.1-12, 1955; v.9, n.1-12, 1956; v.10, n.1-12, 1957; v.11, n.1-12, 1958; v.12, n.1-12, 1959; v.13, n.1-12, 1960; v.14, n.1-12, 1961; v.15, n.1-12, 1962; v.16, n.1-12, 1963; v.17, n.1-12, 1964; v.18, n.1-12, 1965; v.19, n.1-12, 1966; v.20, n.1-12, 1967; v.21, n.1-12, 1968; v.22, n.1-12, 1969; v.23, n.1-12, 1970; v.24, n.1-12, 1971; v.25, n.1-12, 1972).

Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (n.1, 1937; n.2, 1938; n.3, 1939; n.4, 1940; n.5, 1941; n.6, 1942; n.7, 1943; n.8, 1944; n.9, 1945); **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (n.10, 1946; n. 11, 1947; n.12, 1955; n.13, 1956; n.14, 1959; n.15, 1961; n.16, 1968; n.17, 1969; n.18, 1978; n.19, 1984; n.20, 1984; n.21, 1986; n.22, 1987; número especial, 1990; n.23, 1994; n.24, 1996; n.25, 1997; n.26, 1997; n.27, 1998; n.28, 1999; n.29, 2001; n.30, 2002).

Bibliografia

AGUIAR, L. Estado, turismo, cultura e desenvolvimento: organização empresarial e a construção do consenso sobre a importância do turismo para o Brasil (1966-1988). **Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura**. 18 a 21 de outubro de 2010. Universidade de Sergipe, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/gt1/gt1-leila.pdf>> Acesso: 24 jun 2012.

AGUIAR, L. **Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros**: o caso de Ouro Preto. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.

ALMEIDA, P. V. Viana de Lima. In: **Viana de Lima- Arquitecto 1913-1991**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Árvore –Centro de Atividades Artísticas, CRL, Outubro/1996, p. 51-96.

ANDRADE, R. Programa. **Revista do SPHAN**, n.1, 1937.

ANGEL, F. **Protection and exploitation of historical monuments**: Peru - (mission) October - December 1966. Publ: 1967. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000151/015190eb.pdf>> Acesso: 7 set 2012.

ARANTES, O. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

ARQUITETURA. S.HRU. **Arquitetura**, n.15, 9/1963.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

AZEVEDO, P. A restauração arquitetônica entre o passado e o presente. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 6, 12/2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3226/2343>>. Acesso: 30 jul 2012.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSK, C. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto: 2008, p. 23-80.

BAHIA. **Lei Estadual n. 2.464** de 13 de setembro de 1967.

BANDEIRA, M. **Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1967.

BATISTA, M. Planejamento urbano como instrumento de preservação. **Revista do Patrimônio**, n.19, 1984.

BATISTA, M. Parati. **Arquitetura**, n.46, abril/1966.

BEAUVALOT, Y. L'exemple des opérations sur la "Place Royale" de Dijon. **Jubilé Michel Parent**: Une vie au service du patrimoine. Paris: publié par le Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d'Histoire du Ministère de la Culture, 13 de abril de 1996. p. 25-30.

BO, J. **Proteção do patrimônio na Unesco**: ações e significados. Brasília: Unesco, 2003.

BOCQUET, R. Les premières conservations régionales. **Jubilé Michel Parent**: Une vie au service du patrimoine. Paris: Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d'Histoire du Ministère de la Culture, 13 de abril de 1996. p.23-24.

BOIRET, Y. L'inspection générale et la commission supérieure des monuments historiques: l'évolution des choses et des gens. **Jubilé Michel Parent**: Une vie au service du patrimoine. Paris: Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d'Histoire du Ministère de la Culture, 13 de abril de 1996, p. 32-35.

BOYER, M. **História do turismo de massa**. Bauru: Edusc, 2003.

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê editorial, 2004.

BRASIL. **Decreto n. 22.928**, de 12 de julho de 1933.

BRASIL. **Decreto n. 25.077**, de 22 de dezembro de 1948.

BRASIL. **Decreto n. 48126**, de 19 de abril de 1960.

BRASIL. **Decreto n. 55**, de 18 de novembro de 1966.

BRASIL. **Decreto n. 58.077**, de 24 de março de 1966.

BRASIL. **Decreto nº 59.917**, de 30 de dezembro de 1966.

BRASIL. **Decreto n. 60224**, de 16 de fevereiro de 1967.

BRASIL. **Decreto-lei n. 25**, de 30 de novembro de 1937.

BRASIL. **Decreto-lei n. 3.866**, de 29 de novembro de 1941.

BRASIL. **Exposição de Motivos n. 076-B**, de 31 de maio de 1973.

BRASIL. **Lei n. 378**, de 13 de janeiro de 1937.

BRASIL. **Lei n. 6.292**, de 15 de dezembro de 1937.

CALABI, D. **História do urbanismo europeu**: questões, instrumentos, casos exemplares. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CALABRE, L. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. **Revista Estudos Históricos**, n.37, jan/jun 2006, p. 81-98. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2254>> Acesso: 1 set 2010.

CALABRE, L. **Políticas Culturais no governo militar**: O Conselho Federal de Cultura. XIII Encontro de História Anpuh – Rio – Identidades, 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212692933_ARQUIVO_Anpuh2008.pdf> Acesso: 1 set 2010.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **CARTAS Patrimoniais**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais>>. Acesso: 20 mar 2007.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAVALCANTI, L. **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-Iphan, 2000.

CAUQUELIN, A. Paisagem, retórica e patrimônio. **Revista de Urbanismo e Arquitetura (RUA)**, n. 6, dez/2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3227/2345>>. Acesso: 23 jul 2012.

CEPAL. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/cepal/>> Acesso: 28 mai 2012.

CERÁVOLO, A. L. **Interpretações do Patrimônio**: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CHICÓ, M. **Aspectos da arquitectura portuguesa 1550-1950**. Catálogo sem especificação de publicação, s.l., s.d.

CHICÓ, M. **Monumentos de Portugal e do Brasil**. Funchal: s/editora, 1961.

CHICÓ, M. **Monumentos do Brasil**: exposição de documentação fotográfica. Lisboa: Évora, s.d.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHOAY, F. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. Belo Horizonte: Traço Fino, 2011.

CHUVA, M. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CINTRA, A. Planejando as cidades: política ou não política. In: **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

COREMANS, P. **A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Paris: UNESCO, 1964. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P06/ Cx.0017/337/ P.0072.

COREMANS, P. **Conservation du patrimoine culturel**: Mexique; les peintures murales mayas de Bonampak - (mission). UNESCO: 1964c. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/Ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=7631&set=4ADDC5C2_1_206&gp=0&lin=1&ll=1> Acesso: 20 out 2009.

COREMANS, P. **La Préservation du patrimoine culturel**: Brésil - (mission). UNESCO: 1964a. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/Ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=7635&set=4ADDC5C2_1_206&gp=0&lin=1&ll=1> Acesso: 20 out 2009.

COREMANS, P. **La Préservation du patrimoine culturel**: Pérou - (mission). UNESCO: 1964b. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/Ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=7628&set=4ADDC5C2_1_206&gp=0&lin=1&ll=1> Acesso: 20 out 2009.

CORRÊA, S. Patrimônio e Planejamento: o Plano de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) no Planejamento Governamental Brasileiro e o Desenvolvimento Urbano e Regional (1973-1979). **XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Vitória, 2010.

COSTA, G. M.; MENDONÇA, J.G (org.). **Planejamento urbano no Brasil**: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

COSTA, G. M. Prática e ensino em planejamento (urbano) no Brasil: da “velha” compreensividade multidisciplinar à abordagem transdisciplinar. In: **Planejamento urbano no Brasil**: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008, p.66-80.

COSTA, J. **Planejamento Governamental**: a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

COSTA, L. **Mário T. Chicó e a Exposição de Arte Portuguesa (1550-1950)**. s/data. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/dossiers/dossier06/textos/LMCosta.pdf>> Acesso: 23 jun 2012.

COSTA, X. Intervención y repetición. In: **Intervenciones**. Barcelona: Gustavo Gili, 2006, p. 7-12.

COUSIN, S. Le “tourisme culturel”, un lieu commun ambivalent. **Anthropologie et Sociétés**, v. 30, n. 2, 2006, p. 153-173. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/as/2006/v30/n2/014118ar.pdf>> Acesso: 28 jun 2012.

COUSIN, S. **L'identité au miroir du tourisme**: Usages et enjeux des politiques de tourisme culturel. Ecole des hautes études en sciences sociales: thèse de doctorat en anthropologie sociale et ethnologie, 2002. Disponível em: <<http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/26/65/47/PDF/SaskiaCousinThese.pdf>> Acesso: 27 mai 2012.

COUSIN, S. L'UNESCO et la doctrine du tourisme culturel. **Civilisations**, v.57, n.1-2, 2008. P.41-56. Disponível em: <<http://civilisations.revues.org/index1541.html>> Acesso: 22 mai 2012.

CURIEL, R; WRIGHT, G.R.H.; SIROUX, M.; SHANKLAND, G; LA FRANCESCA, R. **Programme spécial de préservation et de mise en valeur de l'héritage culturel en liaison avec le développement du tourisme - conclusions d'un groupe de cinq consultants: Iran - (mission) décembre 1967 - avril 1968.** Publ: 1968. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000088/008822fb.pdf>> Acesso: 7 set 2012.

CURY, I. Documentação sobre o patrimônio material brasileiro. **Patrimônio Urbano e Arquitectónico dos Países de Língua Portuguesa**, Revista do Centro de Estudos Urbanos, dezembro, 2008.

CURTIS, W. **Arquitetura moderna desde 1900.** Porto Alegre: Bookman, 2008.

DAIFUKU, H. Un reto al mundo moderno: La proteccion del patrimonio. **El Correo**, junio/1968.

DAIFUKU, H. The Rome Centre – Ten years after. **ICCROM: The first decade 1959-1969.** Rome: ICCROM, 1969.

DÁLIO, D.; MIYAMOTO, S. O Governo Vargas e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. In: Idéias. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.** UNICAMP/SP. Campinas, v.2, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/62>> Acesso: 15 mai 2012.

DE PAOLI, P. Uma visão moderna do passado: a conceituação do patrimônio histórico nas cartas patrimoniais. **XII Encontro da Anpur.** Belém: 2007.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DEFERT, P. **The development of Peru's historic sites and monuments: a synthesis of economic prospects:** Peru - (mission) April 1967. Publ: 1967. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001563/156395eb.pdf>> Acesso: 7 set 2012.

DUARTE JÚNIOR, R. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, maio/out 2010. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n10/04.pdf>> Acesso: 27 agos 2012.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

EL CORREO. v.1, n.1, febrero/1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000736/073649so.pdf#73649>. Acesso: 27 agos 2012.

EL CORREO. Se aprobo in Ginebra el plan de asistencia tecnica. **El Correo**, v.2, n.8, septiembre/1949 (1949a). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000740/074055so.pdf#74055>> Acesso: 27 agos 2012.

EL CORREO. 85 millones de dólares al plan de desarrollo técnico de las N.U. **El Correo**, v.2, n.5, junio/1949 (1949b). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000739/073993so.pdf#73993>> Acesso: 27 agos 2012.

EL CORREO. Un Plan de desarrollo para los países desfavorecidos, propone el Dr. Torres Bodet. **El Correo**, v.2, n. 3, abril/1949 (1949c). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000739/073956so.pdf#73956>> Acesso: 27 agos 2012.

EL CORREO. Actividades culturales. **El Correo**, v.2, n.10, noviembre/1949 (1949d). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000741/074130so.pdf#74130>> Acesso: 27 agos 2012.

EL CORREO. La incuria de los hombres. **El Correo**, v.2, n.11, diciembre/1949 (1949e). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000741/074184so.pdf#74184>> Acesso: 27 agos 2012.

EL CORREO. v.3, n.10, noviembre/1950. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000815/081580so.pdf#81592>>. Acesso: 27 agos 2012.

EL CORREO. Primero, lo mas urgente. **El Correo**, v.9, n.11-12, noviembre-diciembre/1956. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000689/068941so.pdf#68941>> Acesso: 27 agos 2012.

EL CORREO. La gran mutacion de la UNESCO. **El Correo**, v.8, n.10, octubre/1965. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000782/078210so.pdf>> Acesso: 27 agos 2012.

EL CORREO. Peru: Revalidación de um pasado prestigioso. **El Correo**, v.19, n.12, diciembre/1966.

EL CORREO. 1967, año del turismo internacional. **El Correo**, v.19, n.12, diciembre/1966. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000227/022703so.pdf#22703>> Acesso: 27 agos 2012.

FELDMAN, S. **Planejamento e zoneamento**. São Paulo: 1947-1972. São Paulo: Universidade de São Paulo/Fapesp, 2005.

FELDMAN, S. O arranjo Serfhau: assistência técnica aos municípios/órgãos de planejamento/empresa de engenharia consultiva. Salvador. **Anais do XI Encontro Nacional da Anpur**, CDrom, 2005a.

FERNANDES, A.; GOMES, M. A. O passado tem futuro? Os (des)caminhos da requalificação do Pelourinho (Salvador/BA). Encruzilhadas da modernidade e planejamento. **Anais do V Encontro anual da ANPUR**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1995.

FERNANDES, S. **A inserção do espaço geográfico no planejamento nacional do turismo**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/3356/1/2007_SuellenWalaceRFernandes.pdf> Acesso: 27 agos 2012.

FERREIRA, A. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

FESTIVAL D'AVIGNON. Disponível em: <<http://www.festival-avignon.com/en/History/12>> Acesso: 1 set 2010.

FONSECA, M. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2003.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, M. O olho do poder. In: **Repensar a política**. Col. Ditos e Escritos VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. Perguntas a Michel Foucault sobre geografia. In: **Estratégia, Poder-Saber**. Col. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (a).

FOUCAULT, M. Entrevista sobre a prisão: o livro e o seu método. In: **Estratégia, Poder-Saber**. Col. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (b).

FREITAS, M. **Dos monumentos arquitetônicos aos sítios históricos urbanos**: um estudo sobre a evolução do padrão de intervenção estatal nos sítios históricos no Brasil. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.

FUNARI, P.; PINSKI, J. (org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNDAÇÃO Calouste Gulbenkian. **Viana de Lima- Arquitecto 1913-1991**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Árvore –Centro de Atividades Artísticas, CRL, Outubro/1996.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1964.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

GASPERINI, J. C. Monumentos: tema de debate em Veneza. **Arquitetura**, n. 23, setembro/ 1964.

GONÇALVES, J. R. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 1996.

GORELIK, A. **Das vanguardas a Brasília**: Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

GOURBIN, P. Le service des monuments historiques face à la reconstruction après la Seconde Guerre mondiale. In: POIRRIER, P; VADELORGE, L. **Pour une histoire des politiques du patrimoine**. Colletion du comité d'histoire du ministère de la culture et de la communication, paris, 2003. 381-398p.

GRAEME Shankland. Disponível em: <http://www.grahamstevenson.me.uk/index.php?option=com_content&view=article&id=517:graeme-shankland&catid=19:s&Itemid=120> Acesso: 11 nov 2010.

GRESPLAN, J. Considerações sobre o método. In: PINSK, C. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto: 2008, p. 291-300.

GUTIÉRREZ, R. Los Centros históricos de Iberoamerica. Políticas y improvisaciones. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v.16, n.18+19, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucinas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/index>> Acesso: 9 jun 2010.

HALL, P. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HOBBSAWM. E. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico na Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

ICCROM. **Chronique**. Roma: Edition speciale - 50 ans, n.35. Octobre, 2009. Disponível em: <http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_news135-2009_fr.pdf> Acesso: 10 fev 2011.

ICCROM. **The first decade** 1959-1969. Rome: ICCROM, 1969.

ICOMOS. **Carta de turismo cultural**. 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248>> Acesso: 31 mai 2012.

ICOMOS. **Carta internacional sobre turismo cultural**. 1999. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf> Acesso: 25 mai 2012.

ICOMOS. **Monumentum**: Special issue devoted to the Conference on Monuments and Tourism. Oxford, July 7-11 1969. ICOMOS: 1971. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/monumentum/vol6/index.html>> Acesso: 20 jun 2012.

ICOMOS. **Monumentum**, v. 6, 1971. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/monumentum/vol6/index.html>> Acesso: 20 jun 2012.

IPHAN. **Anais do II Encontro de Governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil**, Salvador, 25 a 29 de outubro de 1971. Rio de Janeiro: Publicações do IPHAN, n. 26, 1973.

JACQUES, P. B. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n.6, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>> Acesso: 14 agos 2012.

JANTZEN, M. Le temps devant soi. **Jubilé Michel Parent: Une vie au service du patrimoine.** Paris: publié par le Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d'Histoire du Ministère de la Culture, 13 de abril de 1996, p.35-38.

JEUDY, H-P. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2005.

JEUDY, H-P. O processo de reflexividade. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n.6, dez/2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3228/2346>> Acesso: 23 jul. 2012.

JOKILHETO, J. **A history of architectural conservation.** D. Phill Thesis, The University of York, England, Institute of Advanced Architectural Studies, feb/2005. Disponível em: <http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_05_HistoryofConservation00_en.pdf> Acesso: 12 mar 2012.

JOKILHETO, J. **A history of architectural conservation.** Oxford: Butterworth- Heinemann, 1999.

JOKILHETO, J. Conceitos e idéias sobre conservação. In: **Gestão do patrimônio cultural integrado.** Recife: Universitária da UFPE, 2002.

KOPP, A. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa.** São Paulo: Nobel/EDUSP, 1990.

KRAF, K. **Tourism as a factor in economic development: role and importance of international tourism.** United Nations Economic & Social Council, 1963.

JUBULÉ Michel Parent: **Une vie au service du patrimoine.** Paris: Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d'Histoire du Ministère de la Culture, 13 de abril de 1996.

LACERDA, N. **Os valores dos bens patrimoniais:** considerações teóricas. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CEI, texto de aula não publicado, 2009.

LAFER, B. **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1987.

LAFER, C. Prefácio. In: **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 12-13.

LANNA, A.L.; PEIXOTO, F.; LIRA, J.; SAMPAIO, M.R. **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades.** São Paulo: Alameda, 2001.

LAURENT, X. **Grandeur et misere du patrimoine:** d'André Malraux à Jacques Duhamel (1959-1973). Paris: Colletion du Comitê d'histoire du ministère de la culture et de la commnication, 2003.

LE COURRIER. L'UNESCO définit son plan d'assistance technique aux pays déshérités. **Le Courier**, v.2, n.6, juillet/1949. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000740/074013fo.pdf#74013>> Acesso: 27 agos 2012.

LEAL, C. (org). **As missões da Unesco no Brasil:** Michel Parent. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008.

LEAL, C. As missões da Unesco no Brasil: Paul Coremans. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**. São Paulo, julho, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312827174_ARQUIVO_AsmissoesdaUNESCOnoBrasil-PaulCoremans.pdf> Acesso: 27 mai 2012.

LEAL, C. Recortes de história social das missões da UNESCO no Brasil, 1964-1979. Nos Arquivos do Iphan. **Revista eletrônica de pesquisa e documentação**. Dezembro 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1540>>. Acesso: 8 fev 2011.

LEME, M.C. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: **Urbanismo no Brasil – 1895-1965**. São Paulo, Studio Nobel, 1999.

LEMOS, C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LEPETIT, B. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

LERRANT, JJ. Du Théâtre aux pierres vives. **Jubilé Michel Parent**: Une vie au service du patrimoine. Paris: Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d'Histoire du Ministère de la Culture, 13 de abril de 1996.

LIMA, A.; MESQUITA, C.; LOURENÇO, F.; GONÇALVES, L.; e SANTOS, R. **Ciência, política e paixão**: o arquivo de Carlos Chagas Filho. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, jan.-abr/2005.

LIMBURG STIRUM, F. de. **Plan National de mise en valeur de Parati dans le cadre d'un développement touristique**. Paris: UNESCO, 1968a. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000088/008824FB.pdf>>. Acesso: 11 set 2012.

LIMBURG STIRUM, F. de. **Plano Nacional de Valorização de Parati em um projeto de desenvolvimento turístico**. Paris: UNESCO, 1968. Arquivo Central do IPHAN- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P06/ Cx.0075/ P.0242.

LUCA, T.R. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSK, C. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto: 2008, p.111-154.

MAIA, T. O patrimônio cultural brasileiro em debate: a ação do Conselho Federal de Cultura (1967-1975). **Revista CPC**, São Paulo, n.11, p. 60-86, nov. 2010/abr. 2011. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n11/04.pdf>> Acesso: 6 set 2012.

MAIO, M. C. A UNESCO e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, Abril/2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 6 set 2012.

MACHADO, L. G. **Barroco mineiro**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MAGALHÃES, A. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. **Revista do patrimônio**, n.20, 1984.

MAGALHÃES, A. **E triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MAHEU, R. **A civilização do universal**. Lisboa: Ulisseia, 1966.

MAHEU, R. La UNESCO cumple veinte años. **El Correo**. Paris, s/n., 1966a.

MALRAUX, A. **Discurso proferido em Brasília**, 24 de agosto de 1959. Disponível em: <http://web.brasiliapoetica.blog.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=1572&Itemid=1>. Acesso: 13 out 2010.

MARIUZZO, P; CHIOZZINI, D. Olhar ampliado: entrevista a Nestor Goulart. **Revista eletrônica do Iphan**, n.2, Nov/Dez 2005. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=116>> Acesso: 27 mai 2012.

MASON, R. Fixing Historic Preservation: a constructive critique of "Significance". **Places, a Forum of Environmental Design** 16, 2004. Disponível em: <<http://www.places-journal.org/issues/issue.php?volume=16&issue=1>>. Acesso: 11 mai 2007.

MEC/SPHAN/FNpM. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: MEC/SPHAN/FNpM, 1980.

MERLIN, P; CHOAY, F. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: Quadrige, 2009.

MENDES, A. G. A experiência de planejamento econômico no Brasil. In: **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENDES, V. **Salvador: cultura, turismo e desenvolvimento econômico**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MICELI, S. Sphan: Refrigério da Cultura Oficial. **Revista do Patrimônio**, n. 22, 1987.

MILET, V. A teimosia das pedras: um estudo sobre a proteção do patrimônio ambiental urbano. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER). Atividades de treinamento desenvolvidas pelo SERFHAU. **Boletim Informativo do SERFHAU**. Rio de Janeiro, n. 42, setembro/1971.

MONTE-MÓR, R. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008, p.31-65.

MOREIRA, F. Lucio Costa: tradicion in the architecture of modern Brazil. **Nacional Identities**, v. 8, nº 3, Set. 2006.

MOTA, C.G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ed. 34, 2008.

NADA levarei quando morrer aqueles que mim deve cobrarei no inferno. **Vídeo de Miguel Rio Branco sobre o Maciel/Pelourinho, 1979-1981**. Disponível em: <<http://www.miguelriobranco.com.br/portu/cine.asp>> Acesso: 1 agos 2012.

NAKAMUTA, A. Hanna Levy no Sphan (1946-1948). Arquivos do Iphan – **Revista eletrônica de pesquisa e documentação**. Dezembro/2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1541>> Acesso: 8 fev 2011.

NEEDHAM, J. Las ciencias: métodos de cooperación científica internacional. **El Correo**, v.1, n.1, febrero/1948.

NOGUEIRA, A. **Por um inventário dos sentidos**: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

OEA. **Normas de Quito** (1967). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>> Acesso: 23 agos 2012.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

O PARATIENSE. **Entrevista. Conde Frederic**: o arquiteto que previu Paraty 40 anos depois. Junho/2004. Disponível em: <http://www.paraty.com/index.php?option=com_content&task=view&id=331&Itemid=130> Acesso: 1 mai 2009.

PAC. **ciudades históricas**: patrimônio, desenvolvimento e cidadania. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1332>> Acesso: 1 jun 2009.

PARENT, Michel. **Compte rendu de mission au Bresil et a Haiti**. Unesco: 1984. Arquivo Central do IPHAN- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P06/ Cx.0075/ P.0241.

PARENT, M. O futuro do patrimônio arquitetônico. **Revista do Patrimônio**, n.19, 1984.

PARENT, M. **Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico**. Paris: UNESCO, 1968. (Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/ Cx. 0076/ P. 0246).

PARENT, Michel. **Nuits de Bourgogne**: un festival au carrefour de la vie culturelle française 1954-1984. Paris: librairie Nizet, 1995.

PARENT, M. **Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique**: Brésil - (mission) 24 novembre 1966 - 8 janvier 1967, et 19 avril - 1er juin 1967. Publ: 1968(b). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000088/008836fb.pdf>>. Acesso: 20 out 2009.

PARENT, M. Un Vasto Programa de turismo cultural en el Brasil. **El Correo**, n.6, 1968a.

PAUL Coremans. Disponível em: <<http://www.dictionaryofarthistorians.org/coremansp.htm>> Acesso: 20 out 2009.

PEDREIRINHO, J. M. **Dicionário dos arquitectos activos em Portugal, do século I à actualidade**. Porto: Afrontamento, 1994.

PEIXOTO, F. A cidade e seus duplos: os guias de Gilberto Freyre. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1, julho/2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a06.pdf>> Acesso: 25 abr 2012, p.159-173.

PERRIN, J.B. **Mise en valeur des ensembles et sites classés**: Brésil - (mission) février-mars 1972, août 1972. UNESCO: 1973. Arquivo Central do IPHAN- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P06/ Cx.0077/ P.0248.

PERRIN, J.B. O exemplo francês da proteção, do remanejamento e da valorização do patrimônio histórico urbano. In: MEC/SPHAN/ProMemória. **Restauração e revitalização de núcleos históricos**: análise face à experiência francesa. Brasília: MEC/SPHAN/ProMemória, 1980.

PINSK, C. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto: 2008.

PLANCHON, A. La conservation régionale vue de l'intérieur. **Jubilé Michel Parent**: Une vie au service du patrimoine. Paris: Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d'Histoire du Ministère de la Culture, 13 de abril de 1996, p.3031.

PONTUAL, V. A referência cultural e o planejamento da conservação integrada. In: **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Recife: UFPE, 2002, p. 99-105.

PONTUAL, V. e MARQUES, S. Urbanismo e humanização. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, v. 16, n.4, 1985.

POULOT, D. **Uma historia do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRÉVOST-MARCILHACY, C. L'inspection des monuments historiques après la libération. **Jubilé Michel Parent**: Une vie au service du patrimoine. Paris: Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d'Histoire du Ministère de la Culture, 13 de abril de 1996.

PROGRAMA MONUMENTA. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164> Acesso: 23 abr 2009.

RAMOS, T.B.; MATOS, M. C. Campos opostos: trabalhos e viagens de Viana de Lima no Brasil. **2º Seminário DOCOMOMO N-NE**, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 4 a 7 de junho de 2008. Disponível em: <www.docomomobahia.org/AF_Tania%20Beisl%20e%20Madalena%20Cunha.pdf> Acesso: 23 abr 2009.

RAPPORT du directeur general sur l'activité de l'organisation en 1966. UNESCO: 1966.

RAPPORT du directeur general sur l'activité de l'organisation en 1967. UNESCO: 1967.

RAYMOND. Les premières conservations régionales. **Jubilé Michel Parent**: Une vie au service du patrimoine. Paris: Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d'Histoire du Ministère de la Culture, 13 de abril de 1996.

REZENDE, F. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. **Textos para discussão CEPAL/ IPEA**, 2009. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/42465/CEPAL_04_MIOLO.pdf> Acesso: 23 abr 2009.

RIBEIRO, C. **O Estudo Preliminar de Wit-Olaf Prochnik**: Planejamento Urbano e enunciados do Recife. Dissertação de mestrado (em desenvolvimento urbano). MDU/UFPE, Recife, 2005.

RIBEIRO, C. O Planejamento Local Integrado e o Estudo Preliminar de Wit-olaf Prochnik para o Recife. **XII Encontro Nacional da Anpur**, 2007, Belém, 2007.

RIBEIRO, C.; PONTUAL, V. A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960. **Arquitextos**, 109.07, ano 10, junho/2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.109/50>>. Acesso: 23 abr 2009.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**. Goiânia: UCG, 2006.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

RUBIM, A. Políticas culturais e novos desafios. **Dossiê matrizes**, v. 2, n.2, 2009. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/viewArticle/18>> Acesso: 1 set 2010.

SALGUEIRO, H. Da temática, dos autores e de suas idéias. In: **Cidades capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SCHMIDT, B. **O estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Da Universidade, 1983.

SECCHI, B. **A cidade do século vinte**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SHANKLAND, G. **Conservação de Bairros Antigos e Desenvolvimento Turístico de Salvador** - 8 a 28 de outubro de 1968. Arquivo Central do IPHAN- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P06/ Cx.0075/ P.0242.

SHANKLAND, G. **Conservation de quartiers anciens et développement touristique à Salvador**: Brésil - (mission) 8 au 28 octobre 1968. Publ: 1969. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000085/008546fb.pdf>>. Acesso: 6 jan 2010.

SHANKLAND, G. The Crisis in town planning. **Universities & Left Review**. Londres: Oxford, Spring 1957 v.1, n. 1.

SILVA, F. F. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Petrópolis/Edusp, 2003.

SILVA TELLES, A. Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. **Revista do Patrimônio**, n.19, 1984.

SILVA TELLES, A. Entrevista. **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Rio de Janeiro: Iphan/Daf/Copedoc, 2010.

SILVA TELLES, A. Viana de Lima e o Brasil. In: **Fundação Calouste Gulbenkian. Viana de Lima-Arquitecto 1913-1991**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Árvore –Centro de Atividades Artísticas, CRL, Outubro/1996.

SOLÁ-MORALES, I. Patrimonio arquitectónico o parque temático. In: **Territorios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SOLÁ-MORALES, I. Teorías de la intervención arquitectónica. In: **Intervenciones**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2006, 13-32p.

TAINTER, J.; LUCAS, J.G. Epistemology of the significance concept. **American Antiquity**, v.48, n.4, 1983, p. 707-719.

TELLES, A. **Grandjean de Montigny**: da arquitetura revolucionária à civilização nos trópicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

THANT, U. El Gran Virage: hacia una cooperacion técnica em todo el globo. **El Correo**, v. 13, n.10, outubro/1965.

TITCHEN, S. Des origines à la maturité – L’histoire de la Convention du patrimoine mondial de l’Unesco. In: **UNESCO. 60 ans d’histoire de l’Unesco**. Actes du colloque international. Paris, 16-18 novembre 2005.

THOMPSON, A. (org.) **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Rio de Janeiro: Iphan/Daf/Copedoc, 2010.

UNESCO. Constitution. London, 16 november, 1945. In: **UNESCO. 60 ans d’histoire de l’Unesco**. Actes du colloque internacional, Paris, 16-18 novembro 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001541/154122f.pdf>> Acesso: 27 agos 2012.

UNESCO. **60 ans d’histoire de l’Unesco**. Actes du colloque internacional, Paris, 16-18 novembro 2005a. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001541/154122f.pdf>> Acesso: 27 agos 2012.

UNESCO. **Actas de La conferencia general**, 14ª reunión, Paris, 1966. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114048s.pdf>> Acesso: 20 jun 2012.

UNESCO. **La protección del patrimônio cultural de la humanidad**: lugares y monumentos. 1969. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001313/131334so.pdf>> Acesso: 6 jan 2010.

UNESCO. **L’Unesco racontée par ses anciens**. Paris: 2006.

UNESCO. **Préservation et mise en valeur du patrimoine monumental de l’Iran en liaison avec le développement du tourisme dans ce pays** - (mission) 12 février - 4 mars 1966;

Rapport Publ: 1966a. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001857/1857_23fb.pdf> Acesso: 7 set 2012.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

VEYNE, P. **Foucault, o pensamento, a pessoa**. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

VIANA DE LIMA, A. **Brésil – Renovation et mise en valeur d’Ouro Preto**. Paris: UNESCO, 1970a. Arquivo Central do IPHAN- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P06/ Cx.0076/ P.0246.

VIANA DE LIMA, A. **Brésil – Renovation et mise en valeur d’Ouro Preto**. (Second Raport) Paris: UNESCO, 1972a. Arquivo Central do IPHAN- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P06/ Cx.0076/ P.0246.

VIANA DE LIMA, A. **Rapport et propositions pour la conservation, recuperation et expansion**. Alcântara. Arquivo Central do IPHAN, não catalogado.

VIANA DE LIMA, A. **Rapport et propositions pour la conservation, recuperation et expansion**. São Luís. Arquivo Central do IPHAN, não catalogado.

VIANA DE LIMA, A. **Rapport sur le developpement du plan de recuperation de la zone du “Pelourinho” dans la ville de S. Salvador**, Etat de Bahia – Brésil. Arquivo Central do IPHAN- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0191.

VIANA DE LIMA, A. **Renovação e valorização de Ouro Preto**. Paris: UNESCO, 1970. Arquivo Central do IPHAN- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P06/ Cx.0076/ P.0246.

VIANA DE LIMA, A. **Renovação e valorização de Ouro Preto. Segundo relatório, Setembro/novembro 1970**. Paris: UNESCO, 1972. Arquivo Central do IPHAN- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P06/ Cx.0076/ P.0246.

VIOLLET-LE-DUC. E. **Restauração**. Cotia: Ateliê editorial, 2000.

VINÃS, S. M. **Teoría contemporanea de la restauraciòn**. Madrid: Sintesis, 2003.

VITALY, G. Pourvu que les mots vivent. **Jubilé Michel Parent**: Une vie au service du patrimoine. Paris: Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d’Histoire du Ministère de la Culture, 13 de abril de 1996.

VOLDMAN, D. La reconstruction des Villes après les guerres: histoire de la constitution d’un objet d’étude. In: POIRRIER, P; VADELORGE, L. **Pour une histoire des politiques du patrimoine**. Colletion du comité d’histoire du ministère de la culture et de la communication, paris, 2003, 351-360p.

YAZIGI, E. **Civilização urbana**: planejamento e turismo. São Paulo, contexto: 2003.

ZANCHETI, S. M. Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade. **Espaço e Debates**. Revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, v.23, n.43-44, p.92-104, jan/dez, 2003.

ZANCHETI, S. M.; HIDAKA, L.; RIBEIRO, C; AGUIAR, B. Judgement and validation in the Burra Charter Process: Introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites. **City & Time**, Vol. 4, No. 2 (2009). Disponível em: < <http://www.cecibr.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf> >. Acesso: 11 set 2012.